V Seminário de Pesquisa

Programa de Pós-Graduação em História Social
Universidade Estadual de Londrina

18 a 20 de Outubro de 2011

Poty Lazzarotto: Curitiba e sua gente. Painel em azulejo Largo da Ordem,

Anais
Volume 1: Territórios do Político

Organização

Silvia Cristina Martins de Souza
Gilberto da Silva Guizelin

Anais V Seminário de Pesquisa Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina Volume 1: Territórios do Político

18 a 20 de Outubro de 2011

Londrina (PR) – Brasil

Reitora
Nádina Aparecida Moreno

Vice-Reitora
Berenice Quinzani Jordão

Pró-Reitor de Pesquisa de Pós-Graduação
Mário Sérgio Mantovani

Pró-Reitora de Extensão
Cristiane Cordeiro de Nascimento

Diretora do CLCH
Mirian Donatt

Vice-Diretor do CLCH
Ariovaldo de Oliveira Santos

Chefe do Departamento de História
Edméia Aparecida Ribeiro

Vice-Chefe do Departamento de História
Rogério Ivano

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social
Silvia Cristina Martins de Souza

Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social
Gabriel Giannattasio

Comissão Organizadora do V Seminário de Pesquisa do PPGHS/UEL
Silvia Cristina Martins de Souza
Ana Heloísa Molina
Rogério Ivano
Gilberto da Silva Guizelin
Juliana Aparecida de Lima Arruda

Comissão Científica do V Seminário de Pesquisa do PPGHS/UEL
Alfredo Oliva
Angelita Marques Visalli
Ana Heloísa Molina
Claudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Maria de Fátima da Cunha
Regina Célia Alegro
Rogério Ivano
Gabriel Giannattasio
Gilmar Arruda
Silvia Cristina Martins de Souza

Sumário

Apresentação 07

O Fervor Operário entre os Anos 1917 e 1918 no Rio de Janeiro: Oiticica e Outros Militantes em Plena Ação
Aden Assunção Lamounier 09

A Marcha Mundial das Mulheres: Um Estudo de sua Visibilidade
Alexandra Pingret 25

A UNE como Instrumento de Subversão: A Frente da Juventude Democrática contra a Esquerda Estudantil Durante a Greve Universitária de 1962
André Luiz Rodriues de Rossi Mattos 38

Novos Documentos Para a História Política: A Política da Boa Vizinhança por Meio da Revista 'Em Guarda' (1940-195)
Aline Vanessa Locastre 56

Pensamento Político no Brasil do Século XIX: Aureliano Cândido de Tavares Bastos – Entre Ideias, Práticas e Instituições
Carlos Alberto Júnior Mendes 70

Historiografia Brasileira: Uma Reflexão sobre a Atuação da Esquerda Militar na História Republicana do Brasil
Carlos Henrique L. Pimentel 83

El Machete e A Classe Operária: Os Mundos (Políticos) Interligados do Comunismo Mexicano e brasileiro
Fábio da Silva Sousa 97

Norte do Paraná na Década de 1970: Tempo do café, Tempo da Soja; e o Homem Onde Fica?
Frank keiro Muraoka 106

Associações Mutualistas: Solidariedade e Organização do Movimento Operário na Salvador da Primeira República
Humberto S. de Andrade 121

A Ação Integralista Brasileira e a Frente Negra Brasileira: Similaridades e Dissonâncias
Jaqueline Tondato Sentinelo 133

A Imprensa Libertária: Jornalismo Operário e Resistência Anárquica na Primeira Década do Século XX
João Carlos Marques 148

O Cônego Januário da Cunha Barbosa: Uma Trajetória Política na Corte Imperial (1821-1846)
Juscelino Pereira neto 161

A Emergência do Estado Centralizado Europeu: A Visão de Estado de Maquiavel segundo *O Príncipe*
Kleber Eduardo Men 173

O PRONA E A Direita Grupuscular Pós-Ditadura
Odilon Caldeira Neto 187

Uma História da História Econômica no Brasil (1951-1972)
Otávio Erbereli Júnior 200

Identidade Conflitante: Republicanismo e Americanismo no Brasil Monárquico
Paula S. Ramos 215

Os Integralistas Lêem "Raízes do Brasil": Um Breve Estudo de Recepção (1936-1938)
Raphael Guilherme de Carvalho 229

Folhas ao Vento: A Guerra Hispano-Americana nas Páginas do Jornal *O Estado de S. Paulo* (1898)
Renato César S. Saiani 244

A Assistência Caritativa à Infância Abandonada e Desvalida na Cidade de São Paulo no Século XIX
Robson Roberto da Silva 260

A "Águia Pousa": A Longa Guerra do Golfo sob a Ótica das Doutrinas Powell e Bush (1991-2003)
Sandro Heleno Morais Zarpelão 277

A Pátria em Chuteiras: Relações entre o Futebol e o Nacionalismo na Formação da identidade Brasileira
Talita Vidigal terciotti 293

Apresentação

Os trabalhos que constam destes Anais foram apresentados no V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina realizado entre os dias 18 e 29 de outubro de 2011, no Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH/UEL).

Tomando por base as três linhas de pesquisas do Mestrado, a saber, Territórios do Político; Cultura, Representações e Religiosidades, e História e Ensino, os trabalhos aqui disponibilizados representam uma fotografia do momento atual de produção do conhecimento histórico no Mestrado em História Social da UEL, assim como de programas de pós-graduação de outras instituições de ensino superior – nacionais e internacionais -, através de seus discentes e docentes que participaram do Seminário a exemplo da Universidade Estadual de Maringá, Universidade Federal de Curitiba, Universidade Estadual do Paraná, Universidade Estadual Paulista, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Mato Grosso, Pontifícia Universidade Católica do Rio e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal).

A apresentação dos Anais em meio digital, iniciada no ano de 2010, foi um avanço em dois sentidos. Primeiramente, porque possibilitou um meio econômico de registro dos artigos que foram apresentados sob forma de comunicação ao longo do encontro. Em segundo lugar, porque a viabilidade econômica proporcionada pela mídia eletrônica permitiu dar conta da totalidade dos textos enviados à coordenação do evento, democratizando o acesso aos mesmos e possibilitando uma interlocução continuada de seus autores com profissionais de outras instituições e regiões do país.

Gostaríamos de sublinhar que este evento não teria sido realizado sem a participação efetiva dos membros da Comissão Organizadora e da Comissão Científica; dos professores do programa, que contribuíram de diferentes formas para sua realização; do apoio institucional da Universidade Estadual de Londrina; do apoio financeiro concedido pela Fundação Araucária bem como do apoio do Instituto de Tecnologia Desenvolvimento Econômico Social (ITEDES) e da Revista de História da Biblioteca Nacional.

E por fim, mas não por último,, gostaríamos de registrar que a tarefa que se cumpre com a entrega desses Anais só foi possível graças ao empenho de Gilberto da Silva Guizelin, responsável pela editoração dos mesmos.

Profª Drª Silvia Cristina Martins de Souza

Coordenadora do PPGHS/UEL

O FERVOR OPERÁRIO ENTRE OS ANOS 1917 E 1918 NO RIO DE JANEIRO: JOSÉ OITICICA E OUTROS MILITANTES EM PLENA AÇÃO

Aden Assunção Lamounier
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO: Neste artigo pretendo apresentar o contexto que fez com que se tornasse possível a realização dos movimentos grevistas do final da década de 1910 no Rio de Janeiro, observando porque, na visão de Oiticica e de outros anarquistas, o operariado deveria se rebelar contra o sistema capitalista. Este período entre 1917 e início dos anos 1920, foram marcados por intensa organização e atuação do movimento operário, que resultou na deflagração de várias greves e também na esperança, por parte dos anarquistas que atuavam nos meios operários, de que seria possível iniciar uma revolução e, assim, alcançar a destruição total do sistema capitalista no Brasil. Motivados pelos problemas que os proletários enfrentavam, entre eles a carestia de vida intensificada pela Primeira Guerra Mundial, a falta de legislação do trabalho e a idéia inspiradora do sucesso da Revolução Russa, anarquistas e demais militantes da causa operária, lançaram-se na tentativa da emancipação do homem em relação ao capital.

PALAVRAS-CHAVE: José Oiticica, Greves, Movimento Operário Brasileiro

O final dos anos de 1910 parecia, à grande parte dos militantes da organização operária brasileira, o contexto perfeito para início da guerra social contra o sistema organizacional vigente. Segundo Cristina Hebling Campos, no início de 1917, cinco sindicatos estavam filiados à F.O.R.J.: Sindicato Operário dos Ofícios Vários; Sindicatos dos Sapateiros, Sindicato dos Operários em Pedreiras, Centro dos Operários Marmoristas e a Liga dos Empregados em Padarias. José Oiticica era filiado ao primeiro. Esse núcleo sindical, juntamente com o Centro Libertário, desencadearam, no inicio daquele ano, uma "*campanha contra o aumento dos gêneros de primeira necessidade e dos impostos*".[1] Segundo Rodrigues, durante os quatro anos da Guerra o custo de vida subiu assustadoramente e a crise do trabalho aumentou a taxa de desemprego e, consequentemente, a fome. Sobre a alteração do custo de vida, escreveu Oiticica: *"A Guerra Européia alterou as condições de existência em toda a*

[1] CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921.** Campinas, Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 53

Terra, alterou, necessariamente, o custo de subsistência, prejudicou a todos, menos os industriais das munições de guerra, de boca ou de combate."[2]

A questão da carestia tornou-se o carro chefe da organização operária, e buscando politizar esta questão, anarquistas e militantes da causa operária visavam arregimentar novos sindicalizados, conseguindo por esse meio aumentar as fileiras de operários participantes de tais organizações. Se no início do ano a FORJ contava com apenas cinco sindicatos filiados, no segundo semestre já eram onze ao todo.[3] No segundo semestre de 1917 o número de sindicatos filiados a FORJ já havia duplicado e em 1918 a organização já contava com 30 sindicatos[4].

Outro motivo que também movimentava o meio operário eram as notícias que começavam a chegar sobre a deflagração de uma revolução que visava derrubar o governo russo. O que acabou por incentivar ainda mais os militantes brasileiros a investirem contra a organização social capitalista.

Segundo Frederico Duarte Bartz, desde muito cedo, já aparecem no Brasil referências sobre a Revolução Russa,

> Em março, um mês apenas depois da revolução de fevereiro, a Rússia já é mencionada em uma importante greve de calceteiros. Em julho, no maior comício da grande greve de 1917, João Batista Moll, militante anarquista, entusiasma-se com o exemplo da Rússia Revolucionária. Nestes primeiros momentos, invariavelmente, as referências à revolução se ligam aos anarquistas que no período de 1917 e 1918, estavam em franca ofensiva dentro do movimento operário [...][5]

Possivelmente, José Oiticica, juntamente com seus companheiros de luta, acreditasse que a Revolução Russa era o início de um processo revolucionário que se expandiria em âmbito mundial.

Toda a movimentação operária, segundo Oiticica, tinha como um dos principais motivos a desigualdade inerente ao sistema econômico capitalista, o proletariado

---

[2] OITICICA, José. "O Motivo". **Liberdade**. Ano II, N°23, Set. 1918.

[3] CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921.** Campinas, Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

[4] ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002, p.99

[5] BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 2008, p.12

sofria e por isso mesmo organizava-se para lutar contra os responsáveis por seus males. O aumento dos lucros por parte dos donos das indústrias não era dividido com os operários, pelo contrário, *"procuram sempre esconder os lucros, 'choram misérias', alegam dívidas, o imposto, as reformas e ameaçam de fechar as fábricas se lhes reclamam maior paga"*[6]. Então, os trabalhadores cansados de serem explorados e ludibriados por seus patrões se organizariam para reivindicar o que lhes era de direito, este seria o motivo das greves. A exemplo disto, segundo Oiticica, temos a greve de junho de 1917 em S. Paulo. A qual se deflagrou *"porque os operários, vendo-se instrumentos de fortuna súbita dos Crespí, Matarazzo e Puglitsi, impuseram alta dos salários, pediram sua participação nos lucros centuplicados dos patrões. Estes resistiram. Queriam ganhar o máximo sozinhos"*.[7]

Possivelmente, com tais declarações, procurasse atingir os dois grupos envolvidos na questão operária: a classe trabalhadora e a classe mandante. A primeira possivelmente seria seduzida com idéia da força operária, da grandeza do movimento, que segundo José Oiticica não se resumia ao Rio de Janeiro, os operários estavam unidos à exemplo cita a greve de 1917 de São Paulo, a qual teria sido motivada pelos mesmos problemas enfrentados pelo operariado carioca; a segunda, Oiticica provavelmente tentava amedrontar com a idéia da iminente derrocada do capital, a partir da "real existência" de uma união geral dos trabalhadores.

Segundo Carlos Augusto Addor, a greve a paulista *"tem sua origem basicamente vinculada ao [...] agravamento das condições de existência da classe operária"*[8]. Boris Fausto afirma que tal movimento *"abriria uma conjuntura histórica cujos limites se estendem cronologicamente até 1920"*[9]. Corroborando esse pensamento, Addor afirma que a greve generalizada, que ocorreu no Rio de Janeiro em julho de 1917, teve como último elemento incentivador, as notícias sobre a movimentação operária paulista. A organização da greve carioca, seria resultado de uma intensa atuação da FORJ e também motivada por alguns acontecimentos imediatos como o desabamento do New York Hotel, que ainda estava em construção,

---

[6] OITICICA, José. "O Motivo". **Liberdade**. Ano II, N°23, Set. 1918
[7] OITICICA, José. Idem.
[8] ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002, p.94
[9] FAUSTO, Bóris. "Trabalho Urbano e Conflito Social" APUD, ADDOR, Carlos Augusto,IDEM, p.94

matando e ferindo vários operários.[10]

Esses dois pontos citados por Addor fazem crer em uma participação, se não direta, bastante intensa de José Oiticica nessa greve na Capital Federal. O primeiro fator para pensarmos em tal participação de Oiticica nesta greve é sua intensa atuação no movimento de organização operaria liderado pela FORJ desde o início do ano de 1917. O segundo fator em que me apóio para pensar em tal possibilidade é a relevância do desastre no New York Hotel para a deflagração da greve. Como foi dito, o ocorrido fez com que os ânimos se exaltassem ainda mais e o sindicato da construção civil organizasse um protesto que ocorreu no momento do enterro das vítimas. Segundo Addor,

> A classe operária comparece em massa à solenidade e na tarde de 8 de junho, janelas e sacadas repletas de expectadores vêm o desfilar imponente de uma multidão silenciosa calculada em mais de vinte mil pessoas. Ao cair da noite a calma do cemitério São Francisco Xavier é interrompida pela voz dos oradores que atacam a burguesia, criticam a organização social e denunciam a opressão do Estado, para exaltarem a necessidade de organização, o sentido da liberdade, a grandeza da luta operária e a inevitabilidade da revolução[11]

Dentre os oradores que denunciavam o desastre e incentivavam os trabalhadores à luta contra a sociedade capitalista, estava José Oiticica. Segundo Edgar Rodrigues, ele, *"com a fluidez de sua palavra, emocionou todos os presentes demonstrando o crime de que foram vítimas os 40 pais de família"*.[12]

Pensando na importância, apontada por Addor a estes fatores, para a organização e concretização da greve generalizada de julho de 1917 e sabendo da participação de José Oiticica, tanto na Federação Operária, quanto no funeral dos trabalhadores, é que se pode pensar na hipótese de sua efetiva participação na organização de tal greve

No decorrer da greve, devido aos intensos combates entre trabalhadores e

---

[10] ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002, p.96-98

[11] CRUZ, Maria Cecília Velasco."Amarelo e Negro matizes do Comportamento Operário n República Velha. APUD , CAMPOS,Cristina Hebling. **O sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921.** Campinas, Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1988,p.54.

[12] RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários.** Rio de Janeiro, VRJ, 1993, p.38.

Forças Armadas e aproveitando estado de sítio, declarado pelo Congresso Nacional, após a entrada do Brasil na Grande Guerra, o Governo Federal fechou todas as Federações operárias do Brasil.[13] Ainda no mês de julho daquele ano, Aurelino Leal, então chefe de polícia do Distrito Federal, informou ao Presidente Venceslau Brás que ordenou o fechamento da FORJ e também do Centro Cosmopolita, após ter sido recebido a tiros por militantes sindicais.[14]

A repressão policial, o fechamento das federações e outras medidas tomadas por parte do governo arrefeceram o movimento sindical no final daquele ano de 1917. Outro fator prejudicial à organização operária foi justamente o sentimento de patriotismo que aumentou com a entrada do país na Primeira Guerra Mundial. No final de outubro o Brasil havia declarado guerra à Alemanha, após o quarto torpedeamento a navios brasileiros por aquele país. O Presidente Venceslau Brás pediu aos operários que se mantinham em greve para que retornassem ao trabalho em nome da pátria. Vários operários não só voltaram ao trabalho como também organizaram "batalhões patrióticos" que visavam angariar fundos para os Aliados. O clero também se movimentou para exercer sua influência sobre a população, ajudando o governo em prol da causa nacional. Essa motivação patriótica surtiu efeito e diminuiu as agitações operárias no final de 1917.[15]

Os anarquistas, opositores da Guerra Mundial, como já foi mencionado, intensificaram sua batalha contra o conflito; se antes os motivos eram políticos, agora os militantes da teoria ácrata estavam perdendo sua força de combate. Assim, tentaram mostrar que os objetivos da Guerra eram contrários aos interesses do trabalhador, pois ela era, assim como todas as outras, *"mercantil, visceralmente guerra de banqueiros [...]. Os 'homens do dinheiro' é que fazem guerra, pondo à frente os discursadores e os patriotas entusiastas"*[16]. O patriotismo motivado pela guerra defenderia, segundo os ideais anarquistas, uma Pátria que seria o motivo da *"separação entre homens, motivo das digladiações comerciais, agrupamentos de banqueiros e capitalistas gananciosos que iludem a massa estulta para se*

---

[13] BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho: A revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2° Ed, 1980, p.116.
[14] DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1933**. Trad. César Parreiras, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p.58.
[15] DULLES, John W. Foster. IDEM, p.61-62.
[16] OITICICA, José. "O Motivo". **Liberdade**. Ano II, N°23, Set. 1918.

enriquecerem às sombras de bandeiras."[17]

O anarquista, segundo Oiticica, não é contra a Pátria, mas contra a *"Pátria pretexto de extorsão"*. Com esses discursos José Oiticica e seus companheiros tentavam demonstrar aos trabalhadores que a luta proletária não era antipatriótica, que o verdadeiro sentimento de patriotismo deveria ser expresso no combate a esta guerra que promovia a separação dos homens, a morte da humanidade e a defesa de interesses de poucos, interesses mercantilistas. Propagando essa idéia, eles buscavam apoio para dar sequência em sua luta contra a sociedade burguesa, visando à deflagração da revolução que derrubaria a ordem vigente.

O ano de 1918 surgiu com novos ares para o movimento operário. Se havia acontecido um arrefecimento sindical nos últimos meses, agora os militantes da causa operária encontrariam novo ânimo para intensificar sua luta contra a burguesia e o Estado. *"O ano de 1918 se inicia sob o signo da vitória da Revolução Social na Rússia Soviética"*[18]. E possivelmente empolgados com a vitória da deflagração contra a sociedade capitalista na Rússia, ainda em Janeiro, anarquistas reúnem-se com o objetivo de constituir a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, a qual lançaria seu primeiro *Boletim* de informações já no mês de fevereiro. Buscando reorganizar os trabalhadores, intelectuais e militantes, iniciaram a organização de outro órgão que representaria a força operária. No mês de março foi então constituída a União Geral dos Trabalhadores (U.G.T) que nasceu em substituição à FORJ.

Segundo Alexandre Samis, Oiticica estava envolvido tanto na construção da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro quanto na da UGT e, assim, *"alternava sua ação entre uma entidade organizativa e outra de classe"*[19]. Essa dupla atuação era comum tanto entre os anarquistas do Rio de Janeiro, quanto de outros locais do país, visando à derrocada total da sociedade burguesa e do Estado capitalista, acreditavam na força dos operários. Assim, defendiam que, para que a ação direta dos trabalhadores se tornasse mais eficaz, era necessário que se organizassem em sindicatos e organizações

---

[17] OITICICA, José. "A questão operária. Carta aberta de José Oiticica ao Sr.Dr. Aurelino Leal". **O Cosmopolita**. Ano II, N°30, abr. 1918.

[18] ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002, p.96-98.

[19] SAMIS, Alexandre. "Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos". In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão. **As Formações das Tradições 1889-1945**. Col. História das Esquerdas, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 97.

de classe.[20]

No início de 1918, durante o período de formação da Aliança Anarquista e da UGT, Oiticica, em uma possível tentativa de demonstrar que o sucesso da luta dos povos oprimidos era iminente, afirmou:

> Hão de mover todas as vontades para a supressão definitiva dos exploradores de homens, e o destino humano não sairá das conferências de chanceleres, nem das ofensivas colossais, nem das fórmulas mais ou menos fraudulentas de jurisconsultos e chefes da nação; a de irromper dos *soviets,* dos sindicatos libertários, das agremiações dos proletários, porque agora a dor humana, avolumada com os morticínios gigantescos, as tragédias formidáveis destes três anos tem para dirigir-lhe os ímpetos de reivindicação essa consciência que o século XIX nos legou, e vai ser, no século XX, a luz guiadora da humanidade em marcha.[21]

Nesse período os soviets já haviam conseguindo derrubar a autocracia russa. Ao citá-los, certamente Oiticica buscava incentivar os sindicatos libertários e as agremiações dos proletários brasileiros a se levantarem também contra os "exploradores de homens", tendo como guia a consciência nascida no século XIX, na qual, possivelmente, ele se referia à teoria anarquista. Pode-se notar também a ênfase dada ao impacto causado pela Grande Guerra, este seria crucial para insurreição dos povos oprimidos contra os responsáveis por seus males.

Segundo Bartz, o movimento operário, no final de1918, dava mostras de ter retomado suas forças,

> No Rio de Janeiro a Aliança Anarquista, [...], onde militavam importantes figuras como Astrojildo Pereira e José Oiticica, decidiu preparar uma insurreição para derrubar o governo e instalar uma República Soviética de Operários. O plano era deflagrar uma greve revolucionária, invadir o Palácio Presidencial e tomar a Intendência de Guerra, para armar os trabalhadores e controlar o Rio de Janeiro. O plano foi descoberto por traição do tenente Elias Ajus.[22]

---

[20] ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002, p.97.

[21] OITICICA, José. "Sem título". **O Cosmopolita**. Ano II, N°27, fev. 1918

[22] BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 2008, p.41.

A deflagração desta insurreição se deu no dia 18 de novembro de 1918, sendo preparada por, como já foi dito, José Oiticica e Astrojildo Pereira, mas também contou com a importante participação de Manuel Campos, Agripino Nazaré, Ricardo Correia Perpétua e Elias Ajus, que era um agente da polícia, infiltrado no movimento.

A tomada da Rússia pelos soviets, blocos compostos por soldados e trabalhadores, inspirava os anarquistas brasileiros, e por isso a presença de um tenente do Exército, o qual afirmava que também compartilhava das ideias que visavam a derrubada do governo, agradava muito aos organizadores deste movimento. Nos jornais operários eram correntes os textos que tentavam arregimentar as forças militares para a causa operária.

O exemplo russo trazia a certeza da necessidade da união destas classes. Isso talvez fizesse não parecer ingênuo a crença de que era possível levar as ideias revolucionárias para dentro dos quartéis. Então, possivelmente inspirados nos soviets e tendo como exemplo também as greve da Cantareira, Oiticica e seus camaradas aceitaram o Tenente Elias Ajus em seus planos.

A greve da Companhia Cantareira e da Viação Fluminense eclodiu em agosto do mesmo ano da insurreição, e paralisou barcas entre Rio e Niterói. Moniz Bandeira afirma que Niterói parou completamente e as autoridades novamente apelaram para a repressão.[23] Mas, quando a força militar apareceu para sufocar o movimento grevista, parte dos soldados passaram para o lado dos trabalhadores e lutaram contra seus colegas de farda. Como saldo deste combate, dois soldados perderam a vida defendendo a classe operária. Esses acontecimentos certamente influenciaram os organizadores do movimento que se deflagraria na segunda quinzena do mês de novembro de 1918.

As palavras de Everardo Dias, um importante militante da causa operária naquele contexto, pode nos esclarecer melhor quais eram os fatos que instigavam os desejos revolucionários e davam certeza de que a batalha contra o Estado seria vitoriosa, assim escreve ele,

---

[23] BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho: A revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2° Ed, 1980, p.116

> Nós sabíamos, e os acontecimentos o haviam comprovado na Europa, que a possibilidade de implantação de um governo de estrutura socialista em um só país, após ter quebrado a resistência do capitalismo monopolista, não se daria forçosamente num país de maior florescimento industrial, mas naquele em que o proletariado contasse com forças ou aliados poderosos entre a massa popular descontente, [...]. Seria o agravamento das condições em que viviam os trabalhadores que provocaria a insurreição de maneira catastrófica. No Brasil, principalmente a situação tornara-se muito séria e vinha agravando-se de dia para dia. [...]. As forças armadas estavam também exacerbadas por lutas intestinas. Ainda era recente a "questão dos sargentos", que por um triz não deu com o governo no chão [...]. Na Marinha continuava viva como uma chaga a lembrança do massacre cruel do Satélite e da Ilha das Cobras, [...]. Ora, quase todos os marinheiros expulsos dos quadros da Armada haviam-se proletarizado, [...] Tinha sido elaborado e discutido um programa pronunciadamente socialista e que seria o manifesto com que se apresentaria ao povo, visando à eliminação de toda a especulação, castigo exemplar aos exploradores da miséria do povo, além da nova estrutura política que a situação do momento exigia.[24]

É bem provável que Oiticica e seus camaradas não tivessem uma visão muito diferente do contexto da época. Organizando assim um levante que visaria, segundo a versão oficial apresentada no inquérito policial, a derrubada do Estado e seus representantes.

Grande parte da narrativa sobre a organização do movimento que será feita aqui se baseia nos depoimentos encontrados nos autos do inquérito instaurado pela polícia depois de debelada a tentativa insurrecional de 1918. Os depoimentos estão também disponíveis no livro de Bandeira, *O ano vermelho: A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil.*

Segundo o chefe da seção de Segurança Pública e Ordem Social, da Inspetoria de Investigações e Capturas, foi por fins do mês de outubro que se iniciaram as reuniões noturnas na casa do professor Oiticica. Nelas estavam sempre presentes Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Astrojildo Pereira, Álvaro Palmeira, Carlos

[24] DIAS, Everardo. APUD. BANDEIRA, Moniz. Idem, p.119-120

Dias, José Romero, José Elias e mais alguns.[25]

Oiticica e seus camaradas também contavam com o apoio dos líderes dos trabalhadores das fábricas de tecidos, Manuel Castro e Joaquim Morais[26]. A adesão da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) era crucial aos anseios dos militantes devido a sua extrema organização, como afirma Addor, *"o proletariado fabril – e em particular, os operários têxteis – vai constituir a espinha dorsal do ascenso operário ao longo de toda a conjuntura de 1917 a 1920, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro."*[27] Outra entidade que também estava ciente do levante, e mantinha reuniões em sua sede, era a União da Construção Civil (UCC). A cargo de levar a ideia revolucionária às forças militares, ficou Ricardo Corrêa Perpétua. Assim, ele deveria de levar os panfletos à Vila Militar.[28]

O Tenente Ajus era vizinho de Ricardo Corrêa Perpétua e estava presente no momento em que ele recebeu os panfletos. Aproveitando de sua desatenção, retirou um panfleto e ao ver o teor do assunto, foi logo ao Quartel General, sendo incumbido de acompanhar de perto a movimentação daqueles "agitadores".[29] Segundo o Tenente Ajus, logo que foi incumbido de se infiltrar entre os organizadores do possível movimento insurrecional, voltou para casa e fingiu sua insatisfação com a forma de governo vigente, em uma conversa com Ricardo. Assim, o anarquista ao saber da vontade de Ajus de substituir o governo por um semelhante ao da Rússia, convidou o Tenente a comparecer em uma reunião que trataria deste tema.

Então, no dia seguinte, os dois foram à casa do professor para uma das reuniões. Após esta, ocorreram mais algumas, a maioria na casa de Oiticica. Seguindo seu depoimento, Elias Ajus afirma que nestas reuniões foram tratados primeiramente assuntos que informavam sobre o porquê e como se daria o levante. Assim declara,

> O Prof. Oiticica começou expondo [...] que o governo atual não satisfazia mais as aspirações nacionais e que se tornava mister

---

[25] BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho: A revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2° Ed, 1980, p.305.
[26] DULLES, John W. Foster. IDEM, p.67.
[27] ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002, p.99.
[28] BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho: A revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2° Ed, 1980, p.306.
[29] BANDEIRA, Moniz. Idem, p.307.

> criar-se um governo genuinamente popular, como se fizera na Rússia, de representantes de operários e soldados; que entre os operários o movimento já estava completamente organizado, dispondo ele e seus companheiros de todos os tecelões e metalúrgicos dispostos a tudo, já armados com grandes quantidades de bombas e dinamites, de explosão por contato, aguardando apenas que fosse feita a designação do dia para a greve geral descendo os operários de Botafogo que se aproximariam do palácio do Catete e em momento dado matariam a sentinela e invadiriam o palácio, aprisionando o presidente e içando uma bandeira vermelha enquanto no mesmo momento, outros operários se reuniriam no Campo de São Cristóvão onde seria fácil o ataque a Intendência da Guerra a fim de se apossarem de armas, munições e equipamentos, enquanto que os operários de Bangu em número de dois mil saltariam em Realengo, se apoderariam das armas e munições existente na fábrica de cartuchos, que incendiariam partindo para esta cidade [...]; que lembrava ainda o Prof. Oiticica que o ataque devia ser combinado para a hora em que estivessem funcionando a Câmara e o Senado, como às duas horas da tarde, para serem presos todos os seus membros e finalizou por dizer ao declarante (Ajus) que contava com ele para remover dificuldades com elementos do Exército, ficando os dois, isto é, o professor e o declarante como chefes do movimento[30]

Aproveitando então da posição destacada no grupo de insurrectos, Ajus diz que seria mais conveniente se todos se encontrassem no Campo de São Cristovão e de lá partissem para a tomada da Intendência da Guerra, assim dando sequência ao plano. Esta sugestão foi aprovada na reunião seguinte, realizada na Rua do Carmo, em uma sala onde Oiticica ministrava cursos. Neste mesmo encontro acertaram a data em que se realizaria o levante, dia 18 de novembro, às dezesseis horas, no Campo de São Cristóvão, e marcaram uma última reunião, na residência do professor, na noite que antecederia a ação para repassar o plano. Nesta reunião, realizada na casa de Oiticica, ficou combinado que ele se encontraria, do meio-dia até as quatorze horas, no segundo andar do prédio da Rua da Atlântica, para realizar os últimos exames do movimento.

Na madrugada, após a última reunião, Ajus encontrou-se com a alta cúpula do Exército e denunciou todo o plano. Assim, as forças militares prenderam, por volta das

---

[30] BANDEIRA, Moniz. Idem, p.309

duas horas da tarde, do dia 18 de novembro, no lugar em que estava marcado para ser realizado o exame do levante, Oiticica e "os cabeças" do movimento. Entre estes estavam, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João Pimenta e Agripino Nazaré.[31] Ricardo fora preso nas imediações do lugar marcado. Sem a organização e direcionamento dos principais representantes do levante, os trabalhadores que entraram em greve iniciaram o conflito com as Forças Armadas no Campo de São Cristóvão, mas a peleja se deu de forma desorganizada, sendo facilmente vencida pelos militares. As greves continuaram, mas já no fim de novembro os trabalhadores, em sua maioria metalúrgicos e tecelões, retornaram às fábricas.[32]

Após ser detido na Rua Atlântica, Oiticica foi levado para a Brigada Policial, ficando então incomunicável. Somente em março de 1919 foi encerrado o processo criminal e José Oiticica foi acusado e condenado pelo crime de atentado, sendo considerado a liderança máxima do movimento. Agripino Nazaré, Álvaro Pimenta, Ricardo Carrêa Perpétua, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Gaspar Gigante, Manuel Castro, Joaquim Moraes, Manuel Domingues, Oscar Silva e Adolfo Buste, foram acusados como co-autores[33]. Somou-se o total de 78 prisões, os condenados brasileiros seriam desterrados para o extremo Norte do país ou Fernando de Noronha, os estrangeiros seriam deportados[34]. José Oiticica seguiu, juntamente com sua esposa e filhos, para Alagoas, terra natal de seu pai.

BIBLIOGRAFIA

"O Destino que vão ter os anarquistas", **Correio da Manhã**. Ano: XVIII, N° 7.209, Nov.1918

"Operários e Soldados". **O Debate.** Ano: I, N° 6, Ago.1917

ADDOR, Carlos Augusto. **A insurreição anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Achiamé,2° Ed. 2002

[31] ADDOR, Carlos Augusto. Idem, p.126
[32] DULLES, John W. Foster. Idem, p.71
[33] ADDOR,Carlos Augusto. Idem, p.129
[34] "O Destino que vão ter os anarquistas", **Correio da Manhã**. Ano: XVIII, N° 7.209, Nov.1918

ARIAS NETO, José Miguel **Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional, 1867-1910,** USP, Tese de Doutorado, 2001.

BARTZ, Frederico Duarte. **O horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano 2008

BANDEIRA, Moniz. **O ano vermelho: A revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2° Ed, 1980

BATALHA, Cláudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921.** Campinas, Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1988

CRUZ, Maria Cecília Velasco.”Amarelo e Negro matizes do Comportamento Operário n República Velha.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1933**. Trad. César Parreiras, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920**. Trad: José Eduardo Ribeiro Moretzsohn, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

OITICICA, José. “A questão operária. Carta aberta de José Oiticica ao Sr.Dr. Aurelino Leal”. **O Cosmopolita**. Ano II, N°30, abr. 1918.

OITICICA, José. “Movimento anarquista: atuação anarquistas nos sindicatos”. **Ação Direta,** Ano 1, N°4, 07/05/1946

OITICICA, José. “O Motivo”. **Liberdade**. Ano II, N°23, Set. 1918

OITICICA, José. “Sem título”. **O Cosmopolita**. Ano II, N°27, fev. 1918

RODRIGUES, Edgar. **Alvora Operária.** Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979

RODRIGUES, Edgar. **Os Libertários.** Rio de Janeiro, VRJ, 1993

SAMIS, Alexandre. “Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos”. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Arão. **As Formações das Tradições 1889-1945**. Col. História das Esquerdas, vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: UM ESTUDO DE SUA VISUALIDADE

Alexandra Pingret[1]

RESUMO: Esse texto é o resultado de um estudo parcial realizado para a dissertação de mestrado, em andamento, cujo título provisório é: A composição visual da Marcha Mundial das Mulheres (Brasil 2000-2010), do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Tendo como tema a composição visual da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que é um movimento social contemporâneo, fluído e heterogêneo, com uma ampla plataforma política. Busca-se, nesse texto, apresentar o movimento e parte da sua composição visual, juntamente com algumas considerações preliminares sobre a pesquisa. Foram utilizados como documentos para o presente estudo: uma entrevista com a representante do Brasil no comitê internacional da Marcha e imagens (fotografias) que contemplam a produção imagética do movimento, encontradas nos Cadernos Marcha Mundial das Mulheres e em jornais da terceira Ação Internacional 2010.

PALAVRAS-CHAVES: Marcha Mundial das Mulheres, Composição Visual, Movimento social contemporâneo.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento feminista internacional que foi organizado a partir de uma manifestação pública no Canadá, em 1999, cujo lema foi "pão e rosas", inspirado em uma simbologia feminina que buscava expressar a resistência contra a pobreza e a violência. A MMM, enquanto movimento social contemporâneo é conceituada por Ilse Scherer-Werrer como um

> caso emblemático de luta universal de direitos da América Latina e para a sociedade global. A MMM (...) caracteriza-se por um projeto de mobilização social no qual participam ONGs feministas, mas também Comitês e organismos mistos de mulheres e homens que se identificam com a causa do projeto.[2]

O projeto político da MMM tem como princípio o combate à pobreza e às injustiças; para isso propõe demandas por terra, trabalho e direitos sociais, ações de

---

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Estadual de Londrina

[2] SCHERER-WERREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006, p. 116.

combate às violências em todas as esferas, conforme o texto de Mirian Nobre e Nalu Farias:

> [...] nos primeiros debates que fizemos formulávamos a idéia de estarmos bem firmes sobre duas pernas: a afirmação de nossa agenda feminista no contexto das lutas antiglobalização e nossa relação com os movimentos mistos. (...) falando e propiciando vivências não só de como é a vida das mulheres hoje, mas de como o feminismo tece alternativas para o presente e o futuro de todas e todos.[3]

Nessa perspectiva, a MMM promove a cada cinco anos um ação/marcha de grande proporção, a primeira foi em 2000, depois em 2005 e a última em 2010. E nesses anos em que aconteceram essas ações, a agenda da MMM foi diferenciada, pois foram organizadas sistematicamente atividades que aconteceram durante os meses de março a outubro, como: seminários, conferências, cursos de formação feminista, dentre outras em conjunto com os movimentos sociais nos níveis estaduais, nacionais e internacionais.

Desde o início a MMM se propôs a ser um movimento capaz de levar à sociedade as diversas interlocuções presentes no interior do movimento de mulheres, e, para isso se organizou a partir de movimentos sociais, sindicais e populares, organizações partidárias e ONGs, articulando as ações locais às nacionais e internacionais. Quebec foi o palco dos três primeiros Encontros Internacionais da MMM, e podemos encontrar no Canadá o maior número de grupos participantes, 654 (seiscentos e cinqüenta e quatro) distribuídos entre movimentos sociais, sindicais e partidários, conforme as informações consultadas no site do movimento.[4]

No Brasil, encontra-se sua segunda maior organização quantitativa, com 304 (trezentos e quatro) instituições. Sendo que, conforme Nádia De Mond:

> em dois anos aquilo que era uma idéia se transformou em realidade, conforme De Mond: "A partir dos contatos, (...) com a ajuda da Internet e com o apoio organizativo decisivo da FFQ

---

[3] NOBRE, Mirian. FARIA, Nalu. *Feminismo em movimento:* temas e processos organizativos da marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. In: *Estudos Feminista*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003, p. 629.

[4] <disponível em www.marchamundialdasmulheres.org acesso em outubro/2010>

> [Federação das Mulheres de Quebéc], criou-se uma rede diversificada de mais de seis mil coletivos de mulheres de 161 países reunidas em torno de uma plataforma mundial.[5]

Dessa maneira, pode-se observar a partir dessa citação, que o uso das tecnologias contribuiu para a expansão da MMM, enquanto movimento social contemporâneo, em forma de rede. A MMM busca legitimidade no movimento de mulheres, enquanto movimento feminista, a partir de algumas estratégias, como por exemplo, uma ampla pauta de reivindicações e ações públicas de grande visibilidade, o que possibilita a construção de uma composição visual. No site da MMM, encontra-se o histórico do movimento, no qual se lê um texto, que pretende expressar as ações, perspectivas e princípios da marcha, e remete-nos também à pretensão referente à marca do movimento:

> A MMM construiu sua força e legitimidade organizando as mulheres em torno a uma agenda radical anti-capitalista e anti-patriarcal. Neste trajeto, utilizou como estratégia fortalecer a auto-organização das mulheres, concomitante com a presença nos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos. A marca deste movimento que estamos construindo também a partir do Brasil, são ações políticas em espaço público, em que se criaram formas irreverentes e alegres de crítica à sociedade capitalista, machista e patriarcal.

O funcionamento da MMM baseia-se na organização do Comitê Internacional, que é itinerante e, desde 2006 está sediado no Brasil, onde a SOF (Sempreviva Organização Feminista), uma ONG de abrangência nacional, com sede em São Paulo, é a sua referência. Esse movimento se organiza em Comitês Nacionais e Estaduais e no Brasil está presente em 17 estados. Cabe ressaltar que a MMM situa-se no interior de uma ONG, e sobre essa tendência, já estudada por vários pesquisadores dos movimentos sociais contemporâneos, nos anos de 1990, Maria da Glória Gohn observa:

---

[5] DE MOND, Nadia. *Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos.* In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003, pp. 637-638.

> *as ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como "pedagógicas" e financeiras às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas*.[6]

Dentre as principais estratégias da MMM estão aquelas que buscam provocar grande visibilidade, pois, de acordo com o formato em rede dos movimentos sociais contemporâneos os encontros presenciais podem ser mais circunstanciais e espaçados, no caso da Marcha esses encontros são a cada cinco anos e são ações/marchas de grande proporção, em locais públicos. Scherer-Werren se refere a esse tipo de manifestações:

> são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política (...) no espaço público contemporâneo.[7]

A primeira ação mundial da MMM ocorreu no ano 2000, iniciando no Brasil no dia 08 de março (dia internacional da mulher), passou por 159 países e territórios, contando com a participação de aproximadamente 6000 entidades. Cabe aqui destacar outro comentário de Scherer-Werren, sobre a MMM:

> A partir de eventos ou datas comemorativas, várias redes vêm construindo um conjunto de mobilizações simultâneas. Por exemplo, o dia 8 de março é data de mobilização da *Marcha Mundial das Mulheres* (MMM), em vários continentes, na América Latina e em vários locais, conectando-se com as múltiplas redes femininas, feministas e de movimentos simpatizantes. Dessa forma, a MMM conecta suas questões específicas com questões mais gerais dos movimentos em rede.[8]

---

[6] GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 315.

[7] SCHERER-WERREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais***.** In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006, p. 112.

[8] SCHERER-WERREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América Latina*- caminhos para uma política emancipatória. In: *Cadernos CRH*, Salvador, v.21,n.54, p.505-517,set/dez/2008, p. 514.

A primeira ação teve como chamado: “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”, Naquela ocasião foi entregue à ONU um abaixo-assinado, no qual constavam 17 itens da pauta de reivindicações do movimento, com cerca de cinco milhões de assinaturas. Também foi escrita, naquele momento, uma “Carta das Mulheres Brasileiras”, cujas reivindicações eram terra, trabalho, direitos sociais, auto-determinação e soberania.

Cabe ressaltar que, em 2001, a MMM foi convidada a participar do Fórum Social Mundial (FSM), em sua primeira edição, realizado em Porto Alegre; a coordenação da marcha sentiu a necessidade de construir uma imagem, através de alguns materiais, aqui chamados de composição visual (estandartes, bandeiras e faixas), para que a MMM pudesse se destacar, nesse evento de grandes proporções. Essa composição visual, a partir de então foi o grande destaque do movimento, tanto para o público interno como para o público externo. Também em 2003 houve uma significativa participação da MMM no FSM, e conforme Nobre e Farias:

> Na passeata de abertura do FSM em 2003 nós da Marcha conseguimos expressar o processo de preparação que desencadeamos. Os estandartes da abertura foram concebidos e costurados em oficinas onde refletimos sobre nossas vidas, nossas visões para o futuro e o significado do Fórum para isso. [9]

A segunda ação ocorreu em 2005, iniciada no Brasil, também no dia 08 de março; tendo como *slogan* “mulheres em movimento mudam o mundo”, passando por 50 países de todos os continentes. O grande destaque daquela edição foi a “Carta das mulheres para a humanidade”, onde se destacava alguns princípios, já conhecidos historicamente: igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz; e que se tornavam também os princípios norteadores do movimento. Os materiais produzidos para o Fórum Social Mundial, em 2001, foram destacados nessa segunda ação, em especial os estandartes e as faixas.

---

[9] NOBRE, Mirian. FARIA, Nalu. *Feminismo em movimento:* temas e processos organizativos da marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. In: Estudos Feminista, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003, p. 628.

A terceira ação ocorreu em 2010, tendo como *slogan* “seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, o diferencial dessa ação foi a marcha realizada por aproximadamente três mil mulheres, durante onze dias (de 08 a 18 de março), conforme o site da SOF[10], saindo da cidade de Campinas – SP até a capital – São Paulo, terminando com um ato na Praça Charles Miller, no Pacaembu. Nessa ação a MMM lançou uma plataforma de ação, onde constavam seis eixos de lutas, dentre eles a construção de mundo sem violência contra as mulheres. Nessa edição, a visualidade da MMM foi destacada pelas “caminhantes”, gigantescas bonecas e pela própria dimensão da Marcha, composta pelas mulheres, que portavam camisetas, mochilas e bandeiras na cor lilás.

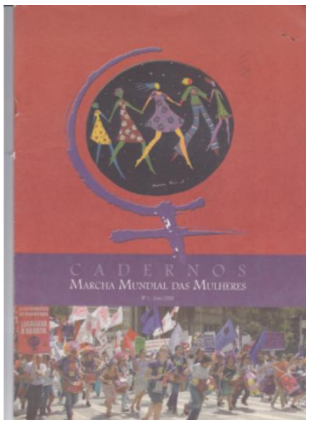
Nesse sentido, a MMM pretende através da composição visual realizar uma intervenção social e mobilização político-pedagógica que ajuda a construir e identificar o próprio movimento, na qual a mediação visual se refere aos valores e identidades construídas, que são comunicados durante as marchas. Nesse sentido, *o conhecimento histórico [torna-se] uma operação teórico-metodológica que visa compreender e interpretar os sentidos que os atores sociais atribuem a seus atos materiais e simbólico. (*BORGES*,* 2005, p. 81)

Na seqüência, opta-se por iniciar uma análise preliminar das imagens (fotografias) da MMM, veiculadas nos materiais produzidos pelo próprio movimento, tendo em vista que, segundo Ulpiano Bezerra Meneses para trabalhar historicamente com uma imagem *é necessário tomar a imagem como um enunciado, que só se apreende na fala, em situação (MENESES, 2003, p. 28).* Nesse sentido, entender a importância dessa construção imagética para o movimento faz-se necessário nesse momento da pesquisa.

O Cadernos Marcha Mundial das Mulheres foi lançado em 2008, com o objetivo de sistematizar a organização de oito anos do movimento, ele contempla no seu conteúdo uma apresentação histórica, os princípios e os eixos da MMM, juntamente com as imagens. A escolha foi feita pela capa do caderno, visto que trás algumas informações pertinentes aos nossos estudos:

---

[10] <disponível em www.sof.org.br disponível em outubro/2010>



Capa do: Cadernos Marcha Mundial das Mulheres, n.1

Junho - 2008

Nessa capa observa-se o logo da MMM, em destaque na parte superior da página, é um círculo, representando o globo terrestre, em seu interior há cinco mulheres, que representam os cinco continentes, envolvendo o círculo há o símbolo da mulher, na cor roxa. Quem assina essa logo é a artista plástica Biba Rigo, que presta serviços artísticos para o movimento. Em seguida há um texto intitulando o material: Cadernos Marcha Mundial das Mulheres, o número e a data de publicação. A intenção das lideranças do movimento era de produzir outras edições, mas até o presente momento não foi lançado. Prosseguindo na descrição, vemos uma fotografia da segunda ação, retratando mulheres em marcha, algumas usando camisetas personalizadas e enfeites na cabeça, tocando instrumentos de percussão (produzidos por elas mesmas, nas oficinas da "Batucada Feminista" ou "Fuzarca Feminista", onde tocam e cantam músicas temáticas). Nas bandeiras ao fundo lê-se em cartazes e pirulitos[11] muitas das reivindicações dos diversos grupos que compõe a MMM, e também muitas bandeiras, do próprio movimento e de outros. Pode-se afirmar que essa capa sintetiza uma construção imagética do movimento.

Na seqüência são apresentadas imagens que compõe o Jornal da Ação Internacional de 2010, que tem em seu conteúdo: o que é a MMM e suas as ações

[11] É o nome que recebe os cartazes fixados em filetes de madeira, para facilitar o manuseio e a visibilidade do público.

nacionais e internacionais, o chamamento para 2010, a importância do dia 8 de março de 2010, que comemora 100 anos; e alguns itens da plataforma de ação. Entretanto, optou-se por retirar os textos escritos que estavam em volta dessas imagens por entender que "prejudicariam" o nosso foco: a construção imagética.

capa do jornal – agosto/2009

terceira página do jornal – agosto/2009

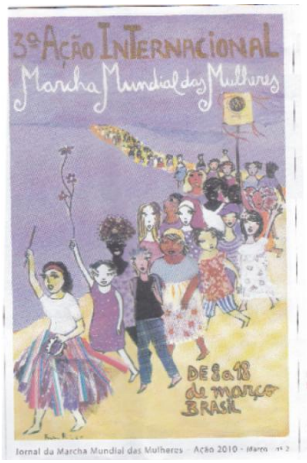
Na capa desse jornal vê-se o logo da ação, juntamente com o chamado "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres", e abaixo novamente as imagens que demonstram as mulheres nas ruas com faixas e bandeiras; também observa-se a colcha de retalhos da solidariedade global, de 2005 e uma boneca, chamada pelo movimento de: caminhantes, elas são construídas também pelas mulheres, durante oficinas em eventos diversos. Essa caminhante trás no peito uma das reivindicações do movimento.

Na terceira página tem-se uma dimensão visual do contraste entre a primeira e a segunda marcha, o diferencial foi a composição visual que as lideranças da MMM, no Brasil, construíram para se destacarem no FSM, Porto Alegre, 2001, conforme já mencionado. A faixa colorida com a representação de mulheres de mãos dadas, com o texto: 8 de março de 2005, e o chamado da ação "Mulheres em Movimento mudam o mundo". Ao fundo vê-se muitas bandeiras, estandartes e vários pirulitos.

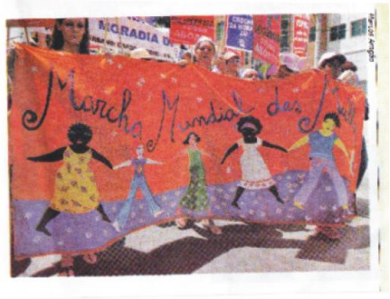
Pela data de publicação desses dois materiais: o Caderno Marcha Mundial das Mulheres (junho/2008) e o Jornal da Ação Internacional de 2010 (agosto/2009), percebe-se que a construção da terceira ação internacional foi sendo feita dois anos

antes da ação. Esses materiais foram enviados à todos os estados nos quais estavam organizadas as coordenações estaduais e regionais da MMM e foram sendo utilizados para a formação política das mulheres que iriam compor as caravanas para a terceira ação.

Outro jornal analisado foi o Jornal da Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – Brasil, n.2, que foi distribuído no início da terceira ação e durante o percurso, para as marchantes e para o público externo. O conteúdo desse jornal é muito semelhante ao do anterior, mas a Plataforma de ação foi ampliada e na última página há um roteiro com a programação dos onze dias de marcha.



Primeira imagem da capa do Jornal março/2010



terceira imagem da capa do Jornal – março/2010

Na primeira imagem observa-se o cartaz da terceira ação, onde são representadas muitas mulheres em marcha, sendo que a primeira está com um instrumento de percussão na mão, outra mais atrás com flores e um pouco mais ao fundo uma caminhante está segurando um pirulito com o logo da MMM. Mais abaixo, na mesma página há uma fotografia que mostra uma faixa da MMM, onde se vê várias mulheres representadas de mãos dadas, que é uma constante da construção imagética da MMM.

Há, atualmente uma grande produção cultural dentro dos movimentos sociais contemporâneos. E mesmo havendo experiências distintas entre os campos da arte e

do ativismo, com finalidades e processos que são particulares, em seus meios de atuação, essa produção cultural "*privilegia situações artísticas que se encontram, se alinham e se fundem temporariamente em lutas sociais e nas fissuras da vida cotidiana*" (MESQUITA, 2008, p. 48) .

Nesse sentido, acredita-se que a arte desenvolvida por esse movimento feminista possa ser considerada arte política, ou seja, arte ativista desenvolvida por intelectuais, militantes e artistas engajados, que privilegiam as manifestações artísticas capazes de dialogar com o público. A arte política que é construída a partir de um ideário, e tem sido historicamente utilizada para a produção imagética dos movimentos sociais, principalmente os contemporâneos, que disputam um lugar de destaque nas mídias.

A partir desses estudos observa-se que a preocupação das lideranças da MMM em construir uma imagem que identificasse o movimento, produzindo uma composição visual colorida e alegre e que, ao mesmo tempo, correspondesse aos seus princípios, nesse sentido, busca representar as mulheres e seu ideário feminista perante o público feminino e masculino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotogra*fia. 2 ed. – Belo horizonte: Autêntica, 2005.

DE MOND, Nadia. Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro/2003.

GOHN, Maria da Glória. 2002. *Teorias dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, cultura visual, História Visual. Balanço Provisório, propostas cautelares**.** *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, p. 11-36, 2003.

MESQUITA, André Luiz. *Insurgências Poéticas: arte ativista e ação coletiva (1900-2000).* Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

NOBRE, Mirian. FARIA, Nalu*. Feminismo em movimento***:** temas e processos organizativos da marcha Mundial das Mulheres no Fórum Social Mundial. In: *Estudos Feminista*, Florianópolis, 11(2): 360, julho-dezembro, 2003.

SCHERER-WERREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais**.** *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WERREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América Latina*- caminhos para uma política emancipatória. In: *Cadernos CRH*, Salvador, v.21,n.54, p.505-517,set/dez/2008, p.

SOIHET, Raquel. *História das Mulheres e História de Gênero***:** um depoimento**.** *Cadernos Pagu,* 11: pp.77-87, 1998.

SITES:

www.marchamundialdasmulheres.org

www.sof.org.br

DOCUMENTOS:

Cadernos Marcha Mundial das Mulheres. n.1, São Paulo, junho, 2008.

Jornal da Ação Internacional de 2010. Publicação da Marcha Mundial das Mulheres. Secretaria Executiva - SOF - Sempreviva Organização Feminista. Rua Ministro Costa e Silva, 36 - Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05417-080 - Tel.: (55) (11) 3819-3876 - www.sof.org.br. Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol e Márcia Helena Ramos. Tiragem: 30 mil exemplares. Impressão: RWC. São Paulo, agosto de 2009.

Jornal da Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres – Brasil, n.2**.** Publicação da Marcha Mundial das Mulheres. Secretaria Executiva - SOF - Sempreviva Organização Feminista. Rua Ministro Costa e Silva, 36 - Pinheiros - São Paulo/SP CEP 05417-080 - Tel.: (55) (11) 3819-3876 - www.sof.org.br. Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol e Márcia Helena Ramos. São Paulo, março de 2010.

Entrevista: julho/2010 – São Paulo - Seminário Nacional da Marcha Mundial das Mulheres: com Nalu Farias – coordenadora da SOF e membro da executiva internacional da MMM.

A UNE COMO INSTRUMENTO DE SUBVERSÃO: A FRENTE DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA CONTRA A ESQUERDA ESTUDANTIL DURANTE A GREVE UNIVERSITÁRIA DE 1962

André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos*
Mestrando/UNESP - Assis
Bolsista CAPES

RESUMO: O presente artigo pretende analisar como a Frente da Juventude Democrática (FJD) atuou em relação aos estudantes de esquerda durante a *greve por um terço*, em 1962, período em que a mobilização e as ações políticas das esquerdas e do anticomunismo foram bastante amplas e radicalizadas. Nesse sentido, pretende-se analisar como a FJD representou a União Nacional dos Estudantes (UNE) e quais foram as suas ações.

O tema proposto está situado entre os anos de 1961 e 1964, quando as *reformas de base* passaram a nortear o debate político no Brasil, tendo em seu contexto fortes disputas no interior da sociedade brasileira entre os setores favoráveis e contrários a essas reformas. Na definição dessas posições estiveram, de um lado, o avanço dos movimentos sociais; do outro, se reafirmou uma posição motivada pelo *anticomunismo* que se relacionou tanto com o contexto nacional de oposição às formas e ao conteúdo reformista, quanto com as tensões internacionais da Guerra Fria.

Dentre os movimentos que avançaram estava a UNE, que no início dos anos de 1960 reuniu os segmentos estudantis da esquerda e se aproximou das propostas mudancistas, em especial da *reforma universitária*, considerada pela entidade como o ponto de partida das demais reformas nacionais. Assim, esse setor estudantil organizou congressos e seminários sobre o tema tendo como resultado uma ampla mobilização e a efetivação de uma greve geral em meados de 1962, que ficou conhecida como a *greve por um terço*. Simultaneamente, em oposição à UNE, se fortaleceu um movimento de tendência anticomunista organizado inicialmente pela FJD.

Para percorrer alguns caminhos dessas disputas, foram utilizados, como fonte de pesquisa, documentos da UNE, comunicados e declarações da FDJ e a imprensa, a qual destacou tanto a *greve por um terço* quanto os confrontos que ocorreram no interior do movimento estudantil.

Supõe-se que uma análise sobre as organizações universitárias anticomunistas do início dos anos de 1960 possa contribuir para o entendimento de alguns setores estudantis que saíram em defesa do golpe civil-militar em 1964, situando os estudantes como um segmento aberto às diversas diferenças que motivaram a sociedade brasileira no início dessa década.

PALAVRAS-CHAVE: União Nacional dos Estudantes, movimento estudantil, anticomunismo.

---

* Mestrando pelo PPGH da UNESP/Assis. Bolsista CAPES.

AS REFORMAS DE BASE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

No início dos anos de 1960, principalmente entre 1962 e os primeiros meses de 1964, o principal debate que dividiu as opiniões da sociedade brasileira foram as *reformas de base*. Essas reformas foram materializadas, dentre outras, nas propostas de reforma agrária, urbana, bancária, eleitoral e universitária. A justificativa era de que o Brasil havia chegado a um grau de desenvolvimento que exigia transformações estruturais que possibilitassem a sua continuidade por meio da *"ativação da economia rural e da mobilização da econômica urbana, ampliada através" das outras reformas em marcha*.[1]

Como tema dessas reformas o ensino superior também era considerado superado para a realidade em que o Brasil se encontrava. Segundo o Programa de Governo para a Educação e Cultura:

> "[o] país que se industrializa e necessita, cada vez mais, de técnicos de nível superior para as múltiplas tarefas de uma sociedade moderna, continuamos a manter um ensino universitário obsoleto, de alto custo e baixo rendimento, além de inteiramente insuficiente do ponto de vista quantitativo."[2]

Para Florestan Fernandes, além da necessidade de superar a precariedade do ensino superior, também era necessário uma *total "substituição do padrão aí dominante de trabalho pedagógico* que fazia *do labor intelectual um fim em si mesmo, divorciando-se exageradamente da pesquisa científica, do pensamento criador e da reflexão prática"*.[3]

As reformas que foram propostas no campo educacional, no entanto, não foram debates exclusivos do governo ou dos intelectuais. A necessidade de mudanças

---

[1] RIBEIRO, Darcy. (1994) "Nossa herança política". In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jaqueline (Org.). *O Brasil de João Goulart:* um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2006, pp. 207-208.

[2] Programa de governo para educação e cultura (1961), Educação e Ciências Sociais, Ano VI, vol. 9, nº. 17, Maio – Agosto, p. 14.

[3] FERNANDES, Florestan (1960). "Dados Sobre a situação do ensino". Revista Brasiliense. nº. 30, Julho – Agosto, p. 112.

no sistema de ensino também era abordada pelos reitores das universidades, professores em geral e pelos movimentos sociais. Dentre eles, o movimento universitário, que a partir da UNE, de suas congêneres estaduais e dos centros e diretórios acadêmicos, promoveu diversos debates e estudos em torno do tema, dos quais os Seminários Nacionais de Reforma Universitária (SNRU) foram os mais importantes.

Os SNRU contavam com a participação de estudantes que representavam todas as regiões brasileiras e aconteceram de 1961 até 1963[4].

No I SNRU, realizado em Salvador, os estudantes nele reunidos analisaram a universidade dentro do contexto geral no qual entendiam que o país se encontrava. Segundo o seu resultado, exposto em um documento intitulado *Declaração da Bahia*, o Brasil era uma nação capitalista em fase de desenvolvimento, marcada por uma infra-estrutura agrária de bases latifundiárias, dependente das potências estrangeiras, insuficiente em seus padrões de vida e com um grande desequilíbrio regional.[5]

Quanto à questão específica do ensino superior o I SNRU apontou que:

> "Universidade e sociedade se interpenetram e se interinfluenciam individualmente. Uma sociedade deformada conterá uma Universidade igualmente mutilada. Reciprocamente, uma universidade infiel às suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se, insensível à auto-crítica, vedada à evolução"[6]

Para esses estudantes a forma de resolver o problema da questão universitária estava situada em um quadro maior, no qual as suas mudanças tinham que estar ao lado e em sintonia com as outras transformações que eram preconizadas pelo conjunto das *reformas de base*. O problema que então passou a se colocar para o movimento universitário liderado pela UNE foi de como essas mudanças seriam realizadas, e quem as realizaria.

---

[4] Não consideramos nesse trabalho, em detrimento do recorte temporal, o I Seminário de Reforma do Ensino (1957) e o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (1960).

[5] Declaração da Bahia. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1994, pp. 3 – 9.

[6] Idem, p. 17.

Foi a partir do II SNRU, realizado em Curitiba, que uma proposta de como chegar aos objetivos estudantis e uma linha de ação mais concreta passou a existir.

Desde o I SNRU os estudantes debatiam a democratização da universidade, e um dos meios para que isso acontecesse era a participação do corpo discente nos seus órgãos colegiados. Esses órgãos eram as Congregações, Conselhos Universitários, Conselhos Técnicos e Conselhos Administrativos, nos quais os estudantes tinham direito a uma vaga, geralmente ocupada pelo presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). O problema é que para os setores ligados a UNE, a representação de apenas um membro nesses órgãos não possibilitava que as ideias estudantis de fato tivessem representatividade. Segundo foi sintetizado por Roland Corbisier:

> "Só essa participação da mocidade estudantil, hoje esclarecida e identificada com as aspirações populares e nacionais, tornará possível a transformação da Universidade em um instrumento promotor do desenvolvimento, da emancipação econômica do progresso social"[7]

Para os setores que defendiam a participação estudantil nos órgãos colegiados, havia um *conflito* acontecendo no interior das universidades. Interpretava-se haver uma contradição entre o novo e o velho, o revolucionário e o reacionário. Esse conflito era reconhecido a partir das identificações que se fazia do corpo universitário dirigente. Se por um lado a UNE afirmava os estudantes como a "*parcela mais comprometida com o futuro, mais aberta aos novos ideais",*[8]o professorado, ou grande parte dele, era considerado como "*frequentemente reacionário e acumpliciado com os interesses das classes dominantes".*[9] Considerava-se então que cabia aos estudantes protagonizar as mudanças que eles achavam necessárias, já que era entre eles que as novas concepções tinham mais abertura.

Munidos dessa interpretação, parte significativa das direções estudantis decidiram a estratégia de luta pela reforma universitária. A forma de iniciá-la era democratizar os órgãos colegiados ampliando a participação dos estudantes, na proporção de *um terço* do seu número total de membros, o que também foi chamado

---

[7] CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 129.
[8] Declaração da Bahia, Idem, p. 27.
[9] CORBISIER, p. 129.

de *co-governo*. E quem daria início a essas reformas seria o próprio movimento universitário.

A primeira ação da UNE no sentido de mobilizar e tentar unificar os estudantes em torno da *reforma universitária*, e em especial em torno das propostas do II SNRU, foi a criação da UNE-Volante, uma caravana dos diretores da UNE e do Centro Popular de Cultura (CPC) que percorreu quase todas as capitais brasileiras realizando assembleias, reuniões, apresentando peças de teatro, debatendo a reforma universitária e defendendo a participação estudantil de *um terço* nos órgãos colegiados[10]. Para a UNE, era necessário que os estudantes conhecessem as análises e as propostas dos seminários que haviam sido realizados pela entidade. Segundo um de seus comunicados, enviado para os Centros Acadêmicos:

> "A UNE-Volante, percorrendo todos os Estados, levará as definições sociais do movimento estudantil, instrumento seguro para prosseguirmos em nossa luta. (...) Dentro de uma perspectiva tática nossa luta será tanto mais válida quanto mais bem orientadas forem as nossas reivindicações, quanto mais bem estruturado estiver o nosso movimento." (...) Impõe-se aqui, como tarefa imediata, nossa presença nessa reformulação, exigindo um co-governo efetivo (um terço de aluno) que dê ao estudante as possibilidades reais e válidas nos órgãos de direção da Universidade."[11]

Ao considerarmos esse comunicado podemos concordar com o apontamento de José Luiz Sanfelice[12], de que provavelmente a UNE tivesse convicção de que os estudantes estavam ganhando novas forças e perspectivas.

Por outro lado, o cenário no qual se afirmavam as propostas das *reformas de base* e no qual os estudantes ligados a UNE desenvolviam as suas concepções não era homogêneo e as posições que se contrapunham à elas eram bastante fortes. Haviam setores que identificavam nas manifestações reformistas a influência do comunismo e o objetivo de subverter a ordem democrática, além de um radicalismo extremo.

---

[10] A UNE-Volante. In: CASTILHO, A. (Org.) *Apesar de tudo UNE REVISTA*: elementos para uma história da UNE. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP "Alexandre Vanuchi Leme", s.d., s/p; Folha de São Paulo, primeiro caderno, 12/03/1962, p. 6.

[11] As Uniões Estaduais dos Estudantes, Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos, idem, s/d, s/p.

[12] SANFELICE, José Luis. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, p. 37.

Essas interpretações tinham origem tanto no contexto internacional quanto no nacional. No plano internacional a Guerra Fria colocava em confronto as duas superpotências mundiais, os EUA e a URSS. Quanto ao Brasil e a América Latina, eram um *teatro secundário* até que a *Revolução Cubana* arrastou todo o Continente para o centro do embate[13].

Identificado o perigo internacional do comunismo e o crescimento nacional dos movimentos de esquerda, os setores mais conservadores e as fileiras do anticomunismo passaram a se organizar e se traduziram em algumas organizações com importância preponderante no Brasil. Duas dessas organizações foram o Instituto Brasileiro de Ação de Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Juntos, o IPES e o IBAD lideraram ações de contenção da influência das organizações de esquerda em diversos movimentos e segmentos sociais. Também lançaram filmes, revistas, estudos e livros de propaganda contrária ao comunismo.[14]

No interior das organizações estudantis a maior influência que existia naquele momento era da esquerda, em especial de um setor político com origem na Juventude Universitária Católica (JUC) que havia se consolidado na direção da UNE a partir de 1961, com a eleição de Aldo Arantes, então membro dessa organização. Em seguida, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) também exercia influência. Para fazer frente ao avanço dessas organizações dentre os estudantes, o IPES, e em especial o IBAD, se empenharam em "*uma difícil e dura campanha de contenção e desagregação dirigida especialmente contra a UNE"*.[15] Sua atuação principal se dava por meio do Movimento Estudantil Democrático (MED) e da Frente da Juventude Democrática (FJD), patrocinada pelos IPES e dirigida por ativistas estudantis de direita.

---

[13] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho":* o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002, p. 231.
[14] DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006, p. 174-175.
[15] Idem, p. 300 - 302.

A GREVE UNIVERSITÁRIA

A greve nacional por *um terço* teve início dia 1º. de junho e o jornal *Última Hora* atribuiu ênfase a decisão do Conselho Nacional de Estudantes em "*lançar mão do recurso extremo a fim de verem atendidas as suas reivindicações".*[16] A efetivação da greve, no entanto, era parte de um cenário de efervescência no interior das universidades. Os estudantes da Universidade Mackenzie, em São Paulo, estavam com as aulas paralisadas desde o início de maio, reivindicando que a instituição fosse federalizada.[17] Na Faculdade de direito da Universidade de São Paulo (USP), a greve era direcionada contra um concurso de Cátedra que os estudantes eram contra. No final de maio, a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) incorporou as reivindicações estudantis dessas duas universidades e foi decretada uma greve geral no Estado que em junho ainda estava vigorando.

No Rio de Janeiro, os alunos da Faculdade Nacional de Direito também estavam em greve contra a proibição de uma conferência patrocinada pelo Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) e os alunos da PUC em greve contra a demissão sumária do Professor de Direito Civil da Instituição[18].

No Paraná, as aulas também estavam suspensas desde o início de maio, reivindicando antecipadamente a participação de *um terço* nos colegiados[19]. Em Fortaleza, os estudantes também estavam em greve e na Bahia, Pernambuco e Paraíba as mobilizações estudantis vinham sendo constantes.

Com o decreto da paralisação nacional da UNE, o movimento incorporou e unificou a grande maioria das reivindicações que já existiam, o que significou um peso considerável logo no seu primeiro dia. Nos outros Estados, a paralisação foi

---

[16] Última Hora, 01/06/1962, p. 2.

[17] Além da reivindicação estudantil pela federalização, a Universidade Mackenzie foi tema de diversos debates no Conselho Federal de Educação (CFE), que chegou a indicar uma comissão para acompanhar o caso. O relatório da comissão apontou divergências entre a Universidade e a Mantenedora na adequação de seus estatutos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e um mediador foi indicado. Em 16/11/1962, o Estatuto da Universidade foi aprovado pelo CFE como resultado feliz da mediação levada a efeito pelo nosso eminente colega, Professor Almeida Junior, em nome deste Conselho. O estatuto previa a participação de apenas um representante discente em seus órgãos. Documenta (1962), MEC, nº. 1-7)

[18] Revista Visão, 08/06/1962, vol. 20, nº. 23, p. 20.

[19] O Estado de São Paulo, 07/06/1960, p. 7.

acontecendo gradativamente, conforme os Conselhos Estaduais de Estudantes se reuniam para deliberar a *parede*.

Por outro lado, o meio universitário, mesmo no auge inicial da *greve por um terço*, não era homogêneo ou unitário. Apesar de alguns grupos frontalmente opostos à UNE terem se manifestado favoráveis a paralisação, especialmente na Guanabara[20], na Universidade Mackenzie e na PUC, em São Paulo, grupos de alunos das Faculdades de Direito se posicionaram publicamente em favor de *furar* a greve.[21] No Paraná, nas cidades de Ponta Grossa e Londrina também haviam estudantes contrários a greve, além de um movimento *pró-plebiscito,* que a partir de um grupo estudantil de Curitiba passou a exigir da União Paranaense dos Estudantes (UPE) uma votação geral, justificando que essa era a oportunidade de todos os universitários se expressarem em relação a paralisação, proposta que foi tachada como traidora e *divisionista* pela UPE[22].

No entanto, os movimentos que se opuseram à greve não se tornaram nacionais e foram sendo ofuscados pelas assembleias dos centros e diretórios acadêmicos e pelas intervenções das entidades estudantis estaduais, que foram continuamente ratificando a decisão da UNE e as resoluções do II SNRU. Nesse contexto inicial, a FJD surgiu como a primeira organização radical de oposição a greve, que apesar de não ter aglutinado um número significativo de estudantes, se manteve na imprensa nacional assinando longos comunicados nos quais denunciava a infiltração comunista internacional na direção da UNE e os objetivos da entidade em conturbar o panorama nacional.

A FJD CONTRA A UNE DURANTE A GREVE

As ações da FJD e de grupos contrários a UNE e ao avanço das esquerdas no interior das entidades estudantis não eram novidade em 1962. Desde 1956 a FJD promovia denúncias contra a influência comunista nos meios estudantis, quando

[20] Encontro Universitário, Jornal do Brasil, 18/05/1962 – 25/06/1962, caderno B, p.14.
[21] O Estado de São Paulo, 03/06/1960, p. 17.
[22] Idem, 22/06/1962, p. 5.

relatou aos órgãos de segurança que dois membros da União Internacional dos Estudantes (UIE), em visita ao Brasil, traziam material subversivo e instruções comunistas aos brasileiros[23]. Em 1958, no contexto das mudanças internas que ocorriam nas entidades estudantis, a FJD passou a denunciar o *caráter comunista* dos encontros universitários, principalmente nos Estados de São Paulo e do Paraná[24]. No entanto, o ano de 1962 começou com ações mais violentas. Logo no início do ano a sede UNE foi metralhada pelo Movimento Anticomunista (MAC) e um grupo de anticomunistas tentou ocupar a sede da Rádio Farroupilha, em Porto Alegre. A ação do MAC criou um alarde geral na imprensa[25] e acirrou os ânimos contrários a esse tipo de ação. No mês de abril, durante uma conferência do deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, na sede da UNE, estudantes que discordavam da política praticada pela entidade atacaram os participantes com pó de mico, pimenta do reino e bombas de ácido sulfúrico. Esses acontecimentos contribuíram para o acirramento das relações entre as esquerdas estudantis e as suas oposições durante a *greve por um terço*.

A FJD, ainda no dia 1º de junho, publicou o seu posicionamento oficial em relação a parede estudantil. Segundo a organização, a greve da UNE era uma manobra comunista, criminosa e impatriótica. Afirmava ainda que:

> "na base das falsidades comuns a tática revolucionária do Kremlin, o movimento paredista é apresentado como resultante de motivos relevantes, isto é, desejo de participação no conselho das universidades, solidariedade aos estudantes perseguidos, reforma universitária e outros pretextos, quando a greve geral decorre de ordem expressa da União Internacional de Estudantes (UIE), em Praga, que determinou aos seus agentes – traidores dos estudantes – que perturbem o ambiente para tornar possível a eclosão revolucionária dos operários (greves) e camponeses (guerrilhas)." [26]

Logo depois, em 17 de junho, outro comunicado de grande circulação da FJD afirmava que a greve da UNE era organizada por agentes comunistas a serviço da

---

[23] SEGANFREDO, Sonia. *UNE:* instrumento de subversão. Rio de Janeiro: GRD, 1963; Memórias Reveladas. A influência comunista no próximo congresso dos estudantes da América Latina. Cod. Id. BR,NA,RIO X9.0ESI, 3/7, 1956, p. 1.
[24] Folha da Manhã, 08/05/1958, p. 2.
[25] Folha de São Paulo, 09/01/1962, p. 01, 04 e 17; 10/01/1962, p. 01; 11/01/1962, p. 01.
[26] Idem, 01/06/1962, p. 2.

guerra civil, e afirmava que nas sedes dos centros acadêmicos existiam armas leves e revolveres[27].

Ainda no mesmo mês, a FJD deu início a uma campanha para que a UNE fosse expulsa da antiga capital brasileira. Segundo o comunicado, intitulado *Manifesto da FJD contra a permanência da UNE no Rio de Janeiro*[28], a organização sugeria que a entidade nacional dos estudantes transferisse sua sede para Brasília, ou para "*Moscovita, matriz ideológica do internacionalismo nacionalista, fabricantes de greves, lutas de rua, agitação e invasão de escolas"*[29]. Segundo o comunicado, a mudança da "*minoria corrupta de comunistas arruaceiros da UNE"* para Brasília se faria com as verbas de 385 milhões que ela recebia do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Até meados de julho, a FJD publicou outros comunicados que circularam em torno das mesmas denúncias, incluindo a intenção da UNE em *cubanizar* o Brasil[30]. A organização também manteve a campanha de expulsão da sede da entidade, incluindo encontros com o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que tinha um discurso similar ao da FJD em relação a transferência da UNE, e que também recebia atenção da imprensa.

No entanto, a partir da segunda quinzena de julho, as motivações dos discursos da FJD passaram por alterações, porém mantendo o mesmo conteúdo. A forma como essa organização entendia a participação das esquerdas nas entidades estudantis não estava relacionada apenas com uma concepção anticomunista doutrinária. O discurso da FJD também se relacionava com a militância política que a organização desenvolvia nos meios universitários e com as disputas eleitorais das entidades estudantis. Nesse contexto, como a reivindicação *por um terço* não era atendida, a greve se prolongou, coincidindo com o XXV Congresso da UNE[31], centro nacional dessas disputas e que iria eleger a nova diretoria da entidade. Ao anticomunismo da FJD na imprensa foram acrescidas as divisões internas do movimento universitário, o que provocou divergências e cisões mais nítidas em seu interior.

---

[27] O Estado de São Paulo, 17/06/1962, p. 10.

[28] Manifesto da FJD contra a permanência da UNE no Rio de Janeiro, Idem, 27/06/1962, p.6; 28/06/1962, p. 6.

[29] Idem.

[30] Idem, 06/07/1962, p.5.

[31] O XXV Congresso da UNE aconteceu no Hotel Quitandinha, em Petrópolis/RJ, entre os dias 17 e 21 de julho. A Frente Única, que reunia os setores da esquerda, saiu vitoriosa com a Eleição de Vinicius Caldeira Brandt, com 711 votos e 106 abstenções.

A partir do início do congresso da UNE, ao lado dos comunicados da FJD começaram a circular também as posições da Aliança Democrática Estudantil (ADE), de grupos estudantis ligados aos setores mais conservadores da Igreja Católica e das *Mães*, apelando contra a participação dos comunistas na UNE[32]. Além das disputas estritamente estudantis, Carlos Lacerda e o reitor da Universidade do Paraná, Flávio Suplicy de Lacerda, deram início a uma forte campanha contra a *greve por um terço*, na qual também qualificaram a UNE como um *centro comunista*.

Tendo no congresso da UNE um espaço para expor e disputar as suas posições, a FJD, por meios dos seus comunicados, passou a tentar aglutinar estudantes e a denunciar as restrições que os *democratas* supostamente sofriam durante o encontro. Tiveram início as denúncias dos planos de agitação comunista no próprio congresso estudantil. A FJD passou então a se reafirmar como defensora da democracia e opositora do comunismo nos meios estudantis e se apresentou aos universitários como a promotora de uma *"maratona cívica em favor da libertação dos estudantes brasileiros"*, na tentativa de livrá-los *dos "grilhões da minoria russificada que empolgou a direção da UNE"*[33]. Nesse sentido, ao lado das denúncias de que a *minoria* comunista da UNE tentava "*corromper, coagir, amedrontar e perseguir a maioria dos estudantes democratas, brasileira e nitidamente anti-soviética"*, se mantiveram as acusações contra o que se entendia ser a "*inimiga do estudo*, que recebia contribuições do *peronismo internacional (Brizola)* e conduzia *o congresso com assessoria de técnicos comunistas da Rússia, China e Checoslováquia, autênticos espiões"*[34].

Ao final do congresso, ainda com a continuidade da greve por um terço (já chegando ao seu terceiro mês e bastante desgastada), os discursos que se formaram em sua oposição, e em especial contra as esquerdas no congresso da UNE, tiveram reflexos imediatos. Da Escola Superior de Agricultura surgiu um telegrama "*repudiando as atitudes esquerdistas da entidade" (da UNE)*[35]. Na Universidade Mackenzie, alguns centros acadêmicos reuniram os seus cursos em assembleias e se desligaram da UEE-SP e da UNE, de modo geral aprovando cartas de repúdio as ações da entidade, que entendiam ser subversivas. Mesmo em faculdades onde as esquerdas eram bastante

[32] O Estado de São Paulo, 20/07/1962, p. 10.
[33] Idem, 13/07/1962, p. 06.
[34] Idem, 20/074/1962, p. 07; 19/07/1962, p. 07.
[35] Idem, 21/07/1962, p. 5.

fortes começaram a surgir oposições, como na Escola Politécnica da USP. Em Santa Catarina, Paraná e Recife também começaram a surgir movimentos de retorno às aulas e em alguns casos, de oposição a UNE[36]. No Rio de janeiro e na Guanabara, estudantes de diversos centros acadêmicos da PUC se desligaram ou se colocaram em oposição a UNE, lançando o Movimento Solidarista Universitário (MSU), que se opunha ao comunismo e aos extremismos. Os centros acadêmicos das faculdades da Nacional de Medicina, Engenharia e Odontologia também se desligaram da UNE. O rompimento mais expressivo, no entanto, aconteceu no início de novembro, quando a coluna Encontro Universitário, do Jornal do Brasil, divulgou os resultados da votação para a União Metropolitana dos Estudantes (UME), do Rio de Janeiro: *Vitória foi da renovação*[37]. Mesmo sem os votos de faculdades cariocas importantes, que haviam rompido com a UME e a UNE, a oposição derrotou a esquerda, dando início a uma sequência de vitórias da oposição em outras entidades estaduais.

CONCLUSÃO

Ao tentar uma análise sobre o discurso anticomunista nos meios universitários, o presente artigo buscou entender as formas como FJD concebeu as esquerdas estudantis. Ao mesmo tempo, também buscou compreender o movimento universitário a partir de um espaço heterogêneo, marcado pelas diferenças e pela disputa das entidades estudantis entre grupos políticos opostos, que em última instância, nos anos de 1960, representaram de um lado as forças de esquerda, e de outro, as forças que discordavam e se opunham ao que se considerava ser a influência do comunismo. A reflexão sobre o tema parte da análise colocada por Daniel Aarão Reis[38], de que:

---

[36] Idem, 01/08/1962, p. 6.
[37] Encontro Universitário, Jornal do Brasil, 02/11/1962, p. 14.
[38] REIS FILHO, Daniel Aarão. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org). *Rebeldes e Contestadores:* Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 65.

> "Os estudantes em geral, e tão pouco, os estudantes universitários em particular, não constituem um todo monolítico, infensos à divisões políticas. São atravessados pelas questões que agitam a sociedade, e não podem ser reduzidas à problemática de classe"

Nesse sentido, os setores da esquerda estudantil que tentavam formar as frentes únicas nas entidades estudantis, unindo os diversos grupos que possuíam algum ponto em comum, passaram a sofrer oposição acirrada em algumas faculdades e em importantes entidades estudantis, das quais algumas foram conquistadas pelas oposições[39]. Não raro, essas oposições traziam em seu discurso versões do anticomunismo, como foi o caso do MSU no Rio de Janeiro, que além de ter vencido rapidamente as eleições para diversos centros e diretórios acadêmicos na PUC-RJ, foi ativa na campanha que derrotou as esquerdas na UME-RJ, em 1962[40]. Nesse sentido, podemos considerar que o discurso e as formas de organização anticomunistas nos meios estudantis seguiram uma tendência similar ao anticomunismo mais geral que se desenvolveu no Brasil. Segundo Sá Motta[41], o anticomunismo comportava em seu interior formas diferenciadas de organização, assim como formas diferentes de conceber o comunismo e combatê-lo. Em relação aos meios universitários, a FJD foi apenas uma dessas organizações e defendeu apenas uma das muitas versões contrárias às práticas políticas da UNE.

Durante praticamente todas as aparições na imprensa, a FJD manteve a mesma motivação, o anticomunismo. Desde 1956, quando denunciou o perigo que representava a chegada dos universitários da UIE ao Brasil, até 1980, quando denunciou que o XXXII Congresso da UNE era "*uma monumental reunião de agitadores"*[42], com a participação de terroristas, representantes do Imperialismo Soviético e de Havana. Em suma, a estratégia era qualificar os setores da esquerda estudantil como agitadores, sempre estabelecendo alguma ligação *alarmante* entre a agitação social, comunismo e ligações internacionais. Dentro desse propósito geral, a

---

[39] MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar:* 1964 – 1968. Campinas, SP: Papirus, 1987.

[40] A divulgação do manifesto do MSU recebeu ênfase da imprensa no que se referia a condenação do movimento ao comunismo, que *além de encampar os defeitos do socialismo ainda é dotado de uma filosofia atéia e materialista*. Folha de São Paulo, 08/05/1963, primeiro caderno, p. 15.

[41] MOTTA, 2002, p. 19.

[42] Advertência da FJD. Folha de São Paulo, 14/10/1980, p. 12.

FJD articulou o seu discurso aos contextos políticos pelos quais o Brasil passou, e ao mesmo tempo, às disputas travadas no movimento universitário.

No tocante a forma como essa organização concebeu o movimento universitário como um todo, e em especial a UNE, é possível afirmar que a FJD não se opunha diretamente as entidades estudantis, mas sim aos movimentos de esquerda que tinham maioria em suas direções. Para essa interpretação, contribui a militância da própria FJD, que disputava as eleições estudantis das mesmas entidades que ela considerava como centros de agitação. Também identificou-se que conforme as oposições foram vencendo as eleições de algumas entidades estaduais, os centros e diretórios acadêmicos que anteriormente haviam rompido com a *subversão* e o *esquerdismo* dessas entidades, foram gradativamente se religando à elas, como aconteceu na UME, do Rio de Janeiro.

FONTES

Folha de São Paulo, 1961 – 1963

O Estado de São Paulo, 1961, 1963

Revista Visão, São Paulo, maio – agosto, 1962

Última Hora, RJ, junho-julho, 1962

A influência comunista no próximo congresso dos estudantes da América Latina. Memórias Reveladas. Cod. Id. BR,NA,RIO X9.0ESI, 3/7, 1956, p. 1-3.

Declaração da Bahia, 1961.

Declaração do Paraná, 1962.

FERNANDES, Florestan (1960). “Dados Sobre a situação do ensino”. Revista Brasiliense. nº. 30, Julho – Agosto, p. 112-136.

Programa de governo para educação e cultura (1961), Educação e Ciências Sociais, Ano VI, vol. 9, nº. 17, Maio – Agosto, p. 13-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, A. (Org.) *Apesar de tudo UNE REVISTA*: elementos para uma história da UNE. São Paulo: Edições Guaraná e DCE-Livre USP "Alexandre Vanuchi Leme", s.d., s/p.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou revolução.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A.. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar:* 1964 – 1968. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho":* o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Perspectiva/ FAPESP, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Org). *Rebeldes e Contestadores:* Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

RIBEIRO, Darcy. (1994) "Nossa herança política". In: FREIXO, Adriano de; MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jaqueline (Org.). *O Brasil de João Goulart:* um projeto de nação. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Contraponto, 2006.

SANFELICE, José Luis. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez.

SEGANFREDO, Sonia. *UNE:* instrumento de subversão. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

NOVOS DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA POLÍTICA

A POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA POR MEIO DA REVISTA 'EM GUARDA' (1940-1945)

Aline Vanessa Locastre
Mestranda do PPGHS/UEL
Bolsista CAPES

RESUMO: No intuito de propiciar a discussão sobre os novos objetos de estudo para a consolidação de pesquisas na área de História Política, o presente trabalho procura apresentar a Revista 'Em Guarda', publicada entre os anos de 1941 a 1945 e por intermédio de seus artigos, estabelecer estudos sobre a Política da Boa Vizinhança no Brasil.
Mídia criada para estreitar os vínculos entre as Américas, a Revista pode nos fornecer um rico número de artigos e fotografias da década de 1940, com os quais faz-se possível verificar a forma como a mídia estadunidense da época abordava em solo latino-americano algumas temáticas. Entre elas: união da América em prol do conflito armado, engajamento da mulher na Guerra, apoio da sociedade americana para o desfecho do conflito e enfim, estereótipos do latino-americano na visão estadunidense.
Assim, apresentaremos os resultados preliminares da presente pesquisa, onde serão esboçadas algumas nuances da Política da Boa Vizinhança expressas pela revista 'Em Guarda' durante a Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: História Social, Territórios do Político, Política da Boa Vizinhança.

O estudo do campo político, no decorrer dos anos, passou a abranger uma grande gama de documentos para a elaboração de trabalhos históricos. No caso da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), conflito que marcou fortemente as relações políticas, econômicas e sócias entre estados no século XX, até os dias atuais ainda é, constantemente, foco de inúmeras pesquisas.

Todos os resquícios oriundos dessa Guerra (que envolvem depoimentos de veteranos, documentos de embaixadas, diários de guerra, fotografias, jornais, revistas, programas de rádio, entre outros) tornaram documentos importantes para a análise de diversas nuances desse conflito. Uma vez que, além do tradicional enfoque, das macro-unidades políticas (Estados, Instituições) a História Política renovada conta com

uma gama de possibilidades de pesquisa, sendo sempre esses temas atravessados pelo Poder.

Historiadores levam em consideração também as relações de poder existentes nas micro-unidades políticas. Ideologias, movimentos sociais e políticos, revoluções. Também estão atentos para as relações interindividuais, como os micro-poderes, relações de poder dentro das famílias, relacionamentos entre grupos. Ao mesmo tempo para as representações políticas, símbolos, mitos políticos, teatro de poder, ou o discurso. Dessa forma a História política adentra também em meio a História Cultural, Social e Econômica.

> Nesse sentido teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos *Annales* e novos marxismos), com as ultimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isso começa a retomar a partir do final do século com um novo interesse.[1]

Consideram-se as antigas temáticas estudadas pelo Político, porém, o enfoque na pesquisa tenderá para outras direções. Porém, se alguma pesquisa traz a análise de uma personalidade, de um fato marcante, como uma guerra ou revolução, ou ainda a relação entre uma política adotada por um governo em relação ao seu país, não significa que o estudo seja embasado na historiografia tradicional.

> Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam serem os grandes e únicos condutores da História [2]

Atentos a esta infinidade de possibilidades de documentação, partimos da análise da revista 'Em Guarda' (distribuída no Brasil entre os anos de 1941-1945) para a consolidação de estudos que têm como foco de discussão as relações entre Brasil e Estados Unidos, mais especificamente a Política da Boa Vizinhança, como ficou conhecida.

---

[1] BARROS, José D'Assunção. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. **S/ECULUM, Revista de História.** João Pessoa, jan/jun. 2005, p. 129.
[2] Idem.

A 'BOA' VIZINHANÇA ENTRE AMERICANOS

Em meio às possibilidades de aproximação entre alguns governos de cunho autoritário na América Latina com regimes nazifascistas nos anos finais da década de 1930 e inicio da década de 1940, o governo estadunidense procurou estreitar suas relações com seus vizinhos e assim, manter seu protetorado sobre o continente americano.

Diferente da postura intervencionista que marcou a administração do presidente *Theodore Roosevelt*, seu sobrinho, *Franklin,* em meados da década de 1930 lutou para pôr fim à imagem negativa que os estadunidenses tinham adquirido, principalmente na região caribenha[3].

Em 1940 foi criada uma agência que tinha como prioridade a gerência dos programas a serem realizados com a América Latina. Para a direção do *Office for Coordinator of Commercial and Cultural Relations between the Americas*, foi escolhido o herdeiro de uma das maiores petrolíferas da época, Nelson Rockefeller. No ano seguinte foi alterado o nome dessa agência, *Office of the Coordinator of the Inter-American Affais (OCIAA),* que segundo o historiador Antônio Pedro Tota representa o aumento da autoridade do milionário[4].

Como forma de mostrar que as intenções de aproximação entre estadunidenses e América Latina não repetiriam as imposições militares do *Big Stick*, a Política da Boa Vizinhança foi uma estratégia política que abrangeu muito mais a esfera cultural do que propriamente programas militares.

A revista 'Em Guarda' foi uma mídia produzida por essa agência e em solo latino americano auxiliou na disseminação da ideia de uma América coesa e parceira. No decorrer dos quatro anos de edição, 'Em Guarda' veiculou diversas reportagens que tratavam desde armamentos bélicos modernos, ao dia a dia do front de guerra das tropas brasileiras na Itália.

---

[3] PURDY, SEAN. O século americano. In: **História dos Estados Unidos: das origens ao século XX**. Karnal, Leandro (org). São Paulo: Contexto, 2007.

[4] TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor**. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.50.

AS RELAÇÕES COM O BRASIL NAS PÁGINAS DA REVISTA

Para a elaboração desse artigo selecionamos as reportagens que tratam do Brasil e a partir delas abordaremos a maneira como era tratada esse país no periódico. O Brasil, sem dúvidas, representava a principal aliança requerida pelos Estados Unidos na América Latina. Essa importância não estava relacionada com algum poderio industrial ou bélico que pudesse contribuir para o desfecho em favor dos Aliados, mas a localização continental que o país gozava para possíveis ofensivas desferidas ao norte da África e também pelo Brasil ser um provável trampolim para a invasão das Américas, com vistas aos Estados Unidos. As bases aéreas requeridas no nordeste brasileiro, principalmente a base aérea de Natal representa a importância que a localização do Brasil representava.

A importância da aliança com o Brasil reflete-se sobre a superioridade de reportagens que versam sobre o país nos quatro anos da revista "Em Guarda". Comparando com dois outros países, México e a Argentina, os artigos que versam sobre o Brasil são superiores em todos os anos de edição da revista (conforme o quadro 1).

Percebemos que no decorrer dos anos, com a adesão à guerra do Brasil e do México ao lado das forças Aliadas, essa união vai sendo observada pelo aumento de reportagens na revista. Já a Argentina, que não rompe formalmente com a Alemanha, principalmente, têm um mínimo espaço no corpo de reportagens.

Quadro 1[5]: *Reportagens sobre o Brasil, México e Argentina nas edições da revista "Em Guarda" (1941-1945).*

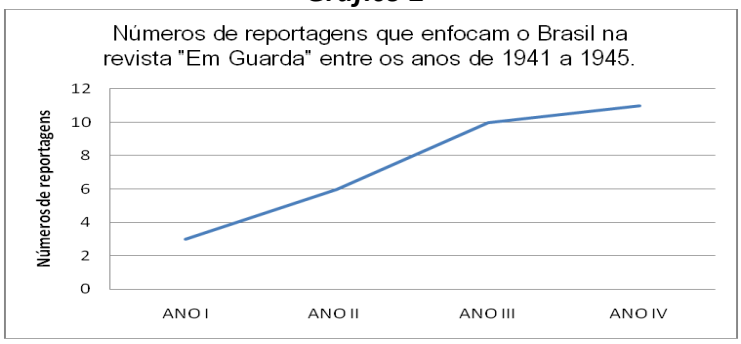
[5] Quadro produzidos pelos autores de acordo com dados da revista "Em Guarda" entre os anos de 1941 a 1945.

Edições da revista "Em Guarda" ano a ano	BRASIL (Número de reportagens que enfocam esse país)	MÉXICO (Número de reportagens que enfocam esse país)	ARGENTINA (Número de reportagens que enfocam esse país)	TOTAL* (Número total de reportagens a cada ano)
ANO I (1941-1942)	3 (3.15%)	2 (2.10%)	1 (1.05%)	105 (100%)
ANO II (1942-1943)	6 (9.9%)	3 (4.95%)	0 (0%)	165 (100%)
ANO III (1943-1944)	10 (18%)	2 (3.6%)	0 (0%)	180 (100%)
ANO IV (1944-1945)	11 (18.15%)	4 (6.6%)	0 (0%)	165 (100%)

*Total de artigos contidos nas revistas do acervo consultado.

Podemos fazer também um paralelo entre o aumento de artigos publicados com a oficialização da luta brasileira em prol da causa Aliada. A partir do ano de 1942 (quando Getúlio Vargas declara guerra ao Eixo) percebemos que as páginas da revista que enfocam o Brasil passam de 3% ao ano para 6, 10 e 11% respectivamente. Esse crescimento ajuda-nos a refletir sobre a posição de 'destaque' do Brasil em relação aos outros países latino-americanos nesse esforço de guerra (conforme o gráfico 2).

Gráfico 2[6]



De acordo com as reportagens encontradas no corpo da revista pudemos perceber que certas temáticas se repetiam, dessa forma foi possível detectar cinco espécies de reportagens (Conforme o quadro 2). O primeiro tema que mais se repetiu tratou principalmente sobre a mobilização do Brasil na Guerra. Desde sua preparação bélica, treinamento de seus homens, destaque aos líderes militares assim como do presidente Getúlio Vargas.

[6] Gráfico produzido pelos autores conforme dados da revista "Em Guarda" entre os anos de 1941 a 1945 contidos no acervo consultado.

O segundo tema enfocado tratava sobre as riquezas naturais brasileiras que serviam para a indústria bélica e assim auxiliavam na vitória Aliada no front. Esses artigos mostram que com o desenvolvimento da extração dessas matérias-primas os lugares inóspitos do país, juntamente com sua população interiorana irá se desenvolver grandemente.

Outro assunto encontrado versava sobre as maiores cidades do Brasil. Nesse tipo de reportagens a infraestrutura dessas cidades, assim como a sua arquitetura 'moderna', era sempre comparada com a das maiores e desenvolvidas cidades dos Estados Unidos.

O crescimento da Indústria brasileira é também destacado. A ênfase que recai sobre a transformação do Brasil em potência continental e até mesmo mundial é curiosamente constatado. Getúlio Vargas aparece como o grande líder nacional que com seu olhar empreendedor encaminha o Brasil para a modernidade.

Um último tema encontrado trata do apoio não apenas governamental na união entre as Américas, mas também intelectual e artístico. A necessidade em mostrar que a adesão à causa bélica não era apenas iniciativa de Getúlio Vargas, mas era uma tomada de consciência de outros setores da sociedade representam a utilização desse tema.

Quadro 2[7]: principais temas sobre o Brasil na revista "Em Guarda" entre os anos de 1941 a 1945.

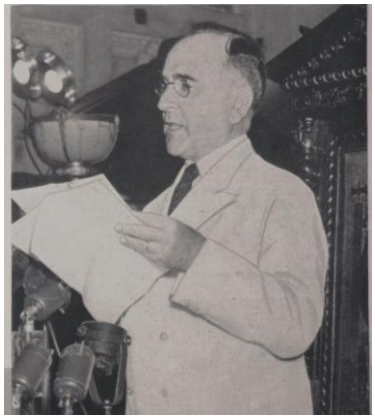
Edições da revista "Em Guarda" Ano a ano	Mobilização do Brasil para a Guerra	Cidades brasileiras	Riquezas naturais do Brasil	Indústria Brasileira em desenvolvimento	Artistas e Intelectuais brasileiros	**Total**
Ano I (1941-1942)	3	0	0	0	0	**3**
Ano II (1942-1943)	4	1	1	0	0	**6**
Ano III (1943-1944)	7	0	2	1	0	**10**
Ano IV (1944-1945)	5	1	0	3	2	**11**

[7] Quadro produzido pelos autores conforme dados da revista "Em Guarda" entre os anos de 1941 a 1945 contidos no acervo consultado.

A ênfase de o provável alavancar brasileiro para a industrialização sempre recaía, consideravelmente, sobre a figura de Getúlio Vargas. O que os editores da revista mostraram nas páginas da revista é que o Brasil contava com um presidente de visão e que desejava transformar a economia brasileira de tipicamente agrária para uma potência industrial. Dessa forma, desde a adesão à causa bélica, até a construção de indústrias de motores, sericicultura, têxtil, concessão do aval para a instalação da base aérea estadunidense em Natal, Getúlio Vargas era considerado o verdadeiro líder que retirava o Brasil do atraso.

Em todas as notícias que enfocavam o Brasil, era citado o presidente Getúlio Vargas. A imagem que era atribuía a ele era a de um homem 'austero' e 'sereno'. Ele posava para as fotografias sempre com a postura de grande líder possuidor de um espírito empreendedor. A legenda que ilustra a fotografia abaixo retrata o que a fotografia, por si própria, revela:

> "Presidente Getúlio Vargas, figura preponderante no congraçamento dos povos do Novo Mundo. Sob sua liderança, o Brasil tem alcançado enorme progresso industrial[8]."



Porém, o progresso industrial alcançado durante o governo de Vargas não seria possível sem o auxílio financeiro estadunidense. Dessa forma, em todos os artigos que retratavam as novas indústrias brasileiras, assim como as tecnologias utilizadas pelas forças Armadas, como aviões, navios ou mesmo armas, o apoio dos Estados Unidos foi sempre relevado.

Tal qual o objetivo da revista, a união americana foi sempre enfatizada. União esta que surgira pela causa bélica, mas que não se bastava a ela. O desenvolvimento

[8] Revista EM GUARDA. Nova York: Office of the Coordinator of the Inter American Affairs, Ano 1 , nº 10, p. 11.

que esses países gozavam durante o conflito seria prolongado após a guerra (pelo que consta no periódico) e refletiria diretamente na qualidade de vida dos habitantes americanos. Em uma reportagem sobre a extração da "Borracha no Amazonas[9]", foi escrito que a importância desse elemento para a vitória aliada seria, no momento, até mais importante que o petróleo venezuelano. Citam o lucro que a borracha oferecia aos seus extratores e ao Brasil, que em poucos anos poderia desfrutar de uma região próspera e industrial. Prenuncia um advento da economia nortista, da melhoria do padrão de vida da população por causa da borracha e o apoio tecnológico dos Estados Unidos para esse desenvolvimento.

Esse apelo à melhoria do padrão de vida dos brasileiros de cidades interioranas parece mostrar o atraso que o Brasil ainda vivia na década de 1940 se comparado às cidades do interior dos Estados Unidos. Ao longo da revista, várias reportagens enfocam as cidades estadunidenses e o desenvolvimento tecnológico verificado no meio rural que auxilia nas condições de vida de sua população. Já as grandes cidades brasileiras eram comparadas com as grandes metrópoles dos Estados Unidos. Assim, São Paulo e Belo Horizonte recebem reportagens exclusivas, apenas para retratar a sua infraestrutura e a moderna arquitetura. Porém, apenas as áreas centrais foram citadas, excluindo totalmente os grandes problemas sociais e urbanos que estas possuíam. Abaixo, uma fotografia que pretende expor uma moradia típica dos paulistanos e a legenda que a acompanha:

> "A residência dos prósperos e ativos paulistas reflete a sua apreciação pelo moderno estilo arquitetônico prático e belo, sendo um dos ornamentos da grande metrópole do sul[10]."

[9] Revista EM GUARDA. Nova York: Office of the Coordinator of the Inter American Affairs, Ano 2, nº 6, p. 36.
[10] Idem, nº 6, p. 36.

Vemos nessa fotografia que bem longe estaria esta imagem da realidade vivenciada pela maioria dos paulistanos na década de 1940. Os adjetivos dado aos paulistanos 'prósperos' e 'ativos' remete a homens e mulheres que foram bem sucedidos naquilo que empreenderam, conseqüentemente desfrutam de conforto e modernidade. Ao mesmo tempo a legenda parece 'generalizar' a qualidade de vida dos paulistanos, que por residirem em uma cidade mais industrializada que outras do país, desfrutariam de uma vida muito mais próspera.

A necessidade em provar que abaixo de suas fronteiras os países com os quais formavam alianças se assemelhavam com a sua sociedade, ou, que estes países poderiam se desenvolver igual ao seu vizinho do norte era constantemente exaltado pela propaganda dos Estados Unidos. Esse imaginário induzia seus leitores a pensar em possibilidades de uma vida melhor se a aliança com o Brasil fosse efetivada.

Implicitamente, a posição de inferioridade do Brasil vai sendo constantemente enfatizada. Seja no que tange aos grandes espaços inóspitos, necessidade de apoio financeiro para instaurar indústrias, seja no treinamento e armamento das Forças Armadas. Em uma reportagem que enfoca a Força Aérea Brasileira, a ênfase recai no treinamento de 'ótima' qualidade que os aviadores estão recebendo nos Estados Unidos juntamente com os aviões estadunidenses que estavam sendo mandados para o Brasil. Em uma fotografia que ilustra essa reportagem podemos perceber a posição de inferioridade ao qual a Aeronáutica brasileira é relegada, já que seus integrantes vão para o estado estadunidense de *Maryland* para serem instruídos e se encantam com a indústria de aeronaves do país. Abaixo a fotografia e a legenda dessa reportagem:

"Numa fábrica de aeroplanos em Maryland, o major Renato Angusto Rodrigues, das Forças Aéreas Brasileiras, chama a atenção dos seus colegas aviadores para as excelentes características dos aviões[11]."

Os rostos de felicidade e admiração dos aviadores da fotografia fomenta uma sensação de total respeito aos aeroplanos e ao auxílio que o governo estadunidense provinha aos seus aliados. A unicidade americana mais uma vez estava enfatizada, tendo os Estados Unidos com líder dessa empreitada.

Sobre a participação brasileira na Guerra a revista aborda desde a adesão à causa aliada, em 1942 até a campanha brasileira na Itália. O que é interessante notar é a exaltação que recai aos oficiais que comandam a FEB (Força Expedicionária Brasileira) e a Getúlio Vargas. Em uma reportagem sobre o General Mascarenhas de Moraes a todo o momento a sua hombridade é exaltada. Não se coloca em questão a sua capacidade intelectual para comandar a FEB, mas ressalta a sua capacidade em cumprir promessas, em pensar no bem estar de seus soldados. A reportagem narra uma das idas do General ao *front* de guerra para ver as reais condições dos soldados brasileiros e a sua simplicidade e entrega na causa bélica quando prefere dormir em um auto-aminhão (?) que ganhou de Mark Clark ao invés de dormir em seus aposentos na Itália.[12]

O bem estar dos soldados brasileiros, o bom treinamento recebido pelos Estados Unidos atribuído com a coragem e humor 'típicos' do Brasil são os determinantes, segundo a revista, para o sucesso da campanha febiana na Itália. Parece que o tratamento dado aos soldados brasileiros é o melhor que poderia ser recebido. As reportagens que abordam esse tema geralmente mostravam imagens

[11]Revista EM GUARDA. Nova York: Office of the Coordinator of the Inter American Affairs, Ano 2, nº 6 p. 35.

[12] Revista EM GUARDA. Nova York: Office of the Coordinator of the Inter American Affairs, Ano 4.

onde os soldados estavam felizes, descansando, passeando pela Itália ou Estados Unidos e em poses sorridentes e saudáveis. A imagem abaixo, integrante do último ano de edição da revista (1945) retrata um momento em que os soldados estavam descansando em seus alojamentos:

"Descansado um pouco no alojamento. Vêem-se o cabo Raymundo da Silva, de Minas-Gerais, e os soldados Lucindo Martins e João Traskos, do Paraná[13]."

Contrapondo com as memórias de guerras de ex-veteranos de guerra da FEB, essa tranqüilidade retratada na fotografia era exceções. O sofrimento das tropas brasileiras pela inexperiência com o armamento, ofensivas mal planejadas, frio intenso na Itália, saudades do Brasil, forte censura nos telegramas e imprensa, desconhecimento das causas reais do conflito e da causa da luta brasileira, sem sombra de duvidas criariam nos soldados reações demasiadamente diferentes das retratadas nesta fotografia. O próprio alojamento aparenta ser bastante confortável, com ótimas instalações, diferente de muitas das residências da maioria dos soldados que tinham origem humilde.

***

O presente trabalho ainda está em andamento, portanto, os dados fornecidos sobre a análise da revista são, sobremaneira, parciais. Entretanto, pudemos perceber algumas das formas que a imprensa estadunidense utilizava para veicular

[13] Idem, nº 5, p. 37.

uma política de maior aproximação entre as Américas durante a segunda Guerra Mundial.

Focando especificamente nas reportagens direcionadas ao Brasil, pode-se visualizar que seus líderes militares e políticos, bem como suas riquezas naturais e provável substituição de importações, eram constantemente engrandecidas, atrelando-as à ajuda estadunidense ao país.

Dessa forma, pode-se considerar que uma das grandes características da 'Política da Boa Vizinhança' significou o engrandecimento dos países americanos aliados aos Estados Unidos e o possível alavancar que esses estados gozariam com o final vitorioso das forças Aliadas na luta contra o nazifascismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

BARROS, José D'Assunção. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. **S/ECULUM, Revista de História.** João Pessoa, jan/jun. 2005

Karnal, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XX**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Revista EM GUARDA. Nova York: Office of the Coordinator of the Inter American Affairs.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo sedutor**. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PENSAMENTO POLÍTICO NO BRASIL DO SÉCULO XIX: AURELIANO CÂNDIDO DE TAVARES BASTOS: ENTRE IDÉIAS, PRÁTICAS E INSTITUIÇÕES

Carlos Alberto Junior Mendes (PPH-UEM)[1]
Orientador: Lupercio Antonio Pereira (PPH-UEM)
Co-Orientador: José Flávio Pereira (PPH-UEM)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é desenvolver um estudo comparativo entre o livro **A Província: Um estudo sobre a descentralização no Brasil** e o texto da **Constituição da República federativa do Brasil**, organizada constitucionalmente em 24 de fevereiro de 1891, e avaliar em que medida as idéias do referido intelectual se fizeram presentes no texto da Constituição. As principais fontes utilizadas foram: O Texto da Constituição Imperial (1824), Constituição da República Federativa do Brasil (1891) e o livro A Província: Um estudo sobre a descentralização do Brasil (1870). Político e intelectual brasileiro Aureliano Cândido de Tavares Bastos, ou simplesmente Tavares Bastos, é um dos principais baluartes do pensamento liberal brasileiro no século XIX, proeminente membro do partido Liberal, que doutrinariamente era favorável ao fortalecimento do legislativo e à concessão de maior autonomia às províncias, confiavam mais na eficácia da ação individual e menos na atuação do Estado, resultando daí que o regime federativo parecia-lhes o mais adequado. Tavares Bastos viveu apenas 36 anos (20 de abril de 1839 a 3 de dezembro de 1875), sua vida política começa em 1861 como deputado geral pela província de Alagoas sendo reeleito em 1864 e 1868. Tavares Bastos analisa a organização político-administrativa do regime imperial formatado pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, faz um diagnóstico identificando a centralização como fonte de seus maiores problemas e formula uma detalhada proposta de descentralização do poder. Um texto denso composto de um estudo de caráter administrativo acerca dos poderes provinciais: o executivo, o legislativo e o judicial, examinando e delineando o vasto círculo de interesses que deveriam ser atribuídos as localidades, a União, e às províncias. Consagrando uma administração onde o poder local funcione independente do poder central, de modo que as instituições que compreendem a administração pública atinjam a plenitude do seu desenvolvimento. A realização deste trabalho proporcionou uma grande oportunidade para familiarização com um importante tema da História das Idéias Políticas do Brasil na passagem do Império para a República. Tendo em mente a reflexão feita por um grande pensador que dizia que o problema do país não estava na sua forma de governo, mas sim, na forma como a máquina estatal estava organizada, por isso era fundamental sua reorganização.

PALAVRAS-CHAVE: Centralização, descentralização, Tavares Bastos, Constituição.

---

[1]Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Centralização ou descentralização político-administrativa foi um dos dilemas que marcou a história do Brasil no período Imperial. A importância dessa questão é medida pelo fato de que ela chega a servir de marco ou baliza que separa as três fases em que se divide o regime Imperial: Primeiro Reinado, encerrado em 07 de abril de 1831, período identificado, entre outras coisas, pelo predomínio da centralização político-administrativa; a Regência, graças ao Ato Adicional de 1834[2], foi caracterizada pela descentralização do poder político e administrativo que, em boa medida, se transferiu da Corte para as Províncias. O Segundo Reinado, inaugurado com o chamado Golpe da Maioridade (1840) e completado com a chamada reação conservadora materializada na Lei de Interpretação do Ato Adicional[3], assinala o fim da experiência descentralizadora da fase regencial e o retorno ao sistema centralizador do Primeiro Reinado.

Embora o anedotário político imperial afirme que não havia: nada mais parecido a um saquarema do que um luzia no poder[4], na verdade havia, sim, algumas diferenças doutrinárias entre os partidos conservador e liberal no período imperial. Uma dessas divergências era, justamente, a questão centralização do poder[5]. Os conservadores eram mais afeitos à idéia de um executivo forte e centralizado na Corte, pois atribuíam ao Estado centralizado um papel civilizador em certas condições históricas, como a vigente no Brasil de então. Os liberais, por sua vez, doutrinariamente eram favoráveis ao fortalecimento do legislativo e à concessão de

---

[2] A missão do partido liberal é propor o regresso e complemento do sistema esboçado pelo Ato Adicional. Este supõe nas províncias um poder legislativo e uma administração independentes do poder central. (**BASTOS, Tavares. A Província: Um estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliana, 1937. p: 112)**

[3] A lei chamada da interpretação foi, todos o sabem, o ato mais enérgico da reação conservadora: limitando a autoridade das assembléias provinciais, permitiu a criação da polícia uniforme em todo o império e a militarização da guarda nacional, instituições posteriormente organizadas com simetria a que só faltam os retoques propostos recentemente. Não interpretava-se, amputava-se o Ato Adicional; tudo sem os tramites de uma reforma constitucional: obra por esses dois motivos igualmente odiosas. (**BASTOS, Tavares. A Província: Um estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliana, 1937 p: 95)**

[4] A frase é atribuída a Holanda Cavalcante, saquarema eram designados os adeptos ou membros do partido conservador, por alusão à região do atual município de Saquarema, onde os principais líderes conservadores fluminenses, então à testa do movimento conservador conhecido como regresso, costumavam fazer suas reuniões políticas. Já os liberais eram chamados pejorativamente de Luzia em alusão à derrota sofrida por eles na rebelião de 1842, cujos lances finais ocorreram na localidade mineira de Santa Luzia. **MERCADANTE, Paulo - A consciência conservadora no Brasil. R.J., Civilização Brasileira, 1972. p: 141**

[5] Ver essa discussão em: CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem e Teatro de Sombras: A Elite política Imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1981.

maior autonomia às províncias. Os liberais confiavam mais na eficácia da ação individual e menos na atuação do Estado, resultando daí que o regime federativo parecia-lhes o mais adequado.

O campo liberal/descentralizador é representado intelectualmente por Aureliano Cândido de Tavares Bastos. Suas principais obras são Cartas do Solitário (1862), Males do presente e esperanças do Futuro (1863) e A Província: estudo sobre a descentralização no Brasil (1870)[6].

A Província é a obra mais extensa, mais refletida e de maior fôlego, na qual Tavares Bastos analisa a organização político-administrativa do regime imperial formatado pela Lei de Interpretação do Ato Adicional[7], faz um diagnóstico identificando a centralização como fonte de seus maiores problemas e formula uma detalhada proposta de descentralização do poder. Um texto denso composto de um estudo de caráter administrativo acerca dos poderes provinciais: o executivo, o legislativo e o judicial, examinando e delineando o vasto círculo de interesses que deveriam ser atribuídos as localidades, a União, e às províncias. Consagrando uma administração onde o poder local funcione independente do poder central, de modo que as instituições que compreendem a administração pública atinjam a plenitude do seu desenvolvimento.

Tavares Bastos entende que o excesso de centralização político-administrativa do país é o elemento causador dos principais males da nação, seu entendimento indica que o progresso está ligado à expansão das forças individuais. Nesse sentido os efeitos produzidos pelo poder altamente centralizado são demasiadamente negativos aos povos que dele desfrutam, conforme Bastos tais efeitos são fatalmente experimentados tanto no mundo antigo como no mundo moderno:

---

[6] Sob o famoso pseudônimo de solitário, Tavares Bastos, publicou, no correio mercantil, uma série de cartas, de agosto de 1861 a 1862. No entanto, essas foram uma seqüência de seu menos conhecido panfleto de 29 de julho de 1861, intitulado Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro. Esse panfleto, de 35 páginas, escrito sob o pseudônimo de 'Um Excêntrico', foi o primeiro pronunciamento de âmbito nacional das idéias sociais e políticas de Tavares Bastos": **VIEIRA, David. Gueiros. O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980 p: 97.**

[7] A Lei de Interpretação do Ato Adicional, transcrita a seguir, foi o primeiro passo da obra centralizadora político-administrativa do Império, empreendida pelos membros do 'Regresso Conservador'. Lei curta, de apenas oito artigos, tirava das províncias as principais que lhes haviam sido conferidas pelo Ato Adicional. Extraído de **BONAVIDES, Paulo Paes de Andrade. História constitucional do Brasil. 3a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 p. 630-1.**

> Considerai agora o lado propriamente político dessa vasta questão, que mal podemos esboçar. Dispensando, contendo ou repelindo a iniciativa particular, anulando os vários focos da atividade nacional, as associações, os municípios, as províncias, economizando o progresso, regulando o ar e a luz, em uma palavra, convertendo as sociedades modernas em falansterios como certas cidades do mundo pagão, a centralização não corrompe o caráter dos povos, transformando em rebanhos as sociedades humanas, sem sujeitá-las desde logo a certa forma de despotismo mais ou menos dissimulado. Por isso é que, transplantada do Império Romano, a centralização cresceu nas monarquias modernas e com ele perpetuou-se em todas, tirante a Inglaterra. Por isso é que não pode coexistir com a república semelhante organização do poder. Assim, absolutismo, centralização, império, são expressões sinônimas. (BASTOS, Tavares. 1937 p: 21)[8]

Seu esforço em dialogar com vários autores atua num sentido de demonstrar o quão se faz importante que a administração imperial entenda as características regionais, deixe de prover leis uniformes e adote um sistema descentralizado, onde as províncias tenham uma maior autonomia administrativa, tendo a oportunidade de promulgarem leis adaptadas a sua própria circunstância. Suas constatações indicam que à medida que a centralização constitui alto grau de desenvolvimento, há um retardo fatal no progresso, neutralizando ou extinguindo as instituições locais, produzindo, portanto, o desaparecimento da liberdade.

"A Província" representa uma resposta à centralização fundada ou restabelecida mediante as ruínas do Ato Adicional, é uma proposta descentralizadora "enviada" à administração imperial visando o restabelecimento das medidas, que nas palavras de Tavares Bastos, foram amputadas a partir 1840, delineando a restauração de uma liberdade praticável pela via da descentralização.

A intenção do referido pensador era demonstrar que a centralização excessiva promove a ruína da administração pública, ou seja, não existe a possibilidade de leis uniformes em todo o território nacional promoverem uma administração exemplar, pois existem peculiaridades pertencentes somente a certas localidades. Seu esforço em dialogar com vários autores atua num sentido de demonstrar o quão se faz

[8] BASTOS, Tavares. A Província: Um estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliana, 1937.

importante que a administração imperial entenda as características regionais, deixe de prover leis uniformes e adote um sistema descentralizado, onde as províncias tenham uma maior autonomia administrativa, tendo a oportunidade de promulgarem leis adaptadas a sua própria circunstância. Deste modo, Bastos conclui que: "*A uniformidade nos mata. Não! Não é de lei uniforme, por mais liberal e mais previdente, que depende ressuscitar o município; depende isto de leis promulgadas por cada província, conforme as condições peculiares de cada município*." (BASTOS. 1937 p: 143)

O pensamento de Tavares Bastos reflete o pensamento de um homem extremamente preocupado com progresso do seu país e do seu povo, realista e com a visão sofisticada, de um liberalismo ajustado as circunstancias reais de seu país. Cada uma das reformas propostas por ele foi pensada detalhadamente sob dados concretos, o que faz deste homem um grande estadista, mesmo não tendo ocupado a cadeira dos mais altos cargos da administração imperial, sendo deputado geral da província de Alagoas de 1861 a 1868[9]. De acordo com Bastos: "*Suponha-se uma lei municipal vazada no molde mais perfeito de um liberalismo consumado; suponha-se a mais larga em suas bases e nos seus meios de ação; talvez não seja essa a melhor para o Brasil inteiro*." (BASTOS 1937p: 142)

Mas em que grau o pensamento federalista formulado por Tavares Bastos foi materializado na constituição de 1891?Eis a pergunta que deu origem a este trabalho, e que a partir de agora terão os todos os esforços voltados a respondê-la.

É importante lembrar ao leitor que a descentralização político-administrativa é a questão chave da discussão feita por Tavares Bastos, para ele tal objetivo poderia ser atingido tanto no Império como na República: "*Abstraindo de instituições que eficazmente assegurem a liberdade, monarquia ou república são pura questão de forma*." (BASTOS, 1937p: 68)

No entanto, o regime Imperial para continuar existindo precisaria passar por profundas reformas, caso contrário, a instituição entraria em colapso: "*Os destinos da monarquia no mundo moderno, dizia Bastos, depende da habilidade com que saibam seus mentores convertê-la em instrumento flexível a todas as exigências do progresso*"

---

[9] Ver mais em **VIEIRA, David. Gueiros. O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980 p: 98 e 99**

(BASTOS, 1937p: 68). Ou seja, depende da concessão de liberdade política, autonomia legislativa e administrativa.

A constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, configurou-se em boa medida por sua oposição à constituição do Império. Aspectos chave da administração Imperial tais como: Poder Moderador, a união entre Igreja e Estado e a vitaliciedade do Senado foram abolidos por meio da carta constitucional Republicana.

O Poder Moderador foi um sustentáculo fundamental da organização política e da administração Imperial, sua importância reside na consagração feita pelo princípio expresso no art.98 que diz:

> O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação, e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais poderes políticos. (BRASIL. Constituição do Império. 1824 p: 9)

A constituição de 1891[10] consagra a separação dos poderes em três, de acordo com o art.15: São órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si. E deste modo removendo o Poder Moderador habituado a grandes poderes e conseqüentemente a grandes intervenções.

O art. 5 da Constituição Imperial confirma permanência da religião Católica Apostólica Romana como religião oficial do Império, sendo todas as outras religiões permitidas em seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma exterior de templo. O parágrafo segundo referente ao art.102 concede ao Imperador o direito de nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos, o parágrafo XIV do mesmo artigo dá ao Imperador o direito de conceder, ou negar o Beneplácito aos decretos dos concílios, e letras apostólicas, e quaisquer outras constituições eclesiásticas que se opuserem a constituição; e precedendo aprovação da Assembléia, se contiverem disposição geral. A legislação Imperial demonstra uma ligação formal

[10] BRASIL. Constituição (1891). Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. 24 de Fevereiro de 1891.

entre Igreja e Estado, havendo uma relação de dependência e aliança entre as profissões religiosas e o governo Imperial.

O advento a República e promulgação da Carta Magna em 1891 consagraram a separação entre Igreja e Estado, de tal modo que não houvesse subvenção oficial a culto ou igreja nem relação de dependência ou aliança das profissões religiosas com o governo da União ou dos Estados, conforme o princípio expresso no §7º do art. 72. Em conformidade com § 3º do mesmo art. 72 Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

A ligação formal entre a Igreja e Estado é dos pontos chave alvo das críticas de Tavares Bastos, o referido pensador desenvolve uma forte argumentação posicionando-se contrário ao fato da religião católica ser a única a poder transmitir livremente seus cultos em locais públicos, sendo as demais religiões toleradas apenas em sua prática doméstica e sendo do mesmo modo o ensino público atrelado a religião. Nas palavras de Bastos:

> Certamente, um dos mais belos princípios da civilização é aquele que Jules Simon, retificando a formula de Cavour, exprimiu nesta sentença que percorre o mundo: “Igrejas livres no Estado livre”. Insurge-se contra ele o ultramontanismo fanático; mas não há mais solene confissão da liberdade, que em vão reclama o catolicismo romano sob a forma odiosa de um previlegio exclusivo. Entretanto, perguntamos: enquanto a liberdade para todos não for garantida pela legislação daqueles mesmos países cujas constituições a prometem em tese; enquanto subsistir o privilégio do católico para o exercício de certos cargos públicos e até do magistério; enquanto se existir juramento religioso, mesmo na colação de graus científicos, enquanto o culto católico for o único público, mantido e largamente auxiliado pelo Estado, e outros apenas tolerados em suas práticas domesticas; enquanto não se reconhecer a validade do casamento civil, nem se admitir a plena liberdade de ensino; enquanto, na frase de E. Picard, o Estado não for livre, há de sê-lo somente a Igreja? Beneplácito, investidura nos benefícios, recursos à coroa, ou antes, aos tribunais seculares, leis de mão-morta, inspeção do ensino eclesiástico, devem vigorar enquanto prevalecerem os privilégios do catolicismo, tão odiosos a liberdade e tão opostos ao progresso da nação. (BASTOS, Tavares. p.269, 1937)

Eis, acima, uma crítica contundente ao fato de decretos da igreja ser invocados para regularem interesses temporais. Além de ardoroso crítico do privilégio exclusivo de liberdade de culto da Igreja Católica, o pensamento de Bastos permite o entendimento de que o espírito liberal presente no protestantismo seria fundamental para conduzir o país ao progresso. O mesmo protestantismo que foi determinante no início da colonização dos Estados Unidos da América do Norte, cujo espírito liberal produziu uma ética de moralidade e disposição ao trabalho[11].

Outras questões levantadas por Bastos, tais como: A necessidade no reconhecimento do casamento civil e da plena liberdade do ensino foram incorporadas à Constituição Republicana. De acordo com o princípio expresso no § 4º do art. 72: A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita, ainda o § 6º do meso art. Admite que: Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

Tavares Bastos reclama a independência do judiciário, de modo que haja a separação entre tribunais de primeira instância e tribunal superior e que os magistrados provinciais sejam escolhidos na província e investidos na forma delas[12]. O TÍTULO 6°, Do Poder Judicial, da Constituição Imperial trata da composição e das atribuições do judicial bem como sua relação com o poder exercido pelo imperador demonstrando que Supremo Tribunal de Justiça do Império não se afirmou como poder político. Com efeito, o controle de constitucionalidade das leis, na Carta Imperial, era do próprio Poder Legislativo[13]. Limitava-se o Judiciário, então, a dirimir conflitos entre os particulares[14]. Outro aspecto bem lembrado por Tavares Bastos é que o Poder Judicial consagrado pela constituição Imperial via-se subordinado pelo Conselho de Estado, lembrando que o este é responsável por resolver seus próprios conflitos com a administração[15].

---

[11] Ver mais em **VIEIRA, David. Gueiros. O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980 p: 102 e 103**.

[12] Ver mais sobre está discussão **BASTOS, Tavares. A Província: Um estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliana, 1937 p: 194.**

[13] Ver a respeito BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império Do Brasil. 25 de Março de 1824. TÍTULO 4°.

[14] Ver a respeito **BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império Do Brasil. 25 de Março de 1824.** TÍTULO 6°.

[15] Ver a respeito **BASTOS, Tavares. A Província: Um estudo sobre a descentralização no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliana, 1937p: 349.**

O advento a República conferiu à Justiça brasileira característica nova, fazendo do Supremo Tribunal Federal autêntico poder político. O Art. 55 da Constituição Republicana de 1891 diz que o Poder Judiciário da União terá por órgãos um supremo Tribunal Federal, com sede na capital da República, assim como, juízes e tribunais federais distribuídos pelo país. O Supremo Tribunal Federal possibilita controle jurídico dos poderes representativos por parte do Judiciário. A Carta de 1891 estabeleceu separação dos poderes, presidencialismo, federalismo e o duplo grau de jurisdição. A em face disso o Art. 62 da Constituição da República Federativa do Brasil diz:

> As justiças dos Estados não podem intervir em questões submetidas aos Tribunais Federais, nem anular, alterar, ou suspender as suas sentenças ou ordens. E, reciprocamente, a Justiça Federal não pode intervir em questões submetidas aos Tribunais dos Estados nem anular, alterar ou suspender, as decisões ou ordens destes, excetuados os casos expressivamente declarados nesta Constituição. (BRASIL. CF, 1891, p. 12)

É importante mencionar que o princípio expresso no § 2º do Art. 59 da Constituição Federal diz que a justiça federal deve consultar e respeitar a jurisprudência da legislação local e vice e versa, do mesmo modo o § 1º do Art. 60 impede o Congresso o direito de cometer qualquer jurisdição federal sobre as justiças dos Estados. E deste modo tendo o Judiciário controle sobre as constitucionalidades e aplicação das leis.

O fim da vitaliciedade do Senado é um dos pontos fundamentais que difere as cartas constitucionais de 1824 e 1891. O art. 40 da constituição Imperial determina que o Senado seja composto por membros vitalícios. A constituição Republicana institui um Senado temporário, de acordo com o art. 31 que diz: O mandato do Senador durará nove anos, renovando-se o Senado pelo terço trienalmente[16]. Haja vista que, tanto a vitaliciedade do Senado como o Poder Moderador foram grandes alvos da crítica feita pelo Partido Liberal.

---

[16] O fim da Vitaliciedade do Senado é ponto fortemente debatido por Tavares Bastos: Os membros do senado provincial, porém, haviam de ser nomeados pelos eleitores da província inteira, votando igualmente em paróquias e dois terços dos nomes. Duraria seu mandato quatro anos, renovando-se pela metade em cada eleição da outra câmara. Exigir-se-ia a condição de uma idade mínima, trinta anos por exemplo. O número de senadores, certamente limitado, nunca deverá ser menor que doze. (BASTOS, Tavares. 1937 p: 121)

Se a constituição de 1824 estabelecia um sistema unitário e centralizador promovendo regulamentos uniformes a todo o território nacional, tendo em vista que o art. 83 determinava que não se pudesse propor, nem deliberar projetos nos Conselhos Provinciais, a constituição Republicana promove por meio do Sistema Federalista estabelece maior autonomia administrativa aos Estados. Conforme o art.1° da carta constitucional de 1891 a nação adota como forma de governo a República Federativa, convertendo suas antigas Províncias em Estados e fazendo de sua comunhão um laço perpétuo e indissolúvel de Estados, ou seja, uma Federação.

Avaliando um pouco mais o aspecto descentralizador da Constituição Republicana identifica-se por meio do art. 6° que o governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados[17]. O art. 63 concede o direito dos Estados de se organizarem mediante a constituição de Leis próprias, contanto que sejam respeitados os princípios da União. Ainda o art. 68 determina que os Estados devam se organizar de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo que quanto respeite ao seu peculiar interesse.

Os artigos 6°, 63 e 68 da constituição Republicana atuam num sentido de consagrar o ideal federalista cujo entendimento atrelasse a idéia de que o poder central pode até promover leis uniformes em certos aspectos da administração em todo seu território, mas é nos Estados e Municípios que são encontrados detalhes peculiares às localidades, e é por meio dessas necessidades locais que deve ser regulada a ordem social e a administração pública.

Tavares Bastos faleceu em 1875 sem ver a monarquia realizar seu projeto de descentralização. Agora, por meio deste trabalho é sabido que a República dos Estados Unidos do Brasil, organizada constitucionalmente em 1891, incorporou em boa medida suas idéias federalistas.

Com efeito, realização deste trabalho proporcionou uma grande oportunidade para familiarização com um importante tema da História das Idéias Políticas do Brasil na passagem do Império para a República. Tendo em mente a reflexão feita por um

---

[17] Salvo: Para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; para manter a forma republicana federativa; para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos Governos; para assegurar a execução das leis e sentenças federais. (BRASIL, Constituição Federal de 1891).

grande pensador que dizia que o problema do país não estava na sua forma de governo, mas sim, na forma como a máquina estatal estava organizada, por isso era fundamental sua reorganização.

HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO SOBRE A ATUAÇÃO DA ESQUERDA MILITAR NA HISTÓRIA REPUBLICANA DO BRASIL.

Carlos Henrique Lopes Pimentel[1]

RESUMO: A presente análise buscará explicar importantes fenômenos da história republicana do Brasil baseada em um estudo sobre diferentes obras que abordam a esquerda militar brasileira. O intuito consiste em refletir sobre a participação e a importância de militares que possuíam ideologias de esquerda. Assim podemos mensurar a influência que os militares tiveram na constituição e no desenrolar da República, debatendo como a política e as Forças Armadas são pilares fundamentais na compreensão da História recente de nosso país, não apenas na compreensão de golpes e quarteladas, mas das Armas como um importante agente na construção do Brasil. Assim, a pesquisa consistirá em debater e problematizar diferentes pontos de vista sobre a participação desses militares de esquerda em momentos distintos de nossa história republicana, apontando como as ideologias de esquerda foram fortemente perseguidas no interior da instituição castrense e os reflexos dessas disputas não só nas Forças Armadas mas também na constituição da relações de poder da sociedade em sua totalidade. As Forças Armadas brasileiras não são uma instituição politicamente fechada, por mais que os acontecimentos dos últimos cinquenta anos de nossa história republicana possam indicar esta posição, fruto da mentalidade conservadora instaurada a partir de 1964, não podemos concordar com tal hipótese. Ao olharmos para a história da instituição veremos, em diversos momentos, a existência de grupos ou de militares isolados que não compactuavam com esses ideais e buscavam formas diversas e em momentos distintos a constituição de um Exército popular voltado para questões nacionais e antiimperialistas e em prol dos trabalhadores, não como mero braço armado do estado burguês. Sujeitos históricos esses que por diversos motivos foram esquecidos ou relegados pela historiografia de nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: História Social, Territórios do Político, Esquerda Militar.

A presente análise buscará explicar importantes fenômenos da história republicana do Brasil baseada em um estudo sobre a esquerda militar brasileira. O intuito consiste em refletir sobre a participação e a importância de militares que possuíam ideologias de esquerda[2]. Assim podemos mensurar a influência que os militares tiveram na constituição e no desenrolar da República, debatendo como a política e as Forças Armadas são pilares fundamentais na compreensão da História recente de nosso país.

---

[1] Aluno do Programa de Mestrado em História Social na Universidade Estadual de Londrina.

[2] Entende-se como idéias esquerdistas o comunismo, o socialismo, alguns aspectos do nacionalismo e do trabalhismo, e o anarquismo.

As Forças Armadas brasileiras não são uma instituição politicamente fechada, por mais que os acontecimentos dos últimos 47 anos de nossa história republicana possam indicar esta posição. Ainda que idéias de viés conservador[3], fruto da mentalidade instaurada no pós-1964, que se consolidaram como prática predominante da instituição castrense nos induzam a concluir que as Forças Armadas no Brasil sempre possuíram essa ideologia, não podemos concordar com tal hipótese. Ao olharmos para a história da instituição veremos, em diversos momentos, a existência de grupos ou de militares isolados que não compactuavam com esses ideais e buscavam formas diversas e em momentos distintos a constituição de um Exército popular voltado para questões nacionais e antiimperialistas e em prol dos trabalhadores, não como mero braço armado do estado burguês. Portanto, este estudo irá analisar três pesquisas de grande importância nos debates sobre a relação entre militares e política no Brasil, obras que fundamentam historiograficamente minha dissertação sobre os militares de esquerda da FEB. Considerando este panorama, o presente trabalho baseia-se na análise das obras, *O Comunismo no Brasil: Repressão em meio ao cataclismo mundial (1935-1945)* do brasilianista John W.F.Dulles; *Praças Em Pé de Guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 – 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*, do historiador Paulo Eduardo Castello Parucker; e por fim *A Esquerda Militar no Brasil: Uma Leitura e Várias Agendas*, do professor Paulo Ribeiro da Cunha.

A obra do historiador brasilianista norte-americano John W.F.Dulles, *O Comunismo no Brasil: Repressão em meio ao cataclismo mundial (1935-1945)* foi publicada em seu país de origem em 1983 pela Editora da Universidade do Texas, onde lecionava na cadeira de Estudos Latino-Americanos. No Brasil a obra foi publicada em sua primeira edição pela editora Nova Fronteira em 1985, não sendo a única obra do autor publicada no país. O pesquisador publicou ainda vários livros de história política brasileira: *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1973)*, dois volumes da biografia do Presidente Castelo Branco (1978 e 1980), além de uma biografia sobre o polêmico jornalista e político Carlos Lacerda. John W.F.Dulles era formado em engenharia metalúrgica, profissão que o levou a conhecer diferentes países despertando seu

[3] Moraes, João Quartim. *Esquerda Militar no Brasil*: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005: p.33.

interesse pela história, profissão que assumiu posteriormente, com destaque para o México onde iniciou seus escritos históricos e o Brasil onde residiu em Belo Horizonte no final da década de 1950 e início dos anos 1960. Dulles se dedicou em estudar os comunistas e anarquistas no Brasil, o que fica evidenciado por suas obras de maior repercussão na historiografia brasileira. Porém seus estudos não foram finalizados. John W.F.Dulles faleceu em 2008, aos 95 anos, deixando inacabados estudos sobre as correntes de esquerda na política brasileira nos períodos ainda não abordados em suas obras publicadas no país, já que seus principais trabalhos contextualizavam as quatro primeiras décadas do século XX. O autor já reunia material pra expandir seus estudos, discutindo essas correntes no pós Segunda Guerra, anos de ascensão e declínio dos comunistas brasileiros em sua visão, e nos anos da Ditadura Civil-Militar. O fato curioso é que Dulles era filho do secretário de Estado Americano John Foster Dulles ,na gestão Eisenhower 1953-1959, um conhecido anticomunista.

A obra *O Comunismo no Brasil: Repressão em meio ao cataclismo mundial (1935-1945)* foi publicada em meados da década de 1980, período onde o marxismo estruturalista de viés predominantemente economicista entra em profunda crise muito por conta do fim da URSS e da queda do Muro de Berlim - socialismo real - e principalmente por inovadoras leituras do marxismo. Como exemplo dessa vertente, cito os textos publicados, as traduções começam a chegar ao Brasil na década de 1970 e 1980, pelo historiador inglês E.P. Thompson. O livro em análise não é uma dissertação ou tese e sim, fruto de uma longa pesquisa do autor sobre a temática em que se debruçou por quase toda a carreira, a trajetória das vertentes políticas da esquerda no Brasil. Dulles constrói a obra pautada em vasta documentação na qual agrupa jornais do período analisado (1935-1945), fichas dos subversivos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), principalmente o de São Paulo e do Rio de Janeiro. O historiador estadunidense obteve acesso a um grande acervo do partido apreendido nas duas maiores cidades do país, entrevistas com os antigos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que militavam no período, dissidentes do mesmo que fundaram outras organizações e também de chefes dos meios de coerção do Estado. O eixo norteador da obra é analisar e reconstruir a trajetória dos militantes comunistas no país, seus erros e a dura perseguição que sofreram em suas trajetórias e ações.

A segunda obra escolhida para análise, *Praças Em Pé de Guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 – 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*, do historiador Paulo Eduardo Castello Parucker, é fruto de dissertação de mestrado defendida em 1992 na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do professor Daniel Aarão Reis Filho. Porém, o estudo só foi transformado em livro em 2009, pela Editora paulista Expressão Popular. Parucker não leciona história em nenhuma universidade, o autor se dedicou aos trabalhos burocráticos na Câmara de Brasília e no Ministério do Trabalho na mesma cidade, onde reside. Em sua obra vemos como temática central a discussão em torno do movimento nacional dos sargentos, com ênfase na pouco conhecida e estudada Revolta dos subalternos de Brasília, que ocorreu no período pré Golpe Civil-Militar de 1964. Seu objetivo consiste em problematizar a importância e a influência dos militares, sejam eles oficias ou subalternos, na construção da República brasileira. O autor, na construção de sua obra, utiliza os processos dos sargentos presos e cassados após o fracasso do levante em 1963, de inúmeros depoimentos dos envolvidos no levante e no movimento, e como os principais jornais da época relataram e repercutiram o levante e principalmente o movimentos nacional dos sargentos em busca de maiores representatividade e direitos dentro e fora das Forças Armadas.

Em seu texto vemos a forte influência teórica do marxismo, principalmente no que tange ao conflito de classes não só especificamente das Forças Armadas, mas também na sociedade como um todo. O autor também se apóia em uma ampla historiografia brasileira, com ênfase nos autores que debatem a relação dos militares brasileiros com a política, em nomes como o de Boris Fausto, Edgard Carone, José Murilo de Carvalho.

Por fim, analisarei um artigo do professor do departamento de Ciências Políticas da UNESP-Marília, Paulo Ribeiro da Cunha, *A Esquerda Militar no Brasil: Uma Leitura e Várias Agendas,* estudo publicado em 2008 no periódico Militares e política da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesta pesquisa o autor traça um panorama dos estudos históricos que trazem como tema os militares de esquerda no Brasil e seus impactos na historiografia. Cunha expõe em seu texto algumas obras que discutem a existência e principalmente a contribuição desses militares na construção da República nacional. Para estruturação de seu artigo, Cunha baseia-se em autores que se

debruçaram sobre a temática que, para o pesquisador, é pouco explorada no Brasil. As bibliografias centrais são as obras de João Quartim de Moraes e Nelson Werneck Sodré, ambos precursores dessa discussão, além da obra da professora Marly de Almeida Gomes Vianna. As questões teóricas sustentam-se nos pressupostos marxistas, principalmente os escritos de Antonio Gramsci sobre hegemonia e ideologia, além incluindo as constantes discussões acerca da luta de classes.

O COMUNISMO NO BRASIL SEGUNDO JOHN F.W.DULLES

Aprofundando-se na obra de John F.W.Dulles, vemos uma visão histórica mais conservadora, ou seja, o autor segue pelos caminhos de uma história mais descritiva, ligada à História Tradicional do século XIX, presa em detalhes como datas, nomes, e acontecimentos de importância para as temáticas pesquisadas. Dulles esmiúça em seu trabalho a trajetória dos comunistas brasileiros de 1935, ano de grande importância por conta dos levantes conhecidos como Intentona Comunista, até 1945 - ano em que o PCB começa a se rearticular e volta à legalidade. O autor estrutura sua obra em oito capítulos, antecedidos por um prefácio que apresenta a obra e faz seus agradecimentos aos centros de documentação onde fez suas pesquisas, aos amigos e autores que lhe ajudaram na jornada e os caminhos que irá percorrer até a conclusão da obra, além de apresentar aos leitores, após o prefácio um organograma da estrutura do Partido Comunista Brasileiro e do Comitê Regional deste em São Paulo.

Nos três primeiros capítulos o autor se empenha em relatar e reconstruir como se organizaram e principalmente como se estruturava o PCB, sempre dando ênfase aos dois principais Comitês Regionais do partido, São Paulo e Rio de Janeiro. O período abordado compreende a fase na qual a perseguição aos ditos subversivos enrijece-se, já que a partir de novembro de 1935 com a eclosão do levante coordenado pelos comunistas e sua consequente derrota, a situação desses no país se tornou muito difícil e a grande maioria passou a viver na clandestinidade. O aparato de coerção estatal de Vargas, comandado pelos militares, passou a perseguir os comunistas, alegando que estes estavam a soldo de uma potencia estrangeira, no caso Moscou. O fim da intentona, a prisão de militares envolvidos e a consequente “caça as bruxas”, vão ser relatados nos dois primeiros capítulos, ricos em detalhes e fontes

documentais. A vida dos comunistas nos presídios, os julgamentos, as torturas e mortes também completam os capítulos. O terceiro capítulo relata como Vargas se apropria do discurso anticomunista para comandar o país em estado de sítio e depois em estado de guerra e como os comunistas que ainda permanecem em liberdade se articulam após o fracasso de novembro de 1935, agora perseguidos e cada vez mais na ilegalidade, rachas dentro do partido, desarticulações nos comitês são relatos com extrema descrição. Por fim, no terceiro capitulo vemos uma mudança nos rumos do desarticulado e enfraquecido PCB e a mudança em sua direção nacional e em seus comitês regionais que estavam sem comunicação.

No quarto capítulo vemos a expectativa e a agitação dos partidos em torno da campanha presidencial, discutindo a tentativa de rearticulação de alguns comunistas, sejam eles ligados ao PCB ou não, pois muitos agora militavam em outras organizações clandestinas ou em partidos trotskistas, e como esses divergiam em qual candidato apoiar de um lado Armando Sales e de outro José Américo. Nesse capítulo ainda vemos a articulação de Vargas e sua aproximação estratégica com os integralistas, na preparação do Golpe do Estado Novo. No quinto capitulo vemos a instauração do Estado ditatorial de Vargas e a continua prisão e julgamento dos militares e militantes comunistas presos, com destaque para a prisão de Luis Carlos Prestes e o caso Olga Benário. Dulles segue relatando as inúmeras tentativas dos comunistas em se rearticular sob diversas dificuldades, e os desencontros entre os Comitês regionais de São Paulo e Rio de Janeiro, na tentativa de reeditar o principal jornal do partido, *A Classe Operária*.

Os três últimos capítulos vão se referir ao fim dos julgamentos e as sentenças que muitos comunistas vão sofrer, além da liberdade que alguns vão conseguir depois de anos presos. Mas o destaque nesses capítulos fica por conta da eminência e consequentemente a eclosão da 2ª Guerra Mundial, relatando como o partido reagiu a tal evento e às resoluções vindas de Moscou, onde o Comitê Soviético emite ordens de se formar uma frente única de comunistas do mundo todo contra o nazifascismo. No decorrer desses últimos capítulos vemos ainda a prisão de mais alguns dirigentes do PCB e como essas prisões desarticulavam a já dificulta organização e teorização dos demais membros do partido. Observam-se ainda as ligações do PCB com o Comitê Soviético e a viagem de muitos militantes pra Moscou, prática ocorrida desde a

aceitação do PCB como parte da Internacional Comunista. Destaco os relatos sobre a participação de comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola e principalmente da Segunda Guerra Mundial, onde mesmo sendo pouco deixaram suas marcas de participação. O autor encerra seu livro perpassando as inúmeras organizações clandestinas que agiram sobre a doutrina comunista seguida pelo partido em 1935, com destaque para a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), tentativa de muitos membros do enfraquecido PCB de recuperar suas forças e poder agir seja pela via democrática seja pela ação. O livro termina discutindo a diminuição das perseguições no pós-guerra e a eminência de uma legalidade para o PCB.

Conforme supracitado, para a construção de sua obra John F.W.Dulles utilizou uma vasta documentação que vai desde documentos oficias do Estado, até depoimentos de comunistas e anticomunistas, mas destaco aqui, para uma maior compreensão da obra, em que bibliografia o autor se apoiou para escrever seu texto. Neste rol, inserem-se obras de eminentes historiadores marxistas como Leandro Konder, Edgar Carone, Boris Fausto, além de muitas obras memorialistas e biográficas de comunistas, como é o caso de Leôncio Basbaum, Apolônio de Carvalho, Octávio Brandão, Luis Carlos Prestes, entre outros. O fato é que a obra de Dulles não é um clássico da historiografia da esquerda no Brasil, muito em conta, pelo seu viés, conservador e tradicional de se narrar a história, mas sua importância está na forte documentação levantada pelo autor e na riqueza de dados e detalhes ao longo da obra.

O MOVIMENTO E A REVOLTA DOS SARGENTOS SEGUNDO PAULO EDUARDO CASTELO PARUCKER

Na obra, *Praças Em Pé de Guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 – 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília,* Paulo Eduardo Castelo Parucker faz um estudo sobre a participação dos sargentos, por meio de seu movimento e seu levante, na história política e militar do Brasil. Refletindo a relação entre militares e a política nacional, o historiador nos relata a busca dos sargentos subalternos nas Forças Armadas por uma maior participação política e obtenção de maior espaço dentro da própria corporação militar. O autor estrutura seu estudo

inicialmente com uma introdução, na qual apresenta a estrutura de seu trabalho, faz considerações sobre os estudos de historia política e militar no Brasil e nos apresenta o pouco conhecido e estudado movimento dos sargentos. No primeiro capítulo vemos uma ampla abordagem acerca do período abordado em sua obra, 1961-1964, Parucker aborda o Brasil da época, refletindo acerca de sua conjuntura no tumultuado governo do presidente João Goulart, onde, segundo o autor, a divisão de forças era muito clara. De uma lado as forças conservadoras, representadas pela burguesia nacional - influenciada pelo capital estrangeiro - e principalmente a cúpula das Forças Armadas que não concordavam com as idéias reformistas sinalizadas pelo governo. Já do outro lado compunham-se as correntes mais à esquerda que apoiavam as reformas e a transformação social brasileira. Vemos nesse primeiro capitulo ainda uma abordagem sobre a sociedade do país e sua relação com a instituição militar e como ela interferia diretamente nos destinos do país, o que fica evidente no pós 1964. A discussão teórica acerca das relações militares e política também se faz presente. Aliás, essa discussão permeia toda a obra, resgatando o debate já feito por outros autores como José Murilo de Carvalho, Renato Lemos, Paulo Ribeiro da Cunha, Eliézer Rizzo de Oliveira, entre outros.

Analisada a conjuntura do período, o autor usa o segundo capitulo para apresentar aos leitores a situação em que os sargentos e demais subalternos das Forças Armadas se encontravam no início da década de 1960, situação de pouca representatividade e nenhuma elegibilidade, problemas esses que vão estruturar o chamado movimento nacional dos sargentos. A primeira problemática faz referência às parcas condições salariais e de trabalho que os sargentos e os praças em geral encontravam dentro da estrutura do Exército brasileiro. Já a segunda problemática, tida como central pelo autor, trata da impossibilidade dos sargentos de concorrer a qualquer cargo político, ou seja, os subalternos da instituição castrense não poderiam concorrer e muito menos assumir cargos de vereadores, deputados ou qualquer outro cargo eleitoral. Assim, o capitulo segue traçando a trajetória da organização dos sargentos em seu movimento por melhores condições, a constituição de uma Associação dos sargentos das Forças Armadas brasileiras, espaço em que poderiam discutir com maior liberdade seus problemas. Ao avançarmos no capitulo vemos que as questões e lutas dos sargentos aproximaram estes das principais correntes de

esquerda que apoiavam às reformas de Goulart, mostrando também que muitos já pertenciam a partidos e organizações de esquerda, principalmente a corrente de um nacionalismo radical que tinha como principal expoente o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Essa aproximação dos sargentos com a esquerda e principalmente sua politização preocupavam demais a cúpula do Exército que temia uma revolução comunista no país. Feito essa panorama da situação, o movimento dos sargentos começa a se radicalizar e alguns lideres do movimento começam a organizar uma ação armada a fim de impor suas posições.

Ainda no segundo capítulo, Parucker expõe alguns exemplos de sargentos que se candidataram e até casos de subalternos militares eleitos para cargos eleitorais, mas que não puderam assumir proibidos pelas leis militares, seguido por batalhas judiciais para que esses pudessem exercer seus cargos de direito. No fim do capitulo o que se destaca é a decisão do Supremo Tribunal Federal que cassava mandato dos sargentos eleitos, o que gerou a ação armada dos sargentos, conhecida como revolta dos sargentos de Brasília, em setembro de 1963. Assim, até o fim do capítulo vemos o autor narrando o desenrolar da ação armada dos revoltosos que chegou a tomar pontos estratégicos da Capital Federal, como a base Aérea, a Rádio Nacional e a Central de Radiopatrulha. Além da intensa troca de tiros com oficias do Exército na Esplanada dos Ministérios, alguns oficiais foram feitos reféns, assim como funcionários dessas localidades e até um ministro do Supremo Tribunal Federal, Victor Nunes Leal. A consequente derrocada do levante e a seguida repressão e punição dos revoltosos também é tratada nesse capítulo.

No terceiro e ultimo capítulo o autor faz um apanhado geral do movimento, suas causas e consequências, discutindo as diferentes versões dos fatos de setembro de 1963, analisados através da documentação reunida na pesquisa, variados depoimentos e principalmente como os jornais da época relataram os eventos. Debate-se também, a influência e o peso que esse movimento e a revolta dos sargentos exerceram sobre os eventos de março e abril de 1964, quando as forças conservadoras dentro e fora das Forças Armadas se sagram vitoriosas com o Golpe. Por fim, discute-se em a cidadania e o direito dos subalternos militares em participar da política de seu país.

A ESQUERDA MILITAR SEGUNDO PAULO RIBEIRO DA CUNHA

O ultimo trabalho a ser analisado, é o artigo do professor Paulo Ribeiro da Cunha, sobre a esquerda militar no Brasil, onde o cientista político traça uma leitura historiográfica sobre a existência, participação e influência que essa categoria analítica de militares exerceu na história de nossa república. No texto, o autor aponta os caminhos historiográficos existentes na pesquisa sobre o assunto, apontando os autores que trabalham e discutem a temática. No início do artigo, Cunha nos conceitua a esquerda militar, conceito estabelecido pelo professor e um dos precursores nesse campo de pesquisa, João Quartim de Moraes, que resgata a trajetória de inúmeros militares de esquerda e seus grupos participando ativamente em diferentes momentos da História do Brasil. Segundo o pesquisador, desde o final do Império já temos indícios de idéias de esquerda - socialismo, comunismo, anarquismo, entre outras - influenciando alguns militares na oposição ao regime imperial se colocando favoráveis à Abolição e à Proclamação da República. Em seguida, vemos uma continuidade dessa corrente de militares progressistas e nacionalistas em demais momentos de nossa história. Segundo o autor,

> Depois, os tenentes; seguidos pelos militares antiimperialistas dos anos 50; e, por fim, os militares antigolpistas dos anos 60. Dentro deste arco proposto, houve o Antimil, setor dos militares comunistas, vinculado ao PCB e fundado em 1929; os vários grupos nacionalistas, os núcleos de policiais de esquerda em vários estados brasileiros que atuaram em defesa da democracia, os marinheiros e suboficiais do início do século XX e do pré 64[4].

Nessa linha de argumentação, vemos o apontamento dos fenômenos históricos em que militares de esquerda estiveram envolvidos. Não apenas isso, o autor destaca ainda alguns fenômenos que carecem de maior pesquisa, como a revolta dos sargentos em 1915 e 1916, a pesquisa dos poucos conhecidos jornais e panfletos, Marinha Vermelha, Soldado de Ferro, entre outros, elaborados por esses militares

---

[4] CUNHA, Paulo Ribeiro da. *A esquerda militar no Brasil*: uma leitura e várias agendas. In: Anais do III Encontro Nacional da ABED, 2008. Em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>. 2008, p.03.

tanto do Exército como da Marinha. Eventos a serem pesquisados nessa óptica não faltam. Segundo o texto, o pós 1964 no qual as forças antidemocráticas saem vitoriosas, também são ricos em documentação para estudo, pois muito dos militares cassados pelo Golpe passaram para a clandestinidade resistindo através das guerrilhas urbanas e rurais, onde temos Carlos Lamarca, Capitão do Exército como grande exemplo. Vemos ainda no texto uma interessante discussão em torno da conturbada década de 1950, durante a qual alguns movimentos militares tanto à esquerda quanto à direita se levantaram com destaque para as questões acerca do Clube Militar e sua tomada de posição nacionalista, a eleição e tentativa de golpe por parte de setores militares da direita impedindo a pose de Juscelino, além das revoltas de Jacareacanga e Aragarças na mesma década.

Pra concluir seu artigo o professor Paulo Ribeiro da Cunha vai apontar quais autores e suas obras resgatam e trabalham com esses militares e esses eventos históricos. O destaque fica por conta do enaltecimento da figura do militar e historiador Nelson Werneck Sodré e sua obra: História Militar do Brasil; da professora Marly de Almeida Gomes Vianna na obra: Revolucionários de 35: sonho e realidade - estudo sobre os militares de esquerda na "Intentona" de 1935 -, o livro do historiador e ex-combatente da FEB Jacob Gorender: Combate nas Trevas, no qual o autor relata a resistência e a luta armada no pós 1964; além de alguns livros de memórias como a do militante e militar comunista Apolônio de carvalho: Vale a pena sonhar e o livro de Francisco Carlos Pereira Cascardo: O Tenentismo na Marinha: os primeiros anos – 1922 a 1924. Fechando assim seu objetivo de resgatar e discutir a trajetória e a historiografia sobre os militares à esquerda no Brasil, apontando rumos e debatendo problemáticas sobre o assunto.

Enfim, as três obras, cada uma a sua maneira, contribuem muito na constituição de minha pesquisa ao possibilitarem uma maior reflexão sobre a relação dos militares com a política, as questões organizacionais do PCB, os conceitos e leituras da esquerda militar brasileira, além de ampliarem os aspectos da História Política em sua transformação, se aproximando das demais ciências, como é o caso das obras de Parucker e Cunha. Tais estudos ampliam também as fontes e consequentemente possibilitam uma nova leitura desses fenômenos históricos, fatos esses, que a historiografia brasileira por muitas vezes negligencia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. In: **Anais do III Encontro Nacional da ABED,** 2008. Disponível em <http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf >.

DULLES, John W.Foster. O Comunismo no Brasil: Repressão em meio ao cataclismo mundial 1935-1945. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

MORAES, João Quartin. A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello: Praças em pé de Guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 – 1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

EL MACHETE E A CLASSE OPERÁRIA:
OS MUNDOS (POLÍTICOS) INTERLIGADOS DO COMUNISMO MEXICANO E BRASILEIRO

Fábio da Silva Sousa[1]

Resumo: Objeto de intensas pesquisas desde a década de 1950, hoje o Comunismo oriundo da Revolução Russa de 1917, encontrasse imerso em análises acadêmicas que em muitos casos o enquadra no conceito de *ilusão*, *revolução perdida* ou *revolução derrotada.* Distante desses conceitos contemporâneos que lançaram essa ideologia de combate ao Capitalismo no *limbo* intelectual desde a derrubada do Muro de Berlim e do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, em 1989, essa pesquisa de doutorado objetiva *lançar* um olhar sistemático do Comunismo como um processo histórico, sem exaltações ou críticas pautadas por uma base ideológica. Para tanto, o modelo de análise proposto será realizar uma investigação de História Comparada, como proposto pelas análises clássicas e pioneiras de Marc Bloch e da História Conectada, como proposto por Sanjay Subrahamanyam, Serge Gruzinski, e, de uma ligação entre as duas metodologias, com formulou com bastante propriedade Maria Ligia Coelho Prado, do Comunismo no México e no Brasil. Por meio de uma investigação, que tomará os principais periódicos do Partido Comunista Mexicano (PCM) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), respectivamente as folhas *El Machete* e *A Classe Operária*, com fonte e objeto de pesquisa, temos como objetivo trazer ao lume pontos de diferenças e similitudes desses atores políticos que tinham na Revolução o seu principal objetivo de vida. A baliza temporal dessa pesquisa abarca os decênios de 1920 e 1930, período que abrange tanto a trajetória inicial desses dois periódicos, como as fundações e os primeiros anos de atuação desses dois partidos políticos, que no caso do México, tiveram que lidar com um regime estatal que se colocava como herdeiros da centenária Revolução Mexicana, e de outro lado, no Brasil, com um regime oriundo de um golpe, de Getúlio Vargas, que procurava legitimidade pela alcunha de "Revolução de 1930". Tais intenções de pesquisa e outros pontos de investigação serão discutidos nessa comunicação de pesquisa.

Palavras-Chave: Territórios do Político, Imprensa Comunista, PCM e PCB.

Vale a pena hoje estudar sobre o Comunismo advindo da Revolução Russa?

Atualmente, essa questão torna-se essencial para quem deseja adentrar esse processo histórico iniciado com o abalo sísmico da Revolução Russa de 1917, e, ao longo desse texto, a resposta para tal indagação será elucidada. Contudo, pesquisar o

[1] Doutorando em História e Sociedade pela UNESP – Univ. Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras/campus Assis.

Comunismo soviético e suas vertentes não é uma tarefa fácil, uma vez que tal profissional tem de lidar com questões fortemente intrincadas no contemporâneo, e que estão envolvidos paixões, posicionamentos políticos e ideológicos. Atualmente, podemos classificar que as pesquisas sobre os Comunismos *pós* Revolução Russa dividiram-se – em muitos casos, mas não em uma totalidade – de um lado em críticas severas e de outro, em elogios ideológicos. Todavia, a pretensão dessa pesquisa de doutorado se insere em um terceiro caminho, que consiste em tratar tal ideologia como um processo histórico, como demonstra Osvaldo Coggiola:

> Os erros políticos do bolchevismo em 1917-1921 são tão responsáveis pelo advento do stalinismo quanto os erros dos jacobinos foram pela restauração da monarquia francesa. No bolchevismo de 1918-1921, encontravam-se elementos de degeneração, assim como no bolchevismo de 1917 existiam os elementos da contra-revolução burguesa: isso equivale a dizer que o bolchevismo, como todo fenômeno histórico, era contraditório e permeável ao seu meio político-social[2].

Além dessa concepção esboçada, vale ressaltar que não trabalhamos com o Comunismo como um conceito fechado e homogêneo. Em nossa análise, ele será tratado de uma forma plural, ou seja, como Comunismo(s). Torna-se um enorme desafio traçarmos uma definição única do Comunismo. Ao tratar desse tema no clássico *Dicionário de Política*, Giuseppe Bedeschi traçou que a origem do conceito comunista remonta a Platão, e passou por releituras na Idade moderna, nas revoluções inglesas e francesas, até chegar a sua concepção mais científica que ficou a cargo de Karl Marx, que também sofreu uma reinterpretação elaborada por Lênin, na Revolução Russa[3]. Diante de tal quadro, como pensar no Comunismo de uma forma homogênea? Para dar conta de tal complexidade, iremos trabalhar com o conceito de circulação de ideias, como definido por Eduardo Devés Valdés: "Por "circulación de ideas" se entiende el proceso de emisión y recepción de las ideas desde unas regiones hacia otras, asumiendo que en este transcurso se van produciendo mutaciones o

---

[2] COGGIOLA, Osvaldo. Outubro de 1917: bolchevismo, revolução e drama. In: MACIEL, David... [et al.]; *Revolução Russa. Processos, personagens e influências.* Goiânia: CEPEC, 2007, p.38.

[3] BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto... [et al.]; *Dicionário de Política.*Vol 1 A – K. Trad. Carmen C. Varriale... [et al.]; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991, pp.204-210.

hibridaciones y que en esta circulación hay diferentes "estaciones", por una parte, así como diferentes "especies", por otra"[4].

Pela circulação de ideias, quebra-se a concepção clássica de que o Comunismo soviético chegou de forma homogênea para todos os partidos filiados a Internacional Comunista, IC. A movimentação dessa ideologia, sua leitura, mediação apropriação e prática foi um processo bem complexo, que em cada caso analisado, possuí uma especificidade sincrônica e diacrônica, como nos exemplos do Partido Comunista Mexicano, PCM, e do Partido Comunista Brasileiro, PCB. O PCM foi fundado em 25 de setembro de 1919 e reconhecido pela IC em 24 de novembro do mesmo ano e o PCB foi fundado em março de 1922 e reconhecido pela IC dois anos depois, em janeiro de 1924[5]. A sincronia na constituição dessas agremiações políticas consiste que ambos os partidos foram fundados no período da primeira fase do Marxismo na América Latina, processo potencializado pela repercussão da Revolução Russa. De diacrônico, ambos tiveram um processo bastante distinto em sua constituição. Para analisar esses fenômenos tão próximos e distantes do processo de constituição do Comunismo no México e no Brasil, utilizaremos os pressupostos teóricos-metodológicos da História Comparada de Marc Bloch: "(...) escolher, em um ou vários meios sociais diferentes, dois ou vários fenômenos que parecem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre si, descrever essa curvas da sua evolução, encontrar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicar umas e outras"[6].

Ao escrever esse texto em 1928, Bloch tinha como objetivo patrocinar uma história que fosse além das fronteiras nacionais, o que de certa forma, obteve êxito. Contudo, mesmo a concepção de História Comparada acabou sofrendo críticas, pois, muitos dos seus temas de pesquisas tinham como base forte uma visão eurocêntrica dos fenômenos históricos. Com base nessas críticas, o historiador indiano Sanjay Subrahmanyam cunhou o conceito de Histórias Conectadas, que consiste numa visão

---

[4] DEVÉS VALDÉS, Eduardo. La circulación de las ideas y la inserción de los cientistas econômico-sociales chilenos em las redes conosureñas durantes los largos 1960. In: *Historia.* Chile: Instituto de Historia: Pontificia Universidad Católica de Chile. Vol. II, julio-diciembre 2004, p.339.

[5] Sobre o PCM, consultar: MÁRQUEZ FUENTES, Manuel & RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. *El Partido Comunista Mexicano (en el período de la Internacional Comunista: 1919-1943)*. México: Ediciones "El Caballito", 1973. E sobre o PCB, ver: CARONE, Edgar. *O P.C.B. Vol. 1: 1922 – 1943*. São Paulo: DIFEL, 1982.

[6] BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades européias. In:_____. *História e historiadores*: textos reunidos por Ètienne Bloch. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998, p.120.

plural dos fenômenos históricos, onde sociedades distintas e com histórias particulares, possuiriam pontos de conexão entre si[7]. Para Subrahmanyam, tal metodologia iria de encontro às tradicionais concepções eurocêntricas nas pesquisas históricas. Para Serge Gruzinski, entusiasta dessa teoria, trabalhar com as Histórias Conectadas "o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras"[8]. Todavia, se para ambos os autores, existe mais diferenças do que proximidades entre a História Comparada e a Conectada, para Maria Ligia Coelho Prado, ambas as teorias ao invés de se anularem, se complementam:

> Penso, ainda, que a escolha da história comparada não exclui a abordagem de histórias conectadas. A única crítica metodológica indicada por Serge Gruzinski com relação à comparação refere-se à dificuldade de escapar da visão eurocêntrica e dos modelos dicotômicos. Do meu ponto de vista, é possível fazer história comparada e permanecer crítico das visões eurocêntricas e dicotômicas. Assim, entendo que há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão[9].

Compartilhamos dessa leitura de Prado, e com base nos pressupostos teóricos metodológicos da História Comparada e da História Conectada, pretendemos estudar os *mundos interligados*, tanto culturais quanto político, do Comunismo no México e no Brasil. Para tanto, como fonte dessa comparação e conexão, utilizaremos os jornais *El Machete* e *A Classe Operária*, respectivamente, publicações oficiais do PCM e do PCB.

O primeiro número de *El Machete* foi publicado em março de 1924, como folha informativa do Sindicato de Obreros Tecnicos, Pintores y Escultores de México, que em seu quadro contava com os pintores muralistas Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e

---

[7] SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurásia. In: *Modern Asian Studies. Special Issue: The Eurasian Context the Early Modern History of Mainland South East Ásia, 1400-1800.* Vol. 31, N° 3 (Jul., 1997). USA: Cambridge University Press, 1997.pp.735-762.

[8] GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. In: *Topoi*, v. 2. Rio de Janeiro: jan-jun 2001.pp.176.

[9] PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. In.: *Revista de História.* Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. nº 153. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2º sem. 2005.p.30.

José Clemente Orozco (LEAR, 2006: 109). No começo de 1925, esses artistas, juntamente com outros membros do sindicato, se filiaram ao PCM e o *El Machete* tornou-se sua publicação oficial. Em 23 de maio de 1938, este periódico tornou-se diário e, em 15 de setembro do mesmo ano, mudou de nome para *La Voz de México*[10].

A Classe Operária começou a ser publicada na data simbólica do dia Primeiro de Maio de 1925, a partir da orientação da Internacional Comunista, IC, para que o PCB lançasse um jornal operário de massas. Com uma trajetória repleta de fases de intermitências, *A Classe Operária* foi publicada até meados de 2000 e pode ser considerado o jornal de esquerda mais antigo da História da Imprensa Brasileira[11].

Mesmo de realidades distantes, ambos os periódicos dialogaram em certas ocasiões, o que já fornece materiais para que se possa realizar um estudo comparativo e conectado entre eles.

O jornal do PCM publicou algumas matérias sobre o golpe de Estado de Getúlio Vargas, que na época recebeu o rótulo de Revolução, e questionou o significado revolucionário desse acontecimento político. Já a *Classe Operária* publicou algumas matérias denunciando a perseguição do governo mexicano ao PCM, cujo ápice foi à execução de vários líderes comunistas além da queima de diversos exemplares do *El Machete* em praça pública.

Concomitantes a essas matérias, ambos os periódicos publicavam diversos textos de Lênin, de Marx, e era comum a publicação de matérias saudosista sobre a Revolução Russa principalmente nos meses de outubro, para comemorar o aniversário da eclosão desse evento.

Apesar da distância, o Comunismo soviético uniu os membros do PCM e do PCB em uma causa comum: construir em suas respectivas realidades, a Revolução vitoriosa do leste europeu. Por esse objetivo comum, os comunistas mexicanos e brasileiros dividiram uma Cultura Política em comum.

Retornando na questão inicial desse breve texto referente a essa pesquisa em andamento, ainda é válido estudar o Comunismo atualmente. Primeiro, porque se deve combater esse discurso do senso comum capitalista de vitorioso e derrotado. O

---

[10] PELÁEZ, Gerardo. *Partido Comunista Mexicano. 60 años de historia. I (Cronologia 1919-1968)*. México: Universidad Autonoma de Sinaloa, 1980, p.60.

[11] CARNEIRO, Maria Luzia Tucci & KOSSOY, Boris (Orgs). *A Imprensa confiscada pelo Deops: 1924-1954.* São Paulo: Atelié Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

historiador não deve fazer história nem dos vencedores e nem dos derrotados, e sim, fazer História. E em segundo lugar, o Comunismo perpassou o Século XX como o principal opositor do Capitalismo, e foi defendida tanto por intelectuais, quanto por trabalhadores ao redor do mundo. Uma ideologia que despertou tantas paixões e ódios, não deve ser relegada para baixo do tapete da História. E em terceiro e último lugar, como foi pretendido discorrer aqui, o Comunismo deve ser visto em sua pluralidade. Apesar do epicentro soviético e das cartilhas da IC, a ideologia comunista circulou pelo globo, e acabou sendo lida e interpretada de maneira distinta por várias sociedades.

É por esse caminho, passando pelos dois principais periódicos comunistas publicados no México e Brasil nas décadas de 1920 e 1930, que essa pesquisa está percorrendo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BEDESCHI, Giuseppe. Comunismo. In: BOBBIO, Norberto... [et al.]; *Dicionário de Política.*Vol 1

A – K. Trad. Carmen C. Varriale... [et al.]; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991, pp.204-210.

BLOCH, Marc. Para uma história comparada das sociedades européias. In:_____. *História e*

historiadores: textos reunidos por Ètienne Bloch. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1998, pp.119-150.

CARONE, Edgar. *O P.C.B. Vol. 1: 1922 – 1943*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARNEIRO, Maria Luzia Tucci & KOSSOY, Boris (Orgs). *A Imprensa confiscada pelo Deops:*

1924-1954. São Paulo: Atelié Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. Outubro de 1917: bolchevismo, revolução e drama. In: MACIEL, David...

[et al.]; *Revolução Russa. Processos, personagens e influências.* Goiânia: CEPEC, 2007, pp. 11-40.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. La circulación de las ideas y la inserción de los cientistas

econômico-sociales chilenos em las redes conosureñas durantes los largos 1960. In: *Historia.* Chile: Instituto de Historia: Pontificia Universidad Católica de Chile. Vol. II, pp.337-366, julio-diciembre, 2004.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected*

histories. In: *Topoi*, v. 2. Rio de Janeiro: jan-jun 2001.pp.176-195.

MÁRQUEZ FUENTES, Manuel & RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. *El Partido Comunista*

Mexicano (en el período de la Internacional Comunista: 1919-1943). México: Ediciones "El Caballito", 1973.

PELÁEZ, Gerardo. *Partido Comunista Mexicano. 60 años de historia. I (Cronologia 1919-1968)*. México: Universidad Autonoma de Sinaloa, 1980.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. In.:

Revista de História. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. nº 153. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2º sem. 2005.pp.11-30.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early

Modern Eurásia. In: *Modern Asian Studies. Special Issue: The Eurasian Context the Early Modern History of Mainland South East Ásia, 1400-1800.* Vol. 31, N° 3 (Jul., 1997). USA: Cambridge University Press, 1997.pp.735-762.

NORTE DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970: TEMPO DO CAFÉ, TEMPO DA SOJA; E O TEMPO DO HOMEM?

Frank Keiro Muraoka[1]

RESUMO: Esse artigo se concentrará na elucidação da problemática envolvendo o Norte do Paraná e sua temporalidade na década 70. Primeiramente demonstrando pela metodologia da história ambiental a amplitude da transformação ocorrida com a mudança de cultura do café para a soja. E no segundo momento, uma reflexão metodológica sobre o tempo, para melhor compreender o período em estudo.

PALAVRAS CHAVE: Norte do Paraná, Territórios do Político, Geada de 1975.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte dentro de uma pesquisa mais ampla, dessa mesma maneira é o objeto; o Norte do Paraná, e temporalmente, a década de 1970. Entendendo esse espaço como algo modificado pelo homem e simultaneamente modificador do mesmo[2]. Processo dinâmico observado no devir histórico-social.

Região geográfica que se construiu ao norte do Estado baseado entre as décadas de 1930 até 1970 por uma cultura extensiva no sentido agrícola. O café foi plantado e cultivado em seu solo "vermelho" por um sem números de pessoas, de vidas, de famílias, que mantiveram uma relação direta com a planta, isso sem contar na complexidade das inter-retroações com outros elementos. Dessa maneira, uma cultura, agora no sentido humano, foi construída a partir da relação com o café, uma referência econômica refletindo diretamente no cotidiano, nas atividades, nos costumes, na política, portanto uma matriz dessa sociedade.

---

[1] Mestrando em História social pela Universidade Estadual de Londrina. Orientação: Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida.

[2] Metodologia utilizada para compreensão do presente trabalho, o chamado materialismo dialético, no qual o homem é agente modificador do meio natural e o mesmo o transforma, esta noção foi melhor elucidada no ártico publicado na ANPUH do ano de 2011 com o seguinte título: "Norte do Paraná na década de 1970: o devir imposto pela ciência.".

Ocafé possui uma significância dentro desse discurso levando em consideração, que durante a década de 50, Londrina foi considerada a capital mundial desse cultivo. Sendo assim, pode-se perceber que esse título não foi conseguido por mera imaginação ou ficção, mas sim pelo envolvimento direto de muitos corpos humanos e também que o campo era local onde a maioria dos contemporâneos desse período vivia.

Por conseguinte, no ano de 1975 acontece um grande fenômeno climático. A geada de 18 de julho queima fisiologicamente todos os pés de café. Lembrando que eles não são adaptados ao clima norte paranaense, portanto não suportavam temperaturas de -1 à 1 grau célsius. No mesmo ano, era inaugurado o Centro Nacional de Pesquisa de Soja na região norte de Londrina, esta instituição governamental fundamental nos processos de transformação do meio ambiente e também humano, pois a transição de culturas atinge diretamente o meio social, no período precedente, com o desenvolvimento das pesquisas cientificas de clima e solo e a criação de cultivares e tecnologias.

Desta forma é nessa ruptura que se concentrará a análise desse presente artigo. A Primeira parte será referente à importância do tempo biológico do café e da soja na organização social do objeto espacial baseando essa parte no conhecimento de Cornelius Castoriadis[3]. Por fim a realização de uma análise sobre o conceito "tempo" na tentativa de melhor compreender o dinamismo desse processo colocado na década de 1970.

TEMPO DO CAFÉ, TEMPO DA SOJA; E O TEMPO HOMEM?

Cornelius Castoriadis expressa na abertura de seu seminário na EHESS de 26 de novembro de 1986 a seguinte frase: "Tempo e criação significa tempo e destruição

[3]CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. Da ecologia à autonomia. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
CASTORIADIS, Cornelius. Sujeito e verdade no mundo social-histórico: Seminários 1986-1987. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2007.

[...]", e em seguida, comentando o antropólogo: "[...] Lévi-Strauss: cada sociedade lança os dados constitutivos da "estrutura universal" e "escolhe" assim seus elementos de base, organiza assim a sua cultura. O que se passa a partir do momento em que acontece uma mudança histórica? Não sabemos. [...]"[4]. Esses são trechos significativos para a composição da narrativa, mas inicialmente algumas características biológicas da matriz cultural Norte paranaense.

O café é uma rubiácea, portanto uma planta da família das *rubiaceae* que possui cerca de 13.000 espécies. Demorava, no perído, em média de 4 à 6 anos a partir do plantio para atingir a maturidade chegando a ter 2 metros e meio de altura.

Desenvolve-se melhor entre temperaturas de 19° e 22° C. Temperaturas mais altas auxiliam na formação de botões florais e estimulam o crescimento dos frutos, abaixo de 10° inibem o crescimento da planta.

O cafeeiro se desenvolve melhor no solo com PH entre 6,0 e 6,5, ou seja, meio básico, corrigido com o calcário[5]. Plantado diretamente em covas, no período que definimos em nossa pesquisa, entre 4 à 6 plantas por cova.

Fruto quando maduro de coloração avermelhada, de semente dicotiledônia. Esta planta tem uma importância fundamental para a economia brasileira do final do século XVIII e início do XIX. Produto de mais ou menos um centímetro observando particularmente, que depois de torrado e moído é transformado em uma bebida energética ao ser humano.

No período em estudo, o café, agora como matriz cultural, como elemento de organização e determinação das atividades humanas dentro de um habitat, era cultivado basicamente em duas etapas. Primeiramente, nas estações de calor, o cafezal necessitava basicamente da capina para não atrapalhar o crescimento da planta. Mas o trabalho se concentrava à medida que se iniciava a floração. A plantação deixava a coloração esverdeada escura para se tornar branca, os pés de café em cada galho e em cada "nó" se preparavam para as flores se transformarem em fruto.

Nessa etapa uma forma de trabalho era fundamental, a "arruação". Que consiste na retirada de todos os resíduos das ruas do cafezal, ou seja, as folhas, galhos,

---

[4] Ibid. pp. 23 - 27

[5] Informações retiradas do site da Embrapa: http://www.cnpab.embrapa.br

pedras, eram enfileiradas no meio da rua para que o solo esteja limpo para as etapas precedentes.

Na época da colheita, o fruto maduro, se iniciava com a “derriça”. Que é a retirada do grão, ainda em poupa, com a utilização das mãos e os derrubando no “chão limpo”. Em seguida era “juntado” em montes para o “abano do café”, a separação do grão sujo, ou seja, misturado com os galhos e folhas no processo de derriça. Esta prática do abano funcionava da seguinte forma colocava-se o material ainda misturado dentro de uma peneira, e jogado para cima para que o próprio vento separasse o grão das outras impureza, as folhas saiam nesse movimento, e a terra e pequenas pedras caiam da parte inferior da peneira. Depois disso os grãos selecionados eram levados ao terreirão onde secaria e seria mais afrente beneficiado e vendido.

Existem muitos pormenores nesse processo, mas o importante é compreender que essas são atividades desenvolvidas pelos trabalhadores de acordo com o ciclo temporal da planta. São ações em forma de trabalho que respeitavam a biologia do café, ou seja, vemos uma sociedade, pelo menos em parte, organizada temporalmente por um tempo biológico, e que esteja claro: não que existiu um tempo humano diferente do tempo do café, mas não podemos diferenciar claramente a separação entre ambos. Esse é o ponto da nossa proposta, o café é o homem faziam parte uma mesma construção temporal mas com o advento da nova cultura essa relação foi complexificada e o “tempo” dessa nova planta não possui mais a referencia que o café tinha dentro da sociedade.

Lembremos de Castoriadis; se todo “tempo de criação é também de destruição”, a partir de 1975, com a inauguração do Centro Nacional de Pesquisa de Soja e seus trabalhos, acontece a criação de uma cultivar, planta melhorada geneticamente, criação especifica para um determinado clima e solo, que produz em territórios entre trópicos, ou seja de climas tropicais. A soja melhorada geneticamente, agora pode ser plantada nas regiões brasileiras. Originária da china ela possui um fotoperiodismo que devido a muita incidência de luz a planta seca antes de dar a semente, ou seja, esse “erro” foi corrigido.

A soja é da família das leguminosas, também dicotiledônia igual ao café, mas sua flor tem um tom azulado. Possuem folhas verdes pálidas ou escuras, o caule é

ramoso, híspido, com o tamanho que varia entre 80 e 150 centímetros. Uma espécie autógama, ou seja, se reproduz independente de plantas vizinhas. Sua raiz se constituí por feixe principal e grande número de raízes secundárias. Mas o seu "produto" não é um fruto e sim uma vagem[6].

A criação de uma cultivar melhorada geneticamente influencia diretamente na destruição de outra, que nesse caso foi o café. Mais uma vez as particularidades e singularidades desse processo não são primadas, mas a soja foi utilizada como objeto das políticas governamentais de diversidade agrícola, também de modernização do campo e elemento fundamental do dinamismo econômico da região.

Nesse sentido é que a soja possui um papel fundamental. Anteriormente, como dito, as pessoas possuíam uma relação de trabalho direto com a planta, mas a partir do cultivo da soja, que também é o caso do feijão, do milho, trigo, o campo é invadido pela máquina, a relação direta, como denominado, agora é mediatizada pela tecnologia e o conhecimento científico, ainda para aumentar a proporção desse problema, o campo não é mais povoado por colônias, grandes casas, e assim acontece a inversão da população campo/cidade.

Cornelius Castoriadis, um importante pensador grego do século XX, historiador, militante político, psicólogo e filósofo, indica na elaboração de um conceito uma chave para compreensão dessa problemática. O "imaginário radical" que nos distingue dos outros seres e que possivelmente nos concebe uma forma de coesão e unidade social. Fato importante que sem o mesmo, "[...] Os humanos, ou antes, os humanoides desfuncionalizados teriam constantemente tomado os seus desejos como realidades, vendo-se sempre como todo-poderosos, exterminando-se reciprocamente sem nenhum limite ou regra. [...]"[7] (2007, p. 29),

Deste conceito advém a instituição imaginária da sociedade:

> Há, portanto, essas alteridades das sociedades instituídas, e o fato genérico da instituição humana da sociedade geral, comportando minimamente uma linguagem, regras de reprodução, regras do proibido e do permitido, do lícito e do ilícito, das maneiras corretas de produzir e reproduzir a vida material. E, cada vez, essa instituição da sociedade é outra, e

[6] Informações retiradas do site: http://www.cisoja.com.br

[7] CASTORIADIS, Cornelius. Sujeito e verdade no mundo social-histórico: Seminários 1986-1987. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2007.

> não é outra somente no espaço, mas também se altera no tempo. Ela não é dada de uma vez por todas: a auto-alteração da sociedade que é a história e sua história, sua temporalidade criadora própria e destruidora. (2007, p. 30)

Dessa maneira existem elementos que constituem o imaginário e sua instituição, significações imaginárias encarnadas no social que direcionam, determinam o grupo, como exemplo as religiões, crenças, são elementos conídicos[8] da vida histórico-social e que estão presente em cada sociedade.

Sendo assim, o café era um elemento da sociedade Norte Paranaense, essa planta biológica funcionava na sua instituição imaginária. Era um de uma só maneira elemento organizador funcional, e também elemento criador subjetivo da vida das pessoas. Tudo isso por causa da relação direta existente entre o homem e seu meio transformado e transformador.

Mas com a criação/destruição da soja, essa relação direta não mais existe, mas sim a relação mediatizada pela tecnologia, dessa maneira a soja não tem mais esse poder de elemento imaginário. A cidade passa a ser local de habitat humano. A separação campo e cidade também não pode ser subestimada, como Raymond Willians escreve em seu livro, “O campo e a cidade: na história e na literatura”, tendo em vista na análise dos romancistas bucólicos com a complexificação dos significados e das relações entre os mesmos.

Ou seja, acontece uma ruptura em diversos níveis sociais, econômicos, políticos e culturais na região geográfica do Norte do Paraná, um exemplo demonstrativo disso é o imaginário instituído e seu desaparecimento. Tudo isso acontece no final da década de 60, anos 70 e início dos 80. Dessa mesma maneira existe a auto-organização da sociedade, mas o que acontece nessa ruptura histórica, como diz Castoriadis “ninguém sabe”. Podemos traçar algumas hipóteses, encontrar elementos, na tentativa de contrariar esse autor, por isso no próximo trecho do artigo, será discutido uma metodologia de compreensão do tempo, para melhor entender o período no qual acontece essas transformações.

---

[8] Neologismo de Castoriadis para fugir no problema da existência ou não do real. Indicando que o mesmo, é composto por significações funcionais, como classe, separações, mas também de um conteúdo simplesmente criado, subjetivo. Dessa maneira o imaginário que advêm do real, é composto por conjuntos de elementos, que se compõe por outros conjuntos e assim por diante. Ver p. 34.

TEMPO, TEMPO, TEMPO...

18 de julho de 1975. Dia 18, composto por 24 horas, ou 1440 min, ou 86400 segundos, além de décimos de segundo, centésimos, milésimos, microssegundos, nanosegundos e psicosegundos indeterminados. Julho composto de 31 dias, que cada dia tem 24 horas, e o ano de 1975, que naturalmente possui 365 dias, não sendo bissexto, tendo quatro estações no mesmo período. Portanto observemos assim: 1975 no mês de julho, no dia 18, ocorreu um fenômeno climático de grandes proporções no território Norte Paranaense, inserido com todas essas marcações temporais passadas.

O acontecimento objeto, a geada, está marcado temporalmente no chamado ano 75, especificamente somente no mês de julho, e ainda mais, dentro desse mês o dia 18. Mas o que seria esse ano de 75, se não fosse o de 74 e o 76? E o que seria do mês de julho se não fosse o de junho e o de agosto? E o dia 18, sendo ele somente o dia 18, o que seria?

E a década de 60 e a de 80? O século XIX, XX e o XXI? São somente nomes, ou são o indício de uma continuidade temporal? Ou são apenas números que o historiador manipula e impõe o seu sentido? Ou são referencias? Possuem relação nenhuma com a materialidade? Ou são completamente subjetivos?

Frustrados são todos os historiadores, integralmente o que aconteceu em um nanosegundo da Revolução Francesa, um segundo dentro da Bomba atômica, 1 minuto dentro do World Trade Center, uma hora em Pearl Harbor, um dia completo em um campo de concentração, um mês total na Grécia Antiga, um ano pleno em qualquer lugar, o que dirá de séculos, milênios, eras.

Mas reconfortados os historiadores que entendem as medidas do tempo, ou refletem sobre elas. E é assim que será proposta uma reflexão teórica sobre o “tempo”, tendo como fundamento sua medida, seu aspecto convencionado socialmente, seguindo uma proposição de Braudel; a história é a ciência dos homens no tempo.

Essa noção tempo que buscamos, não baseia-se em mircrotempos mas sim no tempo do relógio, marcado socialmente, ano após ano, dia após dia. Essa concepção de tempo tem como base a física de Einstein, a teoria da relatividade, na qual sempre o tempo deve estar associado a algum local, o que o próprio chama relação

“espaço/tempo”, tanto que dessa concepção cria-se o “paradoxo do gêmeos”[9].Partindo dessa diretriz, temos inicialmente uma linha progressiva:

Espaço
----------→
Tempo

Dessa maneira, o território Norte do Paraná é o espaço, entendendo como noção geográfica, local dentro do globo terrestre, portanto também em movimento, e o tempo é o que queremos compreender, o tempo de 1975. Se pensarmos assim, a temporalidade segue uma linha, no sentido de que nada pode fazer com que essa linha retroceda, nada pode fazer com que o cafezal não seja queimado pela geada, que a urbanização cresça, que a soja seja plantada.

Observamos isso com um olhar detido nas circunstâncias materiais do evento, pois os seres humanos, sendo portanto históricos, definem as suas noções de tempo e também de espaço, por isso a denominação Norte do Paraná o qual pode ser analisado historicamente situando as transformações ocorridas nos últimos 35 anos, de desenvolvimento econômico e do agronegócio e as transformações paisagísticas do campo, e, devido aos nossos objetivos nem adentramos no meio urbano.

É desse tempo físico, compreendido como relação entre tempo/espaço, velocidade, que estamos comentando; levamos em consideração as continuidades e as descontinuidades, as muldimensionalidades, a heterogeneidade, mas o tempo do relógio é, afinal, implacável. O “sentido de tempo” dessa reflexão, falamos em linha temporal dinâmica, não no sentido ideológico do progresso, pois todo progresso, ordem, existe um regresso, desordem[10].

Queremos deixar claro que pode ser compreendida quase como uma noção da história positiva. Mas não como um sistema fechado de causa e efeito, no qual o passado pode ser apreendido integralmente e os atos políticos são privilegiados, mas

---

[9] O tempo na física somente pode ser calculado pelo movimento, no caso da terra o calculo é baseado no movimento de translação da terra, partindo de um ponto até a chegada, os segundos, minutos, fazem parte desse calculo. O paradoxo se encontra nessa relação, se dois irmãos gêmeos, um ficar na terra, e outro sair em uma nave espacial e viajar em uma outra velocidade durante um tempo, quando este retornar ele estará mais novo que seu irmão, pois o tempo depende da velocidade, uma grandeza fundamental no calculo.

[10] Como afirma Edgar Morin” MORIN, Edgar. Para onde vai o mundo?. Tradução de Francisco de Morais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. P 70.: “Regressão na progressão e progressão na regressão”, p.29 – 34.

no sentido de ter uma temporalidade marcada, possivelmente encadeada, uma linha do tempo no qual o presente está acontecendo, sendo possível isso na linguagem, um presente que tem como o local e o tempo como bases fundamentais, tentando mostrar a dinâmica do processo ou, que justamente esse processo é dinâmico.

Essa temporalidade em questão também não é positivista no sentido de que o passado falaria por si só, essa crença não faz parte dessa construção. A Escola dos Annales indicou que o presente é fundamental na concepção do passado, os problemas devem ser desenvolvidos a partir do presente, e é assim que o passado é visto nesse trabalho. Enfrentamos contemporaneamente uma crise ambiental, que reflete principalmente, e afeta, os nossos modos de vida, compreender a interação/relação homem/natureza/sociedade parte do presente, entendendo que o mesmo depende do passado, e esse ultimo dependo do presente, isso mesmo, uma espiral.

Ainda, Braudel integrante dos Annales cria em seu trabalho "O Mediterrâneo", escrito em 1949, uma reflexão fundamental sobre o tema. Se anterior a ele o "tempo" somente era percebido em uma noção, Braudel revoluciona a história, falando que são no mínimo três temporalidades em coexistência que compõe o mundo. Sendo assim adicionamos esse elemento ao nosso trabalho;

Tempo/espaço

Longa duração----------→
Média duração----------→
Curta duração----------→

Como se para podermos compreender o tempo devessemos no mínimo nos atentar para essas três temporalidades; a primeira a longa duração que são as estruturas, até mesmo geográficas, uma história lenta, quase parada num quadro tempo/espaço. A segunda; a de média duração, tempo da conjuntura, tempo social, das economias, das políticas governamentais. E a terceira é a de curta; tempo do individuo, das paixões, "nervoso". (ANDRADE; 2002; p 18-22)

Analisemos o esquema, agora com a inclusão do objeto de estudo:

Passado----------presente----------futuro

Tempo/espaço Geada de 75
Longa duração ---------- I ----------→
Média duração---------- I ----------→
Curta duração ---------- I ----------→

Para esse trabalho, possuímos apenas hipóteses que identificamos para essas temporalidades, primeiramente, a de longa; não temos fundamentos para uma ruptura nessa temporalidade, pois o processo de colonização até o objeto recortado, década de 30 até 70, é curto visto a ruptura acontecido no período anterior, a imposição da cultura ocidental frente a indígena.

A de média duração, podemos colocar como exemplo as políticas governamentais, nas décadas de 30 a ideia de modernização e de desenvolvimento possuía suas bases na produção cafeeira, e assim o território Norte Paranaense foi ocupado. A partir desse período a modernização e o progresso do campo possuem novas bases discursivas, a científica e tecnológica.

E a curta duração, se encontra no nível imediato, as pessoas saíram do campo e foram para cidade, uma rápida modificação do cotidiano da população. Dessa maneira podemos concluir, de forma hipotética, que a Geada é um fator decisivo de ruptura entre duas temporalidades, quase como a união de transformações em uma mesma data, 18 de julho de 1975.

Mas essa construção metodológica abarca um autor que irá modificar ainda mais os esquemas trabalhados; trata-se de Edgar Morin. Sua maior contribuição para esse trabalho é a ideia de que a melhor maneira de se compreender o presente, além de olharmos para o passado, é observarmos a concepção de futuro dentro do presente, ou seja, o futuro do passado, a noção de futuro que os homens do passado tiveram, pode ser uma importante fonte para o historiador, isso é fundamental nesse trabalho. No momento da geada, muitos planos de justiça social, de progresso, de desenvolvimento, que eram baseados em uma crise, ou seja, em diagnóstico do

passado, eram pregados para o futuro, e muitas das ações que direcionariam o presente se tinha o futuro como objetivo.

> [...] O futuro, este será um coquetel desconhecido entre o previsível e o imprevisível. A tudo isso, acrescenta-se que o futuro é necessário para o conhecimento do presente. É ele que vai operar a seleção no burburinho das ações, interações, retroações que constituem o presente. É ele que nos revelará os verdadeiros operadores do futuro. É a luz do futuro tornando-se presente e fazendo do presente um passado que os atores principais do presente adentram na penumbra, transforma-se em comparsas, em parceiros úteis, enquanto saem da penumbra, dos bastidores, debaixo das mesas, detrás das cortinas, os atletas verdadeiros do jogo do tempo[11].

E ainda completa:

Deste fato decorre que o conhecimento do passado e do presente tem lacunas, como o é o conhecimento do futuro, e que tais conhecimentos são interdependentes: o conhecimento do passado está subordinado ao presente, cujo conhecimento esta subordinado ao futuro[12].

Assim abandonamos a ideia de "passado>presente>futuro", mas entramos na concepção complexa e mais uma vez o esquema trabalhado, por algumas vezes, será modificado:

Passado <----------> Presente <----------> futuro
Tempo/espaço Geada de 75
Longa duração <----------> I <----------->
Média duração <----------> I <----------->
Curta duração <----------> I <----------->

Dessa maneira:

"[...] A dialética não caminha sobre os pés nem sobre as cabeças; ela gira, pois é antes de tudo jogo de inter-retro-ação, isto é, elo em perpétuo movimento.[13]"

Assim essa concepção de tempo, tenta compreender o momento do presente da geada, do local objetivo desse fenômeno, e como o mesmo pode ter afetado tanto

[11] Ibid., p. 14
[12] Ibid. 2010, p14.
[13] Ibdi,. P 15.

a sociedade Paranaense, em diversos níveis, dimensões, culturalmente, economicamente, socialmente.

Compreender a geada como uma entidade complexa de seu tempo pode revelar boas respostas, mesmo que ainda a metodologia empregada não nos dê garantia de uma verdade absoluta, afinal se trata de um processo histórico, mas ela nos amplia o imaginário e sua reflexão nos dá outras compreensãosões, dos acontecimentos. Assim, as pesquisas e objetos correlacionados ao assunto estarão todos ligados a essa noção de tempo.

CONCLUSÃO

Portanto, pode-se perceber a complexidade do problema em compreender a ruptura imaginária espaço/temporal do Norte do Paraná que está recortada na década de 70. Sendo importante entender o próprio conceito de "tempo" para possivelmente alcançar o objetivo escolhido. São considerações iniciais e, por hora, filosóficas, mas o caminho já está traçado. Os próximos trabalhos já estarão compostos por essa reflexão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Maria das Graças C.. Braudel: pistas para estudos e ponderações sobre sua contribuição à História. 2002, p 41. Monografia de Graduação, Universidade Estadual de Londrina, Uel, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. Da ecologia à autonomia. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CASTORIADIS, Cornelius. Sujeito e verdade no mundo social-histórico: Seminários 1986-1987. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2007.

MORIN, Edgar. Para onde vai o mundo?. Tradução de Francisco de Morais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. P 70.

VAZ JR., Jaime. A álgebra geométrica do Espaço-tempo e a teoria da relatividade. In: *Revista brasileira de ensino de física*, vol. 22, no. 1, pp 5, 2000.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS:
SOLIDARIEDADE E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA SALVADOR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Humberto S. de Andrade[1]

RESUMO: Nos últimos anos, a historiografia relacionada à história dos trabalhadores e do seu movimento vem retomando fôlego com importantes trabalhos no campo da História Social, mais especificamente a História Social do Trabalho. Algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado têm abordado as diferentes formas de associação e organização dos trabalhadores no Brasil, principalmente no período que se estende do Império até a Primeira República. Neste contexto, uma forma de organização que se forja principalmente a partir da extinção das corporações de ofício em 1824 tem merecido atenção especial. Trata-se das associações mutualistas, fenômeno que, na capital baiana, tem sua maior difusão justamente na Primeira República (1889-1930). O objetivo deste trabalho é tentar compreender e analisar a formação da classe operária da cidade do Salvador percebendo as múltiplas estratégias de convívio com uma economia capitalista que então se processava na Bahia. O recorte espacial é relevante em virtude de que praticamente não existem pesquisas que tratem do tema nesse Estado brasileiro. A maioria dos estudos, inclusive os mais recentes, concentra-se nas regiões Sul e Sudeste do país, o que deixa uma lacuna para os estudos históricos em outros espaços geográficos de sociabilidade da classe trabalhadora. Trazer à discussão acadêmica, uma pesquisa que resgata a história dos trabalhadores em Salvador, é contribuir para um aprofundamento de questões relacionadas aos "mundos do trabalho" e à "experiência" dos trabalhadores enquanto classe e sua atuação na formação da sociedade brasileira. Importante registrar que se pretende aqui uma abordagem que compreenda o fenômeno mutualista de maneira diversa das abordagens tradicionais - que concebiam tais organizações como uma etapa apenas do desenvolvimento das formas de organização dos trabalhadores -, até pelo menos o ano de 1990, quando se publica um importante trabalho que renova a compreensão das associações de ajuda mútua. Compreende-se aqui, as mutuais, como uma forma distinta dos tradicionais sindicatos, mas também como um fenômeno contemporâneo. Desta maneira, evita-se incorrer numa linearidade que não se aplica ao objeto em estudo e que não contribui para uma aproximação mais acurada da realidade histórica.

PALAVRAS- CHAVE: História Social, História Social do Trabalho, Associações Mutualistas.

---

[1] Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP – Campus de Assis.

O objetivo desta pesquisa que ora se encaminha é analisar e descrever a formação da classe operária em Salvador, capital do Estado da Bahia, no período denominado de Primeira República. Como delimitação de objeto dentro de uma campo vasto como a história dos trabalhadores, decidimos fazer um recorte temático que tratasse de um fenômeno ainda pouco explorado na historiografia brasileira que trata da formação da classe como também de suas formas de organização.

A partir da constatação dessa lacuna na produção acadêmica ou mesmo na produção militante é que se toma como intento construir ou "fabricar"[2], como diria Michel de Certeau, historiograficamente parte da história dos trabalhadores da cidade do Salvador, nos anos de 1889 a 1930. Tal recorte cronológico, e em história não se "fabrica" sem pautar-se pelo tempo, medida muitas vezes que serve de ponto de partida para nossas indagações, se justifica, a princípio, em virtude – pelo menos em decorrência de nos primeiros levantamentos de fontes, se ter constatado uma maior incidência do fenômeno das mutuais neste na chamada Primeira República.

Entretanto, não é uma definição hermética, pois poderá ser alterada ao longo da pesquisa - da maioria das associações mutualistas de Salvador se formaram ou terem uma ação mais constante durante esse período da história brasileira. Além disto, é neste momento histórico que se delineiam os principais problemas enfrentados por uma classe operária em formação na Bahia, principalmente por localizar-se numa parte do Globo onde o capitalismo é atrasado em relação a outras, como da América do Norte e da Europa.

Entretanto, a Bahia já havia iniciado sua transformação econômica ainda em meados do século XIX, pois, como aponta Marilécia Oliveira Santos, no ano de 1866, das nove fábricas de tecidos existentes no país, cinco estavam localizadas na então província[3]. Isto não seria surpresa se se atentasse para o importante fato de que Salvador, apesar de ter perdido a posição de centro político e administrativo do Governo Geral no ano de 1763, continuou a ser importante centro comercial. Tal

---

[2] Cf. Michel de Certeau, Capítulo II - A operação historiográfica - de *A escrita da história*, ed. Forense Universitária, 2010, p. 65. Nesta obra, Certeau realiza um percurso epistemológico sobre o lugar do historiador e seu ofício bem como qual seria o resultado do seu trabalho enquanto sujeito que "faz história" e que "produz" algo.

[3] Cf. página 76 da Dissertação de Mestrado defendida no ano de 2000, na Universidade Federal da Bahia, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, na qual a autora pesquisa a trajetória de Luiz Tarquínio, importante industrial baiano pioneiro na implantação do modelo de vilas operárias no Brasil.

característica propiciada principalmente tanto pela herança histórica de capital da Colônia quanto pelo fato de possuir um importante porto onde atracavam navios não só com cargas mortas, mas, por muitos séculos, despejando escravos que alimentavam o comércio e o tráfico de humanos desterrados da África. Tal característica, propiciar à cidade do Salvador começar de forma incipiente um parque industrial que a coloca entre as primeiras cidades do Brasil a industrializar-se. Isto não quer dizer que o posterior desenvolvimento econômico brasileiro tenha legado à cidade um lugar de maior importância. Visto que, outras regiões do país alçaram posições bem maiores no que tange ao processo de industrialização, principalmente a partir dos anos 1900.

Além dos fatores políticos que retiraram a centralidade da Bahia do cenário de poder no Brasil, temos os fatores econômicos – como a crise açucareira – que acabaram por levar a região a um decréscimo de importância no cenário econômico brasileiro. Tudo isto reflete não somente na economia como também, inclusive, na produção historiográfica sobre o Estado da Bahia, principalmente no que tange à existência de uma classe operária.

As grandes sínteses sociológicas que tocam o tema da formação da classe operária brasileira, não conseguiram dar azo à imensa e multifacetada realidade de mais este aspecto da formação social do país. Como diz Maria Célia Paoli, discutindo "essas histórias que se perderam e cujo registro se acha pelos cantos dos jornais da época", não atentar para a heterogeneidade tanto da classe operária quanto dos processos[4] de industrialização do Brasil, é deixar de perceber e registrar "a visível *heterogeneidade* da classe operária em formação, o caráter particular e concreto das relações de dominação"[5].

Até mais ou menos fins da década de 1970, a maioria dos trabalhos ou considerava não haver uma classe operária no Brasil antes de 1930[6] ou tratava fenômenos como as associações de ajuda mútua como um embrião dos sindicatos,

---

[4] Digo processos, pois, dependendo de região/Estado para outra/outro, os fatores que impulsionaram o desenvolvimento econômico poderiam ser diversos.

[5] Cf. Maria Célia Paoli, *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* In: José Sérgio Leite Lopes (Cord.), C*ultura e identidade operária*, ed. Marco Zero, 1987, p. 63.

[6] Idem, aqui Paoli se refere às obras de Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966; Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976; e, por fim, Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Estado e classes trabalhadoras no Brasil* – 1930-1945. Tese de Doutoramento, São Paulo, USP, 1979. Paoli assinala ainda que provavelmente essa idéia advenha do pensamento de Oliveira Vianna.

relegando o fenômeno a uma proto-história do sindicalismo brasileiro. Aliás, o adjetivo embrionário é a expressão utilizada por Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi quando tratam das primeiras associações e manifestações de classe entre os operários brasileiros. Contudo, é preciso fazer justiça e apontar para o fato de que estes autores atestam as associações mutualistas como organizações operárias, deixando, portanto de se afiliarem à corrente de interpretação da história do movimento operário como existente apenas a partir da Era Vargas[7]. A concepção de que as mutuais seriam uma proto-história do sindicalismo é amplamente divulgada pelas teses de José Albertino Rodrigues, produzidas na década de 1960[8]. Este autor propõe uma periodização do movimento sindical que, segundo Tania Regina de Luca, foi adotada por vários estudiosos[9]. Tal concepção engendrou um entendimento que não compreendia, como diz M. C. Paoli, a heterogeneidade da classe e do processo de formação a que esta passou pelo vasto território brasileiro.

Para J. A. Rodrigues, no período da escravatura as mutuais teriam coexistido com o trabalho escravo. Contudo, afirma ele, após a abolição do trabalho escravo em 1888 o período das mutuais assinala o seu fim. Pois, este período não é rigorosamente sindical. O período sindical se iniciaria após o fim da escravidão e início da República. Depreende-se daí uma concepção linear e adepta da noção de progresso da história do movimento operário brasileiro.

A história dos trabalhadores no Brasil sofreu a influência de um lugar social em que a historiografia ou, no caso brasileiro, o que viria a ser a historiografia do movimento operário no país – as produções fabricadas por sociólogos. Tais pesquisas estavam assentadas em um determinado modelo de interpretação que relegava tudo o que era considerado como pré-político ao limbo dos trabalhos acadêmicos. Neste espaço entre o dito e o não-dito da historiografia, encontravam-se as associações de socorros mútuos. Desprezadas que eram tanto pela produção acadêmica quanto pela produção militante. Como diz T. R. de Luca: *"Analisando mais de perto a questão foi possível perceber que o desprezo pelo mutualismo subordinava-se menos à sua*

---

[7] Cf. obra de referência na historiografia da classe operária no Brasil realizada por Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo, Globa Ed., 1982, p. 118.

[8] Cf. José Albertino Rodrigues, *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel: 1968.

[9] Cf. Tania Regina de Luca, *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo, Contexto, 1990, p. 7.

pequena importância do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores". (LUCA, 1990, p. 7.) Como diz esta mesma estudiosa, a idéia de "embrião – aquilo que não pode se definido pelo que é, mas pelo que virá a ser – fez escola"[10].

Pesquisando o quadro histórico da realidade paulista, T. R. de Luca constatou – isto em pesquisa feita nos idos dos anos 1980 e que, inclusive, serve de referencial do ponto de vista de uma nova temporalização para os estudos tanto de mutuais quanto de sindicatos no Brasil – que " desde o final do século XIX até meados da década de trinta foram localizadas inúmeras sociedades de socorros mútuos espalhadas pelas principais cidades do Estado de São Paulo..." (Ibid., p. 8.). Tal constatação registrada por Luca em sua pesquisa acabou por renovar a compreensão que se tinha acerca dessas associações de trabalhadores ou operários. Luca prova empiricamente que, ao contrário do que estava sacramentado na historiografia brasileira referente ao tema, as mutuais não foram o embrião de organizações como os sindicatos. Tal relação lógica de sucessão é desconstruída pela pesquisadora. O que se prova com a obra *O sonho do futuro assegurado* é que associações mutualistas conviveram no mesmo espaço temporal e geográfico com sindicatos, principalmente na Primeira República.

Do ponto de vista teórico também se inicia com esse trabalho precursor uma reavaliação do que se entendia sobre as formas de organização da classe operária. A concepção que regia os estudos sobre a classe trabalhadora remetia para uma quadro em que esses vários tipos de associações de trabalhadores eram arrolados numa linearidade típica de um etapismo, subjacente à uma idéia teleológica da história. Luca propugna que, além de se romper com a visão do fenômeno mutual como algo estanque que apenas deu lugar em etapa ulterior aos sindicatos, se compreenda o mutualismo como um "objeto de análise distinto e dotado de especificidade"[11].

A assertiva de que as mutuais não deram origem aos sindicatos, inclusive, já havia sido feita por Aziz Simão - isto nos idos dos anos de 1960. Como diz este autor, em obra de referência na história do trabalho no Brasil, intitulada *Sindicato e Estado*, e que o mesmo dedica a Edgard Leuenroth: "As mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário, de um modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo

---

[10] Ibid.
[11] Ibid., p. 8.

que apareceu quase na mesma época”[12]. Apesar desta constatação, que inclusive se pode dizer que influenciou o trabalho de Tania R. de Luca, não há como retirar Simão do rol de pesquisadores que ainda se apegam à uma concepção linear e de progresso da história. Afirmamos isto em virtude de na mesma página em que o referido pesquisador afirma que as mutuais não deram origem ao sindicalismo, haver a afirmação de que as primeiras organizações operárias terem sido as ligas operárias e que destas surgiram as sociedades de resistência. Simão, reproduzindo excerto do jornal *A Plebe*, de 1 de abril de 1922, deixa a entender a visão de progresso entre a organização e consolidação das formas associativas entre os operários brasileiros:

> “As primeiras organizações operárias no Brasil por certo as ligas operárias que reuniam quase sempre os operários de diversos ofícios e indústrias... (...). Mais tarde, apareceram as sociedades de resistência, que já eram núcleos mais homogêneos surgidos dos primeiros centros ou ligas”. (SIMÃO, 1966, p. 162.)

Claro que não se pretende aqui fazer julgamentos, contudo serve para ilustrar o quanto eivada de um etapismo era, até a década de 1980, a compreensão do movimento operário e suas formas organizativas. Simão assinala a especificidade das mutuais, mas ainda tem uma postura histórico-linear quando trata das outras formas de organização, tais como os centros e ligas operárias.

Cabe ainda observar que as fontes tais como jornais operários emitiam opiniões baseadas no posicionamento ideológico que orientava sua redação. Portanto, caberia uma crítica mais acurada do posicionamento axiológico de cada um desses periódicos. Visto que, principalmente a corrente de pensamento anarquista condenava formas de organização dos trabalhadores tais como as associações mutualistas.

Com toda a crise que a história social do trabalho sofre em finais dos anos 1980 e praticamente toda a década de 1990, a produção historiográfica quase que se anula. Poucos são os trabalhos que tratam dos mundos do trabalho, pelo menos do ponto de vista historiográfico. O debate se dá muito mais entre os sociólogos que discutem a crise nos seus efeitos imediatos, dado que, as abordagens desses estudiosos se

[12] Cf. Aziz Simão, *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus Editora, 1966, p. 162.

concentram principalmente em torno da reconfiguração do capitalismo e de suas formas de exploração do trabalho na última década do século XX.

No campo da história, ao mesmo tempo em que se vê a derrocada dos paradigmas que norteavam a ação militante de muitos intelectuais, se observa também o arrefecimento das pesquisas relativas aos mundos do trabalho na sua face mais histórica – sem querer dizer aqui não haja uma história do tempo presente. Destarte, a história dos trabalhadores perde espaço para outras abordagens mais em voga e pouco, ou aparentemente, maculadas com as pechas das ideologias que marcaram a sua produção. Parece que a celebração que Georges Haupt fazia no ano de 1980 já não tinha mais lugar entre os historiadores. Uma história que, como dizia ele, fora "ignorada, negligenciada ou negada"[13] e até a data de seu artigo estava em plena expansão, parece que, no final da mesma década, é acometida por um quase desaparecimento.

Contudo, vemos, no final da década de 1990, um ressurgir da história do movimento operário. Especialmente agora voltado para objetos tais como o nosso, ou seja, as associações mutualistas são abordadas como uma forma peculiar e que tem o seu lugar na história dos trabalhadores. Neste bojo há - no que tange ao nosso objeto - , trabalhos como a publicação dos cadernos AEL no ano de 1999, em que quase todo o volume é dedicado a artigos sobre o mutualismo. Destacaria aqui o artigo de Claúdio Batalha[14], *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX:...*, em que o autor aponta para problemas já discutidos aqui, como a questão da periodização do movimento operário brasileiro elaborada por sínteses de sociólogos que muitas vezes não dão a verdadeira dimensão do problema e suas especificidades. Batalha aponta para um tipo de abordagem que não só se atente para os elementos de ruptura ocorridos dentro do movimento operário, mas também para os elementos de continuidade. Além das práticas assistenciais características das sociedades de auxílio mútuo, existem os elementos menos visíveis de continuidade entre as velhas organizações assistenciais e as organizações de resistência que estão presentes no campo da cultura. Como Batalha destaca, por exemplo:

---

[13] Cf. Georges Haupt, *Por que a história do movimento operário?*In: Rev. Bras. de Hist. São Paulo, v. 5 nº 10, p. 208.

[14] Cf. Cláudio Batalha, *Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. In: Cadernos AEL, v. 6, n. 10/11, 1999.

> “De um lado, nas práticas rituais que vão desde a forma de funcionamento das assembléias até as celebrações de um dia do ofício, normalmente a data de aniversário da associação. (...). Por outro lado, os elementos de continuidade nesse campo estão presentes em noções herdadas das sociedades mutualistas do século XIX, relativas à dignidade do trabalho, à valorização do trabalho manual e, sobretudo, à classe, e que constituem mais do que a mera sobrevivência da tradições ou de um vocabulário arcaico”. (BATALHA, 1999, p. 47.)

Importante observar que, na maioria dos trabalhos mais recentes, confirma-se cada vez mais tanto a tese de que as associações mutuais de cunho assistencial conviveram com sindicatos ou associações de resistência quanto a tese de que umas e outras, em determinados períodos históricos assumiam funções que eram características das outras. Ou seja, de um lado, em determinadas fases ou momentos associações mutuais assumiam claramente uma plataforma em que defendiam melhores condições de trabalho, diminuição da carga horária, luta por melhores salários, enquanto de outro lado, associações de resistência adotavam práticas assistenciais como auxílio de seus associados em caso de desemprego, doença, invalidez ou outros casos congêneres. Parece-nos, como diria Weber, que esta realidade social comportava elementos fluidos que não permitem aos historiadores ou sociólogos trancafiá-la num único modo de ser vista ou abordada. Existia uma fluidez dentro da sociedade brasileira de então que muitas vezes permitiam a acomodação de grupos sociais inteiros a uma realidade que nem sempre lhes era a mais favorável, mas que, no entanto, era a possível dado o contexto histórico específico e também às próprias estruturas internas do mundo social brasileiro.

Thompson, quando trata da abordagem da temática dos costumes pelos historiadores na Inglaterra, observa que o costume enquanto objeto de estudo da história estava a cargo de historiadores conservadores e os processos inovadores estavam a cargo dos historiadores de esquerda. Contudo, as continuidades que regiam às vezes a vida cotidiana muito mais que as rupturas eram deixadas de lado pelos historiadores de esquerda. Tais costumes, no caso brasileiro, podem muito bem esclarecer relações dos trabalhadores tanto com seus patrões como com as autoridades estatais que ainda não foram devidamente realçadas pela escrita do

historiador. No caso de Salvador, em nossos primeiros contatos com as fontes, principalmente correspondências enviadas ao Governo do Estado da Bahia, percebe-se, como diz Thompson[15], relações de paternalismo e deferência que, guardadas as devidas proporções, podem se assemelhar ao caso inglês. Desta maneira, além dos elementos de ruptura, pretende-se também encontrar elementos de continuidade. Entretanto, é importante fazer uma ressalva, esses elementos de continuidade não nos aproximam da concepção antropológica de constantes passível de isolamento dos contextos sociais particulares. Como diz Thompson:

> "Na verdade, há de se encontrar a estrutura na particularidade histórica do 'conjunto de relações sociais' e não em um ritual ou em uma forma particulares isolados dessas relações. Na história, novos fenômenos acontecem, e sua organização estrutural diante do conjunto muda à medida que muda a estrutura das sociedades". (THOMPSON, 2001, p. 248.)

Procuramos aqui também trabalhar com o conceito de classe não como uma categoria estática, mas como uma categoria que se faz no decurso histórico, tanto no sentido de ser uma formação econômica quanto cultural[16]. Pretendemos trabalhar com o conceito de *experiência* em nossa análise da formação da classe operária em Salvador, pois como assinala o próprio Thompson:

> "... há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se conformar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesses contextos, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social e das normas". (Ibid., p. 261.)

Portanto, nossa pesquisa, além de buscar as falas daqueles estavam em baixo, procurará compreender o fenômeno das associações mutualistas de modo que possibilite perceber tanto rupturas como continuidades, mas, além disso, perscrutar as formas como os trabalhadores atuavam para obter satisfação às suas necessidades

---

[15] Cf. Edward P. Thompson, *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
[16] Ibid., p. 260.

mais imediatas bem como empreender lutas políticas. A especificidade da constituição da classe operária em Salvador, que diferentemente da classe operária do Estado de São Paulo – região mais industrializada do país e que passou por um processo de formação da classe operária diferenciado do Estado da Bahia -, permite que se abra um novo leque de compreensão, tanto dos trabalhadores como da classe operária brasileira com suas várias peculiaridades regionais.

Neste bojo é que o fenômeno das associações mutualistas na capital baiana permite traçar um novo panorama no fenômeno associativo no Brasil. Mesmo porque praticamente inexistem trabalhos sobre o mutualismo baiano e a nossa pesquisa muito contribuirá para entender a organização dos trabalhadores e seu movimento numa importante configuração espacial brasileira que ainda carece de estudos históricos sobre sua classe trabalhadora.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

HARDMAN, Francisco Foot. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982.

SIMÃO, Aziz. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus Ed., 1966.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

DE LUCA, Tania Regina. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPQ, 1990.

BATALHA, C. H. M. *Sociedades trabalhadoras no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. In: Cadernos AEL, v. 6, n. 10/11, 1999.

HAUPT, Georges. *Por que a história do movimento operário?* In: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5 nº 10, 1985.

A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E A FRENTE NEGRA BRASILEIRA: SIMILARIDADES E DISSONÂNCIAS

Jaqueline Tondato Sentinelo[1]

RESUMO: A Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Frente Negra Brasileira (FNB) existiram no Brasil na década de 1930. Com objetivos peculiares, apresentavam algumas características em comum que permitem aproximar suas ideologias. Uma dessas aproximações pode ser verificada na defesa da civilização dos negros feita pela AIB que também estava presente nos discursos dos líderes frentenegrinos. Essa aproximação corrobora a ideia de que havia uma espécie de "pano de fundo" para os discursos referentes ao povo e a nação brasileira na década de 1930: o consenso de que o mestiço (a partir das três etnias: índios, portugueses e negros) representava a raça brasileira estava associado à defesa da necessidade de civilizar o Brasil que, para tanto, precisava de um povo também civilizado. Ao reivindicar a integração dos ex-escravos à sociedade brasileira por meio do acesso a todos os setores sociais, como a educação, a política e a economia (trabalho), muitos líderes negros defendiam os mesmos valores que a elite intelectual branca: a disciplina no trabalho, a educação como forma de ascensão social e econômica, atitudes visando à prática de hábitos saudáveis como higiene e prevenção de doenças e o abandono de hábitos maléficos como o alcoolismo, por exemplo. Esses elementos também puderam ser constatados no discurso da AIB, o que permite notar a presença do autoritarismo característico da década de 1930 tanto na ideologia integralista quanto na frentenegrina. Contudo, é importante enfatizar que a valorização de aspectos relevantes para a elite branca pelos movimentos negros não descaracteriza as atitudes inovadoras destes, especialmente no que se refere à denúncia sobre o preconceito racial e sobre a exclusão de negros em determinados setores e atividades da sociedade brasileira. Também é necessário ponderar as diferenças entre a Frente Negra e a Ação Integralista Brasileira, principalmente porque esta não se caracteriza pela luta em benefício especificamente da população negra, como é o caso daquela. Dessa forma, o objetivo da comunicação é apresentar as principais semelhanças e algumas diferenças entre a Ação Integralista Brasileira e a Frente Negra Brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Integralista Brasileira, Autoritarismo, Frente Negra Brasileira.

---

[1] Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (2011). Área de concentração: Política e Movimentos Populacionais e Sociais, Linha de Pesquisa Política e Movimentos Sociais. Título da dissertação: O negro e a nação integral por meio das páginas do jornal integralista *A Offensiva*. Orientação: João Fábio Bertonha.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil na década de 1930 é marcada por alterações políticas, sociais e econômicas que influenciaram a maneira de políticos e intelectuais pensarem a resolução dos problemas nacionais. Com a denominada Revolução de 1930, a intelectualidade nacional e os envolvidos na mudança de governo utilizavam o argumento de que era necessário construir um novo tipo de política no Brasil, pelo qual o interesse nacional superasse o regional característico até então. Assim, os políticos e intelectuais nacionais entendiam que era o momento de propor reformas e instituí-las na sociedade, com a finalidade de consolidar a unidade nacional e (re)construir a nação brasileira.

Naquele contexto, diversos segmentos da sociedade brasileira organizaram instituições com o objetivo de consolidar a unidade nacional, como é o caso da Ação Integralista Brasileira. Alguns dos setores sociais aproveitaram o momento para reivindicar melhorias de condições de vida (trabalho, educação, moradia) para aqueles que representavam, como a Frente Negra Brasileira. Analisando a organização administrativa e a idelogia dessas duas instituições criadas com objetivos distintos, mas que podem ser aproximadas em alguns aspectos, é possível avaliar que havia uma espécie de “pano de fundo” ideológico no pensamento social nacional do período que também se fazia presente nas duas instituições.

Esse “pano de fundo” estava marcado por várias perspectivas a respeito do desenvolvimento da nação e da sociedade brasileira formuladas pela intelectualidade nacional desde o final do século XIX até a década de 1930. Praticamente todas elas se baseavam na ideia de que há uma relação intrínseca entre a identidade nacional e a composição étnica da população de um país. Dessa forma, embora distintas, as perspectivas existentes no período defendiam que o povo brasileiro era constituído pela miscigenação das três raças que compõem o Brasil desde o seu processo histórico de colonização: a branca (portuguesa), a indígena e a negra.

Entre as ideias desenvolvidas havia desde aquelas que condenavam a nação brasileira ao fracasso, considerando o povo mestiço degenerado; até a teoria do branqueamento, que defendia a regeneração das raças consideradas inferiores (negra e indígena) pela sua amalgamação com a raça avaliada como superior (branca);

passando pela valorização do mestiço como o elemento diferenciador da nação brasileira. Assim, na década de 1930, a constituição racial ou étnica do povo era essencial para se pensar a nacionalidade e a nação no Brasil.

Nessa perspectiva, a comparação entre duas organizações político-sociais que existiram na década de 1930 com objetivos distintos pode contribuir para compreender um pouco melhor esse contexto de reconstrução do Brasil. A escolha das instituições: Ação Integralista Brasileira e Frente Negra Brasileira não é aleatória e nem se deve apenas ao fato delas existirem no mesmo período. A opção se deu principalmente porque verificou-se semelhanças na organização administrativa das duas instituições e também porque constatou-se relações entre os líderes dos dois movimentos políticos. Nessa perspectiva, apresenta-se a constituição de cada uma delas e como elas podem ser aproximadas e distanciadas.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E FRENTE NEGRA BRASILEIRA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

A Ação Integralista Brasileira (AIB) ou Integralismo existiu oficialmente entre 1932 e 1938. Esta organização política apresentava como principal proposta a (re)construção da nação, ou unidade nacional, no Brasil, com base no que considerava os aspectos genuinamente nacionais, entre eles a raça ou povo brasileiro. Para a doutrina integralista, a questão racial não poderia ser desvinculada da nacionalidade. Assim, o projeto de nação desenvolvido pela AIB para o Brasil considerava o povo brasileiro miscigenado a partir das três raças nacionais: a branca, a negra e a indígena.

Para consolidar seu projeto de nação para o Brasil, a Ação Integralista Brasileira estava organizada hierarquicamente com um Chefe Nacional, Plínio Salgado, no topo da organização, auxiliado por secretários nacionais e chefes regionais e locais que deveriam seguir as orientações de Plínio Salgado para liderar os militantes integralistas. A organização contava, assim, com uma estrutura administrativa muito bem delimitada, uma milícia organizada e uma imprensa oficial[2]. A AIB também apresentava toda parafernália característica dos movimentos fascistas que existiam no

[2] Sobre a imprensa integralista ver Cavalari (1999), Oliveira (2009), Simõe (2009), Sentinelo (2011).

mesmo período: saudação, bandeira, hino, símbolo, uniforme. Além disso, sua ideologia tinha elementos semelhantes ao que a maioria dos partidos fascistas apresentava: nacionalismo, autoritarismo, antiliberalismo, anticomunismo[3].

A Frente Negra Brasileira (FNB) é considerada a instituição de caráter político-social de luta pelos direitos dos *homens de cor* [*sic*] mais relevante da primeira metade do século XX.[4]. Até a organização da Frente Negra Brasileira, nenhuma instituição havia se consolidado como nacional ou conseguido agregar os negros nacionalmente[5]. A Frente Negra mantinha delegações em diversas cidades do Brasil, assumindo caráter nacional na reivindicação dos direitos dos negros. Durante sua existência, teve dois presidentes, Arlindo Veiga dos Santos (entre 1931 e 1934) e Justiniano Costa (entre 1934 e 1937).

A Frente Negra existiu entre setembro de 1931 e novembro de 1937, quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo e pouco tempo depois extinguiu todos os partidos políticos do Brasil. O maior movimento político dos negros existiu durante praticamente o mesmo período em que a Ação Integralista Brasileira, o que nos permite pensar que aquela seria alvo de disputa política para esta. Da mesma forma que a AIB, a FNB se transformou em partido político, em 1936, evidenciando o seu objetivo de interferir nas decisões políticas em favor da comunidade negra.

---

[3] Para caracterizar a natureza ideológica fascista da Ação Integralista Brasileira, consideramos o "modelo" de fascismo(s) desenvolvido por Silva (2000) e os trabalhos que consideram a AIB como movimento político fascista, especialmente Trindade (1979, 1986), Cavalari (1999) e Bertonha (2008). É interessante enfatizar que, atualmente, a maior parte da historiografia especializada sobre o assunto tende a considerar o caráter fascista da AIB. Para a produção historiográfica sobre o Integralismo, ver Bertonha (2010).
É importante destacar que é necessário considerar as peculiaridades dos fascismos em cada um dos países nos quais foram organizados. Dessa forma, é possível verificar que a AIB não era mera "cópia" dos partidos fascistas europeus.

[4] Para a caracterização de movimento negro, ver Petrônio Domingues (2007, p. 101). O autor denomina movimento negro de acordo com Regina Pahim Pinto: "a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural".

[5] Regina Pahim constatou que existiram 123 associações de negros na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e início do XX, sem contar as organizações carnavalescas e de esportes; e Domingues conferiu a existência de 85 instituições entre 1897 e 1937. (*Apud* OLIVEIRA, 2008, p. 11). No início do século XX, houve uma tentativa de unificar as instituições de caráter reivindicatório dos negros promovida pelo Grupo Dramático e Recreativo Kosmos. (DOMINGUES *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 12). No entanto, a concretização da união dos negros se deu somente na década de 1930, com a Frente Negra Brasileira.

A semelhança entre as duas organizações pode ser percebida nos seus lemas e na organização administrativa. A Frente Negra, além da valorização da nação, da religião, e da família, priorizava a *raça* negra, sendo que seu lema era constituído pelos elementos *Deus, Pátria, Raça e Família*, enquanto a AIB mantinha *Deus, Pátria e Família*.

Além disso, a FNB, assim como a AIB, mantinha uma Milícia, comandada por Pedro Paulo Barbosa, e também um periódico oficial, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937[6]. O presidente da Frente Negra tinha poder quase ilimitado. Conforme seus estatutos ele era a "máxima autoridade e o supremo representante" do movimento e sua ação seria limitada apenas "pelos princípios que a orientam" (Artigo 7º do Estatuto da Frente Negra Brasileira *apud* OLIVEIRA, 2008, p. 123), o que também pode ser comparado ao poder supremo do chefe nacional da AIB.

De caráter semelhante às Secretarias da AIB, a Frente Negra contava com os Departamentos, que deveriam organizar atividades e tarefas específicas. Entre eles, o Departamento de Educação e Instrução se destacava na organização de escolas para alfabetização e instrução da *gente de cor* e também na coordenação e preparação das festividades da FNB.

O caráter, a denominação e o lema da instituição nos permitem refletir que a Frente Negra Brasileira tinha o objetivo de representar social e politicamente a gente negra nacional, ao mesmo tempo em que procurava mobilizar os negros para a sua situação e para a necessidade de modificá-la.

Denunciando as injustiças sofridas pela população negra, devido ao preconceito racial e às dificuldades de os ex-escravos se estabelecerem no mercado de trabalho, a Frente Negra lutava contra o racismo e, ao mesmo tempo, criava mecanismos para inserção do negro na sociedade, sendo a fundação de escolas um bom exemplo dessa mobilização[7].

---

[6] O jornal circulou de março de 1933 até 1937 (não foi encontrada referência à data do seu último número). Iniciou como semanário, passando a quinzenário em julho do mesmo ano, e mensário em 1935. Seu subtítulo mudou de "orgam oficial da FRENTE NEGRA BRASILEIRA" para "orgam da gente negra brasileira", em abril de 1934, conforme se verificou nas primeiras páginas do periódico.

[7] A FNB considerava a educação como essencial para a ascensão dos negros. Sobre as escolas frentenegrinas, *vide* Domingues (2008) e Araújo (2007). Os autores demonstram que a educação era considerada um mecanismo de mobilização e importante meio para a inserção do negro na sociedade e no mercado de trabalho.

Sua doutrina refletia os dilemas e debates da década de 1930, ou seja, os valores característicos da elite intelectual do período, que eram vinculados às suas reivindicações em favor da população negra. Assim, a FNB valorizava o nacionalismo, além do autoritarismo, elementos significativos naquele período, relacionando-os à importância da *raça* negra para a sociedade brasileira e à defesa desta raça como representante do povo brasileiro, características predominantes na ideologia frentenegrina.

Assim, nacionalidade e *raça* estavam sempre presentes no nacionalismo da Frente Negra. A instituição buscava demonstrar que a *raça* negra fazia parte da nação brasileira, e mais: era a representante do povo brasileiro. Por isso, os negros deveriam ser contemplados, participando de maneira justa nos diversos setores da sociedade nacional.

Ao abordar a constituição da população do Brasil, a Frente Negra também considerava o povo brasileiro mestiço – o que estava de acordo com as discussões desenvolvidas pela intelectualidade nacional desde o final do século XIX –, destacando a relevância do negro na história nacional – o que, por sua vez, concordava com a sua luta contra o preconceito racial e a favor da inserção social dos negros. Dessa forma, para a FNB, assim como para a Ação Integralista Brasileira, a miscigenação era entendida como parte da nacionalidade brasileira[8].

A organização apresentava uma visão negativa dos imigrantes, quase xenofóbica. Os seus adeptos tendiam a considerar os imigrantes europeus como se eles não fossem verdadeiros brasileiros e ainda discriminavam os verdadeiros representantes do povo brasileiro, ou seja, os negros.

Além disso, os imigrantes europeus eram vistos como aqueles que traziam ao corpo nacional os germes da democracia liberal e do comunismo, ideologias estrangeiras rejeitadas pelos frentenegrinos (e também pela Ação Integralista Brasileira). Não obstante, a Frente Negra admirava Hitler e Mussolini como grandes

---

[8] Sobre a relação entre as teorias raciais desenvolvidas pelos intelectuais nacionais no início do século XX, especialmente a do branqueamento e o entendimento sobre a questão racial e a nação pela FNB ver Oliveira (2008, p.57-92). A autora também analisa como a valorização do mestiço por alguns intelectuais brasileiros, tais como Manoel Bomfim, Alberto Torres e Gilberto Freyre, refletiu no movimento negro brasileiro e, especificamente, na ideologia da Frente Negra Brasileira. O que se aproxima da valorização do mestiço pela AIB.

líderes cujos modelos poderiam ser seguidos, mas este último perdeu o encanto para grande parcela dos negros devido à invasão da Etiópia pela Itália em 1935.

Assim, é possível identificar na ideologia frentenegrina a valorização do autoritarismo, do nacionalismo e da miscigenação, elementos que constituíam o pensamento social brasileiro na década de 1930, bem como o anticomunismo e o antiliberalismo. Todos esses estavam igualmente presentes na ideologia da AIB.

O autoritarismo da FNB também pode ser constatado na organização hierárquica e burocrática da instituição, bem como pela influência do seu primeiro presidente, Arlindo Veiga dos Santos, que também fazia parte do patrianovismo, movimento político de caráter autoritário fundado por ele em 1928, que tinha como objetivo restaurar a monarquia no Brasil. Nesse sentido, a Frente Negra apresentava, ao menos no início, forte influência do movimento patrianovista, e também do catolicismo, que havia sido a religião oficial do Império no Brasil.[9].

Os elementos doutrinários e/ou ideológicos da Frente Negra podem ser verificados nos mecanismos criados para estabelecer uma identidade (negra e brasileira) entre os frentenegrinos. A sua interpretação sobre a história nacional, bem como seus símbolos e rituais demonstram esse intuito.

A instituição priorizava a história do povo negro no Brasil, buscando dar destaque ao passado comum na terra brasileira, em detrimento da valorização do passado africano, o que condizia com a postura nacionalista da FNB. Os símbolos e rituais buscavam enaltecer a composição mestiça do povo brasileiro e a importância do negro para o país. A bandeira, composta por quatro cores evidenciava esse intuito com a cor branca representando o português, o vermelho representando o índio, a cor preta representando o negro, e o verde representando o quilombo dos Palmares – a epopeia dos negros na Serra da Barriga. (OLIVEIRA, 2009, p. 41).

A elegia ao negro também pode ser verificada no *Canto da Gente Negra* (o Hino da Frente Negra) e no Hino das crianças ou o *Canto da criança frentenegrina*. (OLIVEIRA, 2009, p. 129-130). Além disso, a FNB comemorava algumas datas consideradas importantes para a gente negra nacional e para a história do país, como o aniversário de fundação da FNB (16 de setembro) e a Abolição da escravidão (13 de

[9] Sobre Arlindo Veiga dos Santos e sua atuação no patrianovismo, ver Domingues (2006).

maio), bem como comemorava as festas tipicamente nacionais, como as festas juninas, por exemplo. (OLIVEIRA, 2009, p. 42).

Para manter unida a militância frentenegrina, a instituição também realizava festividades ordinárias para encontro dos negros, como as domingueiras em que havia conferências e palestras com homens negros (ou brasileiros) ilustres e/ou bailes dançantes.

Assim, nos rituais e comemorações da FNB é possível constatar a importância do nacionalismo para a instituição, verificando-se, nesse sentido, a semelhança doutrinária entre a FNB e a AIB. A relevância do nacionalismo para ambas as instituições também permite refletir sobre a possibilidade da existência de um ponto de conflito entre as organizações. Ao se apresentarem como representantes da nação brasileira, tanto a AIB como a FNB não admitiriam outra organização política com a mesma característica.

Apesar de haver semelhanças e divergências entre a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira, bem como a existência de negros nas fileiras da AIB, não há estudos específicos sobre a relação entre as organizações, nem sobre a existência de pessoas que militassem simultaneamente nas duas instituições.

Segundo Karin Kossling, a maior parte dos negros que militaram na AIB o fez por mediação da Frente Negra. Embora seja uma afirmação que não possa ser confirmada pelas fontes e nem por pesquisas regionais, deve ser considerada, ao menos em parte, como verdadeira, pois o papel da FNB e do seu presidente, Arlindo Veiga dos Santos, contribuem significativamente para a compreensão da militância negra no Integralismo.

É evidente que nem todos os negros que militaram na AIB eram militantes ou ex-militantes da FNB, mas a sua relação com o Integralismo nos permite compreender melhor as questões que estavam em jogo para boa parte da comunidade de origem africana do Brasil naquele momento.

Arlindo Veiga dos Santos participou da reunião de fundação da AIB, em outubro de 1932, mas não aderiu à AIB, provavelmente devido ao republicanismo característico desta, visto que Veiga dos Santos era monarquista. Apesar da não filiação de Veiga dos

Santos à AIB, o movimento integralista tentou se aproximar da Frente Negra[10], e chegou a contar com o apoio do presidente frentenegrino. Porém, parte da Ação Integralista Brasileira repudiava o exclusivismo racial de alguns dos membros da Frente, considerando que esse exclusivismo dividiria os brasileiros, o que estava em desacordo com a proposta integradora da AIB.

Dentro da Frente Negra, a tensão também existia. Arlindo Veiga dos Santos era, como visto, patrianovista e, estando muito próximo do integralismo, era acompanhado por boa parte da militância negra. Por outro lado, alguns militantes da Frente identificavam nos integralistas o fascismo racista que eles repudiavam e, por isso, recusavam o apoio que Veiga Santos dava à AIB em nome dos negros (MALATIAN, 1990, p. 44-48). Alexandre Marques (2008) demonstra, além disso, que a guerra da Etiópia ajudou a levar boa parte da militância da Frente para uma posição menos favorável ao fascismo, o que deve ter levado a resistências contra a posição pró-AIB de Veiga Santos.

APONTAMENTOS FINAIS

Conforme verificado na organização e doutrina da Frente Negra, esta instituição apresentava diversos aspectos que permitiriam qualificá-la como fascista. Afinal, ela era um movimento nacionalista, antiliberal, anticomunista, defensor da mobilização das massas populares, voltado às classes médias, e com a presença de um líder carismático.

Além disso, sua ideologia era exclusivista, definindo claramente quem era o “outro” a ser rejeitado, os estrangeiros, os brancos em geral. A FNB também esclarecia quem eram considerados os verdadeiros membros da comunidade nacional, os negros (e até certo ponto os mestiços) e aceitavam o recurso à violência, organizando milícias. Por fim, admiravam Hitler e Mussolini e os aceitavam como exemplos a serem seguidos.

---

[10] Kossling (2004, p. 22) demonstra que, além do discurso, a AIB buscou se aproximar da Frente Negra a partir de contatos com lideranças frentenegrinas. De acordo com a autora, em 1937, um integralista negro, Olympio Moreira da Silva, ao tentar organizar um núcleo da AIB na região de Tieté [SP], buscou se aproximar da Delegação da Frente Negra da região para “se infiltrar no meio da raça negra local”.

Por outro lado, há outros aspectos que fazem essa classificação menos aceitável. Ao mesmo tempo em que defendiam a raça negra como a autenticamente nacional, uma parte dela ao menos acabava por aceitar e proclamar a necessária integração de negros e brancos na comunidade brasileira, o que, aliás, pode ter contribuído para a passagem de muitos para o Integralismo.

A sua concepção de mundo era essencialmente católica e de defesa da Monarquia, os que os separava do integralismo e do fascismo e os aproximava dos patrianovistas e de um padrão mais conservador do que revolucionário. Por fim, era complicado para muitos deles se autodefinirem como fascistas quando os fascismos os caracterizavam como inferiores racialmente.

Apesar de a pergunta se a Frente Negra poderia ser classificada como fascista permanecer em aberto, o fato de a instituição apresentar elementos ideológicos e organização semelhantes à doutrina e estrutura administrativa da AIB parece inquestionável. No mesmo sentido, essa semelhança pode ter possibilitado a simpatia e a filiação de negros ao movimento integralista.

Entretanto, da mesma forma que não foi possível delimitar as relações entre a AIB e a FNB, é muito difícil afirmar que o que fazia com que os negros aderissem ao integralismo era simplesmente e somente o fato desta organização apresentar caráter semelhante ao da Frente Negra, ou mesmo, fascista.

Parece mais aceitável o apelo que o discurso integralista apresentava na sua imprensa, a partir da divulgação de assuntos que interessavam a essa etnia, somada, provavelmente, às iniciativas assistencialistas da organização, como a organização de escolas de instrução e alfabetização, visto que a FNB também valorizava a educação como forma de ascensão dos *homens de cor* e de lactários, por exemplo, somadas talvez ao nacionalismo e ao projeto integrador de nação da AIB, bem como à importância que a AIB tinha no contexto nacional, que proporcionaria maior visibilidade ao negro excluído dos diversos setores da sociedade brasileira.

Assim, o Integralismo apresentava apelos específicos aos descendentes dos ex-escravos, e, possivelmente, muitos destes decidiram vestir a camisa-verde por acharem o apelo convincente. Alguns dos valores e ideias propagados pela AIB, como a regeneração da raça via educação, e a valorização da nação mestiça, tinham, com certeza, repercussão especial entre os negros.

Enfim, as semelhanças observadas entre a Ação Integralista Brasileira e a Frente Negra Brasileira corroboram a ideia de que havia uma espécie de "pano de fundo" para os discursos referentes ao povo e nação brasileira na década de 1930. O consenso de que o mestiço (a partir das três etnias: índios, portugueses e negros) representava a raça brasileira estava associado à defesa da necessidade de civilizar o Brasil, que para tanto precisava de um povo também civilizado.

Esse "pano de fundo" foi apropriado pelos brasileiros interessados em solucionar os problemas do país, especialmente aqueles ligados à consolidação da unidade nacional brasileira, e foi defendido inclusive por aqueles que lutavam pela inserção dos negros e contra a discriminação racial evidente no Brasil naquele momento, como pode ser observado nos pressupostos da Frente Negra Brasileira.

Ao reivindicar a integração dos ex-escravos à sociedade brasileira por meio do acesso a todos os setores sociais, como a educação, a política e a economia (trabalho), muitos líderes negros defendiam os mesmos valores que a elite intelectual branca: a disciplina no trabalho, a educação como forma de ascensão social e econômica, atitudes visando à prática de hábitos saudáveis como higiene e prevenção de doenças e o abandono de hábitos maléficos como o alcoolismo, por exemplo.

Contudo, é importante enfatizar que a valorização de aspectos relevantes para a elite branca pelos movimentos negros não descaracteriza a tendência inovadora destes, especialmente no que se refere à denúncia sobre o preconceito racial e sobre a exclusão de negros em determinados setores e atividades da sociedade brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo (1932-2007).* Jaboticabal: Funep, 2010.

_____. *Sobre a direita. Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: Edusp, 1999.

_____. "Um tempo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*. v.13. n.39. set-dez, 2008.
Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27503908.pdf> Acesso em: 27 maio 2010.

_____. Movimento negro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 12 n. 23, julho, 2007. p. 100-122. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/v12n23a07.pdf> Acesso em: 25 out. 2010.

_____. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!". *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul-dez, 2006. p. 517-536

GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005. (Descobrindo o Brasil)

KOSSLING, Karin Sant'Anna. Os afro-descendentes na Ação Integralista Brasileira. *Revista Histórica*, São Paulo, n. 14, 2004. p.19-24.

_____. *Entre a miscigenação e a multirracialização: brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do movimento negro brasileiro no período de valorização nacionalista (1930-1950) – A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro*. 2008. 323 f. Tese (Doutorado)–Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2008.

OLIVEIRA, André Côrtes. *Quem é a "gente negra nacional"? Frente Negra Brasileira e A Voz da Raça (1933-1937)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. 388 f. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. *O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico integralista A Offensiva*. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SIMÕES, Renata Duarte. A Educação do Corpo no Jornal *A Offensiva* (1932 – 1938). 2009. 205 f. Tese (Doutorado)– Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2009.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX. O Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. rev. amp. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.

A IMPRENSA LIBERTÁRIA: JORNALISMO OPERÁRIO E RESISTÊNCIA ANARQUISTA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XX

João Carlos Marques[*]

RESUMO: Os líderes do movimento operário brasileiro, nos primeiros anos do século XX, se esforçaram para manter uma unidade entre a classe operária brasileira, a fim de conseguir melhorias nas condições de trabalho e de vida dos operários, utilizando diversos mecanismos para organizar os operários, seja por meio de associações sindicais, ou então, da imprensa operária, que em muitos casos foi mais atuante que o próprio sindicato. Os anarquistas, sobretudo aqueles que seguiram uma orientação sindicalista revolucionária, utilizaram de forma considerável o jornal operário, com textos e imagens alusivos aos ideais anarquistas, de libertação da classe operária e de uma moral que se definia como não contaminada pelos dogmas da igreja e do patrão burguês. Sendo assim, o trabalho tem por objetivo analisar as características editoriais desta imprensa que se constituiu no início da Primeira República, e que propiciou uma tentativa de organização da classe trabalhadora brasileira, bem como os ideais da corrente que predominaram no movimento operário da Primeira República.
PALAVRAS-CHAVE: Sindicalismo Revolucionário, Anarquismo, Imprensa.

SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A República foi recebida pela classe operária com uma expectativa positiva, que logo se transformou em uma grande desilusão, na medida em que se mostrou incapaz de atender aos anseios da classe operária.[1] Ou seja, com o final do regime monárquico e a implantação de uma ideologia republicana houve a expectativa de várias correntes políticas de encontrar oportunidades de implementarem, na prática, a concretização de suas idéias.

Segundo Cláudio Batalha, essa desilusão propiciou três tipos de respostas por parte do movimento operário. A primeira foi *"a da busca de obtenção de direitos sociais, sem questionamento do sistema político, sustentada pelo positivismo, cooperativistas e toda uma série manifestações do sindicalismo reformista";* a segunda

---

[*] Pós-graduado em nível de especialização em História Social e Ensino de História pela Universidade Estadual de Londrina. Mestrando do programa de pós-graduação em História Social pela Universidade Estadual de Londrina

[1] BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 173.

é atribuída à posição dos socialistas, que visavam mudança no sistema político-eleitoral propondo *"a conquista de direitos sociais aliada a direitos políticos"*, e a terceira foi *"a posição de negação da política institucional, depositando na ação direta a forma de pressão necessária para obtenção de conquista"* defendida pelos libertários, sobretudo anarquistas e sindicalistas revolucionários. [2]

No Brasil, entre os primeiros anos do século XX e o início da década de 1920, o sindicalismo revolucionário foi uma das concepções da prática sindical mais difundida no movimento operário. Inspirada no modelo da política adotada pela Confederação Geral do Trabalho francesa (CGT), o sindicalismo revolucionário, fundou suas bases na ação direta, atribuindo ao sindicado o papel fundamental na organização dos trabalhadores e à greve geral o de único instrumento para realização da revolução social. O sindicalismo revolucionário, ou anarcossindicalismo como ficou conhecido pelos estudiosos do movimento operário, possui uma *"nítida influência do anarquismo",* porém, como ressalta Cláudio Batalha não sendo apenas uma ramificação do anarquismo, mas sim uma corrente autônoma.[3]

Novos estudos sobre o movimento anarquistas no Brasil apontam para as diferenças entre anarquistas e sindicalistas revolucionários. Segundo Thiago Bernardon o sindicalismo revolucionário foi muito mais um método de ação do que propriamente uma corrente política autônoma, pois os *"anarquistas o viram como meio para manterem-se atuantes no movimento operário, para conseguir adeptos e combater seus adversários".*[4] Ou seja, para o autor o termo anarcossindicalismo se refere aos anarquistas adeptos da estratégia do sindicalismo revolucionário.

Para Cláudio Batalha, o sindicalismo de ação direta ou sindicalismo revolucionário *"fundava-se na rejeição de intermediários no conflito entre trabalhadores e patrões; na condenação da organização partidária e da política parlamentar; na proibição da existência de funcionários pagos nos sindicatos...",* as principais diferenças ante o anarquismo *"estão em atribuir ao sindicato o papel de*

---

[2] Idem, p. 174-175.

[3] BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República***.** Rio de Janeiro, 2000, p. 28-29.

[4] OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Universidade Federal Fluminense. Tese (DOUTORADO), 2009, p. 31.

embrião da sociedade futura e a greve geral, o de único instrumento para realização da revolução social." [5]

Para os sindicalistas revolucionários era preciso organizar o movimento apoiado sobre três princípios: propaganda, educação e rebelião, por meio da organização de eventos culturais, produção de folhetos, jornais, revistas e outros materiais impressos, para que os operários se engajassem na luta pela liberdade.

A propaganda anarquista crescia no meio operário, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, não apenas, mas também devido à presença de imigrantes, que chegavam ao Brasil para substituir a mão-de-obra escrava ou devido às perseguições em seus países de origem, o que aqui não foi diferente, pois continuaram a defender às mesmas ideologias que os tornaram indesejáveis em seu país de origem.

Entre os fatores que contribuíram para que o anarquismo prevalecesse sobre o socialismo *"deveu-se menos às características do tipo de trabalhador que militava nesse movimento e muito mais às condições políticas do Brasil da Primeira República",* ou seja, um socialismo, que em sua maior parte, defendia mudanças através do processo eleitoral, encontrou dificuldades no caso brasileiro, onde o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores era limitado. Mesmo com a República, a expectativa positiva de colocar em prática as ideologias negadoras logo cedeu lugar a uma grande desilusão. [6]

Além da dificuldade para eleição de trabalhadores, as características do sistema eleitoral diminuíam as chances de voto, com a percepção de que o sistema eleitoral era fraudulento, afastava a maioria dos eleitores potenciais, o que tornava fácil a eleição de candidatos fora dos partidos dos trabalhadores, pois restavam os eleitores que auferiam algum tipo de benefício através de relações clientelistas com os chefes políticos, ou então aqueles que de alguma maneira eram coagidos a participar, ou simplesmente os poucos que acreditavam poder mudar a situação através da participação.

Os princípios libertários penetraram no Brasil de diversas formas, livros folhetos e jornais chegavam de navios vindos da Europa, pelos portos do Rio de Janeiro ou de Santos, a literatura anarquista passava de país para país, e as obras dos

---

[5] BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento... Op. Cit.* p. 29-31.
[6] BATALHA, Cláudio H. M. *Formação da class, Op. Cit.* p. 172.

anarquistas russos Bakunin e Kropotkin e do italiano Errico Malatesta eram traduzidas para muitas línguas, e por outro lado, as correntes migratórias também contribuíram para a difusão das idéias anarquistas, pois vários desses trabalhadores já haviam participado de lutas políticas em seus países de origem.

No Rio de Janeiro, o primeiro registro de atividades anarquistas, segundo Edilene Toledo, é de 1892, quando a polícia relata reuniões de estrangeiros que procuravam difundir as idéias libertárias entre os trabalhadores. Porém, já em 1890 havia anarquistas no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo.[7]

Os anarquistas procuraram difundir as idéias libertárias não somente entre os operários, denunciando as condições de exploração dos trabalhadores nas fazendas de café e nas fábricas da cidade, segundo Toledo, o discurso anarquista também era endereçado à sociedade, visto que os libertários queriam emancipar a humanidade como um todo e não somente os operários.

O movimento anarquista, além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista, tinha outro objetivo, a propaganda de seu ideário e de uma moral não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e da moral burguesa.

A educação ocupava um lugar central para os anarquistas, pois defendiam a idéia, de que só a educação garantiria o êxito da revolução social, já que tinha a função de tornar possível o acesso à consciência revolucionária, o autodidatismo popular tinha lugar de destaque nos discursos anarquistas, nas palavras de Edilene Toledo,

> [...] acreditavam que o caminho para a transformação da sociedade era a transformação das pessoas pela educação e pela propaganda. Nesse esforço em favor da educação, a imprensa era o principal meio de expressão das idéias, pois se tratava do único veículo de grande alcance.[8]

A educação transforma-se assim em um instrumento para a conscientização dos trabalhadores da sua força e de seus direitos, ou então, para que o proletariado sinta a necessidade de formar ligas, uniões de ofício, associações operárias, sindicatos, a fim de preparar o caminho para greve geral.

---

[7] TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *A formação das tradições (1890-1945)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 53-87.

[8] Idem, p. 72.

O anarquismo nas primeiras décadas do século XX avançava no interior do movimento operário brasileiro, motivado pelo descontentamento com os ideais republicanos, pois as promessas feitas à classe operária não se cumpriram. Ao mesmo tempo em que o anarquismo se apresentava como uma forma de organização da classe operária brasileira surgia por meio dos líderes libertários um instrumento que se destinaria a ser o verdadeiro baluarte dos operários, denunciando a exploração e conscientizando o proletariado. A imprensa operária era o principal meio de expressão utilizado pelos líderes do movimento operário durante a Primeira República brasileira, não somente como porta-voz dos trabalhadores, mas também desempenhado um importante papel de educação e divulgação dos ideais libertários.

IMAGENS E MENSAGENS LIBERTÁRIAS NA IMPRENSA ANARQUISTA

A imprensa operária, sobretudo a que em sua linha editorial seguia uma ideologia anarquista, por meio de suas publicações *"atacou o patrão, o conceito de Pátria, a guerra, a religião a concentração de renda e defendeu o amor livre, a paz, a distribuição da renda, o pensamento libertário e individual".*[9]

Na imprensa proletária, textos e imagens eram utilizados para mostrar a condição de vida e de trabalho dos operários e de suas famílias e para convocar as massas operárias a saírem às ruas para reivindicar melhores condições. As ilustrações utilizadas pela imprensa libertária, segundo Raquel de Azevedo, teriam como função a transmissão de princípios libertários ou a representação da condição operária. As imagens procuravam retratar a condição de vida operária, bem como a opressão no trabalho, possuindo um caráter popular, pois eram produzidos e consumidos pelos

[9] GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Imagens anarquistas: análises e debate.* - Londrina: UEL, 2009, p. 42.

próprios trabalhadores, com um vocabulário agressivo, tendo como principal objetivo intensificar o apelo à mobilização do leitor pela instigação e pela revolta.[10]

Os jornais anarquistas não possuíam anúncios, segundo a concepção libertária eram proibidos, pois os jornais deveriam ser sustentados por seus leitores, caso contrário perderiam o objetivo doutrinário. Devido à precária sustentação econômica, as edições possuíam, em geral, quatro páginas de tamanho tablóide, com exceção do número dedicado ao Primeiro de Maio, que, em geral, recebia um número maior de páginas e no qual as ilustrações apareciam repletas de alegorias.

Na imprensa operária o Estado, a Igreja e o capitalismo eram representados como instituições autoritárias, inimigas do proletariado, podendo ser vistos de forma complementar ou entrelaçando-se uns com os outros:

> O ESTADO era representado através de seus instrumentos repressivos: Leis, Exército, Parlamento, Política; a IGREJA emergia através da figura do padre, retratando opressão moral e o CAPITALISMO, por sua vez, expressava a exploração econômica e opressão dos valores de classe, apresentando-se graficamente na imagem do gordo patrão burguês. [11]

Nas ilustrações, a figura feminina aparecia não ao lado dos seus companheiros de luta, mais sim em trajes clássicos portando, como principal atributo, o barrete frígio como sinal de libertação, assumindo uma função alegórica de *"deusa da Liberdade",* indicando o ideal ao qual o trabalhador consciente deveria abraçar. Ainda nas palavras de Raquel de Azevedo:

> [...] a mulher trabalhadora era representada, em geral, com um físico raquítico, compondo a família operária e, de modo semelhante ao homem explorado, era desenhada de forma que deixasse patente seu estado de fraqueza física e moral. [12]

Outro elemento presente nas ilustrações dos periódicos anarquistas era o sol nascente que, por sua vez, não tinha um caráter ameaçador, pois representava o início de uma "nova era" de um novo porvir, aparecendo no horizonte ou emoldurando figuras emblemáticas que representavam a revolução, a liberdade ou a anarquia.

---

[10] AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937).* São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 170.
[11] Idem, p. 172.
[12] Idem, p. 216.

O realismo das imagens e o didatismo das longas legendas que as acompanhavam, transformavam as ilustrações em uma verdadeira cartilha para os trabalhadores identificados com o desejo de protesto. A opressão a que estava sujeito o trabalhador era representada de diferentes formas: "*correntes, 'árvore daninha', animais como a cobra ou símbolos da autoridade, como canhões, armas, crucifixo e cifrão".*[13]

Símbolos, como o machado, eram emprestados para representar o ideário libertador, animais eram utilizados para representar a fera da reação contra os trabalhadores. O trabalhador aparecia com algemas rompidas em vários títulos de jornais e, segundo Raquel de Azevedo, utilizava-se esta imagem como um símbolo da prisão, que remetia à identificação com a escravidão, termo usado com freqüência para a nomeação da condição operária, tanto em seu sentido figurado quanto histórico.

O burguês tinha como estereótipo características que reproduziam seu estado físico, muitas vezes simbolizado pela gordura, que caracterizava o ócio, a riqueza e a alimentação farta do patrão. A igreja era caracterizada por um gigantesco e obeso padre, aparecendo em várias ilustrações anarquistas, com um caráter de denúncia por exercer a exploração popular, apontando para a união entre lei e religião, por ser mais uma forma de manipular o trabalhador.

As imagens anarquistas que visavam representar o trabalhador eram carregadas de estereótipos, representando uma vida cheia de privações, essas imagens tinham como função*, "denunciar a pobreza material da classe, responsabilizando o sistema capitalista que seccionava a sociedade em ricos e pobres."* [14]

As imagens tinham ainda como função divulgar os ideais anarquistas, seja pelo fato de mostrarem as condições a que estavam submetidos os trabalhadores, ou demonstrarem as diferenças entre o trabalhador e o patrão. O contraste entre as duas classes era representado em quadros divididos ao meio, *"tendo de um lado o trabalhador envolvido em atividade produtiva com seus equipamentos"*, enquanto do outro lado *"o burguês ocioso estava a fazer suas refeições em local refinado, com*

---

[13] Idem, p. 206.
[14] Idem, p. 176.

agradável companhia feminina ou, então, a contemplar suas riquezas empilhadas em vários sacos de dinheiro dentro de um cofre." [15]

Essas imagens tinham como objetivo dignificar o trabalhador, que somente com o seu trabalhado, justificaria seu merecido descanso e alimento.

O estereótipo do trabalhador, ainda segundo Raquel de Azevedo, era representado nas ilustrações como*: "produtor da riqueza, escravo – oprimido, explorado – pobre"*, em contraste com o patrão, que era representado como: *"parasita – fluidor – ocioso, senhor – déspota, opressor, explorador – ladrão, rico"*. Em contraste à exploração, o trabalhador era simbolizado como:

> [...] pária que trabalha para o engrandecimento do Brasil, classe que realmente produz, vítima da exploração, da prepotência dos patrões, fecundo e produtivo, escravo da fábrica, escravo branco, míseros escravos cujo delito exclusivo consiste em precisarem trabalhar para viver! vive sob o jugo tirânico, mata-se de trabalhar, não consegue viver, fâmulos da terra em que nasceram, torpemente explorado, pobres entes, miseráveis. [16]

Nas publicações da imprensa anarquista, no dia Primeiro de Maio, as ilustrações assumem um papel de insistência nas idéias da necessidade de união do proletariado, não só na imagem do gigantesco trabalhador, mas também no seu punho cerrado, gesto que expressava a convicção e a disposição de luta.

Deste modo, o ideal do Primeiro de Maio, nas ilustrações anarquistas, propunha paralisações e manifestações simultâneas dos trabalhadores conscientes de seus direitos. Em uma ilustração publicada no jornal anarquista *A Plebe*, em abril de 1933, no estado de São Paulo, o trabalhador é representado por uma estátua, com os braços cruzados, tendo à sua frente seus instrumentos de trabalho, como a bigorna, a foice e o martelo, transformam-se em símbolos de luta. A fábrica opressora ao fundo com suas chaminés sem fumaça, expressando a união do operariado que cruzava os braços no dia do trabalho, o céu carregado de nuvens colaborava para a composição de um ambiente ameaçador, gerado pela força operária.[17]

---

[15] Idem, p. 177.
[16] Idem, p. 178.
[17] Idem, p. 206.

Outra característica presente nos jornais operários era a reedição de uma mesma imagem, ou seja, uma imagem podia aparecer em outras edições, como é o caso da imagem comentada anteriormente que foi publicada pela *A Plebe* anteriormente na edição dedicada ao primeiro de maio de 1923, representando o "verdadeiro significado" da data para os anarquistas.

Os instrumentos de trabalho ao mesmo tempo em que simbolizavam os instrumentos de luta que o operariado dispunha, apelava para a idéia da ameaça, pois não aparecem manchados com sangue, a violência era, dessa forma, apenas o indício de um recurso disponível, caso fosse necessária a resistência às forças contrárias à transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais anarquistas em sua maioria tinham uma vida efêmera, saindo muitas vezes um único número, ou então em um pequeno período, alguns mudavam de nome a fim de manter uma regularidade editorial, um mesmo editor podia participar da edição de outros jornais anarquistas.

Como não possuíam anúncios comerciais, o formato dos jornais era determinado pelas condições financeiras e máquinas disponíveis, predominando o formato tablóide, o número de páginas não era padronizado, o conteúdo a ser editado e as condições financeiras é que determinavam a quantidade de páginas, não eram comercializados, sendo mantidos pelos próprios operários e simpatizantes da causa que enviavam a sede do editorial, subscrições voluntárias bem como o material que seria publicado nas páginas do jornal.

Mesmo com dificuldades financeiras e perseguições políticas aos seus editores, a imprensa proletária não deixou de existir, sobretudo nos anos iniciais da primeira República, que houve a publicação de inúmeros jornais operários.

No âmbito brasileiro a imprensa proletária ocupou um papel de destaque no movimento operário, muitas vezes mais atuante que o próprio sindicato, pois desempenhava a função de organizar os trabalhadores e conscientizá-los para o que seria sua libertação. Além de fornecer elementos para a educação dos operários, pois os anarquistas acreditavam que somente com a educação seria possível atingir a revolução social. Desta forma, a imprensa era lida e relida nas associações de

trabalhadores, com o intuito de construir uma unidade e conscientizar a classe operária, para em seguida andar sobre os escombros da sociedade burguesia os verdadeiros inimigos do trabalhador, destruídos pela união dos trabalhadores.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AZEVEDO, Raquel de. *A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937).* São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleções Teses e Monografias, vol. 3).

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). *O tempo do liberalismo excludente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 161-189, 2003 (O Brasil Republicano, v. 1).

BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T., FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Edunicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

BILHÃO, Isabel. "Dia de festa ou dia de luto: Viva o Primeiro de Maio". In: *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920).* Londrina: EDUEL, 2008.

BILHÃO, Isabel. A Visão anarquista do Primeiro de Maio: dia de luto e luta. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Imagens anarquistas: análises e debate.* - Londrina: UEL, 2009.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular – História e Imagem.* Trad. Vera Maria Xavier dos Santos Bauru-SP: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil.* São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil 1880-1920.* Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Imagens anarquistas: análises e debate.* - Londrina: UEL, 2009, p. 11-42.

HARDMAN, Francisco Foot**.** *Nem pátria nem patrão!: Memória operária, cultura e literatura no Brasil.* 3ª Ed.rev. e ampl. - São Paulo: Editora UNESP, 2002.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).* Universidade Federal Fluminense. Tese (DOUTORADO), 2009.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.* Trad. Denise Bottmann .Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, Paulo S; HALL, Michael M. *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930, documentos.* São Paulo, Alfa-Ômega, v. 1, 1979.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). *A formação das tradições (1890-1945).* 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 53-87.

O CÔNEGO JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA: UMA TRAJETÓRIA POLÍTICA NA CORTE IMPERIAL (1821-1846)

Juscelino Pereira Neto[1]

RESUMO: Essa comunicação tem por objetivo principal analisar a trajetória político e intelectual do cônego Januário da Cunha Barbosa a partir das biografias publicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), confrontado-as com a fala de seus adversários políticos nos embates travados contra o cônego nos meios impressos. Para tanto, pensamos em um recorte que abranja o período que se inicia em 1821, quando Januário funda em companhia de Joaquim Gonçalves Ledo o periódico Reverbero e inicia suas atividades nos meios impressos e se encerra, às vésperas de exercer seu segundo mandato como deputado na Assembléia Legislativa, em 1846, com sua morte. Tal projeto se justifica por se propor corrigir um hiato na historiografia brasileira, que ainda não produziu um estudo crítico acerca da trajetória cônego. Biógrafos certamente lhe faltaram, poderíamos citar diversos especialistas, que, contudo, se limitaram a produzir obras que classificamos de apologéticas por estarem permeadas de elogios fáceis a figura do cônego. Nossa proposta, entretanto, percorrerá o caminho inverso se distanciando daqueles, na medida em que pretende empreender uma abordagem que prima por um afastamento quanto às imagens que se tentaram transmitir de sua "vida e obra". Os documentos e fontes que elencamos representar a "memória oficial" do cônego são, em linhas gerais, biografias dedicadas ao clérigo-redator publicadas na Revista do Instituto - que se empenhou em exaltar os feitos do seu "secretário-perpétuo". Esta documentação será cotejada com os trabalhos de seus adversários. Destacamos o General Abreu e Lima, José da Silva Lisboa (visconde Cairu), Bernardo Pereira Vasconcelos. Tais personagens reagiram, por vezes, com muita vividez, na impressa e em outros meios aos posicionamentos do cônego no interior da corte. Dessas disputas, selecionamos obras de cunho político, historiográfico, algumas, inclusive, publicadas na Revista do IHGB. A análise dos documentos selecionados permitirá outras percepções de Januário, questionando a "memória oficial" que se constituiu em torno de sua figura no interior do IHGB que o eleva a condição de "secretário-perpétuo", em contrapartida que sua pessoa não seja apenas lembrada como a de uma personagem perseguida.

PALAVRAS-CHAVE: Januário da Cunha Barbosa; século XIX; elite política.

[1] Graduado em História (UEM-PR). Mestrando em História (PPGHS/UNESP/Assis). Membro do Núcleo de Pesquisas Interdisciplinares de Memória, Mídia e Linguagem. Endereço eletrônico: donated@hotmail.com

BREVES APONTAMENTOS ACERCA DE UM *LIBELISTA PROFISSIONAL*

Essa comunicação tenciona apresentar algumas reflexões de um projeto que se encontra em seu início. Trata-se de sugestões e de hipóteses ainda provisórias de uma pesquisa que se encontra em curso. O projeto de mestrado, da qual essa comunicação é tributária, indaga a trajetória político e intelectual, o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), a partir da abordagem de três eixos temáticos: a construção social de sua memória a partir das biografias escritas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*RHIGB*), a produção bibliográfica de seus adversários na nascente literatura e imprensa e por último, pretendo sustentar como a interrelação de categorias como o tempo e passado – e, por conseguinte, a História – era dimensionada pelos elementos clássicos de *exemplo* e *imitação*[2], e partir daí, como essas experiências condicionaram os parâmetros da produção do conhecimento histórico no século XIX, mais precisamente das biografias, relativo ao cônego no interior do IHGB. Em Januário observaremos uma mudança semântica quanto ao sentido do que era História. Essa mudança – partilhada pelos fundadores do IHGB em 1838 – implicará na "*passagem de uma história de base filosófica e iluminista para uma história concebida como ciência empírica dos fatos passados*[3]*"*.

Em sua antologia poética *Parnaso Brasileiro*, obra inaugural do cônego Januário no gênero na literatura brasileira, as categorias acima mencionadas parecem presidir os critérios de compilação dos poemas coligidos: *"para acordar o louvor dos beneméritos passados, e para estimular a sua imitação, assim a presente, como as gerações futuras*[4]*".* E segue *"o conhecimento do patrimônio opulento, deixando como herança* (...) *por* [nossos] *tão gloriosos antepassados*[5]".

Embora o autor do *Parnaso*, não tivesse assumido de maneira clara o discurso *nativista* que apregoava a existência de um patrimônio coletivo comum presente na

---

[2] ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo:* conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). Rio de Janeiro: Hucitec, 2008.

[3] Cf. GUIMARÃES, Manuel L. Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões na escrita da história no Brasil oitocentista, In: GUIMARÃES, Manuel L. Salgado (org.). *Estudos escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 72.

[4] BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso brasileiro, sº/n.*

[5] Idem.

língua e na realidade subjacente, não se pode dizer que este esforço intelectual de imprimir um caráter nacional as letras, característica comum aos românticos do século XIX, estivesse ausente no escrito do cônego. Aliás, como se verá mais adiante, Januário estará entre um dos membros mais atuantes da chamada *elite brasiliense*[6].

Antes de seguirmos a exposição, convém oferecer as justificas em que se ancoram esse trabalho, isto é, quem é a figura do cônego Januário e qual a relevância de um estudo dedicado a sua trajetória? A ausência de uma pesquisa acadêmica acerca de sua "vida e obra", somado a existência de um relativo *corpus* documental respeitante à sua vida, responde, em parte, as indagações suscitadas acima. Sua considerável produção literária já seria também capaz de embasar uma investigação, pois, além de fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de ter ocupado "perpetuamente" a cadeira de primeiro-secretário, Januário compôs altos quadros da burocracia Imperial, além de ter se destacado na qualidade de parlamentar liberal, vindo a ser deputado em duas legislaturas, tendo sido um dos signatários do projeto de Lei sobre Instrução Pública do Império.

Apesar de não ser considerado como o maior orador do seu tempo, Januário era respeitado por ser detentor de um porte imponente, e de uma fala cheia e de um gosto literário apurado[7]. Ao longo de mais de 25 anos, lecionou na Cadeira de Filosofia Racional e Moral da Corte. Integrou, entre outros grupos, o Instituto Histórico de Paris, a Arcádia de Roma, a Real Academia de Ciências de Nápoles, a Sociedade Geográfica de Berlim[8].

O perfil multifacetado de Januário, tão comum aos *homens de letras* do século XIX chama a atenção: deputado em duas legislaturas, a primeira composta em 18226 na Assembléia Legislativa, e a última, em 1845, interrompida por sua morte. No campo literário, foi tradutor, pregador, poeta (enquanto esteve no exílio compôs o poema *Niterói*). A lista de obras publicadas pelo clérigo-redator é composta por obras de teor dramatúrgico e literário, como a comédia satírica *A Rusga de Praia Grande* (1834), e o

---

[6] SENNA, Janaína. *Flores de antanho*: as antologias oitocentistas e a construção do passado literário. 2006. 209f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura), Programa Pós-Graduação, PUC-Rio, 2006.

[7] Cf. DURAN, Maria Renata. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. 2009. 195f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2009.

[8] IPANEMA, Cybelle. Cônego Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. *RIHGB*, v. 158 n. 398 jan./mar. 1997.

poema satírico *Os Garimpeiros* (1836) que mereceria três edições. Como de era costume no período, ambas as obras foram publicadas anonimamente.

Em companhia do amigo de maçônico, Joaquim Gonçalves Ledo, criou a 15 de outubro de 1821 o periódico *Reverbero Constitucional Fluminense,* primeiro veículo em favor das idéias preconizadas pelo movimento constitucionalista. Durante os treze meses em que o periódico circulou, o Reverbero trouxe o calor da opinião pública às diversas opções que se fizeram no Brasil, tais como a Independência e o constitucionalismo monárquico. Seu primeiro número foi lançado numa data simbólica, 15 de setembro, justamente um ano após a adesão das Cortes de Lisboa à Revolução do Porto. Essa escolha atendeu a um exame detido dos dois redatores. Segundo Sodré, o Reverbero Constitucional Fluminense foi o órgão doutrinário de excelência do grupo cujas aspirações eram marcadamente republicanas[9].

Além do *Reverbero*, Januário colaborou em vários jornais, como o satírico *A Mutuca Picante* (1834-35) – fundado pelo cônego a fim de travar embates com Bernardo Pereira de Vasconcelos que o respondia por outro periódico doutrinário, *O Sete de Abril*. Também foi no redator no *Minerva Brasiliense*, além de ter composto orações e sermões.

O Instituto também fora idéia do cônego Januário. Sua fundação se deu por sugestão de Januário e do marechal Raimundo José da Cunha Matos, em sessão do conselho administrativo da Sociedade da Indústria Nacional, em 18 de agosto de 1838. Na ocasião, o cônego proferiu o texto[10] que apresentava as preocupações basilares da fundação de uma instituição cujos propósitos fossem coligir e metodizar os documentos dispersos pela província.

No âmbito do Instituto, Januário produziu muitas memórias, biografias e elogios históricos, que foram publicadas na *Revista* do IHGB. Em essência, é possível examinar estes aspectos da vida do cônego, na qualidade de um clérigo comprometido com o projeto de Independência e de um dos *vultos,* cujas atividades o incluíam em um grupo de intelectuais liberais, da qual as disputas políticas conformariam os rumos

---

[9] SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

[10] Cf. Matos, Raimundo José da Cunha; BARBOSA, Januário da Cunha. Breve Notícia sobre a Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN: RIHGB, tomo I, 1839, p. 6.

da nação brasileira e, em um momento seguinte, como um dos idealizadores e construtores do país que se emancipara.

É possível abordar uma trajetória pessoal de Januário da Cunha Barbosa sem que se atribua demasiado peso as suas escolhas individuais, tampouco leve apenas em consideração as contingências externas que ultrapassam a este indivíduo[11]. A interdependência de suas decisões tanto âmbito pessoal, quanto privado e a interrelação destas ao contexto em que se deram, constitui nosso objeto de análise.

Convém pontuarmos uma dificuldade que se interpôs desde o início da pesquisa. Quais as possibilidades em desenvolver uma pesquisa que tenciona ir além do mero relato laudatório se a documentação da qual se dispunha até então acerca do indivíduo a ser investigado enveredava invariavelmente nessa direção? Parte dessa resposta, ou a saída para este dilema fora encontrada no lamento melancólico de Sisson:

> "O Cônego Januário da Cunha Barbosa teria colhido melhores louros em sua afanosa vida, e veria melhor recompensados os seus eminentes serviços, se a ingratidão dos homens e as tormentas políticas tanto o não houvessem contrariado" (1999, p. 442).

Antes de recompensá-lo nos seus "eminentes serviços", nos propusemos a identificar e contextualizar a "ingratidão dos homens" a qual o litógrafo francês se refere. Talvez deste modo, a figura do cônego não seja apenas lembrada como a de uma personagem perseguida, a qual a História tenha consagrado um papel menor. Mais do que isso, as "tormentas políticas" a qual Januário encabeçou, incluem um rol de ações empreendidas por seus adversários, que reagiram – por vezes com muita vividez – aos posicionamentos do cônego no interior da corte Real. Tais posicionamentos devem passar pelo crivo da crítica e de uma discussão para que seus interesses e objetivos sejam postos a lume.

---

[11] O sociólogo francês Pierre Bourdieu "ilusão biográfica", que caracteriza-se pela crença de que "a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intenção' subjetiva e objetiva, de um projeto. (...) Essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica..." (BOURDIEU, 1996, p. 184)

Para entrarmos no campo das disputas políticas protagonizadas pelo cônego, mencionamos brevemente seus adversários nos diversos momentos de sua trajetória política, sobretudo nos seus debates impressos. Um de seus adversários mais ferrenhos, o general e escritor José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), partícipe, juntamente com Simón Bolívar nas Guerras de independência travadas durante o século XIX na América espanhola. Contra ele, Januário escreveu a peça A rusga da Praia Grande, ou O quixotismo do general das massas, em que parodiava o herói bolivariano, equiparando-o suas ações despropositadas aos do herói cervantino.

Outro desafeto com quem Januário acumulou desavenças foi com o economista baiano José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu – considerado por Abreu e Lima como um dos destacados escritores da época. Lisboa afirmava que o título do periódico dirigido pelo cônego, *Reverbero...* era de "péssimo agouro por excitar terríveis idéias associadas à Revolução Francesa e das hórridas práticas que descrevem seus historiadores" além de considerar o reverberista "um dos missionários da propaganda incendiária galomania [que] está aludindo o vulgo com falsos dogmas do paradoxista de Genebra (*Apud* LUSTOSA, 2000, p. 190).

Aos "falsos dogmas", Cairu se reportava ao ideário presente no movimento revolucionário francês, mais especificamente à ideia de soberania popular como fonte do poder político preconizado nos escritos do "paradoxista de Genebra" identificado como Jean-Jacques Rousseau, ao qual Januário ousou divulgar ideias contratualistas do filósofo nas páginas de seu primeiro periódico.

O cônego Januário da Cunha Barbosa não raras vezes teve seu nome associado por uma parte da historiografia como membro de um rol de "homens ilustres do Brasil" [12], tendo sua figura ligada à imagem de um indivíduo notável e eminente, admirado pelos seus pares e detestado pelos seus opositores. Um homem cujo intelecto despertava as mais variadas reações por parte daqueles que o acompanhavam.

Se, ao mesmo tempo em que sua figura é considerada controversa por estar diretamente envolvido às infindáveis polêmicas, derivado de sua ingerência no intrincado jogo político da década de 1820, a Igreja procura reconstituir sua trajetória

---

[12] Cf. SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria de Brasileiros Ilustres*. Senado Federal, Brasília, 1999. p. 437-442.

sempre na qualidade de um estimado orador sacro, isentando-o de qualquer injustiça em sua conduta como eclesiástico. Ao contrário, teria apresentado ótimas qualidades numa carreira positiva[13].

Entretanto, a mencionada inserção de Januário nos mais variados setores da sociedade oitocentista provocou entre aqueles que tentaram traçar seus feitos, uma disputa memorialística acerca de sua trajetória. Para os representantes do clero, parece haver constrangimento em admitir que o cônego tenha tentado contra a imagem de d. Pedro I pelas páginas de um jornal de aspirações republicanas. No sesquicentenário de sua morte, Monsenhor Guilherme Schubert lembra que *"considerado figura polêmica* [Januário], é *justiça esclarecer que isso não se refere a ele como eclesiástico*[14]*."* E conclui:

> "Devo, porém, dizer que, se o cônego Januário é considerado figura controvertida, não ocorre isso por procedimentos moralmente censuráveis, mas pelas polêmicas políticas, originadas por seus sentimentos patrióticos de amor ao Brasil" (1997, p. 194).

O empenho em conduzir uma narração asséptica acerca da vida do cônego pode ser indicativo da gravidade de suas disputas políticas. Os escritos de Januário seriam considerados por José Bonifácio – então ministro do Reino e Exterior – imaturos e incendiários, deletérios em seu cerne aos ideais da "boa ordem". Perseguido, Januário é preso e confinado na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Gonçalves Ledo não teria melhor sorte ao ter de se exilar em Buenos Aires. No mês seguinte, Januário seria "convidado a embarcar" para fora do império com destino à comuna de Havre, na França[15].

O cônego amarguraria meses de exílio ao ser acusado (ao que hoje se poderia chamar de "crime de imprensa") de difundir o *republicanismo* por meio das páginas do *Reverbero*. Em linhas gerais, tratava-se de ideais liberais que previam a instauração de um Poder Legislativo mediante a representação popular, defesas estas extremamente

---

[13] Cf. SCHUBERT, Guilherme (Mons.). Cônego Januário da Cunha Barbosa. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 158, n. 394, p. jan./mar. 1997.

[14] Idem, p. 193

[15] Cf. LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários*: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822), p. 293

perniciosas aos olhos do gabinete dos Andrada que, em pouco menos de seis meses, havia conseguido reunir forças políticas importantes em torno do seu projeto.[16]

Aos historiadores e biógrafos[17], o embaraço de reconstituir sua trajetória pormenorizada se deve ao fato de sua figura estar indissociavelmente vinculada ao dos homens "beneméritos" e "ilustres" responsáveis pelos primeiros passos do Estado recém-independente. Nesse ponto tentaremos esclarecer o terceiro eixo de nossa análise.

A referida dificuldade de se realizar uma pesquisa que dispõe apenas de documentação de cunho apologético, permeada de elogios fáceis acerca do indivíduo ora investigado revela-se, contudo, em um falso problema. A questão a ser buscada não é se estes trabalhos continuam a influir na produção historiográfica e dimensionar a atuação do cônego, mas quais eram as relações entre a escrita de biografias e a operação historiográfica dos sócios do IHGB, responsáveis pela produção dos trabalhos sobre o cônego. Adiantamos que o gênero biográfico era exaltado – juntamente com os biografados, neste caso, Januário – por sua capacidade de perpetuar os feitos dos grandes homens, as épocas históricas e as lições morais a serem extraídos dos primeiros[18].

Tratava-se de um empreendimento escriturário de "*que atendia aos imperativos da historia magistra vitae ao fixar os nomes e exemplos do passado, oferecendo-os à imitação dos leitores no presente*". [19] Acreditamos, para voltarmos ao início de nossa comunicação, que este modelo de escrita, que postulava a crença no *exemplo* e na *imitação* dos grandes homens, presidiu a produção das obras biográficas dedicadas ao cônego, daí a justificativa para a existência de trabalhos permeados de menções honrosas a Januário.

Os documentos que elencamos são obras dedicadas ao clérigo-redator publicadas na *Revista* do Instituto – que se empenhou em exaltar os feitos do seu "secretário-perpétuo" –, e trabalhos publicados no fim XIX e início do século XX. Como

---

[16] Cf. CALDEIRA, Jorge. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. "Introdução" In: CALDEIRA, Jorge (org). *José Bonifácio de Andrada e Silva*, Ed. 34, 2002. p. 34.

[17] IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello. *Instrumentação da Edição Fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense 1821-1822*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005, p. 65.

[18] Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista, 2009.

[19] Id.

por exemplo, o trabalho de Manuel de Araújo Porto Alegre, encarregado pelo Instituto Histórico de proferir o discurso fúnebre e do elogio histórico, ambos publicados nas páginas da *Revista* (PORTO ALEGRE, 1846, p. 145; 1846, 150). O Arquivo Nacional conserva manuscritos de mais três elogios históricos. Um deles é de seu médico, Dr. José Francisco Sigaud (SIGAUD, s/n) também sócio do IHGB. A pessoa de Francisco de Paula Meneses (MENESES também aparece como um dos seus biógrafos num manuscrito depositado nessa Casa, sem local nem data); seu sobrinho, Antônio da Cunha Barbosa (BARBOSA, 1903), também membro do Instituto Histórico, redigiu a biografia mais detalhada até agora sobre a figura de Januário. Joaquim Manuel de Macedo (MACEDO, 1876) no *Ano Biográfico Brasileiro* (1876), aparece juntamente com outros clássicos de dicionários bibliográficos, como o de Sacramento Blake (BLAKE, 1970) e de Inocêncio Francisco da Silva (SILVA, além do já citado *Galeria de Brasileiros Ilustres* (1948), de Sebastien Auguste Sisson. Em 1996, no sesquicentenário de seu falecimento, Cybelle de Ipanema proferiu uma conferência em evento solene sediado no IHGB, posteriormente publicado (IPANEMA, 1997, p. 195-212).

No entanto, é preciso analisar cada estudo, compreender sua razão na época e os interesses adjacentes. Daí a necessidade de cotejar tais testemunhos com o material das disputas políticas em que o cônego esteve envolvido, para que dessa forma, outras “imagens” emerjam de sua figura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo:* conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). Rio de Janeiro: Hucitec, 2008.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnazo brasileiro, ou colleção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto ineditas, como ja impressas.* Rio de Janerio: Tipografia Nacional, 1829-1832.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1984. p.183-191.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. "Introdução" In: CALDEIRA, Jorge (org). *José Bonifácio de Andrada e Silva*, Ed. 34, 2002. p. 9-40.

DURAN, Maria Renata. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. 2009. 195f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2009.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões na escrita da história no Brasil oitocentista, In: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (org.). *Estudos escrita da História*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2006. p. 72.

IPANEMA, Cybelle. Cônego Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. *RIHGB*, v. 158 n. 398 jan./mar. 1997.
IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello. Instrumentação da Edição Fac-similar do Reverbero Constitucional Fluminense 1821-1822, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2005. 3 v.

MATOS, Raimundo José da Cunha; BARBOSA, Januário da Cunha. Breve Notícia sobre a Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *RIHGB*, tomo I, 1839, p. 6.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e Libertários*: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 225-250.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos*: a guerra dos jornalistas na independência 1821-1823. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC - Rio, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. 217f. Tese (Doutorado em História Social). UFRJ/IFCS Programa de Pós Graduação em História, Rio de Janerio, 2009.

SCHUBERT, Guilherme (Mons.). Cônego Januário da Cunha Barbosa. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 158, n. 394, p. jan./mar. 1997.

A EMERGÊNCIA DO ESTADO CENTRALIZADO EUROPEU: A VISÃO POLÍTICA DE MAQUIAVEL SEGUNDO O PRÍNCIPE

Kleber Eduardo Men (PPH-UEM)[1]

RESUMO: O presente artigo visa analisar o pensamento legitimador do Estado Centralizado Europeu baseando-se na obra "O Príncipe" de Nicolau Maquiavel (1469-1527). A formação das monarquias centralizadas foi um evento que se inicia por volta dos séculos XIII e XIV e se estende por toda Idade Moderna (séculos XV ao XVIII) e para que isso ocorresse, foi necessária a criação de um discurso que desse razão a essa ação que buscava integrar uma nação na figura de um governante forte. Nicolau Maquiavel está entre os que defenderam essa legitimação do poder real como força única, coesa. Na verdade, como afirmou Bignotto[2], o autor encerra um período de discussões a respeito do que é melhor em termos de governo. Essa questão para ele foi resolvida por meio dos escritos antigos, aonde chegou à conclusão de que Monarquia e Repúblicas eram as duas maneiras de governos que existem. Cabendo a partir dali apenas definir qual caminho essas deveriam seguir para sua melhor consolidação. Em O Príncipe, Maquiavel discursa sobre as monarquias, fazendo dessa obra um verdadeiro manual de instruções político. Segundo Franco Cambi[3], *"O Príncipe de Maquiavel é a expressão mais explícita e mais alta desse projeto 'pedagógico': de domínio e de conformação"*. As transformações de ordem política e econômica que a Europa estava passando foram responsáveis por formar os homens do seu tempo, no que tange ao renascimento europeu. Conceitos como antropocentrismo, individualismo, racionalismo, dentre outros, estiveram na pauta dos pensadores dessa época. Dessa forma, observamos em muitos escritos do período, mensagens que criam um elo entre a situação vivida e a situação desejada. Nesse contexto, Maquiavel foi um dos principais escritores responsáveis pela formulação do pensamento que deu legitimidade a esses governantes, seja por meio de argumentos construídos pela experiência vivida, ou pela pesquisa histórica. Fazendo uma análise conceitual a respeito da essência do pensamento de Maquiavel, buscaremos aqui compreender um pouco mais sobre esse assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Centralizado; Política; Absolutismo

---

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (2007). Aluno do curso de Especialização em Docência no Ensino Superior (CESUMAR). Mestrando em História das Ideias e das Instituições (PPH-UEM), professor do ensino fundamental, médio e superior.

[2] BIGNOTTO, Newton. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Nova Reflexão Política. In. MAINKA, Peter Johann (org.). A Caminho do Mundo Moderno: Concepções Clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu Contexto Histórico. Maringá: EDUEM, 2007 (p.49-69).

[3] CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

O processo de formação das monarquias centralizadas, Estados Nacionais, ou absolutistas ocorreu em fins da Idade Média e se estendeu por todo período moderno até a Revolução Francesa em 1789, com a Queda da Bastilha[4]. Discutir a respeito da correta terminologia para esse processo histórico caberá a um debate em ocasião mais oportuna. Dessa forma, analisaremos os fatos partindo do princípio de que o Estado é *"a resposta a uma nova realidade: um poder secular que afirma sua jurisdição sobre um território, em oposição tanto aos poderes locais quanto às pretensões de ingerência da Igreja"*[5]. Antes, faz-se necessário que entendamos brevemente o contexto pelo qual passou esse processo histórico.

As transformações de ordem política e econômica que a Europa estava passando foram responsáveis por formar os homens do seu tempo, no que tange ao renascimento europeu, conceitos como antropocentrismo, individualismo, racionalismo, dentre outros, estiveram na pauta dos pensadores dessa época. Dessa forma, observamos em muitos escritos do período mensagens que criam um elo entre a situação vivida e a situação desejada[6]. Assim sendo, como podemos entender o papel de Nicolau Maquiavel dentro desse contexto? Qual teria sido a principal contribuição de Maquiavel acerca da consolidação dos Estados Nacionais na Europa Moderna? Para responder a esses questionamentos – que a *priori* podem parecer simples -, devemos recorrer ao contexto do período e destacar os pontos em que o pensamento de Nicolau Maquiavel diverge do pensamento vigente. Mas antes, faz-se mais do que necessário contextualizar, de forma breve, os acontecimentos do período.

Em fins da Idade Média (por volta do século XIV e XV), mudanças de ordem econômica começam a surgir. A economia monetária, atrelada ao reaparecimento do dinheiro – que chegou a desaparecer durante o período de cristalização do feudalismo (Alta Idade Média) – fez com que novos rumos fossem tomados nessa época. Sendo

---

[4] Não queremos em momento algum simplificar os estudos históricos, mas utilizamos o ano de 1789 para datar o fim do absolutismo, pois é nesse momento que ocorre a Queda da Bastilha na França, que de acordo com a bibliografia a respeito do assunto, deu início ao processo revolucionário que desestabilizou o Estado absolutista na França, desencadeando uma reação que se espalhou pela Europa ao longo do século XIX. Cf. GODECHOT, Jacques. *As Revoluções: 1770 – 1799*. São Paulo: Pioneira, 1976.

[5] KRISTCH, Raquel. Rumo ao Estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. Revista de Sociologia Política, Curitiba, nº 23, p. 103-114, nov. 2004.

[6] LUZURIAGA, Lorenzo. História da educação e da pedagogia. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

assim, a economia feudal vai gradativamente cedendo lugar à economia capitalista, que começa a se consolidar a partir do século XIV.

É nesse contexto de transformações, onde o Estado Feudal dá lugar às monarquias centralizadas, que se fortalecem ao longo da Idade Moderna. Uma das principais características desse Estado descentralizado (feudal) se encontra na posse da terra. A terra durante o feudalismo passou a não apenas ter a condição de meio de subsistência, mas sim representou um *status* de Poder. Com isso temos o surgimento da Lei da Primogenitura[7], que visa impedir que com a fragmentação da propriedade em razão da herança, tenha-se também a perda do poder. A importância da Instituição da Lei da Primogenitura como forma de manter o poder nas mãos dos Nobres é destacada por Adam Smith:

> Nesses tempos conturbados, todo grande proprietário era uma espécie de príncipe em ponto pequeno. Os seus arrendatários eram seus súditos. Ele era o Juiz e, em chefe, em tempos de guerra. Fazia guerra a seu bel-prazer, e, frequentemente, contra seus vizinhos, e, às vezes, contra o seu soberano[8].

O conceito de Estado descentralizado que caracterizou todo o período feudal, vai se desgastando a partir do momento que temos o surgimento da classe burguesa como principal produtora de riqueza. As primeiras manifestações de origem burguesa acontecem a partir do Renascimento Urbano que ocorre na Europa. Com isso, a necessidade de lutar a favor dos seus direitos cresce cada vez mais. Os habitantes dos burgos europeus, denominados burgueses, aos poucos se organizam e criam instituições que possam lutar por melhores condições dessa classe social então emergente.

No entanto, a fragmentação política do Sistema Feudal dificultava as ações da burguesia, pois esses precisavam de uma maior organização afim de que praticassem suas atividades comerciais. Para uma maior representatividade política, e uma consequente garantias de direitos, seria mais facilmente conquistada se houvesse a

---

[7] Cf. Smith, Adam. *A riqueza das Nações*. 4ª Ed. (Vol. 1) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
[8] Idem.

centralização do poder. Dessa forma, o modelo de Estado Feudal torna-se anacrônico aos interesses imediatos dessa classe emergente.

Contudo, transformar os outrora servos em súditos não era tarefa fácil; foi necessário criar um discurso que viesse legitimar esse evento. Educando tanto o governante como o governado. A propósito, as transformações que ocorreram foram fruto do contexto político e cultural da Europa, no qual podemos citar como ponto de partida o renascimento e o humanismo italiano, em que faz parte Nicolau Maquiavel. O tomamos como objeto de análise, pois o mesmo foi responsável por desbravar o terreno filosófico/político de onde irão surgir os novos ideais sobre esses temas[9].

Primeiramente, o próprio Maquiavel deixa claro o seu posicionamento quanto às formas de Estado existentes já em seu primeiro capítulo de "O Príncipe". Para ele, ou é uma república ou um principado[10]. Na verdade, como afirmou Bignotto[11], o autor encerra um período de discussões a respeito do que é melhor em termos de governo. Essa questão para ele foi resolvida por meio dos escritos antigos, aonde chegou à conclusão de que essas eram as duas maneiras de governos que existem. Cabendo, a partir dali, apenas definir qual caminho essas deveriam seguir para sua melhor consolidação. Em "O Príncipe", Maquiavel discursa sobre as monarquias, fazendo dessa obra um verdadeiro manual de instruções político. Segundo Franco Cambi[12], *"O Príncipe" de Maquiavel é a expressão mais explícita e mais alta desse projeto 'pedagógico': de domínio e de conformação"*.

O pensamento de Maquiavel surge como um divisor de águas do pensamento político vigente: o cristão. José Flávio Pereira acredita que o fator condicionante é o do escritor ter vivido na transição dessas duas épocas.

> Pelo fato de ter vivido na transição entre esses dois mundos, o medieval e o moderno, Maquiavel foi influenciado por elementos filosóficos, políticos e sociais pertencentes tanto à

[9] TOUCHARD, Jean. História das Ideais Políticas. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.
[10] MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
[11] BIGNOTTO, Newton. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Nova Reflexão Política. In. MAINKA, Peter Johann (org.). A Caminho do Mundo Moderno: Concepções Clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu Contexto Histórico. Maringá: EDUEM, 2007 (p.49-69).
[12] CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

> sociedade que desaparecia como aquela que se firmava historicamente[13].

Dessa forma podemos fazer algumas menções a respeito do pensamento de Nicolau Maquiavel e sua concepção de Estado Centralizado. A priori podemos afirmar que Maquiavel defendia um Estado forte, que tivesse como única e exclusiva preocupação, por parte de quem lhe estivesse na dianteira, sua manutenção a todo custo. Para Maquiavel o governante, seja ele príncipe ou cônsul, deveria fazer valer suas pretensões quando estas tiverem como objetivo primeiro a consolidação e a manutenção da ordem.

A quem credite a Nicolau Maquiavel a introdução do termo "Estado" na literatura política[14]. Segundo Kristch, *"a palavra stato pode até ter sido introduzida na literatura política por Maquiavel e talvez não haja, antes dele, quem tenha escrito de modo tão direto sobre a lógica do poder*[15]. O papel de Maquiavel não foi formular um conceito pronto de Estado, ou conjunto de leis que pudessem facilitar a ação do monarca, príncipe ou cônsul, mas sim discorrer sobre o que havia posto pelas discussões anteriores. Ele apenas indicou um caminho para que se fizesse esse Estado sem maiores problemas[16].

Essa concepção política de Maquiavel, na época em que o mesmo desenvolveu seu pensamento, não era algo original. Durante a Idade Média um estilo literário muito comum serviu de base, de inspiração a ele, no que Bignotto chama de *espelhos dos príncipes.*

> Uma espécie de manual no qual o autor procura ensinar-lhes como devem se comportar para serem bons príncipes. Para os autores desses escritos, a principal arma da qual dispõe um governante para conservar seus domínios é o respeito às leis de Deus e o cultivo das virtudes cristãs ensinadas na Igreja e reconhecidas como verdadeiras por todos os que escrevem

---

[13] PEREIRA, José Flávio. Maquiavel: um Pensador Medieval ou Moderno? In: Acta Scientiarum 22 (1). Maringá-PR, UEM, 2000.
[14] MEINECKE, F. Machiavellism. The doctrine of "Raison d'État" and its Place Modern History. London: Westview, 1984.
[15] KRISTCH, Raquel. Rumo ao Estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. Revista de Sociologia Política, Curitiba, nº 23, p. 103-114, nov. 2004.
[16] Idem.

> sobre a matéria. Se não se desviarem dos caminhos apontados nos livros, os príncipes poderão esperar alcançar o reconhecimento de seus súditos e a paz, que era considerada o valor maior no mundo da política[17].

De certa forma podemos comparar as obras de Maquiavel quanto ao estilo, não quanto ao seu conteúdo. Pois o mesmo, como foi afirmado anteriormente, representou uma quebra no paradigma vigente na política. Maquiavel foi o primeiro entre os teóricos políticos a separar o Estado da religião.

> Sua obra será direcionada basicamente a uma secularização das questões humanas e, por consequência, a um aperfeiçoamento ou educação secular do homem. Assim, mesmo quando resgata personagens bíblicos, como Moisés, por exemplo, Maquiavel procura dar importância não aos aspectos espiritual-religiosos desses personagens, mas, sim, aos políticos temporais. Ou seja, ao tratar desses líderes bíblicos, considera-os como estadistas que, apesar de serem guiados por mão superior, obtiveram sucesso políticos porque suas virtudes lhe possibilitaram aproveitar circunstâncias históricas favoráveis que se apresentaram no momento em que viveram[18].

A propósito, Maquiavel deferiu inúmeras críticas aos pensadores humanistas, pois esses em muitas vezes não atribuíam a políticas fatores como o uso da força bruta (Skinner, 1999). Para Maquiavel, reprimir, condenar, julgar, são itens de uso exclusivo dos governantes. Cada um deve ser utilizado de acordo com suas necessidades. A esse respeito Maquiavel tece longos comentários em razão da postura que o príncipe deve tomar diante dos problemas que, por ventura, vieram a ocorrer. Maquiavel sempre faz menção a essa atitude enérgica por parte do príncipe:

---

[17] BIGNOTTO, Newton. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Nova Reflexão Política. In. MAINKA, Peter Johann (org.). A Caminho do Mundo Moderno: Concepções Clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu Contexto Histórico. Maringá: EDUEM, 2007 (p.49-69).

[18] MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

> Todo príncipe prudente deve agir: não apenas prover o presente, mas antecipar casos futuros e premunir-se com muita perícia, de modo que se possam facilmente lhes dar corretivo, e não permitir que os fatos se esbocem, pois se assim for o remédio não chega a tempo, e a doença torna-se incurável[19].

O que podemos afirmar é que Maquiavel possui um conceito de razão de Estado que para ele é sempre tê-lo como fim único para seu governante. O governante, seja ele príncipe ou um cônsul republicano, deve se adiantar aos problemas do Estado para evitar sua ruína, mesmo que para isso utilize-se dos métodos mais cruéis que lhe forem necessários: *"assim, é preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que se sirva ou não disso de acordo com a necessidade"*[20]. Na condução desse Estado, quem lhe estiver à frente deve sempre zelar pelo êxito a todo o momento. Segue o autor afirmando que *"nos atos de todos os homens, em especial dos príncipes, em que não há tribunal a que recorrer, somente importa o êxito, bom ou mal. Procure, pois, um príncipe vencer e preservar o Estado"*. Benassi faz a seguinte síntese sobre o pensamento do autor:

> Manter a paz e proteger a propriedade dos súditos, na sociedade concebida por Maquiavel, representam promover o bem geral. Para o autor, ao gerir os negócios e interesses do Estado e buscar promover o bem geral, o novo príncipe deveria se comprometer realmente com as novas necessidades sociais e proporcionar aos seus súditos, entre muitos outros benefícios, a tão desejada segurança e proteção. Se assim o fizesse, eles o reconheceriam como uma autoridade qualificada para governar[21].

Skinner, destaca que havia um tipo de pensamento em comum entre os escritores considerados "espelhos do príncipe", que está no fato de em sua grande maioria concordar que o principal objetivo de quem estiver à frente do Estado é manter a paz. Maquiavel contrapõe esse argumento e defende que o uso da força

---

[19] Idem.
[20] Idem.
[21] BENASSI, Márcia Aparecida Lopes. História, Conhecimento e Prática Política em Nicolau Maquiavel. Maringá: UEM (Dissertação de Mestrado), 2007.

sempre se faz necessário seja em uma república – considerada por Maquiavel em seus discursos como um regime político perfeito[22] - ou até mesmo em uma monarquia. Quando o referido regime se perde em corrupção, faz-se necessário recorrer ao forte poder de um único homem[23].

O príncipe, na condução desse Estado emergente na Europa Moderna, precisa ter um posicionamento diferenciado dos demais habitantes do reinado. Skinner afirma que essa é uma ideia adaptada do pensamento político de Aristóteles, o qual foi relido pelos renascentistas que defendiam que aquilo que pode ser útil ao povo, pode não ser útil ao príncipe, numa clara referência da separação entre o poder público e o poder privado[24].

Quando se faz uma leitura mais apurada do pensamento de Maquiavel, em linhas gerais, muitos estudiosos o classificam como sendo uma obra *sui generis*, ou seja, que não pode ser classificada ou incluída em nenhuma das escolas da filosofia política renascentista. Mas, como já citamos acima, na verdade seu estilo é bem comum à maioria desses escritores. Entretanto, como destaca Skinner, Maquiavel faz parte de uma nova geração de pensadores que tiveram como ponto de partida a inclusão de novos questionamentos, novos conceitos que deveriam ser abordados a partir dali.

Comparando o pensamento de Maquiavel aos demais pensadores que se debruçaram sobre o assunto em voga nesse contexto, Skinner destacou os seguintes pontos[25]:

- ✓ A questão a respeito de o príncipe ser temido ou amado pelos seus súditos também não é original de Maquiavel; outros autores chegaram à seguinte conclusão: o príncipe deve ter por meta, não apenas ser amado, entretanto, deverá ser quase adorado pelos súditos. Maquiavel não concorda com esse ponto de vista e afirma que, para ele, é mais importante ser temido do que amado, pois sendo este temido e tomando as devidas precauções, evitará o

[22] Cf. Maquiavel, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, São Paulo: Editora Brasileira, 1970.
[23] SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1999.
[24] Idem.
[25] Idem.

ódio dos súditos que em outras ocasiões lhe causaria a ruína. Outrossim, deve ele amar os homens como desejam esses serem amados e ser temidos por aqueles que devem temê-lo, baseando-se naquilo que é seu e não dos outro[26].

- ✓ Outro pensamento divergente entre Maquiavel e os demais pensadores é a questão do príncipe se apoiar no alcance da metas supremas de honra, glória e a fama. Ele concorda, mas acrescenta um fator que até esse momento havia ficado de fora dos debates políticos, que é a necessidade e a forma como pode ser mantido tudo isso. Ele deixa claro que sem a força militar, a força da intimidação, nada disso seria possível manter. Acreditar que a glória, a fama e a honra podem ser mantidas apenas com a boa vontade, consiste em uma tremenda ingenuidade.
- ✓ Outra questão envolve a moral cristã. Os pensadores acreditavam que as virtudes responsáveis por capacitar o príncipe a frente do Estado, em seus mais nobres fins, deveriam ser alcançadas por meio da moral cristã. Entre essas virtudes estão as já citadas honra, glória e fama. Maquiavel acredita que tudo isso é realmente importante, mas como o mesmo deixa claro, não podemos confundir preceitos religiosos com as necessidades fundamentais para se manter um Estado. Sem uma forma virtuosa de lidar com os malfazejos problemas políticos, alcançar essas virtudes seria tarefa muito difícil. Ele deixa claro que *"nada promove tanto a estima de um príncipe como as grandes empresas e os raros exemplos"*[27].

De fato que a ironia é uma figura de linguagem sempre presente em "O Príncipe", pois Maquiavel desdenha do posicionamento adotado por alguns escritores do período, obviamente, sem citá-lo, mas deixa nas entrelinhas seu real objetivo. Mas, de fato, qual a lição que podemos extrair dessa tão famosa obra de Nicolau Maquiavel? Qual foi o verdadeiro legado e como o seu discurso político produziu um

[26] MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

[27] Idem.

modelo legitimador do Estado Centralizado tão presente nos livros de História?[28] Segundo Bignotto:

> Com Maquiavel tivemos o início, um potente realismo que deixaria marcas profundas nos pensadores dos séculos seguintes. Mas, muito mais do que se transformar em uma unanimidade, como aquele que, segundo Jean Starobinski (1990), ergueu-se em torno da obra de Montesquieu (1989-1755), Maquiavel se converteu, nas palavras de Benedeto Croce (1866-1952), em um enigma. Desde sua morte, muitas gerações se lançaram na busca do significado último de seus escritos, na tentativa de decifrar a relação que se tece entre suas diversas obras. Demônio a ser esconjurado segundo alguns, republicano convicto e defensor das liberdades segundo outros, patrono da reunificação da Itália para seus contemporâneos, os perfis se multiplicam[29].

Dentro do que foi abordado até agora, podemos sem dúvida, afirmar que o pensamento de Nicolau Maquiavel está intrinsecamente ligado as questões históricas do seu tempo e, muito mais ainda, ligado a necessidade histórica que é a de fortalecer o Estado, buscando garantir o bem dos seus súditos, como fica explícito em suas próprias palavras:

> Também deve o príncipe mostrar-se amante das virtudes e honrar os que se destacam em qualquer arte. Deve, além disso, estimular os cidadãos a exercer suas atividades livremente, no comércio, na agricultura, e em qualquer outra área, de sorte que o agricultor não deixe de enriquecer suas propriedades por medo de que lhe sejam arrebatadas nem deixa o comerciante de fazer crescer por recear os impostos[30].

---

[28] Não querendo alongar nossa discussão, mas o fato é que na maioria dos livros de história utilizado pelos colégios no Brasil tratam Maquiavel como um legitimador do Estado absolutista. Ledo engano, Maquiavel deixa claro sua preocupação com a liberdade, com a sociedade e principalmente com a paz. A propósito, em suas principais obras, não existe sequer uma referência direta ao fator absolutismo. O único fator que lhe pode pesar contra é justamente sua frieza em tratar assuntos como guerra, violência e o modo como deve o príncipe agir perante os percalços políticos. Não iremos citar aqui as obras em que ele dessa forma é tratado, mas está aqui a dica para uma futura pesquisa (Nota do autor).

[29] BIGNOTTO, Newton. Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Nova Reflexão Política. In. MAINKA, Peter Johann (org.). A Caminho do Mundo Moderno: Concepções Clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu Contexto Histórico. Maringá: EDUEM, 2007 (p.49-69).

[30] MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

Márcia Benassi assim destaca a importância de Maquiavel para a consolidação do Estado Centralizado:

> Como podemos ver, o surgimento do Estado moderno está intimamente ligado às novas necessidades históricas. Por isso, para Maquiavel, diante das mudanças na península itálica, configuradas na crise feudal e fortalecimento das instituições modernas, era imprescindível que o príncipe proporcionasse aos seus súditos condições para exercerem com tranquilidade e segurança suas atividades relacionadas ao comércio, à agricultura, às artes e à ciência[31].

Diz um provérbio chinês que um homem é mais filho do seu tempo do que dá própria família. Maquiavel é assim, filho do seu tempo. Enfim, o mais importante é compreender que Maquiavel foi um homem que esteve ligado a esse contexto e conseguiu observar as artimanhas presentes no campo da política e discorrê-las sem economizar nos conselhos, alertando, criticando e parabenizando quando preciso. Ele foi o responsável por *"fazer uma análise acurada e realista do mundo dos homens"*[32].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BENASSI, Márcia Aparecida Lopes. *História, Conhecimento e Prática Política em Nicolau Maquiavel*. Maringá: UEM (Dissertação de Mestrado), 2007.

BIGNOTTO, Newton. *Nicolau Maquiavel (1469-1527) e a Nova Reflexão Política*. In. MAINKA, Peter Johann (org.). *A Caminho do Mundo Moderno: Concepções Clássicas da Filosofia Política no século XVI e o seu Contexto Histórico*. Maringá: EDUEM, 2007 (p.49-69).

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

GODECHOT, Jacques. *As Revoluções: 1770 – 1799*. São Paulo: Pioneira, 1976.

KRISTCH, Raquel. *Rumo ao Estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores*. Revista de Sociologia Política, Curitiba, nº 23, p. 103-114, nov. 2004.

[31] BENASSI, Márcia Aparecida Lopes. História, Conhecimento e Prática Política em Nicolau Maquiavel. Maringá: UEM (Dissertação de Mestrado), 2007.
[32] Idem.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Editora Brasileira, 1970.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

MEINECKE, F. Machiavellism. *The doctrine of "Raison d'État" and its Place Modern History*. London: Westview, 1984.

PEREIRA, José Flávio. *Maquiavel: um Pensador Medieval ou Moderno*? In: Acta Scientiarum 22 (1). Maringá-PR, UEM, 2000.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1999.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. 4ª Ed. (Vol. 1) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

TOUCHARD, Jean. *História das Ideais Políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

O PRONA E A DIREITA GRUPUSCULAR PÓS-DITADURA

Odilon Caldeira Neto[1]

RESUMO: O presente trabalho busca, por meio de uma breve análise sobre a atuação do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) no cenário político nacional, estabelecer elementos que auxiliem na compreensão sobre como a referida agremiação buscou situar seu projeto e propostas de governo frente aos anseios de uma direita política extremamente fragmentada, justamente por conta do fim da ditadura militar. Objetiva-se, ainda, compreender como o PRONA buscou atuar como um partido de direita, ao mesmo tempo em que negava veementemente esta categorização.
PALAVRAS-CHAVE: Direita, Neofascismo, PRONA.

O PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional - surgiu oficialmente no ano de 1989 (após breve processo de regularização da legenda frente ao Tribunal Superior Eleitoral), fundado pelo médico cardiologista Enéas Ferreira Carneiro, um até então desconhecido personagem da política nacional, visto que jamais havia ocupado um cargo eletivo – ou se candidatado - anteriormente. Natural de Rio Branco/AC (1938), Enéas Carneiro migrou ao Rio de Janeiro com 20 anos de idade, após aprovação na Escola de Sargentos do Exército, onde se graduou terceiro-sargento auxiliar de anestesia, no ano de 1959.

Enéas Carneiro deixou o exército em 1965, mesmo ano em que obteve o diploma de médico pela Faculdade Fluminense de Medicina (com especialização em cardiologia, em 1969). Obteve, ainda, diploma em Física e Matemática na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1968) e concluiu o Mestrado em Cardiologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), no ano de 1976. A partir do momento em que concluiu a graduação em medicina, Enéas Carneiro dedicou-se integralmente à profissão e à vida acadêmica, tendo publicado livros e artigos científicos na área, além de exercido a presidência da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro (1986-1988) e cargo de editor chefe do periódico científico da mesma organização.

O PRONA surgiu no contexto posterior ao longo processo de redemocratização política brasileira, conjuntura esta que teve em seu cerne dois aspectos essenciais, sobretudo nos estágios finais: o fim do bipartidarismo político, que sinalizou a gradual

[1] Mestre em História (PPH/UEM). Pesquisador associado ao Grupo de Pesquisa Integralismo e Outros Movimentos Nacionalistas (UFF/CNPq).

abertura da ditadura militar (no que tange à participação política) e, após o fim da ditadura, a promulgação da nova carta constitucional, que institucionalizou a prerrogativa multipartidária, eleições diretas com o voto popular e demais condições essenciais para a existência e permanência do regime democrático.

Neste contexto, o biênio 1988-1989 passa a ser visto, portanto, como um período de intensa agitação de diversos setores da sociedade, sobretudo no aspecto da mudança de algumas instituições do poder, o que proporcionaria a inserção de novos atores e tornaria condição essencial a articulação dos preponentes ao poder e, ainda, a rearticulação de antigas hostes envoltas nas estruturas de poder da ditadura.

Deste modo, a tônica do período pode ser compreendida por meio do discurso antiautoritário, justamente por conta do regime antecessor. Dessa maneira, é preciso observar a emergência de um partido de direita radical no período levando em conta o contexto no qual ele está inserido, para, sendo assim, compreender a elaboração discursiva, o programa defendido e as articulações políticas – institucionais ou subalternas – estabelecidas na atuação do PRONA.

As eleições do ano de 1989 marcam não somente o início da disputa de poder institucionalizada do PRONA, mas também o primeiro processo eleitoral em vias democráticas após a ditadura militar. Desta maneira, o momento de então foi caracterizado pela busca de inserção e representatividade de diversas categorias políticas e ideológicas no cenário político nacional, tendo em vista que este panorama possibilitou a busca de inserção de diversos postulantes a cargos eletivos, de modo que o grande número de candidatos ao cargo de presidência – vinte e dois, no total - pode ser visto com um reflexo desta perspectiva.

O grande número de candidatos em disputa ao cargo da presidência da república foi um dos elementos que condicionaram a necessidade de estratégias diversificadas no panorama do mercado eleitoral, pois, para além dos partidos políticos já conhecidos do eleitorado brasileiro (PT, PMDB, PDT, PSDB etc.), havia uma extensa gama de candidatos desconhecidos e partidos *nanicos*, com poucos recursos e baixa taxa de inserção nas propagandas eleitorais. O PRONA, evidentemente, se encaixava nesta segunda categoria, pois, além de recém-fundado, dispunha de apenas quinze segundos de inserção na propaganda eleitoral obrigatória, veiculada em emissoras de rádio e televisão.

Nesta perspectiva, a estratégia de Enéas Carneiro (e, consecutivamente, da própria agremiação) pode ser vista como um relativo sucesso, pois alcançou notoriedade além dos limites da inserção da propaganda gratuita. Enéas Carneiro surgia, em seu breve programa partidário, ao som da 5ª sinfonia de Beethoven, com um discursivo em tons agressivos, justamente para chamar a atenção do eleitorado para as suas propostas. Após o curto programa, a finalização do discurso com aquele que se tornou um slogan e "marca-registrada" de Enéas e do próprio PRONA: "Meu nome é Enéas!", dito de maneira enfática.

A forma caricata como Enéas se apresentava logo proporcionou um crescimento além do programa eleitoral acima descrito. Enéas passou a ser tema central de reportagens e solicitado para entrevistas em diversos meios de comunicação. Ainda que grande parte deste crescimento estivesse ligado a opiniões e representações jocosas sobre o candidato (havia, inclusive, comparações entre Enéas e o fenômeno do hipopótamo cacareco ou do macaco Tião) [2], é evidente que este processo gerou novos meios de interlocução entre o PRONA e o eleitorado, principalmente na perspectiva da difusão do discurso e propostas dos candidatos do partido. Espaços estes utilizados, portanto, para a difusão de um discurso representativo do próprio partido.

As propostas ultranacionalistas foram, certamente, a principal característica (ao menos a mais marcante) da atuação do PRONA, na defesa e idealização da prática de um nacionalismo orgânico. Deste modo, o PRONA defendia um Estado forte, presente, autoritário e interventor, rompendo com a sinalização – e, mais adiante, as práticas – do modelo econômico neoliberal. Evidentemente, a defesa de um Estado forte continha, em sua agenda, o apelo às forças armadas, de modo que o partido sinalizava com aumento do contingente, valorização deste e significativas melhorias, sobretudo no aspecto salarial.

O conservadorismo e a defesa dos "valores da família" figuraram no programa e estratégia partidária, de modo que o discurso homofóbico tornou-se presente no ideário da agremiação, embora seja necessário ressaltar a inexistência de projetos específicos nesse sentido (projetos de lei, etc.). O protecionismo nacionalista tornou-se

[2] Eleitores paulistas e cariocas votaram, ainda durante o período da ditadura militar, nos animais como uma forma de protesto.

uma constante em variados aspectos, inclusive na questão energética, principalmente no aspecto da manutenção da propriedade nacional sobre reservas minerais e outras fontes de energias e a possível nacionalização daquelas em mãos do capital internacional.

O PRONA – e Enéas Carneiro – conseguiu, deste modo, romper com as limitações impostas por sua própria constituição: um partido pequeno, sem representação alguma e também sem o apoio dos setores mais abastados da sociedade, assim como de grandes empresas e de veículos da mídia. Inclusive, uma das estratégias utilizadas pelo partido para mobilizar o apoio popular foi a crítica às estruturas partidárias e seus respectivos quadros que, de acordo com o PRONA, estariam repletos de políticos *carreiristas,* além da flexibilidade ideológica que seriam reflexo da inexistência de propostas e interesses nacionalistas, ou mesmo indício de uma inexistência de fundamentação ideológica nas demais agremiações.

Neste sentido, portanto, o partido buscou construir e disseminar uma imagem de si próprio e, principalmente de seu líder (Carneiro), num aspecto anti político, isto é, distante do *corpus* que caracterizariam os demais adversários políticos: profissionais, dotados de interesses escusos e antinacionalistas. Seria no PRONA, portanto, que residiriam os eventuais e autênticos interesses nacionais e das propostas que garantiriam o bem-estar da sociedade brasileira.

O discurso, as propostas e práticas do partido alçaram-no à condição da agremiação mais à direita no espectro político brasileiro do momento, categorização esta disseminada por diversas vezes por veículos da imprensa de alcance nacional. Esta condição, no entanto, jamais foi partilhada pelo próprio partido, tendo em vista que, de acordo com Enéas Carneiro, a divisão binária na política nacional e internacional era uma construção de um dado momento, e não haveria mais utilidade do uso desta. Desta maneira, o PRONA se enxergava *além* da direita e esquerda e, se havia alguma categoria na qual o partido estaria encaixado seria apenas a de *nacionalista*.

Esta proposição há de ser vista com ressalvas, pois é premissa essencial à pesquisa histórica a busca por além daquilo objetivamente construído, sobretudo em relação ao campo político, onde o que é dito é articulado com extremo cuidado, justamente para não tornar problemáticos os caminhos traçados e almejados pela agremiação. A composição binária – e as devidas segmentações – do espectro político

é socialmente construída e constantemente modificada, de modo que em determinado contexto histórico, há uma flexibilização e mudanças diversas em sua própria constituição e fronteiras distintivas.

O contexto histórico em que se dá a emergência do PRONA está circunscrito em profundas alterações no panorama político internacional, de modo que a distinção direita x esquerda não estaria tão evidente quanto em momentos anteriores. No aspecto internacional da questão, o principal fator do desenrijecimento desta distinção foi condicionado, evidentemente, pelo processo que culminou com o fim das URSS e a queda do Muro de Berlim. Embora a experiência soviética não fosse, à época, a única modalidade e proposta à esquerda, ainda assim desempenhava um papel ao menos de referencial exemplificativo, ou mesmo como modelo de inspiração a movimentos e partidos diversos.

A queda do Muro de Berlim tornou-se um referencial simbólico à chamada derrocada do socialismo real, onde os equívocos ideológicos e estratégicos supostamente atestariam a necessidade em observar, compreender e atuar politicamente além dos modelos tradicionais de então. Exemplo disto é a obra de Francis Fukuyama -1992, que pregara a concepção não somente do fim dos parâmetros mencionados, mas também da própria dinâmica histórica.

No contexto nacional desta questão, além das influências exógenas (sobretudo no distanciamento do uso deste modelo classificativo), há de ser ressaltada a questão do antiautoritarismo, que, no caso brasileiro, supostamente seria relacionado à direita, sobretudo por conta da ditadura militar. Isto auxilia, em parte, a compreensão do por que determinados movimentos e partidos políticos à direita do espectro político se afastaram discursivamente desta categoria, não somente por razões ideológicas, mas sobretudo por questões tácitas.

Desta maneira, ao tomar o PRONA como um partido de direita, há a intenção não apenas de situá-lo à questão do modelo distintivo, classificativo e organizatório (Bobbio -2001- é, certamente, uma referência nesse sentido), mas também ainda na questão da análise da construção objetiva que o partido e devidas lideranças fizeram de sua própria atuação. Ainda que questões ideológicas fossem importantes neste panorama, o aspecto das relações institucionais – em seus diversos níveis – ajuda a compreender e corroborar a ideia que o PRONA efetuou uma trajetória típica da

direita (oscilando entre a direita radical e a extrema-direita), ainda que negassem consecutiva e veementemente.

Partindo deste pressuposto, é possível mapear, num estágio inicial (e este é o principal objetivo do presente trabalho), algumas das relações que o PRONA teve com movimentos da direita no pós-ditadura, para então compreender como o partido tornou-se um referencial para a direita radical e extrema-direita neste período, sobretudo dos pequenos grupos, ou seja, a direita grupuscular.

Não somente devido ao teor antiautoritário da nova carta constitucional, o panorama e possibilidades de atuação de grupos, movimentos e partidos da direita (sobretudo os mais radicais) eram restritos no dado momento. A sociedade brasileira vinha de um longo período de opressão aos direitos civis, inoperância de um sistema judiciário e demais mazelas oriundas de décadas de opressão sustentada por um vocabulário típico da direita: *ordem, valores, família, poder, força*; expressões marcantes e difíceis de serem dissociadas da ditadura militar, sobretudo no imaginário popular.

Significativamente, embora de modo gradual, importantes nomes do período da ditadura militar afastaram-se destas categorias, fortalecendo a concepção que, quaisquer fossem as iniciativas que se aproximassem das premissas do governo anterior, acarretariam em equívocos. Mesmo em se tratando de termos genéricos como “nacionalismo” e “ordem”, a relação entre estes movimentos – no caso, o PRONA – e a acusação de saudosismo para com o período antecedente era corrente, fosse por meio de adversários políticos, ou mesmo por setores da mídia tradicional.

Desta maneira, além da abordagem “jocosa” que a grande mídia atribuía ao PRONA e Enéas Carneiro, houve também uma considerável quantidade de material (entrevistas, matérias, reportagens, etc.) produzido em tom de denúncia sobre o possível caráter neofascista de Enéas Carneiro, relacionando-o não somente com os militares mais autoritários, mas também com os fascistas brasileiros da década de 1930 (integralistas) e, adiante, aos principais nomes do neofascismo internacional, o que, no período, dizia respeito principalmente ao francês Jean Marie Le Pen, líder do Front National.

Ainda que este fator possa ser caracterizado como um *problema* às ambições do PRONA, pois reduziriam as possibilidades e oportunidade de aceitação de

determinados setores da sociedade perante o partido, tornou-se fator determinante para a categorização da agremiação enquanto um representante de setores mais radicais da política nacional. Esta questão, evidentemente, veio a corroborar determinados aspectos ideológicos e discursivos do partido, de modo que a classificação do PRONA enquanto partido de direita foi, antes do que tudo, um processo endógeno, ainda que não reconhecido.

O apelo às forças armadas e um discurso pouco *crítico* à ditadura militar (se comparados aos demais partidos políticos) foram aspectos essenciais para que houvesse uma aproximação de círculos militares mais conservadores junto ao PRONA. Além de casos específicos e isolados, isto é, a admiração que determinados militares poderiam, por ventura ter junto ao PRONA, houve uma efetivação de aproximação em vias institucionais, por meio de membros da ADESG (Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra).

Roberto Gama e Silva, almirante reformado e autor de diversas obras ultranacionalistas sobre a questão energética chegou, inclusive, a disputar a vice-presidência pelo PRONA, no ano de 1994. Marcos Coimbra, docente e conselheiro federal da ADESG, ocupou o cargo na diretoria nacional (e presidência nacional da Comissão de Ética) do PRONA, evidenciando, portanto relativa efetivação das aproximações entre ambos os setores. Esta aproximação, no entanto, não chegou ao consenso no panorama institucional, sobretudo por conta dos militares. Uma das hipóteses levantadas – e que são, portanto, inconclusivas até o momento – é que os militares radicais simplesmente não tomaram o PRONA como forte o suficiente ou, então, representativo de fato para os anseios do militarismo mais conservador. O que é possível observar, no entanto, é que houve uma evidente tentativa de cooptação e aproximação por parte do partido, não somente pela atuação de alguns membros da ADESG na agremiação, mas também pela constância de um discurso em defesa daqueles que seriam os anseios mais urgentes dos militares.

No caso de grupos neofascistas em atuação na sociedade brasileira pós-democratização, a dinâmica é praticamente inversa ao que o PRONA buscou efetivar com círculos do radicalismo militar. O panorama destes grupos neste momento e, certo modo, até início do Século XXI, foi de intensa disputa e fragmentação entre as diversas correntes e propostas, de modo que, embora o pequeno contingente

militante, a disputa entre eles era contínua. É possível traçar, dentre as diversas organizações neofascistas em atuação no período, basicamente dos grandes grupos: neonazistas e neointegralistas.

Os neointegralistas – isto é, grupos e organizações integralistas surgidas após a morte de Plínio Salgado (1975) – tentaram, de fato, ao mesmo em que disputavam o legado e a "herança" dos camisas-verdes, articular-se com os principais nomes da direita brasileira em atuação, fosse setores mais conservadores do catolicismo (a TFP, principalmente), grupos juvenis como os "Carecas do ABC", ou mesmo de agremiações políticas institucionalizadas. Neste âmbito, o PRONA foi o principal grupo com o qual os neointegralistas buscaram aproximação e, em certo sentido, efetivaram este prerrogativa.

A diferença básica indicada nos estágios iniciais da pesquisa corrobora a suposição que, ao contrário da iniciativa do PRONA em aproximar-se de grupos como a ADESG, o caso dos neointegralista ocorreu uma dinâmica oposta, visto que esta aproximação surgiu inicialmente por militantes neointegralistas. Quando indagado sobre a possível relação ideológica existente entre o PRONA e o integralismo (Ação Integralista Brasileira, 1932-1937), Enéas Carneiro fora evasivo.

De acordo com Victor (2004), em entrevista concedida ao jornal norte-americano *New York Times*, ao ser questionado sobre as influências do integralismo para o ideário do PRONA, Carneiro afirmara que haviam algumas simpatias do partido para o ideal dos anos 1930, sobretudo pelo apelo nacionalista e patriótico entre ambos, mas seriam momentos distintos (PRONA e Integralismo). Apesar de pouco consistente, tal afirmação auxiliou a aumentar ainda mais o apreço dos neointegralistas para com o PRONA. Conforme observa Márcia Carneiro (2007), em diversas oportunidades membros do PRONA estiveram presentes em reuniões de grupos neointegralistas. No entanto, ainda assim, esta relação fora determinada mais pelo interesse dos "novos" camisas-verdes do que necessariamente por alguma deliberação do PRONA.

A relação do PRONA com grupos neofascistas não se resume, no entanto, com o caso dos grupos neointegralistas. Houve uma série de contatos e colaborações institucionais, em diversos momentos, entre o PRONA e o braço brasileiro das chamadas organizações LaRouche. Fundada por Lyndon LaRouche Jr., dono de uma

trajetória política extremamente controvertida – o que inclui desde infiltração em movimentos trotskistas à serviço do FBI até fundador de partido político de direita com relações com grupos como a Ku Klux Klan -, as organizações LaRouche tornaram-se célebre referência da extrema-direita norte americana de inspiração neofascista.

Disseminador de uma série de discursos e produções radicais, onde há denúncias sobre um suposto complô mundial envolvendo políticos profissionais, movimentos sociais de esquerda, ONGs e ambientalistas, as organizações LaRouche exerceram grande influência no PRONA, sobretudo na questão energética e também ambiental. Além disto, alguns artigos de Enéas Carneiro (e outros elogiosos ao líder e ao partido) foram publicados na revista do movimento (*Executive Intelligence Review* - EIR).

Por fim, um dos indícios desta aproximação tácita e ideológica entre o grupo de LaRouche e o PRONA pode ser exemplificado pela condecoração de cidadão emérito paulista concedida a Lyndon LaRouche, homenagem esta proposta pela então vereadora do PRONA na capital paulista: Havanir Nimtz (2002). Nesta ocasião, inclusive, estiveram presente membros das organizações LaRouche do Brasil, o próprio LaRouche, a vereadora do PRONA e o líder nacional do partido, Enéas Carneiro. O evento foi tratado com louvor em edições posteriores da EIR, sendo que o líder do PRONA foi descrito como o "amigo brasileiro" das organizações LaRouche.

É possível constatar, portanto, por meio destes três casos abordados brevemente, diversificadas posturas do PRONA referente a organizações e grupos da direita radical e extrema-direita em atuação no Brasil quando do surgimento da agremiação. No caso da ADESG, houve uma contínua busca de absorção dos anseios e apoio deste círculo militar para as propostas e atuação do PRONA. No entanto, a efetivação desta questão foi extremamente tímida, tanto por deficiência do partido na realização desta prerrogativa ou também pelos anseios destes militares, então distantes de qualquer ação política organizada no âmbito partidário.

Já no caso dos grupos neointegralistas é possível notar o interesse destes grupos na aproximação junto ao PRONA, pois, ainda que o partido fosse um *nanico* no âmbito político nacional, já trazia consigo uma relativa legitimidade e representatividade frente à direita brasileira, de modo que para os neointegralistas seria extremamente interessante aliar-se ao PRONA ou, mais futuramente, conseguir

embutir – ou evidenciar – um caráter integralista no partido. No entanto, é necessário ressaltar que a alternativa partidária não foi uma estratégia política compartilhada por todas as correntes neointegralistas[3], de modo que este aspecto possa ter sido ainda mais problemático para esta questão.

Ao PRONA interessava, evidentemente, a criação de uma militância engajada e interessada em fortalecer o partido, embora a ligação com os neointegralistas fosse complicada, justamente pela questão (neo) fascista, pois o PRONA defendia que o partido não era caracterizado à direita, de modo que as evidências deste relacionamento poderiam complicar ainda mais a aceitação da sociedade brasileira para as propostas do partido e também do discurso além-direita que a agremiação buscou construir. Esta proposição, no entanto, entra em conflito se observarmos a relação efetiva entre o PRONA e as organizações LaRouche, pois de nada adiantaria o afastamento do partido perante os neointegralistas ao mesmo momento das evidências entre PRONA e LaRouche.

No entanto, há um elemento que pode ser visto como a motivação da diferenciação de relação entre a agremiação e os dois grupos que, embora divergentes, poderiam ser tomados como semelhantes pela opinião pública em geral: a contextualização histórica. O fato das organizações LaRouche serem então recentes na atuação no Brasil condicionaram a possibilidade de que não houvessem tantas pressões públicas à atuação deste grupo. Diferentemente dos integralistas, que reivindicavam um longo histórico de atuação política à extrema-direita na história política brasileira, o grupo norte-americano (e sua seção brasileira) não tinham que lidar com o problema da memória, algo constante no movimento integralista, não somente na atualidade, mas inclusive no pós-1937.

Desta maneira, torna-se evidente que, ao mesmo tempo em que o PRONA buscou o distanciamento da caracterização do partido como uma agremiação à direta do espectro político, houve uma dinâmica de congregação de forças da direita junto ao partido, justamente para embasar sua existência e atuação. Isto corrobora a suposição que, ainda que o partido não se classificasse como um partido de direita, ele efetuou de fato uma trajetória nesse sentido e, além disto, tornou-se um referencial a diversos

[3] Cf. CALDEIRA NETO, Odilon. Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2011.

movimentos e grupos da direita política em atuação no Brasil, sobretudo daqueles mais radicais, grupuscular, efêmeros, mas, ainda assim, em busca de inserção e atuação no panorama político nacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*: razões e significados de uma distinção política. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo*: entre a relativização e o esquecimento. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2011.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos**.** *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo* – a construção de memórias integralistas. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da história e o último homem.* Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete*: história, memória e esquecimento. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

UMA HISTÓRIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA NO BRASIL (1951-1972)

Otávio Erbereli Júnior[1]

RESUMO: Os debates ocorridos durante as décadas de 60 e 70 do século passado foram fundamentais no sentido de se pensar o ofício de historiador e sua escrita, constituindo-se novo campo historiográfico: a História da Historiografia. Tendo em mente as preocupações dessa área, procuramos compreender os fundamentos da escrita da História Econômica de Alice Piffer Canabrava, José Roberto do Amaral Lapa e José Jobson de Andrade Arruda. Para tanto, tomamos por fonte a tese de Alice Canabrava para a cátedra de História Econômica e Formação Econômica do Brasil, *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, defendida na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP em 1951; a tese de doutorado de Amaral Lapa, *A Bahia e a Carreira da Índia*, defendida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília e *O Brasil no Comércio Colonial*, tese de doutorado de José Jobson de Andrade Arruda na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, defendida em 1972. Para tal interpretação, partimos da noção de operação historiográfica de Michel de Certeau, considerando, portanto, o lugar social, as práticas científicas e a escrita que resultaram nessas produções.

PALAVRAS-CHAVE: História da Historiografia, Fundamentos da Escrita da História, História Econômica.

A História Econômica há muito se consolidou como um dos diversos campos da História, seja através da Escola Histórica de Economia Política, do Marxismo ou da Escola dos Annales[2]. Contudo, a História da História, ou mais comumente a História da Historiografia, enquanto campo, é fruto dos debates desencadeados ao longo dos anos 60 e 70 do século XX, em torno do ofício de historiador e de sua escrita da História, principalmente com os trabalhos de Hayden White – sua *Meta-História* publicado em 1973 – e Michel De Certeau, com seu *A Escrita da História* de 1975[3].

---

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em História e Sociedade da Unesp – campus Assis.

[2] Nem por isso, as reflexões acerca da mesma cessaram. Ver, por exemplo, texto produzido por José Flávio Motta em 2009, intitulado: "Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da Historiografia Econômica Brasileira". Neste artigo, Motta não tem dúvida quanto ao caráter pujante da produção em História Econômica no Brasil, proporcionando elementos que demonstram sua fertilidade (robustez). Ver MOTTA, José Flávio. Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da Historiografia Econômica Brasileira. In: *Revista de Economia da PUC-SP***.** São Paulo: n. 1, p. 117-138, 2009. Outro texto que dialoga com Motta (2009), corroborando as constatações deste, é o artigo: FALEIROS, Rogério Naques. História Econômica, História em Construção. In: *Dimensões*. Vitória: vol. 24, p. 252-271, 2010.

[3] Michel De Certeau compreende operação historiográfica "(...) como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a construção

Manoel Luiz Salgado Guimarães é o autor brasileiro que empreenderá uma revisão historiográfica do século XIX inspirado nas propostas de Michel De Certeau[4]. Em texto de 2005, o autor, a partir das produções de José Honório Rodrigues, Carlos Guilherme Mota, José Roberto do Amaral Lapa e Nilo Odália, busca traçar um histórico da História da Historiografia brasileira enquanto campo. Seu intento o leva a concluir que,

> fundou-se uma forma peculiar de pensar a historiografia como parte das tarefas de pesquisa do historiador, segundo as quais os textos produzidos são interrogados a partir de propósitos externos aos próprios textos, secundarizando-os desta maneira como matéria primordial de análise para o historiador. (GUIMARÃES, 2005, p. 43).

Esta conclusão de Manoel Luiz Salgado Guimarães é bastante representativa de sua proposta de análise historiográfica: devolver ao texto seu papel central e restabelecê-lo como material primordial de análise do historiador. Esta sua proposta está vinculada às principais preocupações de Michel De Certeau, no sentido de que Manoel Guimarães busca pensar a cultura historiográfica do século XIX brasileiro, não como fruto unívoco da busca por cientificização da disciplina histórica, mas sim como fruto de disputas por um determinado passado, aquele que melhor poderia servir para a construção de uma História Nacional. O *lócus* privilegiado pelo autor é o IHGB que poderia ser compreendido enquanto *lugar social* da escrita da História brasileira no século XIX. Para ele, "(...) trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado". (GUIMARÃES, 2003, p. 13).

Neste sentido, nosso trabalho segue na esteira da tradição inaugurada no Brasil por Manoel Luiz Salgado Guimarães, onde procuramos analisar a escrita da História Econômica de três grandes historiadores econômicos: Alice Piffer Canabrava, José Roberto do Amaral Lapa e José Jobson de Andrade Arruda.

---

de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da 'realidade' da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada 'enquanto atividade humana', 'enquanto prática'. Nesta perspectiva, (...) a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* 'científicas' e de uma *escrita*." (CERTEAU, 1982, p. 66).

[4] Já em 1988 Manoel Luiz Salgado Guimarães implementa sua nova proposta e perspectiva de análise da História da Historiografia brasileira. Em seu artigo intitulado *Nação e Civilização nos trópicos*, Guimarães analisa a escrita da História operacionalizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como marco de uma proposta que tenta sistematizar um projeto para a escrita da História do Brasil.

No que tange à historiografia econômica brasileira, Francisco Iglésias é um dos principais historiadores preocupados em acompanhar a produção do campo, exatamente pelo fato de que sua especialidade foi a História Econômica. Em textos de 1959 e de 1972, quando promove um balanço acerca da produção em História Econômica no Brasil, Francisco Iglésias remonta o surgimento do campo ao século XVIII[5]. Contudo, mesmo para o autor, a História Econômica no Brasil somente ganhou força a partir dos anos 30 do século passado, principalmente com as grandes obras de síntese de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, que intentam, cada uma à seu modo, captar a dinâmica da realidade econômica brasileira em sua totalidade.

Outro fator decisivo para a consolidação do campo no Brasil foi a institucionalização da disciplina histórica que se deu com a reforma de ensino de Francisco Campos empreendida em 1931 e marcou a criação das Faculdades de Educação, Ciências e Letras e mais tarde, em 1934, a criação das Faculdades de Filosofia e Economia. Especificamente acerca da História Econômica, o ano de 1933 marca sua institucionalização com a criação da primeira cadeira de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, tendo como seu primeiro regente Roberto Simonsen.

---

[5] Para José Honório Rodrigues (1969) a História Econômica no Brasil surge somente no século XX com as obras de Amaro Cavalcanti, José Pandiá Calógeras, Leopoldo Bulhões, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, Roberto Simonsen, Alfredo Ellis Jr., Afonso Arinos de Mello Franco, F. T. de Sousa Reis, J. F. Normano, Afonso Taunay, Josias Leão, Marcos Carneiro de Mendonça, José Jobim, Caio Prado Jr., Pires do Rio e Alice Canabrava. A justificativa de Honório Rodriguez é a de que até inícios do século XX tínhamos obras de descrição da realidade econômica e não obras de História Econômica propriamente, posto que não apresentavam nenhum esboço de análise, como por exemplo, os escritos do período colonial brasileiro: a obra de André João Antonil (*Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, publicada em 1711), a de Gabriel Soares de Sousa (*Tratado descritivo do Brasil em 1578*), Ambrósio Fernandes Brandão (*Diálogos das grandezas do Brasil*), José Mariano Conceição Velloso, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e Luís Vilhena, que servem de excelentes fontes para a História Econômica. Ademais, temos os escritos de José da Silva Lisboa, o famigerado Visconde de Cairú, e do desembargador João Rodrigues de Brito, que tratam mais de política econômica do que de História Econômica. No entanto, para Francisco Iglésias (1959), a obra de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos intitulada *Minas e os Quintos do Ouro* (1770?), que Honório (1969) classifica como de descrição da realidade econômica, "parece-nos obra de história econômica, não simples descrição da atualidade, apesar do tom quase de crônica ou relatório." (Iglésias, 1959, p. 76). O adjetivo *quase* cabe bem aqui, posto que se a obra não possuísse um "toque" de análise, seria sem dúvida, meramente de descrição da realidade econômica. Assim como a obra de José João Teixeira Coelho intitulada *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* (1780) que "(...) contém informações e críticas sobre a economia mineira (...)" (Iglésias, 1959, p. 77).

Neste ano de 2011 Alice Piffer Canabrava completaria cem anos de idade. Por conta disso e também por seu reconhecido pioneirismo no campo da História Econômica brasileira[6], a Anpuh, em seu encontro nacional ocorrido em julho na USP, reeditou, juntamente com a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), sua tese para a cátedra de História Econômica e Formação Econômica do Brasil intitulada *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, defendida em 1951 na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP[7]. O livro traz instigante apreciação de José Jobson de Andrade Arruda.

Jobson Arruda, neste artigo intitulado *Alice Canabrava: História e Mito*, vai na contramão do que tem sido escrito à respeito da tese supracitada de Alice Canabrava. Por exemplo: destaque é dado ao fato de que Alice Canabrava foi a primeira mulher a ocupar a cadeira de História Econômica e Formação Econômica do Brasil na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Esta historiografia tem destacado Alice Canabrava como uma resistente frente ao suposto machismo imperante na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em seus primórdios, fato este que culminou em sua reprovação no concurso para a cadeira de História da Civilização Americana, obtendo o título de livre-docente com sua tese *A Indústria de Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas do Mar das Antilhas (1697-1755)* de 1946. Preferimos aqui não abordar estes dados biográficos de Alice Canabrava[8].

Outro ponto recorrentemente destacado pelos apreciadores de sua obra diz respeito à influência dos *Annales*, principalmente por conta da assim chamada *missão francesa* na USP, onde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras contou, em seus primórdios, com a presença de professores provenientes do meio acadêmico francês e que, posteriormente, seriam figuras centrais no movimento renovador dos *Annales*.

---

[6] A produção de Alice Piffer Canabrava vai para além da História Econômica. Para se ter uma noção da variedade de temas abordados pela historiadora, ver seu livro organizado postumamente, e que procura reunir suas principais contribuições historiográficas: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. São Paulo: Hucitec; UNESP; ABPHE, 2005. Queremos aqui destacar suas contribuições nas áreas de **estudos bibliográficos**: sobre Bandeiras, História Administrativa, História do Brasil; **estudos sobre fontes primárias**: sobre moeda e crédito em São Paulo no século XVI, escravismo; **estudos historiográficos**: sobre Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu; **estudos metodológicos**: sobre as relações entre História e Economia, sobre História quantitativa e, finalmente, **estudos sobre a História Administrativa do Brasil.**

[7] A primeira edição desta tese data de 1951 e foi publicada em São Paulo pela Indústria Gráfica Siqueira.

[8] Para uma trajetória de vida de Alice Canabrava ver: O Caminho percorrido. Disponível em: <www.-abphe.org.br/arquivo/O_caminho_percorrido.pdf> Acessado em 05/08/2011.

Desta forma, alguns autores, como Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo dedicado às primeiras pesquisadoras em História Econômica no Brasil, apontam a importância desta presença na confecção das teses de Alice Canabrava. "Sem dúvida, a matriz teórica e metodológica, a forma de fazer história e a influência das preocupações com os aspectos econômicos vieram dos *Annales*." (RIBEIRO, 1999, p. 15).

Baseados na apreciação que Fernand Braudel fez de sua tese de doutoramento[9] e que o historiador português Vitorino Magalhães Godinho fez de sua tese de livre-docência[10], ambas publicadas na revista *Annales*, Zélia Maria Cardoso de Mello; Nelson Hideiki Nozoe e Flávio Azevedo Marques de Saes (1985) destacam o tratamento dado às fontes por nossa historiadora: "As três pesquisas têm por base amplo levantamento de fontes primárias. Não apenas as 'fontes oficiais', privilegiadas pela história positivista, mas todo tipo de fonte primária que possa fornecer informações relevantes." (MELLO; NOZOE; SAES, 1985, p. 177). Outro aspecto ressaltado pelos autores é a importância concedida à Geografia na análise histórica: "(...) elemento marcante no plano metodológico é a consideração minuciosa dos fatores geográficos pertinentes a cada situação histórica estudada." (MELLO; NOZOE; SAES, 1985, p. 177).

Diante destas apreciações, Jobson Arruda (2011) aponta que a importância deste lugar, ou seja, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, principalmente com a presença dos mestres franceses, é superestimada. A presença de Fernand Braudel, por exemplo, esteve ligada à cadeira de História da Civilização e sua preocupação primordial era com o ensino e não em transmitir métodos de pesquisa, até mesmo porque sua tese sobre o Mediterrâneo ainda não havia sido escrita. Ademais, no período em que Alice Canabrava foi aluna do curso de graduação em História e Geografia, entre os anos de 1935 e 1937, a cadeira de História da Civilização

---

[9] A tese de doutoramento de Alice Piffer Canabrava foi defendida em 1942 e se intitula *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Esta foi parte da apreciação de Fernand Braudel na revista *Annales*: "No tocante a estas regiões deserdadas, no começo de sua rude vida 'colonial', uma jovem historiadora brasileira, Alice Piffer Canabrava, formada e orientada, posso assegurar, pela leitura e conhecimento de nossos *ANNALES,* acaba de escrever um livro, seu primeiro livro. Com satisfação, posso dizer que se trata de um livro de grande importância". (BRAUDEL, 1948, p. 547 *apud* MELLO; NOZOE; SAES, 1985, p. 176).

[10] "Objeto de larga envergadura, ao qual Alice Piffer Canabrava consagrou o estudo talvez o mais notável da jovem literatura histórica brasileira de hoje (...). É verdadeiramente história no sentido que a entendemos nos *Annales*: total, humana." (GODINHO, 1948, p. 541, 544 *apud* SAES, 1998, p. 12).

Brasileira estava a cargo de Affonso D´Escragnole Taunay[11]. Neste curso, Taunay se utilizava do texto clássico de Langlois e Seignobos que

> (...) continuava a lastrear a formação de professores e pesquisadores da jovem Faculdade de Filosofia. Fundamentava a obra e as aulas de Affonso Taunay, seu professor de História do Brasil, afeiçoado a uma visão mais tradicional de história, utilizava este texto clássico da Escola Metódica que traduzia os passos típicos da metodologia: pesquisa documental, análise e síntese histórica, etapas plenamente realizadas nos três trabalhos acadêmicos de maior relevância realizados por Alice (...) (ARRUDA, 2011, p. 46).

Podemos notar a presença deste método através das fontes utilizadas por Alice Canabrava. Ao contrário do que afirmam Mello, Nozoe e Saes (1985), Alice Canabrava em sua tese sobre o algodão utilizou-se, como ela mesma afirma no prefácio, de fontes oficiais: "A documentação básica deste trabalho procede da correspondência dos Conselhos Municipais com o Presidente da Província e das notícias publicadas pelos jornais na época estudada." (CANABRAVA, 2011, p. 72). Porém, não fica claro o que Mello, Nozoe e Saes (1985) e também Arruda (2011), compreendem por fontes oficiais. Em nosso entendimento, os jornais não parecem constituir-se em fontes oficiais.

No que tange ao uso da Geografia, nenhum dos autores supracitados, exceto Jobson Arruda (2011), expõe como Alice Canabrava efetivamente fez uso da Geografia em suas teses. Apenas mencionam o fato de que ela o fez e que isso foi influência dos *Annales*. Quando a tese *O Mediterrâneo* de Fernand Braudel foi publicada em 1949, a tese de Alice Canabrava sobre o algodão já se encontrava em estágio avançado de elaboração. Ademais, na perspectiva braudeliana o fator geográfico assumia papel de personagem histórico central. Segundo Jobson Arruda (2011), nesta tese de Alice Canabrava, "A Geografia surge aí mais como pano de fundo, conjunto de elementos a favorecer ou constranger as atividades econômicas, mas nunca como interação complexa homem/natureza." (p. 53).

---

[11] Ver: ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira:* a História da historiografia de Afonso de Taunay. São Paulo: Edunesp, 2011.

Jobson Arruda (2011) aponta ainda outros fatores que não permitem a qualificação direta desta tese de Alice Canabrava com as proposituras da escola dos *Annales*: o não uso da História quantitativa segundo as orientações de Ernest Labrousse, que não aparece em seus trabalhos, tão caro ao grupo dos *Annales* e também a estrutura temporal de sua tese, extremamente linear, onde "(...) os tempos não se superpõem, não dialogam entre si", (p. 54) aparecendo em uma sucessão de causas e consequências.

Por fim, Jobson Arruda aponta que talvez as duas primeiras teses de Alice Canabrava pudessem ser tomadas como representativas da proposta dos *Annales* naquele momento. A boa recepção da tese de Canabrava sobre o comércio no estuário do Rio da Prata exposta acima, deve ser ponderada, pois na mesma apreciação, Braudel sugere que o problema abordado por Canabrava deveria ser inserido em uma lógica de história total, na "ampla história da América, do mundo e do Atlântico." Neste sentido, conclui Jobson Arruda (2011): "A tese de cátedra é um *low-key*, um trabalho menor, que não faz jus aos dois primeiros estudos, nem à autora (...)." (p. 56).

A produção de José Roberto do Amaral Lapa, assim como a de Alice Piffer Canabrava, é extremamente ampla[12], mas nos deteremos aqui em sua produção de História Econômica. Sua tese de doutoramento intitulada *A Bahia e a Carreira da Índia*, defendida em 1966 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília inaugura seus estudos em História Econômica e também uma nova temática dentro dos estudos

[12] Não podemos deixar de mencionar que a principal referência encontrada em relação aos trabalhos de Amaral Lapa, é sua produção voltada à História da Historiografia brasileira. Sua primeira produção neste sentido foi o livro publicado em 1976, fruto de seu curso de Historiografia brasileira ministrado para a primeira turma do programa de pós-graduação em História da UNICAMP, sob o título de *A História em Questão. Historiografia brasileira contemporânea*, onde trata da produção historiográfica universitária. Seu segundo trabalho na área é *História e Historiografia. Brasil pós-64*, publicado em 1985. Trata da produção historiográfica pós 1964 e procura diagnosticar os efeitos da instauração do regime militar sobre a produção historiográfica brasileira. Qualquer estudo inserido no campo de História da Historiografia brasileira impreterivelmente faz menção a estes dois trabalhos de José Roberto do Amaral Lapa. Além da produção em História da Historiografia, os trabalhos de José Roberto do Amaral Lapa também se concentraram em História Urbana, mais especificamente sobre Campinas, uma das grandes paixões do historiador. Para isso ver: LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade: os cantos e os antros*. São Paulo: Edusp, 1996. Ainda sobre História Econômica, a pesquisa acerca da Bahia e a Carreira da Índia conduziram Amaral Lapa à outro estudo inédito: o da presença do Tribunal do Santo Ofício no Norte do Brasil, fato até então desconhecido, que deu origem ao livro: LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará 1763-1769*. Petrópolis: Vozes, 1978. Além disso, também produziu estudos sobre a cultura do tabaco na Bahia no período colonial e sobre o abastecimento da mineração do Mato Grosso no século XVIII. Estes estudos deram origem ao livro: LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

da área[13], além de ter sido a primeira tese de doutoramento em História escrita fora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o que nos permite refletir acerca de como este lugar do interior de São Paulo, foi marcante, ou não, na confecção de sua tese[14].

Quando da publicação de sua tese em livro em 1968 na *coleção brasiliana* coordenada por Américo Jacobina Lacombe, encontramos várias apreciações. Na apresentação do livro, o próprio Américo Jacobina Lacombe, destaca alguns aspectos da obra. Dentre eles, o fato de que o trabalho de Amaral Lapa baseou-se no levantamento de uma ampla gama de fontes primárias. Por isso, segundo Américo Lacombe, a obra de Amaral Lapa acaba com "(...) a era das improvisações e das compilações descoordenadas."[15]

Ainda com respeito à temática inovadora e ao método utilizado, Maria Alice Rosa Ribeiro, em artigo publicado em homenagem à Amaral Lapa, por conta de sua morte no ano 2000, afirma

> Para elaborar sua tese, fez pesquisas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Público Estadual da Bahia. Nela procurou identificar as relações entre o porto da Bahia e o comércio de Portugal com o Oriente, através da grande rota marítima estabelecida pelos portugueses nos oceanos Atlântico e Índico, ligando Lisboa a Goa. Estas pesquisas tiveram prosseguimento em Portugal e na Espanha. (RIBEIRO, 2000, p. 161)

Podemos notar pela análise de Maria Alice Rosa Ribeiro, que a tese de Amaral Lapa não se contentou em buscar as relações entre o porto da Bahia e o porto de

---

[13] Até meados dos anos 60 do século passado, observávamos o predomínio da temática relacionada às relações metrópole-colônia, inaugurada principalmente com os trabalhos de Caio Prado Junior. A tese de José Roberto do Amaral Lapa inaugura o período de estudos acerca das relações inter-coloniais, ou seja, dentro do vasto Império português. Podemos citar como representativas desta temática, outras obras além da de Amaral Lapa: *O Brasil no Comércio Colonial* (tese de doutoramento de 1972, publicada na forma de livro em 1980) de José Jobson de Andrade Arruda; *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português* de Virgilio Noya Pinto (1979); *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro* de Ribeiro Júnior; publicada em 1976; e *A Época Pombalina* de Francisco Calazans Falcon (publicada em 1982).

[14] Para um histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília: VAIDERGORN, José. *As Seis Irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, 1957-1964; alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo*. Campinas: FE/UNICAMP, 1995. (tese de doutorado em educação). CASTILHO, Myrian Lucia Ruiz. *Memória e História da Formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957-1976)*. Marília: FFC/UNESP, 2009. (tese de doutorado em educação).

[15] Citação extraída da primeira orelha do livro.

Lisboa, ou as relações econômicas do porto da Bahia com o porto de Portugal, mas sim, sua análise toma um caráter ultramarino ao relacionar o porto da Bahia com o comércio de Portugal no Oriente. Ademais, suas pesquisas se fundamentaram em importante coleta e análise de fontes primárias provenientes dos arquivos de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Outra apreciação que não poderia estar ausente, posto que o estudo de Amaral Lapa está inserido predominantemente na área de História Econômica, é a de Francisco Iglésias, também quando da publicação do livro de Amaral Lapa.

> (...) a tese me agradou plenamente. O tema é importante, revelando no autor lucidez e compreensão histórica já na escolha do assunto. O desenvolvimento é muito bom. Trabalho fundado em pesquisa ampla e bem conduzida, é atestado de amadurecida vivência de problemas históricos. A obra é padrão historiográfico, impondo-se pelo tema, pelo método, pela pesquisa, pela inteligência crítica.[16]

A obra também teve acolhida em âmbito internacional, por importante historiador ligado à história quantitativa. Em apreciação contida na segunda orelha do livro, Pierre Chaunu, da escola dos *Annales*, classifica o trabalho de Amaral Lapa como "(...) belo e substancioso estudo consagrado a um capítulo da grande história atlântica."[17]

Por fim, nossa última fonte analisada é a tese de doutoramento de José Jobson de Andrade Arruda[18], intitulada *O Brasil no Comércio Colonial*, defendida em

---

[16] Citação extraída da segunda orelha do livro.

[17] José Roberto do Amaral Lapa sim, parece estar inserido dentro da proposta dos *Annales* e particularmente de Fernand Braudel, ao buscar realizar uma história total, inserindo o porto de Salvador na grande história atlântica mundial.

[18] A obra de José Jobson de Andrade Arruda, mesmo não apresentando a grande gama temática encontrada nas obras de Alice Piffer Canabrava e José Roberto do Amaral Lapa, não se concentrou apenas na História Econômica colonial. Também encontramos vários estudos acerca da História da Historiografia brasileira. Ver, por exemplo: ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda. Da história econômica à cultural: a singular travessia de Stuart Schwartz. In: *Economia e Sociedade*. Campinas: v. 18, p. 433-437, 2009. ARRUDA, José Jobson de Andrade. História econômica e história cultural: uma trajetória historiográfica. In: *Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional.* Taubaté: v. 4, n. 3, p. 6-26, 2008. ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas. In: *Saeculum.* João Pessoa: v. 16, p. 25-32, 2007. ARRUDA, José Jobson de Andrade. Historiografia: a história da história no Brasil (1945-2005). *Clio.* Lisboa: v. 14-15, p. 15-32, 2006. ARRUDA, José Jobson de Andrade. Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. *Revista Amazonense de História*, Manaus: v. 1, n. 1, p. 11-30, 2002. ARRUDA, José Jobson de Andrade. História da História. **Lusofonia** - Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

1972 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Interessante pontuar que no ano de 1971 tivemos a implantação de nosso atual sistema de pós-graduação, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP já possuía novo nome: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Estes eventos certamente influenciaram na escrita da História Econômica de Jobson Arruda[19].

Para além da continuação da tradição inaugurada por Caio Prado Júnior e Fernando Novais, alguns autores ressaltam a importância do método utilizado por Jobson Arruda para a confecção de sua tese. Stuart Schwartz, por exemplo, em artigo publicado no ano de 2009 acerca da produção historiográfica das duas últimas décadas, afirma que a tese de Fernando Novais "(...) foi corroborada, de maneira mais formal e quantitativa, por uma série de estudos realizados por José Jobson de Andrade Arruda e por outros pesquisadores que adotaram o paradigma preconizado por Novais e o reforçaram com uma base de dados sólida ou por uma análise econômica mais formal." (SCHWARTZ, 2009, p. 210). Aqui Schwartz destaca a importância dos métodos quantitativos para a escrita da tese de Jobson Arruda[20].

Contudo, talvez, Jobson Arruda não pudesse ter dado este tratamento quantitativo à suas fontes se as mesmas não tivessem sido as balanças de comércio de Portugal e seus domínios, produzidas ininterruptamente desde 1796. Interessante notar que estas fontes geraram em Jobson Arruda certo "dilema" metodológico, exposto logo na introdução de sua tese, que, aliás, procura demonstrar explicitamente quais foram suas escolhas, entre História quantitativa e História serial.

> Obviamente, tal tipo de documentação de certa forma poderia ter condicionado o método a ser adotado. Tinha que ser um método quantitativo. O problema era saber qual. A moda de Labrousse? Na linha de Hamilton? Como o faria Jean Marczewski? Ou como o faria Pierre Chaunu? Eis o primeiro problema: definir-se, em termos de história "quantitativa" [sic] ou história "serial" [sic]. (ARRUDA, 1972, p. I).

Lisboa, n. 21, p. 211-222, 1997. ARRUDA, José Jobson de Andrade. História Econômica: Reflexões Preliminares. *Ciência e Cultura* (SBPC), São Paulo: v. 30, n. 4, p. 447-448, 1978. ARRUDA, José Jobson de Andrade. História e Crítica da História Econômica Quantitativa. *Revista de História* (USP), São Paulo: v. 110, p. 463-481, 1977. Podemos perceber que a reflexão historiográfica foi uma constante ao longo da carreira de José Jobson de Andrade Arruda.

[19] Para a História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP partimos do texto de LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994). *Estudos Avançados*. São Paulo: v. 8, n. 22, p. 167-177, 1994.

[20] Os anos 60 e 70 do século passado foram de auge dos estudos de História quantitativa.

José Jobson de Andrade Arruda também menciona o fato de que a análise exigiu a aplicação de técnicas estatísticas, especificamente o método dos mínimos quadrados, e também o uso de computadores para dar maior precisão aos cálculos. Aliás, o próprio subtítulo de sua tese pode nos fornecer alguma pista sobre suas escolhas metodológicas e seus intentos: "contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial."

Nossa pesquisa encontra-se em etapa preliminar. Necessitamos ainda acessar os Anais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP à fim de analisarmos a grade curricular do curso de História e Geografia quando Alice Canabrava o freqüentou. O mesmo necessitamos empreender em relação à José Roberto do Amaral Lapa e José Jobson de Andrade Arruda em suas respectivas inserções institucionais e períodos formativos. Ademais, faz-se *mister* conhecer o estado da disciplina histórica em que cada um destes historiadores escrevem, no intuito de podermos auferir as possíveis escolhas de cada um deles, bem como o que foi escrito neste período acerca da temática abordada por cada um deles.

Contudo, podemos de antemão chegar a algumas conclusões relevantes. Em relação à tese de cátedra de Alice Canabrava, a historiografia tem superestimado seu papel como possível militante do feminismo na USP e também quanto à influência dos *Annales*. A tese de José Roberto do Amaral Lapa faz-se pioneira em dois sentidos: quanto à temática e pelo fato de que foi a primeira tese de doutorado em História defendida na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, orientada por Sérgio Buarque de Holanda. Quanto à José Jobson de Andrade Arruda, o fato de que a História quantitativa estava em seu auge quando da escrita de sua tese, pode nos apontar algo de sua inserção metodológica e institucional.

FONTES

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*: contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial. São Paulo: USP, 1972. (Tese de doutoramento).

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. 2º edição. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. 1º edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp, 1968.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARRUDA, José Jobson de Andrade. Alice Canabrava: História e Mito. In: CANABRAVA, Alice Piffer. *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*. São Paulo: Edusp, Anpuh, 2011.

CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) *História Cultural: experiências de pesquisa.* Porto Alegre: UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, nº. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. *Introdução à historiografia econômica*. Belo Horizonte: FCE; UMG, 1959.

IGLÉSIAS, Francisco. Situación de La História Económica em Brasil. In: BONILLA, et. al. *La História Económica em América Latina.* 1. Situación y Métodos. México: SEP; Setentas, 1972.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de; NOZOE, Nelson Hideiki; SAES, Flávio Azevedo Marques de. Três Pesquisas Pioneiras em História Econômica (as teses universitárias de Alice Piffer Canabrava). *Estudos Econômicos.* São Paulo. vol. 15, 1985. Número Especial.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. As primeiras pesquisadoras brasileiras em história econômica e a construção da disciplina no brasil. *história econômica & história de empresas.* São Paulo. vol. II, n. 2, p. 7-40, 1999.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. josé roberto do amaral lapa (1929-2000). *história econômica & história de empresas.* São Paulo. Vol. III, n. 1, p. 160-163, 2000.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A Obra de Alice Canabrava na Historiografia Brasileira. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em <http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd28/fsaes-apc.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2011.

SCHWARTZ, Stuart B. A Historiografia dos Primeiros Tempos do Brasil Moderno. Tendências e Desafios das duas últimas Décadas. *História: Questões & Debates.* Curitiba. n. 50, p. 175-216, 2009.

IDENTIDADE CONFLITANTE: REPUBLICANISMO E AMERICANISMO NO BRASIL MONÁRQUICO

Paula S. Ramos*

RESUMO: As diferenças quanto aos regimes políticos das porções espanhola e portuguesa na América no decorrer do século XIX foram responsáveis por grande parte do discurso legitimador dos paises oriundos dessas regiões. No caso brasileiro, a construção ideológica na qual se firmou a identidade nacional pautava-se na fundação de um império tropical, identificado com o contexto europeu e, portanto, com a "civilização". Exaltava-se também a manutenção da unidade territorial e de uma relativa tranquilidade interna, devedoras, sobretudo das instituições monárquicas. Tal imaginário era reforçado mediante as formulações negativas dos acontecimentos nas repúblicas vizinhas. O processo de configuração dos Estados advindos do império colonial espanhol foi lento e marcado por conflitos regionais, e as elites brasileiras interpretaram estes eventos como manifestações da anarquia e fragmentação próprias das idéias republicanas. Este discurso foi insistentemente veiculado em manuais escolares, artigos de jornais e discursos políticos, o que contribuiu para um afastamento do Brasil em relação aos demais países do continente durante o regime monárquico. Esta perspectiva, no entanto, passou por questionamentos nos anos finais do século XIX. Após a década de 1870, os debates se acirraram no campo político com a entrada em cena de um novo ator, o partido republicano, que embora não possuísse número elevado de membros elaborou uma oposição organizada, sobretudo por meio da imprensa. Naquele período vários jornais republicanos estamparam em suas páginas críticas e propostas de reformulações para a política nacional, entre eles, *A Província de São Paulo*, utilizado como fonte deste estudo. Associado ao projeto republicano, alguns setores da sociedade brasileira passaram a ter nos países hispano-americanos, notadamente Argentina e Chile, modelos de organização política e econômica. A relevância desta pesquisa constitui-se no fato de privilegiar a vertente da aproximação entre os países em questão ainda durante a vigência do regime monárquico no Brasil, aspecto pouco abordado pela historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: Republicanismo; Americanismo; Imprensa.

INTRODUÇÃO

Para a compreensão das relações do Brasil com os demais países americanos durante o século XIX, faz-se necessário marcar as diferenças entre os regimes políticos dessas porções do continente, pois, como bem apresentou Luis Cláudio Villafañe

* Mestranda do PPGHS/FCL Unesp – Assis. Instituição de fomento: Fundação de Amparo e Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Santos[1], a relativa irrelevância das diferenças entre os regimes puramente republicanos e monarquias parlamentares nos dias de hoje não devem servir como parâmetro para aferir a importância dessa discussão no século XIX. A partir do iluminismo foi contestada a idéia do poder dos soberanos em decorrência de um direito divino. Seu poder deveria emanar, a partir de então, da vontade coletiva de seus súditos. Com o surgimento dos nacionalismos, este processo aprofundou-se, e o sentimento de lealdade à nação passou a substituir os laços de suserania típicos do Antigo Regime. O ponto culminante deste processo se deu com a Revolução Francesa, quando foi definitivamente contestada a legitimidade dinástica. Os desdobramentos do processo revolucionário de 1789, juntamente com os ideais da Revolução Americana, ocorrida anos antes, tiveram reflexos irrefutáveis no tocante à legitimação política, e foram sentidos nos processos de emancipação das colônias espanholas e portuguesa na América.

Neste mesmo sentido, outro evento, também decorrente deste processo se refletiu no Novo Mundo, a formação da Santa Aliança, que marcou uma onda de conservadorismo e desejo restauração na Europa frente às ondas liberais e nacionalistas. A Santa Aliança, formada por grandes potências européias, conferiu-se o direito de intervenção em territórios soberanos, sempre que a ordem, entendida como ordem monárquica, fosse ameaçada por movimentos revolucionários. Embora os pressupostos da Santa Aliança nunca tenham sido postos em prática, seu estabelecimento teve implicações nos movimentos de independência latino-americanos, que passaram a temer uma intervenção européia no continente, uma vez que, com exceção do Brasil, construíram seus Estados, desde o inicio por meio da idéia de nacionalidade e soberania popular. Os ecos destes eventos são significativos para marcar a separação ideológica envolvida nos regimes republicanos e monárquicos no decorrer do século XIX.

O processo de emancipação brasileiro foi *sui generis*, a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi, em parte, responsável por uma independência realizada sob os auspícios do príncipe português radicado na colônia, posteriormente

---

[1] SANTOS, Luis Cláudio Villafañe dos. *O Brasil entre América e a Europa*. O Império e o interamericanismo (do congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

convertida em império. Essa diferença, entre outros fatores, acabou por "dividir" o continente entre os descendentes da monarquia portuguesa, inscritos no contexto do processo de restauração em curso na Europa; e de outro, o restante dos países americanos, imbuídos de fervores republicanos e liberais que os inspiravam em direção oposta à do Brasil[2].

Durante o Império a situação brasileira contrastava com a das ex-colônias hispânicas, que se fragmentaram após as lutas pela independência e foram perpassadas por fortes conflitos entre poderes locais e centralistas. O processo de configuração das repúblicas foi lento, complexo e marcado por conflitos internos, e as elites imperiais interpretaram essa dificuldade como expressão da anarquia e desordem que caracterizavam o regime republicano; o Império, por sua vez, se autoproclamava expressão da ordem e da unidade. Em contrapartida os vizinhos republicanos criticaram durante todo século XIX o regime imperial e escravocrata, afirmavam que as instituições brasileiras eram retrógradas e retratavam o Brasil como representante do "Antigo Regime" e da contra-revolução[3].

Na busca pela legitimação e consequente consolidação do Estado nacional brasileiro a afirmação da singularidade e "supremacia" do jovem país no continente foi intensamente veiculada. Neste sentido, é importante destacar a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[4], formado nos moldes das academias ilustradas do século XVIII, mas com uma preocupação própria da primeira metade do século XIX, a saber, articular cientificidade à questão nacional[5]. A construção do Estado brasileiro sob o signo da monarquia e seu processo de afirmação foi desse modo, responsável por um afastamento do Brasil em relação aos demais países americanos. Afastamento este, perpetuado no âmbito do discurso e, consequentemente, do imaginário nacional,

---

[2] CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil e os seus vizinhos*: uma aproximação histórica. In: *A visão do outro*: seminário Brasil – Argentina. Brasília: FUNAG, 2000. p. 37.

[3] CAPELATO, Maria Helena. O "gigante brasileiro" na América Latina: ser ou não ser latino-americano In MOTA, Carlos G. (org) *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000) A Grande Transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000 p 285-316.

[4] Cf PRADO, Maria Lígia. O Brasil e a "distante América do Sul" In: *Revista de História*. São Paulo: USP n° 145, 2001, p 127-150. A autora observou a difusão de conceitos negativos sobre as repúblicas hispano-americanas no Brasil, destacando a produção historiográfica vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo a autora, a repetição de tais argumentos em jornais, escolas, câmara e senado, contribuíram para a formação de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva – sobre a outra América.

[5] Guimarães, 1988.

com a formação de uma historiografia, intensamente veiculada, que salientava a singularidade do país, em detrimento às *republiquetas* do continente. Devem-se ressaltar também questões de ordem prática que contribuíram para colocar o país "de costas para a América", tais como as pendências lindeiras, discordâncias quanto à navegação de rios internacionais, a escravidão[6], e o pequeno fluxo comercial do Brasil com os países hispano-americanos no período. O império também não se via ameaçado pelas potências européias, o que o afastava das iniciativas americanistas do princípio do século XIX, fomentadas, naquele período, basicamente no sentido da formação de uma unidade americana frente a possíveis agressões estrangeiras.

No entanto, o período pós 1870 foi marcado por grandes mudanças em diversos âmbitos no Brasil. No campo político a disputa se acirrava com a entrada em cena de um novo ator, o partido republicano, que embora não possuísse número elevado de membros elaborou uma oposição organizada, sobretudo por meio da imprensa. Naquele período vários jornais republicanos estamparam em suas páginas críticas e propostas de reformulações para a política nacional, entre eles, *A Província de São Paulo*. Centrar-nos-emos neste trabalho nas formulações dos republicanos brasileiros referentes à relação do Brasil com os demais países do continente, traduzida na célebre frase do Manifesto de 1870: "somos da América e queremos ser americanos". Tal assertiva contrariava, como apresentado acima, aspectos inerentes ao discurso monárquico sobre os países do continente.

As obras que se dedicaram ao estudo das relações do Brasil com os demais países americanos, apresentam a proclamação da república como divisor de águas no tocante a iniciativas de aproximação. Meu objetivo aqui é analisar a atuação de parte dos republicanos brasileiros, ainda longe das instituições formais do poder, que se dedicaram em sua campanha política na desconstrução de algumas imagens pré-concebidas em relação às repúblicas vizinhas, notadamente Argentina e Chile, ainda durante a vigência da monarquia no Brasil. Para tanto utilizarei o periódico *A Província de São Paulo*, constituído e financiado exclusivamente por republicanos. Esta folha se manteve constante e coerente durante todo o período analisado, ou seja, de 1875, ano de sua fundação, a 1889, quando é proclamada a república no Brasil.

---

[6] SANTOS. op.cit.

Como foi dito acima, esta pesquisa baseia-se nas representações do periódico *A Província de São Paulo*, primeiro nome do jornal *O Estado de S. Paulo*, sobre Argentina e Chile nos anos finais do império, no entanto, algumas considerações devem ser feitas no tocante à utilização da imprensa como objeto de estudo por parte do historiador. É importante destacar, conforme observaram Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, o papel da imprensa enquanto *"instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social"* [7]. Desse modo, deve-se ter clareza de que na imprensa as notícias não podem ser tomadas como mera repetição dos fatos, pois ao contrário, estas denotam as atitudes próprias de cada veiculo de comunicação. Nela os acontecimentos e informações são selecionadas e organizadas segundo seu próprio "filtro"[8]. Nesta perspectiva, o periódico constitui-se como fonte e objeto de investigação.

Por meio de tais considerações foi realizado um estudo sobre as condições de fundação e das diretrizes ideológicas dos representantes do jornal, uma vez que essas condições influíam decisivamente nas publicações deste periódico. Estes dados entrelaçam-se com o projeto político que defendiam e com suas propostas acerca das relações do Brasil com Argentina e Chile, aspectos que se constituem nos principais objetivos desta pesquisa.

ARGENTINA, CHILE E A CAMPANHA REPUBLICANA NO BRASIL

A partir da década de 1860, a política brasileira começava a passar por uma série de dificuldades. A instabilidade ministerial, a guerra exterior e as reordenações partidárias foram algumas delas. Tais fatores propiciaram a intensificação dos debates, configurando este período como um dos mais ricos do Império no que se refere à produção de textos políticos, fossem conservadores, reformistas ou radicais[9]. Transformações econômicas e sociais aumentavam a complexidade do período. Destacou-se, sobretudo, a ascensão do setor cafeeiro do oeste de São Paulo, que

---

[7] CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa – Ômega, 1980. p. XIX

[8] ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa. Algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*, n°4 SP: PUC, 1981. p. 90

[9] CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs) *Repensando o Brasil do Oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.31

introduziu em suas fazendas métodos mais aperfeiçoados, substituiu progressivamente o trabalho escravo pelo livre, e aumentou sua produtividade por meio da aquisição de máquinas de beneficiamento do café, tornando-se uma classe emergente. Tais avanços, porém contrastavam com as feições das zonas produtoras mais antigas, base do governo monárquico, que atingidas pela decadência apegavam-se a formas tradicionais de produção e trabalho escravo.

O grupo paulista vivia uma situação contraditória, pois a transferência do eixo econômico não implicou em sua ascensão política e no declínio do poder dos setores tradicionais, os antigos "barões do café". Embora tivesse se convertido na área mais dinâmica do país, sua representação política era pequena. Com tudo isso passou a existir maior articulação entre os proprietários desta região em torno do Partido Republicano Paulista, o PRP, que congregava os interesses específicos deste grupo, e visava "satisfazer às mais legítimas aspirações da rica e briosa província" [10].

Desde a primeira convenção do partido, realizada em Itu no ano de 1873, manifestou-se a idéia de montar um órgão de imprensa constituído e financiado exclusivamente por republicanos, porém somente na segunda reunião, em 1874, a idéia tomou impulso. O primeiro número do jornal, em quatro de janeiro de 1875, declarava a folha independente, *"não sendo órgão de nenhum partido nem estando em seus intuitos advogar os interesses de qualquer deles"*. Embora assim se apresentasse, a prática do jornal ligava-se de maneira determinante à filiação de seus dirigentes ao PRP, de modo que a publicação se manteve, por vezes, mais em obediência aos grandes interesses do partido que ao impulso da vontade do dirigente da folha[11].

Além do republicanismo, outras questões referentes à filiação ideológica do periódico são relevantes para o entendimento das suas formulações sobre os acontecimentos ocorridos no contexto americano. O modelo político defendido pelo periódico e considerado ideal para o país norteava-se pelos princípios liberais e consubstanciava-se na prática da democracia[12]. Neste sentido, são nas teorias políticas expostas pelo Iluminismo e pelo liberalismo econômico do século XVIII que se devem

---

[10] A Província de São Paulo. *A Província de São Paulo*. 04 de janeiro de 1880.

[11] Rangel Pestana, por ocasião da retirada de Alberto Salles da redação da folha, publicado na seção "A Província de São Paulo", *A Província de São Paulo*, 12 de dezembro de 1885.

[12] CAPELATO; PRADO. op. cit. P. 91

buscar os fundamentos sobre os quais se assentou o projeto de nação de *A Província de São Paulo*. Deve-se ressaltar que tais teorias foram constantemente reinterpretadas no Brasil, em um movimento próprio da circulação de idéias e da adaptação destas ao contexto nacional. A leitura que o periódico analisado realiza se insere nesta perspectiva, uma vez que os representantes do jornal se utilizaram dos pressupostos teóricos na medida em que estes eram convenientes aos seus interesses.

Outro ponto determinante à compreensão das representações do periódico em questão sobre o Chile e a Argentina foram as concepções científicas referentes à classificação da diversidade humana, aspecto importante no que concerne às relações entre diferentes populações no século XIX. No extremo austral do continente, a visão "racializada" das diferenças entre o norte e o sul, apresentadas no enfrentamento entre anglo-saxões e latinos, se fez cada vez mais presente no último quarto do século XIX. Naquela data passou a ser comum a utilização das categorias raciais para explicar os próprios fracassos e os êxitos externos, ressaltando as diferenças entre as duas Américas[13]. O fragmento abaixo demonstra que o jornal *A Província de São Paulo* partilhava dessas preocupações:

> Depois, é também eloqüente paralelo pelo qual se torna claro o que falta em tal sentido aos povos da América, quer de origem espanhola, quer de origem portuguesa. [...] A causa dos infortúnios dos sul-americanos assenta na raça, no sangue, nos contornos e na educação colonial, do absolutismo que dominou 300 anos, e no divórcio tradicional que sempre tem separado o povo e o governo, que se reputam inimigos irreconciliáveis, quando tem os mesmos interesses e são ambos obra um do outro [...] falta-nos, entretanto a calma, a frieza do saxão, a reflexão alemã, para por em prática e desenvolver o sistema de governo que, com o ser mais singelo, maior soma de virtude exige[14].

A partir de tais concepções teóricas, o jornal analisado apresentava os Estados Unidos como o modelo ideal de organização, pois este país abrangia quase todos os aspectos do programa político e econômico defendido pelo periódico. No entanto, "a

---

[13] QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones. El 98 em el fin de siglo sudamericano. In: *Hispania*, LVII/2, n° 196, 1997.

[14] Questões sociais – A vitória dos princípios. *A Província de São Paulo*. 02 de junho de 1876.

grande República" tinha a seu favor a especificidade racial de sua população, ao passo que na América do Sul, a descendência da "raça latina" tornava o caminho para o progresso e para a civilização mais difíceis. Desse modo, os exemplos bem sucedidos encontrados nos vizinhos sul-americanos, referindo-se especificamente à Argentina e ao Chile, adquiriram posição de destaque nas páginas do jornal. Ambas as repúblicas apesar dos seus *"infortúnios"*, pois contavam com a mesma descendência latina, apresentavam números superiores aos do Brasil no tocante à instrução pública, estradas de ferro, comércio, imigração, entre outros aspectos considerados pelos representantes do jornal como primordiais para se atingir o *"progresso moral e material"*, e por este motivo foram intensamente vinculados pelo periódico. A superioridade das duas repúblicas nos pontos destacados acima era constantemente marcada como devedoras do modelo político que adotavam, enquanto o Brasil permanecia estagnado devido às suas instituições arcaicas.

A aproximação e a utilização de tais países como exemplo a ser seguido pelo Brasil, é ainda mais surpreendente no caso argentino devido as rivalidade que sempre permearam as relações entre os dois países, sobretudo, durante o século XIX. Contudo, segundo o periódico, este país destacava-se "dentre as outras nações latinas do continente, ocupando lugar imediato ao da Grande República dos Estados Unidos" [15]. O periódico criticava os homens públicos e a imprensa monarquista por preferirem se referir à Argentina como um território convulsionado, sem analisar os reais motivos de seus conflitos, e negando o seu progresso. Neste sentido, *A Província* apresentou um novo olhar aos acontecimentos no Rio da Prata, destacando o desenvolvimento alcançado por aquele país em detrimento da analise recorrente no território brasileiro sobre a anarquia reinante naquela república. Desse modo, embora tratasse, por exemplo, das *"revoluções"* ocorridas em território argentino no final do século XIX, o jornal enfatizava os progressos econômicos decorrentes, segundo eles, do modelo liberal e do regime republicano; enquanto o *"gigante brasileiro"* permanecia adormecido, em virtude da continuidade da monarquia. Neste sentido, um aspecto marcante nas representações do periódico sobre a Argentina consistia nos paralelos feitos com a situação nacional. Os artigos sobre aquele país sempre vinham acompanhados da crítica à política nacional, e o fato do país vizinho se assemelhar ao

[15] Um bom exemplo. *A Província de São Paulo*. 19 de maio de 1889.

Brasil, entre outros aspectos, quanto à filiação latina proporcionava ampla margem para a comparação, sempre negativa para o Brasil, tal como se pode notar no editorial publicado em 12 de outubro de 1883:

> É bom que em todo o império se fique conhecendo bem o desenvolvimento da República Argentina. O parlamento dessa nação americana, tão nova como a nossa, *da mesma raça latina*, com a mesma tendência para a oratória palavrosa, oferece-nos, entretanto, no funcionar do seu parlamento, um exemplo admirável. (grifo meu)

Quanto ao Chile, o fato do Brasil não ter disputas lindeiras com este país convergia para que as relações entre os dois fossem menos vigorosas e conseqüentemente, menos conflituosas, o que se refletiu também nas publicações do jornal republicano. Contudo, sua estabilidade interna e avanços econômicos eram notados pelo periódico. No período em questão, o Chile se envolveu em diversos conflitos para definição de suas fronteiras – com a Argentina, sobre o território da Patagônia; e com Peru e Bolívia, na Guerra do Pacífico. No entanto, para atingir os objetivos propostos nesse trabalho me ocuparei apenas das representações do periódico quanto ao regime político chileno, posto que o Brasil não se envolveu diretamente no conflito, ainda que especulações sobre a formação de uma possível aliança chileno-brasileira, contra a Argentina tivessem ganhado espaço na imprensa dos três países. Tais rumores justificavam-se pela relação pacífica entre Brasil e Chile e pelas desconfianças, rivalidades e questões territoriais que dos dois países em com a Argentina. No entanto, tais boatos nunca se concretizaram.

As apreciações do periódico quanto à Argentina e Chile sempre eram apresentadas em contraponto com a situação brasileira, a fim de corroborar os benefícios advindos do modelo republicano e liberal. Em 31 de março de 1881 o jornal publicou uma análise do desenvolvimento dos Estados Unidos e do Chile. A este exame, segundo *A Província*, prendia-se muito diretamente à análise do desenvolvimento sociológico da nacionalidade brasileira *"voltada, pela ordem natural das coisas a ser todos os dias mais e mais democrática e americana"*. Para expor seus argumentos o jornal se utilizou também de parte das reflexões do jornal *Cruzeiro*, representante dos elementos conservadores da sociedade brasileira. Em suas

publicações, o *Cruzeiro* rememorou o senso comum existente no Brasil sobre as repúblicas americanas, no entanto admitiu que este começava a se modificar dado *ao "imenso desenvolvimento das forças econômicas e da absorção de idéias mais adiantadas da Europa"* por estes países. Buscando uma interpretação para este estado de coisas, e "*fiel a sua índole anti-republicana"*, o periódico conservador conclui que a prosperidade desses países advinha do fato de que os governos estavam adaptados ao grau de habilitações de suas populações, ao passo que o Brasil, apesar de contar com a forma de governo mais apropriada às suas condições sociológicas, ainda necessitava transformar a teoria em uma realidade prática. *A Província de São Paulo*, no entanto, refutou esse *"monstruoso absurdo"* tanto em nome de "*suas opiniões sobre o futuro do Brasil, como em nome da doutrina científica que o colega procurou jeitosamente apoiar-se".* E conclui o editorial afirmando que "*a imobilidade monárquica não é felizmente, o término definitivo da evolução americana e democrática da nacionalidade brasileira".*

A discussão entre *A Província de São Paulo* e *O Cruzeiro*, corrobora o que foi dito anteriormente sobre as diferentes leituras que se fazia das teorias políticas no Brasil e deixa claro como cada grupo de interesse as mobilizavam para reforçar seus argumentos. Esta passagem é conclusiva também ao que se refere à interpretação do periódico sobre os países mencionados, bem como a proposta do jornal quanto à inserção brasileira no continente americano. Embora os Estados Unidos se configurassem no modelo maior de organização política para os republicanos brasileiros, vindo a se tornar gradativamente parceiro hegemônico do Brasil república, este trabalho chamou a atenção para a utilização massiva dos exemplos das republicas do sul do continente, nações que *"por sua filiação biológica"* enfrentavam os mesmos desafios do Brasil, mas que segundo o jornal eram mais bem sucedidas devido ao regime político.

Como foi dito anteriormente o periódico analisado era abertamente republicano, e no período pesquisado seu maior objetivo era angariar membros à causa republicana. A repetição dos aspectos positivos dos paises analisados salientava os avanços que estes faziam devido aos seus regimes políticos; e o contraponto com a situação do Brasil, que segundo o periódico ficava para trás, preso ao imobilismo

monárquico mesmo tendo potencial para se tornar o *"gigante da América do Sul"* destacavam-se como os principais temas da seção internacional do periódico.

CONCLUSÃO

Ainda que os motivos do discurso elogioso do jornal brasileiro aos vizinhos da América do sul tivessem objetivos pragmáticos, não há como negar o surgimento da vertente da aproximação nas relações do Brasil com os demais países americanos. O periódico rechaçava as antigas rivalidades, afirmando que estas eram decorrências dos antagonismos ibéricos, e que já haviam sido superadas. Não é possível fazer aqui um estudo detalhado sobre a recepção das formulações do periódico republicano, mas podemos inferir, diante do aumento ano a ano do número de assinantes do jornal, que foi inegável a adesão de uma parcela crescente da população a estas propostas. Podemos concluir diante de tais elementos, que ainda durante o regime monárquico, contrariando aspectos constitutivos da identidade nacional brasileira, setores republicanos, representados neste trabalho pelo periódico *A Província de São Paulo*, já abriam caminho à vertente da aproximação. A frase bem construída do Manifesto do Partido Republicano, em 1870 não permaneceu estanque. Ainda que se questionem os alcances das proposições internacionais republicanas, se tem claro que o americanismo era a mais forte delas, americanismo que não se limitava aos Estados Unidos, mas que lançavam um novo olhar também para as repúblicas do Sul, por tanto tempo negligenciadas, segundo o periódico. Desse modo, os representantes do periódico contribuíram para a construção de novos elementos que se agregariam à identidade nacional a partir da proclamação da República no Brasil, ao ressaltarem a "americanidade" brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa – Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. O "gigante brasileiro" na América Latina: ser ou não ser latino-americano In: MOTA, Carlos G. (org) *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000) A Grande Transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000 p 285-316.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs) *Repensando o Brasil do Oitocentos*: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil e os seus vizinhos*: uma aproximação histórica. In *A visão do outro*: seminário Brasil – Argentina. Brasília: FUNAG, 2000. p. 29-43.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p.5-27, 1988.

PRADO, Maria Lígia. O Brasil e a "distante América do Sul" In: *Revista de História*. São Paulo: USP n° 145, 2001, p 127-150.

QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones. El 98 em el fin de siglo sudamericano. In: *Hispania*, LVII/2, n° 196, 1997.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe dos. *O Brasil entre América e a Europa*. O Império e o interamericanismo (do congresso do Panamá à conferência de Washington). São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa. Algumas considerações metodológicas. In: *Projeto História*, n°4 SP: PUC, 1981.

OS INTEGRALISTAS LEEM "RAÍZES DO BRASIL": UM BREVE ESTUDO DE RECEPÇÃO (1936-1938)

Raphael Guilherme de Carvalho[1]

RESUMO: Este trabalho avalia a recepção imediata do ensaio *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, dado ao público em 1936. Encontra-se no Arquivo Central do SIARQ/Unicamp, fundo Sérgio Buarque de Holanda, uma pasta contendo cerca de 70 resenhas de *Raízes do Brasil* publicadas em jornais de todo o país entre os anos de 1936 e 1938. Observar mais de perto a leitura de *Raízes do Brasil* pelos integralistas é importante para a compreensão do contexto intelectual e político no Brasil daqueles anos 1930, bem como a tensão inerente ao ensaio, entre permanência e mudança. Aí reside o objetivo deste artigo. O conceito meta-histórico "horizonte de expectativas" (cf. Koselleck) é fundamental para a estética da recepção, na medida em que orienta a leitura imediata de uma obra: inserida em dada historicidade, a novidade dialoga com as experiências que possui o leitor, que pode satisfazer ou romper com este horizonte de espera. Assim, a recepção, ela mesma, é também um fato social e histórico. Pela dificuldade em se medir a recepção da obra de um modo geral, este artigo restringe-se à recepção imediata e, especificamente, à leitura que dele fizeram os integralistas em contexto significativo, de amplas mudanças e consequentes carências de orientação. Com isso, visa-se, no fundo, compreender o ensaio buarquiano em sua historicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Raízes do Brasil. Recepção. Integralismo.

I

Raízes do Brasil é uma obra que no transcorrer do tempo alcançou fortuna crítica admirável, talvez mesmo inapreensível em sua totalidade. Suscitou inúmeros debates em sua época; criou uma polêmica ardida com o escritor fascista Cassiano Ricardo em torno do conceito de "homem cordial" e passou por reavaliações do autor na edição seguinte (1948); foi canonizado pelo prefácio escrito por Antonio Cândido em 1967 para a quinta edição, junto com *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933) e *Formação do Brasil econômico* de Caio Prado Jr. (1942), como os três livros de "interpretação do Brasil" que marcaram toda uma geração; sobreviveu a um período de eclipse, quando se associou a ideia do homem cordial à tese de uma história do

---

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço ao Arquivo Central/Siarq da Unicamp pela recepção e apoio.

Brasil "açucarada" e à visão positiva e saudosa do legado ibérico por Freyre; por fim, desde os anos 1980, após a morte de Sérgio Buarque – mesmo ele tendo afirmado que "*já se tenha gastado muita cera com este pobre defunto*"[2] –, vem sendo relido, reinterpretado e incorporado ao debate acadêmico, assim como outros vieses de sua obra, como a atividade de crítico literário, têm crescido em importância[3].

Robert Wegner sugere que um trabalho interessante – e, proporcionalmente, de largo fôlego – seria uma análise completa da trajetória e da recepção da obra mais conhecida de Sérgio Buarque[4]. Evidente, não é este o meu objetivo neste texto de diminuta estatura. Por ora, interessa a *compreensão* do ensaio buarquiano em sua historicidade. Seguindo e deslocando para um "uso historiográfico" a estética da recepção de Hans Robert Jauss, torna-se fundamental a expressão deste autor quando diz que a intenção de seus estudos e proposições teóricas inovadoras (para os anos 1970) era uma "*apologia da compreensão histórica*",[5] segundo a tradição hermenêutica que remonta a Dilthey, a quem coube tornar a dimensão histórica do conhecimento um fundamento das ciências do espírito. Cabe citar Jauss, novamente, para esclarecer o tencionamento:

---

[2] *Apud* MONTEIRO, P. M. *A Queda do Aventureiro*. Campinas: Ed.Unicamp, 1999, p. 265.

[3] Diversos estudos têm sido dedicados àquele "pobre defunto". Tentei organizá-los – antecipando as escusas por possíveis falhas e esquecimentos – dividindo-as em a) ensaios críticos, b) coletâneas de textos do próprio Sérgio Buarque, c) teses e dissertações acadêmicas. São elas: a) a edição especial da *Revista do Brasil*, 1987, por seu amigo Francisco Assis Barbosa; *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, por Arlinda Nogueira, 1988; Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil, 1988, por Antonio Candido; os anais do 3º. Colóquio UERJ, 1992, dedicado a Sérgio Buarque; e, mais recentemente, uma grande obra coletiva, *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*, 2008, organizada por P. M. Monteiro e J. K. Eugênio; b) *Sérgio Buarque de Holanda*, 1985, coletânea sob responsabilidade de Maria Odila Leite da Silva Dias; *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, 1988, preparada por Francisco Assis Barbosa; *Capítulos de Literatura Colonial*, 1990, por Antonio Candido; em 1996, o *Livro dos Prefácios* e *O Espírito e a Letra* (2 vols.), por Antonio Arnoni Prado; mais recentemente, os *Escritos Coligidos* (2 vols.), organizados por Marcos Costa; c) entre outros, Marcus Vinicius Correa Carvalho defendeu a dissertação *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida* na Unicamp em 1997 e em 2003 a tese de doutorado *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda: crítica literária, história e política (1920-1940)*; Pedro Meira Monteiro defendeu a tese "A Queda do Aventureiro" na Unicamp em 1999; Robert Wegner publicou *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de* Holanda, em 2000, como resultante de sua tese de doutoramento; João Kennedy Eugênio defendeu o doutorado na UFF em 2010 com a tese *Um ritmo espontâneo: o organicismo em* Raízes do Brasil *e* Caminhos e Fronteiras; Thiago Nicodemo produziu a dissertação *Urdidura do Vivido: Sérgio Buarque de Holanda e Visão do Paraíso nos anos 1950* em 2008 e em 2011 a tese de doutorado *Alegoria Moderna*: *consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sérgio Buarque de Holanda.*

[4] WEGNER, R. *A conquista do oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 28.

[5] JAUSS, H.R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994, p. 73.

> A reconstrução do horizonte de expectativa sob o qual uma obra foi criada e recebida no passado possibilita que se apresentem as questões para as quais o texto constitui uma resposta e que se descortine, assim, a maneira pela qual o leitor de outrora terá encarado e compreendido a obra.[6]

II

A categoria do *ensaio* (como forma), para o crítico literário Antonio Candido, entre a arte e a ciência, entre a literatura e a história ou a sociologia, "*constitui o traço mais característico de nosso pensamento*".[7] *Raízes do Brasil* seria tributário da literatura, não apenas por questão de estilo, mas pelo ritmo da composição e densidade interpretativa. Candido acentua o caráter simbiótico entre literatura e ciências sociais, que se esboçava desde o fim do século XIX (com Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna) e se desenvolveu plenamente nos anos do modernismo.

Desvinculado, portanto, de instituições promotoras do saber, o ensaio se apresenta, nesse contexto (dos grandes "intérpretes do Brasil") como um exercício pessoal de reflexão, que privilegia as carências de orientação do presente vivido do autor, e procura o rigor metodológico-conceitual, sem reprimir, com isso, o alcance abrangente da interpretação e a fruição do estilo.

Maria Odila assevera, em suas análises de *Raízes do Brasil*, os traços de historicismo e hermenêutica no texto buarquiano. Segundo a autora, a partir do convívio intelectual com Friederich Meinecke em Berlim, entre 1929-1930, Sérgio Buarque aderiria a um "*modo de ser historista, que consistia basicamente em renegar intelectualismos e a ver na vida dos homens em sociedade configurações de momento,*

---

[6] *Id.*, *Ibid.*, p. 35.
[7] CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 141.

conceitos temporários de vida, valores culturais sempre relativos, em processo de devir, de mudança".[8]

Segundo Dias, pode-se observar em toda sua obra um destaque, ou uma preocupação com a questão da mudança histórica, considerada inerente à vida social: "*há um fulcro inspirador comum a todos os seus trabalhos, que é a reconstituição das tensões entre as tradições e a mudança histórica*". [9] No fundo, *Raízes do Brasil* trata-se de uma obra sobre a (não) modernização brasileira ou sobre os obstáculos à modernização e a incompatibilidade entre cordialidade e civilidade.[10]

Raízes do Brasil não resolve suas tensões internas. Não há um desfecho programático como era comum à expectativa dos autores e leitores da época. Há, no máximo, um conclame para que se observe "*o nosso ritmo espontâneo*",[11] isto é, a particularidade brasileira frente ao processo amplo de modernização. A temporalidade se apresenta, portanto, uma chave interpretativa privilegiada.

III

Em relação ao contexto intelectual e político dos anos 1920-30, o ensaio representa "*o olhar maduro do intelectual que encarna, ele próprio, a superação crítica do sistema em que se formou*".[12] O "sistema" em questão trata-se do movimento modernista nas letras e nas artes brasileiras no início do século XX. O projeto de "interpretação do Brasil" de Sérgio Buarque atravessaria, portanto, o movimento e culminaria na publicação de *Raízes do Brasil*, em 1936, como uma espécie de "acerto de contas" com os modernistas.

Em 1924, funda a revista *Estética*, em parceria com Prudente de Moraes Neto, com o objetivo de preencher o vazio causado pelo expiro da Revista Klaxon (1922-23), da qual havia participado como colaborador eventual e representante no Rio de

---

[8] DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985 (Grandes Cientistas Sociais, 51), p. 16.
[9] *Id., Ibid.,* p. 11.
[10] WEGNER, R. op. cit., p. 29.
[11] HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 188.
[12] PRADO, A. A. Raízes do Brasil e o modernismo. In: CÂNDIDO, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil.* São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1998, 71-80.

Janeiro. *Estética*, diferente de *Klaxon*, não se propunha uma revista iconoclasta, mas, sim, de autocrítica. Com isso, Sérgio Buarque parece afirmar um primeiro esboço para as análises sobre a função do passado enquanto referência para compreensão da cultura brasileira.[13] Tem-se a hipótese de que, desde então, Sérgio Buarque preocupa-se com a consciência histórica, entendida como definida como "*o trabalho intelectual do homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo*".[14]

Lucia Lippi Oliveira afirma que há dois momentos distintos do modernismo: o primeiro caracteriza-se pelo "*combate ao passado e elaboração de nova estética adequada à vida moderna* [...] *entendida como a vida urbana e industrial que tinha São Paulo como seu ponto máximo*". [15] A segunda fase do movimento modernista, a partir do "Manifesto Pau-Brasil" (1924), de Oswald de Andrade, teria na brasilidade seu eixo principal: "*o modernismo cria e difunde a necessidade de identificar a substância do SER brasileiro, denuncia os conhecimentos/saberes atrasados que impedem a captação do ser brasileiro e colabora na elaboração de inúmeros retratos do Brasil*".[16]

Antonio Candido qualifica como "desvio" a linha dos modernistas "*radicais de ocasião*" [17] que passaram do nacionalismo estético ao nacionalismo político nos anos 1930, quando irrompe a crise das oligarquias dominantes com a Revolução de Outubro. Antonio Arnoni Prado, definindo-a como "*uma falsa vanguarda*", anota que a contradição entre realidade e esforço retórico é o que dá direção ao seu itinerário.[18] Trata-se do integralismo ("imitação do fascismo") de Plínio Salgado, que logo cresceria em volume na organização partidária[19]. Segundo Ricardo Benzaquem de Araújo,

---

[13] Em 1925, em entrevista concedida por Sérgio e Prudente para o jornal *Correio da Manhã*, o jovem crítico da cultura afirma ser o modernismo "não uma escola, mas um estado de espírito". A tendência modernista, de ruptura com a continuidade da tradição, nas palavras de Sérgio Buarque, julgou que essa tradição nunca refletira o sentido da nacionalidade, representando, na verdade, um prolongamento de tradições alheias.

[14] RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001, p. 59.

[15] OLIVEIRA, L. L. . Questão nacional na Primeira República. In: Helena Carvalho de Lorenzo; Wilma Peres da Costa. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, v. 1, p. 190.

[16] *Id.*, *Ibid.*, p. 191.

[17] CANDIDO, A. op. cit., p. 132.

[18] PRADO, A. A. *1922: itinerário de uma falsa vanguarda*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 9.

[19] CANDIDO, A. op. cit., p. 133.

posicionando a AIB como primeiro partido de massa no Brasil, em 1935 ela teria cerca de 400 mil adeptos.[20]

Hélgio Trindade aponta alguma razões da adesão em massa ao integralismo: em primeira instância, o anticomunismo provém "*da inspiração anticomunista dos fascistas europeus*"; a simpatia pelo fascismo europeu; o nacionalismo, decorrente do movimento modernista da década de 20, ganha corpo no integralismo da extrema direita após a década de 30; e o combate à democracia liberal[21]. Desse modo, o discurso integralista serviu como resposta e suporte às inquietações políticas[22].

Em 1932, o "Manifesto de Outubro", que criou a Ação Integralista Brasileira compendiou alguns princípios do Integralismo:

> Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e suprema finalidade. Este é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes da nossa história e estará no íntimo de todos os corações [...].Precisamos de autoridade capaz de tomar iniciativas em beneficio de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da nação [...].[23]

Em 1934, no Segundo Congresso Nacional Integralista, a AIB tornou-se partido político e Plínio Salgado foi eleito seu "chefe nacional". A essa altura, o mentor do fascismo à brasileira, além da participação no grupo da Anta e no Movimento Verde-Amarelo, tinha publicado "Psicologia da Revolução" e o "O que é o Integralismo?" (1933), o primeiro voltado aos pares intelectuais, o segundo à massa popular, ambos caracterizados pela fundamentação doutrinária.

Sérgio Buarque de Holanda, que assistia à radicalização da verde vertente, elucidará em *Raízes do Brasil* "*o verdadeiro sentido reformista da revolução dissidente*, [...] *que se mostrava, a seu ver, insuficiente e imaginosa*".[24] As observações de Sérgio

---

[20] ARAUJO, R. B. *Totalitarismo e Revolução*: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 25.
[21] TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
[22] CHAUÍ, M. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 133-5.
[23]MANISFESTO de outubro de 1932. Transcrito de "A Offensiva", 28 jan., 1936, p. 2-3. *Apud* DITZEL, C.H.M. *Manifestações autoritárias*: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado – UFSC). Florianópolis, 2004, p. 109-10.
[24] PRADO, A.A. op. cit., p. 92.

Buarque de Holanda desmascaram no projeto da "brasilidade integral" o traço conservador de uma remodelagem, fruto de "intelectuais neurastênicos", inscrita na tradição brasileira de refreamento, antidemocrático, de oposições políticas.[25]

Este contexto que delineamos contém as experiências, expectativas e necessidades de constituição de sentido, motivadoras de uma reconstrução (crítica) do passado.[26]

IV

O ensaio de 1936, tributário igualmente de sua estada na Alemanha e do convívio com o historicismo e as ciências do espírito, buscou compreender os obstáculos historicamente antepostos à modernidade brasileira (em sua temporalidade específica), especialmente as questões da democracia e da cidadania. A sobreposição da esfera privada e o patrimonialismo constituíam os entraves que caracterizavam a tensão entre tradição e mudança histórica.

Do ponto de vista de seu presente, Sérgio afirma que o Brasil daqueles anos estava vivendo "*entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz*".[27] Esperando pela novidade, pela Revolução representada pelo declínio da ordem agrária e patriarcal,

> testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar por largo tempo, as ressonâncias últimas do lento cataclismo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo novo, que crismamos talvez ilusoriamente de americano.[28]

Donde se depreende que a reconstrução histórica fundamenta-se numa noção de temporalidade complexa, que articula presente e passado com vistas ao devir, ao

---

[25] *Id.*, *Ibid.*, p. 93.
[26] RÜSEN, J. op. cit., p.84.
[27] HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 180.
[28] *Id.*, *Ibid.*, p. 172.

futuro de "Nossa Revolução".[29] Eis aí, após o desvendamento das carências, o horizonte de expectativas que se apresenta na obra.

Limeira Tejo, no jornal *Diário*, de Santos-SP, em 21 de novembro de 1936 saúda o aparecimento de *Raízes do Brasil* como um "*trabalho digno da época presente*". O pernambucano Limeira Tejo percebe a motivação subjacente ao ensaio buarquiano, ao afirmar: "*a democracia na sociedade brasileira era uma exigência histórica em um país de formação tão heterogênea* [...] *já não nos envergonhamos de nossas raízes misturadas*". A escrita buarquiana (e daquela geração, como um todo), sua forma ensaística de interpretação do passado vem a romper com a pura cronologia de fatos históricos: "*Durante muito tempo se acreditou no Brasil que a história fosse um ramo da apologética. O que deveria interessar aos historiadores era o fato em si* [...], *a pura celebração de grandezas e de heróis*".[30]

No *Jornal do Brasil*, Múcio Leão aguardava com anseio o lançamento da obra, afinal, "*Sérgio já era considerado um autor excelente*" e gozava da fama de ser o brasileiro "*que mais ama os livros*". Contudo, o último capítulo, que contém a crítica do Integralismo, na opinião do resenhista parece mais um "apêndice". Questiona: afinal, Sérgio Buarque de Holanda é um Republicano, liberal-democrata ou discípulo de Hitler?[31]

Tem a mesma sensação Oscar Mendes, da *Folha de Minas* (Belo Horizonte), na seção "A Alma dos Livros" de 17 de janeiro de 1937. O livro de Sérgio Buarque de Holanda é "*um grande provocador de debates*", mas incorre em "*grave falha*": "*não conclui* [...], *não resume numa síntese forte e clara o seu julgamento, nem organiza num corpo de doutrina capaz de levar o Brasil a uma renovação de valores".*[32]

A *Folha da Manhã* (SP), de 28 de outubro de 1936, na pena de Rubens do Amaral, avalia que Sérgio Buarque "*nos deu um estudo interessantíssimo sobre a influência da raça portuguesa na formação de nossa psicologia nacional*". Em seguida, contudo, assume o tom crítico: "*pena que o Sr. Sérgio Buarque de Holanda, notável na*

---

[29] É interessante, neste ponto, retomar a reflexão de Koselleck: "o moderno conceito de história extrai sua ambivalência da obrigação de ter que ser pensado como um todo (ainda que por razões estéticas), mas que ao mesmo tempo jamais pode ser dado como terminado, pois o futuro permanece desconhecido, ainda que de forma conhecida". In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006, p. 132.
[30] TEJO, L. *Diário*. Santos, SP, 21, nov., 1936.
[31] LEÃO, M. Registro Literário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ, 7, Nov., 1936.
[32] MENDES, O. Alma dos Livros. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, MG, 17, jan., 1937.

pesquisa e na exposição, seja tímido nas conclusões". Novamente, percebe-se nos resenhistas o incômodo com a ausência de um desfecho programático explícito.[33]

Sergio Milliet, amigo de Sérgio Buarque desde os anos 1920 também não lhe poupa da crítica, no *Estado de São Paulo* de 18 de novembro de 1936:

> Desejaríamos [...] encontrar numa obra tão bem pensada e escrita alguns princípios norteadores, úteis para os que se preparam para o governo de amanhã, e no escritor de primeira grandeza, que o livro revela, uma dessas almas de líder que tanto carecemos.[34]

Robert Wegner propõe hipótese explicativa para a não-resolução das tensões de *Raízes do Brasil*. Sérgio Buarque indica a necessidade de formulação de um caminho próprio às singularidades da formação histórica brasileira ("nosso ritmo espontâneo").[35] Para Wegnero desencontro do ensaio resultaria da impossibilidade de cruzamento entre *iberismo* e *americanismo*. Esses dois eixos são paralelos, nunca se cruzam: "*tampouco* [...] *se poderia esperar do legado ibérico algum traço compatível com a sociedade burguesa, pois desta tradição nasce a cordialidade, que dificulta a formação de uma esfera propriamente pública*".[36]

Destarte, este trabalho interessa-se por um aspecto específico da tensão de *Raízes do Brasil* e das resenhas críticas acima observadas. Este aspecto se relaciona ao horizonte de espera dos leitores, onde "*a literatura como acontecimento cumpre-se primordialmente* [...], *seus contemporâneos e pósteros, ao experienciar a obra*"[37].

Helio Vianna, historiador, intelectual militante do Integralismo nos anos 1930 escreve uma "Nota sobre Raízes do Brasil" n'*O Jornal*, de primeiro de dezembro de 1936. De início, acusa o ensaio de Sérgio Buarque de reunir "*apreciações francamente errôneas com facilidade*", embora elas não necessariamente invalidem seus méritos. As apreciações errôneas são decorrentes do fato de ser "*amigo das generalizações, a exemplo do dirigente da coleção* [*Documentos Brasileiros*], *Sr. Gilberto Freyre*". Helio Vianna aponta em Raízes do Brasil a presença de "*raciocínios predeterminados e*

---

[33] AMARAL, R. *Folha da Manhã*. São Paulo, SP, 28, out., 1936.
[34] MILLIET, S. Raízes do Brasil. *O Estado de S. Paulo.* São Paulo, SP, 18, Nov., 1936.
[35] HOLANDA, S.B. op. cit., p. 188.
[36] WEGNER, R. op. cit., p. 51.
[37] JAUSS, H. R. op. cit., p. 26.

tendenciosos, que lhe restringem ou desviam os julgamentos". Por exemplo, para H. Vianna, o autor apresenta "*restrito conceito de Integralismo*". O erro maior, contudo, estaria em sair do jogo de ideias e partir para o ataque deliberado ao Integralismo, a Oliveira Vianna e Octavio de Faria.[38]

Mais incisivo é Alberto B. Cotrim Neto, jurista e militante intelectual do Integralismo, em sua leitura de *Raízes do Brasil*. O integralismo foi o primeiro movimento político brasileiro a utilizar a imprensa de forma sistemática e pedagógica. A responsabilidade pela difusão e penetração social do integralismo nos anos de 1930 foi a existência de uma extensa rede de jornais e revistas que visavam a fundamentação e propagação de sua doutrina.[39] Cotrim Neto publica no jornal *A Offensiva*, importante veículo da AIB, na edição do dia 3 de fevereiro de 1937. Dirigido por Madeira de Freitas, circulou por todo o Brasil entre 1934 e 1938.

O jornal desempenhava a função de levar ao militante informação sobre as ações da AIB e de popularizar a doutrina integralista. Segundo Renata Duarte Simões, autora de tese sobre o jornal *A Offensiva*, o integralismo concebia o jornal como

> instrumento de educação para a população "menos culta" [...] Aos mais cultos, considerados mais aptos para compreensão da doutrina, a abordagem deveria ser feita por meio dos livros.[40]

Causticamente, Alberto B. Cotrim Neto diz que o livro de Sérgio Buarque de Holanda é daqueles maus livros que surgem "*estrepitosamente, sob a capa de preciosidade, embandeirado em arcos de prefácios laudatórios e publicidade bem urdida*". Causa-lhe espanto a audácia de Sérgio Buarque de contrariar teses "*há muito estabelecidas pela chancela de nossos grandes sociólogos, principalmente Oliveira Vianna*". Que Sérgio Buarque escreva sandices a Constituição o autoriza. O que não pode ser permitido é que ele atente contra a verdade histórica quando diz que o Integralismo é afim à doutrina do Estado Totalitário, tal como teorizado por Carl

---

[38] VIANNA, H. Nota sobre Raízes do Brasil. *O Jornal*. Rio de Janeiro, RJ, 1º., Jan., 1936.

[39] OLIVEIRA, R. S. de. Imprensa Integralista, imprensa militante (1932-1937). Tese (Doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre, 2009, p. 14.

[40] SIMÕES, R. D. *A educação do corpo no jornal* A Offensiva (1932-1938). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2009, p. 31.

Schmitt. Segundo ele, o Integralismo "*organizará o país diferente de como a Itália organizou, centralizando, ao passo que nós objetivamos descentralizá-lo*".[41]

A crítica buarquiana do Integralismo ridiculariza os integralistas em alguns epítetos como "caudilhos esclarecidos" ou "intelectuais neurastênicos". O que incomoda a Sérgio Buarque é o caráter conservador travestido de revolucionário, já que nem tanto a violência, que coloriu o modelo alemão e italiano, não subsiste no mussolinismo indígena: "*Quem não sente, porém. que sua reforma é, em essência, apenas uma sutil contra-reforma?*".

Na Alemanha, em 1929, presenciou e reportou as primeiras manifestações violentas dos nazistas, experiência que lhe mostrou *in loco* o que vinha a ser o fascismo, regime de força. *Raízes do Brasil* tem a insígnia do tempo presente e carrega uma antevisão do futuro. Sérgio Buarque se posiciona, a despeito do desentendimento da recepção imediata, como um democrata, crítico do liberalismo de fachada das oligarquias, tanto quanto do comunismo e do fascismo.[42]

Em plena ditadura militar, no ano de 1967, Sérgio Buarque, em conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), voltaria a se ocupar de *Raízes do Brasil*. Como que em defesa de qualquer possível "mau-uso" de sua obra, falando aos militares, reafirma a questão que estava latente em *Raízes do Brasil*: "*estará ao alcance das atuais gerações o erradicarem em breve prazo males que ao longo dos séculos, e não sói de quatro ou três decênios, já puderam deitar raízes fundas em nosso solo?*"[43]

V

Procurei, durante este trabalho, reconstruir – para falar com a hermenêutica – o contexto de orientação (intelectual e político) e o horizonte de expectativas (a utopia modernista da brasilidade) em que se insere o ensaio de Sérgio Buarque, como uma

---

[41] COTRIM NETO, A. B. Raízes do Brasil. *A Offensiva*. Rio de Janeiro, RJ, 3, Fev., 1937.
[42] CANDIDO, A. *A visão política de Sérgio Buarque de Holanda*. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. op. cit., p. 29-36.
[43] HOLANDA, S. B. HOLANDA, S.B. Elementos básicos da nacionalidade: o homem. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. op. cit., p. 634.

resposta aos impasses da singular modernidade brasileira que abre uma via de orientação ao constituir sentido sobre a experiência do tempo.

Como conclusão, afirma-se que a tensão subjacente à ausência de um projeto sistemático de solução política na obra – reclamada pelos resenhistas, integralistas ou não – rompe com o sistema de referências da época e com as expectativas do contexto de recepção. Decepciona o horizonte de espera dos leitores e, em particular no caso dos integralistas, cuja solução é enfaticamente rejeitada pelo autor, contraria-os. O rompimento de Sérgio Buarque com todas as expectativas que se apresentavam de imediato àquele contexto provoca um efeito que só poderá ser compreendido mais adiante, quando se confirmam as suas críticas na experiência futura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, R. B. *Totalitarismo e Revolução*: o Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BARBOSA, F.A. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988

CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. *A visão política de Sérgio Buarque de Holanda*. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas.* Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 29-36.

DIAS, M.O.L.S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985 (Grandes Cientistas Sociais, 51).

DITZEL, C.H.M. *Manifestações autoritárias*: o Integralismo nos Campos Gerais (1932-1955). Tese (Doutorado – UFSC). Florianópolis, 2004.

HOLANDA, S.B. Elementos básicos da nacionalidade: o homem. In: MONTEIRO, P.M.; EUGÊNIO, J. K. (Org.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas.* Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 617-637.

_____. *Raízes do Brasil*. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

_____. Um homem essencial. In: *O Espírito e a Letra*, estudos de crítica literária 1: 1902-1947. Org. Antônio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 179-185.

_____. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos cinquenta anos (1900-1950). In: MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: Perspectivas.* Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008, p. 601-615.

JAUSS, H.R. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC/Contraponto, 2006.

LAFETÁ, J. L. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

MONTEIRO, P. M. *A Queda do Aventureiro*. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.

OLIVEIRA, R. S. de. Imprensa Integralista, imprensa militante (1932-1937). Tese (Doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, L. L. . Questão nacional na Primeira República. In: Helena Carvalho de Lorenzo; Wilma Peres da Costa. (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, v. 1.

PRADO, A. A. *1922: itinerário de uma falsa vanguarda*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Raízes do Brasil e o modernismo. In: CÂNDIDO, A. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil.* São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1998.

REALE, M. ABC do Integralismo, In: *Obras Políticas* (1931/1937), Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

RÜSEN, J. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. In: BARCA, I.; MARTINS, E.R.; Schmidt, M.A. (Orgs.) *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

_____. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

SALGADO, P. *O que é o Integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1933.

SIMÕES, R. D. *A educação do corpo no jornal* A Offensiva (1932-1938). Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2009.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

VAINFAS, R. "Posfácio". In: HOLANDA, S.B. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, p. 551-560.

VELLOSO, M. P. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O tempo do liberalismo excludente:* da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEGNER, R. *A conquista do oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FOLHAS AO VENTO: A GUERRA HISPANO-AMERICANA NAS PÁGINAS DO JORNAL *O ESTADO DE S. PAULO (1898)*

Renato Cesar Santejo Saiani[1]

RESUMO: Cuba possui uma trajetória *sui generis* entre os países da América Latina. O território cubano passou por algo diverso do que caracterizou a independência da maioria dos países latino-americanos: uma substituição de metrópoles. Após um período de guerra contra a metrópole espanhola, os rebeldes cubanos foram obrigados a assistir de forma passiva a ingerência norte-americana no conflito. Com a guerra finalizada Cuba ficou sobre o domínio direto dos Estados Unidos ate o ano de 1902 e, posteriormente, padeceu de uma dominação indireta, mediante a inclusão da Emenda Platt em sua Constituição. A Guerra Hispano-Americana foi, certamente, um dos mais importantes pontos de inflexão nas relações e nas influências que agiam no continente americano em fins do século XIX. O conflito serviu de agente catalisador para importantes mudanças no continente, pois concluiu a desintegração do império colonial espanhol na América e no Pacífico. Concomitantemente, configurou-se como o início de uma nova fase da política exterior norte-americana para a América Latina. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo analisar o impacto da Guerra Hispano-Americana na produção jornalística brasileira de fins do século XIX. Para isso selecionamos o jornal *O Estado de S. Paulo,* um dos principais representantes da imprensa brasileira, de postura liberal e considerável influência na opinião pública. O periódico será analisado em todos os seus aspectos, além de buscar entender como foram construídas as representações do jornal acerca dos interesses conflitantes entre os países envolvidos, o seu posicionamento diante da intervenção norte-americana e da derrota espanhola, além da independência frustrada do território cubano.

PALAVRAS- CHAVE: Guerra Hispano-Americana, Cuba, *O Estado de S. Paulo*

****

Os últimos bastiões do poder espanhol na América foram Cuba e Porto Rico. Em Porto Rico, o movimento pela independência nunca alcançou uma intensidade considerável por isso ficou condicionado ao auxílio externo para atingir sua emancipação. Em Cuba, ao contrário, o ideal independentista percorreu grande parte do século XIX. A ilha passou por uma primeira tentativa de independência entre os anos de 1868 e 1878. O movimento fracassou por falta de apoio dos grandes fazendeiros, que temiam o fim da segurança e dos privilégios que a Espanha delegava,

[1] Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Assis. Agência financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

e pela manutenção do sistema escravista, que impedia a confiança mútua entre fazendeiros e os setores negros da sociedade cubana.

Em 1895 a luta pela independência foi reiniciada. Com uma organização civil melhor estruturada, sob a liderança de José Martí, a escravidão abolida e uma maior unidade das raças, a luta contra a metrópole espanhola tornou-se mais efetiva. Cuba, mesmo mantendo seu status colonial, flutuava na área de influência econômica dos Estados Unidos, o que também representava um ponto de preocupação, pois a possibilidade de uma ingerência norte-americana no conflito era palpável e, por fim, se tornou inevitável. Depois de decorridos três anos de guerra, em 1898, os Estados Unidos, em nome de questões humanitárias, declararam guerra à Espanha após um incidente no porto de Havana, quando um navio americano, o *Maine,* afundou, por motivos que ainda se mantém obscuros. Inaugurou-se, assim a Guerra Hispano-Americana.

Apesar da defesa de uma hercúlea ação humanitária, as reais intenções dos Estados Unidos eram: alimentar a expansão comercial de sua crescente produção industrial, garantir a privilegiada posição geográfica da ilha, além de satisfazer as pressões internas da opinião pública, dos políticos radicais e de uma imprensa sensacionalista, que via na guerra o crescimento vertiginoso de seus lucros.

A guerra com a Espanha, como se esperava, foi resolvida rapidamente com a derrota arrasadora dos exércitos espanhóis. Com o fim do conflito e em consequência das deliberações do Tratado de Paris, os norte-americanos receberam Porto Rico e as Filipinas e transformaram Cuba em seu "*domínio"*[2], pois passaram, de acordo com as ideias de Adam Watson, a determinar o governo interno do território cubano, sem anexar de fato à ilha, principalmente após a implementação da Emenda Platt na Constituição cubana. Assim, a Guerra Hispano-Americana projetou internacionalmente os Estados Unidos na "corrida" das grandes potências e implantou em Cuba uma "pseudo-independência", superada apenas na Revolução socialista de 1959.

A Guerra Hispano-Americana foi, certamente, um dos mais importantes pontos de inflexão nas relações e nas influências que agiam no continente americano em fins do século XIX. O conflito serviu de agente catalisador para importantes

---

[2] WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional:* uma análise comparativa. Tradução: René Loncan. Brasília: Editora da UNB, 2004, p. 30.

mudanças, pois concluiu a desintegração do império colonial espanhol na América e no Pacífico, mediante perda de Cuba, Porto Rico e Filipinas. Concomitantemente, configurou-se como o início de uma nova fase da política exterior norte-americana, abalando a dominação do secular sistema europeu, ao quebrar o monopólio do controle mundial a partir da Europa geográfica[3]. Destaca-se, por fim, que ocorreu um processo de redefinição dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos e à sua antiga metrópole, a Espanha, principalmente pelo embate das correntes ideológicas do hispanismo e pan-americanismo.

Apesar da importância destacada, essa é uma temática negligenciada na historiografia brasileira, levando-se em consideração que na Espanha, Cuba, Estados Unidos, Argentina, entre outros, vários estudos foram produzidos no intuito de discutir esse assunto[4]. É compreensível que nos países participantes da guerra esses estudos se propagassem com maior interesse, mas, como já foi dito, a Argentina e outros países latino-americanos, assim como europeus, dedicaram um considerável espaço a esse tema. Alguns estudos brasileiros abordaram a Guerra Hispano-Americana, mas como parte de uma questão mais ampla e não dedicada a um estudo específico sobre o conflito[5]. Um levantamento nas produções acadêmicas brasileiras dos últimos anos demonstra que os estudos sobre as questões de Cuba são muito escassos. Se levarmos em consideração a temática da Guerra Hispano-Americana é possível destacar que não houve nenhum estudo específico sobre o tema. Essa lacuna foi um dos pontos que motivaram o interesse pelo assunto e, consequentemente, a confecção desse trabalho.

Alguns estudos utilizaram a imprensa como principal fonte para analisar os acontecimentos da Guerra Hispano-Americana. Esse é outro ponto relevante para a motivação em estudar o conflito. Favorecida pelas novas tecnologias, inseridas no fim do século XIX, com maior destaque para o telégrafo, a imprensa se tornou mais

---

[3] Ibidem, p. 381.

[4] Dentre as várias obras podemos citar: DOMINGO ACEBRÓN, Maria Dolores. Rafael Maria de Labra, Cuba, Puerto Rico, Las Filipinas, Europa y Marruecos, en la España del sexenio democrático y la Restauración (1871 – 1918); ELORZA, Antonio e HERNÁNDEZ, Elena. La Guerra de Cuba (1895-1898); FRAGINALS, Manuel Moreno. Cuba-Espanha-Cuba: uma história comum.; GANIVET, Angel. *El porvenir de España;* MENDOZA, Celina A. Lértora (organizadora). *La* Guerra de Cuba desde el Río de la Plata. In *Cuartas Jornadas de Historia;* ROBLES MUÑOZ, Cristóbal. *1898:* diplomacia y opinión

[5] Podemos destacar as obras de FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*; JÚNIOR, José Rodrigues Máo. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868 - 1963);* CAPELATO, Maria Helena. "A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica, entre outras.

atrativa aos olhos de seus leitores, além de conseguir publicar as notícias com maior rapidez e eficiência[6]. Nos Estados Unidos a imprensa sensacionalista liderada pelos jornais *The New York World* e *The New York Journal*, de propriedade, respectivamente, de Joseph Pulitzer e William Randon Hearst, enxergaram na guerra de Cuba uma oportunidade de aumentar a venda de seus periódicos, usando a provocação e o exagero para interferir diretamente em alguns momentos no conflito[7].

Na Espanha e em Cuba a imprensa oficial e a censura marcaram a participação dos periódicos no conflito. A Espanha proibiu qualquer manifestação, que não fosse a governamental, dentro do território cubano e colocava na imprensa oficial suas manifestações sempre favoráveis ao exército espanhol. Assim, surgiu o interesse de buscar como a imprensa de um país, que se manteve fora do conflito armado, como o Brasil, mas que tinha uma considerável representatividade no continente e uma relação estreita com os Estados Unidos repercutiu e se posicionou em relação ao conflito.

Percebe-se que nesse período os jornais eram espaços privilegiados para o debate dos problemas nacionais e para a formação da opinião pública, além de importante fonte para acompanhar as questões externas. Dessa forma, consideramos importante analisar a Guerra Hispano-Americana na tentativa de entender em que medida a imprensa brasileira se posicionou em relação ao conflito e buscar a compreensão da conformação das identidades políticas e culturais geradas a partir das relações interamericanas entre os países envolvidos e o Brasil.

Dessa forma, optamos por utilizar o jornal *O Estado de S. Paulo,* um dos principais representantes da imprensa brasileira no período analisado, que possuía em seu projeto político, uma concepção de Estado que se fundava na teoria evolucionista, no princípio da autonomia e na experiência prática de alguns países, sobretudo os Estados Unidos[8]. Desde o início, o jornal assumiu uma postura de defesa dos postulados liberais e auto definiu-se como órgão de oposição aos governos

---

[6] BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa:* Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 24.

[7] PÉREZ PUERTO, Ángela. *Cuba 1898:* la guerra nacida del papel. Goiás: Anphlac. 2010, p. 07.

[8] CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino:* imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo.* São Paulo: Editora Alfa Ômega. 1980, p. 26.

constituídos, agindo como modelador da opinião pública e como defensor da soberania nacional e popular.

O periódico preferiu adotar uma linha política independente, intervindo de maneira autônoma na discussão dos assuntos políticos e sociais, internos e externos do país. Tendo como traços mais marcantes de seu perfil ideológico a defesa dos postulados liberais e a defesa da democracia, os valores de *O Estado de S. Paulo* se reformularam constantemente no ideário de seus representantes, procurando sempre modelar o comportamento político de seu público leitor.

Não trataremos as notícias como meras repetições dos acontecimentos, mas sim, como atitudes próprias do veículo, que as produz de acordo com sua própria ideologia, como afirmam Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado,

> a escolha de um jornal como objetivo de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação, de interesses e de intervenção na vida social, nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que o tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político social na qual se insere[9].

Por fim, o objetivo central desse trabalho é fazer um estudo da visão brasileira da Guerra Hispano-Americana, analisando qual foi o posicionamento do periódico, quais foram os aspectos privilegiados e se houve mudanças de posicionamento do mesmo ao longo do conflito. Tencionamos observar as peculiaridades no processo de construção de representações[10] acerca da independência cubana, quais as diferenças de abordagem, dentre outros aspectos. A pesquisa contribuirá para a compreensão da conformação das identidades políticas geradas a partir das relações interamericanas, em especial da relação do Brasil como os Estados Unidos, a América Latina e a Espanha.

*****

[9] CAPELATO; PRADO, Op. Cit., p. XIX.

[10] Entendemos por representações a definição de Pierre Rosanvallon, na qual representação é a "maneira pela qual uma época, um país, ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem maios ou menos confusamente como um problema".

As notícias sobre a Guerra Hispano-Americana surgiram nas páginas de *O Estado de S. Paulo,* em um momento de defesa dos ideais pan-americanistas e de um furor republicano, em que os setores governamentais buscavam apagar o seu passado monarquista e colocar o Brasil como pertencente ao continente americano[11]. Nessa conjuntura a Guerra Hispano-Americana ganhou espaço privilegiado no periódico brasileiro.

Entre 1895 e 1897, o jornal apresentou peculiaridades em sua postura e na sua definição em relação a cada país participante do conflito. Foi possível notar uma declarada defesa dos objetivos cubanos, baseados nos ideais próprios do jornal e em uma forte defesa dos ideais americanistas ou pan-americanistas. A propagação desses ideais foi efetuada, sobretudo pelos Estados Unidos o que promoveu uma aproximação favorável entre o jornal e às manifestações norte-americanas sobre a necessidade do fim do conflito, somando-se a isso a admiração da classe diretora do periódico em relação ao modelo de governo dos norte-americanos. Em relação à Espanha, o periódico apresentou poucas questões diretas, mas é evidente que ao se posicionar a favor do movimento revolucionário cubano o periódico estava automaticamente contra os interesses espanhóis. No entanto, essa postura geral sofreu alterações, principalmente, em relação à defesa da ação dos *yankees* e da futura intervenção armada na ilha de Cuba.

Pressionado por uma opinião pública exaltada e alimentada pela imprensa sensacionalista e pelos interesses comerciais existentes na ilha de Cuba o governo norte-americano, desde 1895, prestou uma atenção detalhada aos acontecimentos no país. O presidente Glover Cleveland recomendara neutralidade e insistiu com a Espanha para que concedesse autonomia à ilha de Cuba, mas não sucumbiu aos pedidos populares por uma guerra. Durante o governo do presidente McKinley, empossado em 1897, o quadro se modificou e o novo presidente considerou que os Estados Unidos deveriam usar ativamente sua influência e bons ofícios para restaurar a paz em Cuba. No fim de 1897 e início de 1898, houve intensas manobras diplomáticas, boa parte das quais se centravam em pressionar a Espanha a vender Cuba aos Estados Unidos, ou de libertar definitivamente a ilha. Assim, com esse ambiente incerto, os

---

[11] BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP. 1995, p. 25.

Estados Unidos responderam aos inúmeros apelos do general Fitzhugh Lee de que deveria ser enviado ao território cubano, com o intuito de vigiar e defender os interesses do país, uma esquadra[12]. Dessa forma, o navio couraçado *Maine* foi enviado ao porto de Havana. Os norte-americanos afirmavam que a visita do *Maine* era puramente cordial.

O periódico considerou que a chegada do *Maine* era negativa para a revolução cubana, pois ao permitir que um navio americano chegasse à costa, os espanhóis estavam fortalecendo seus laços de amizade com os Estados Unidos. Além disso, os espanhóis enviariam como prova de boas relações diplomáticas, navios aos portos americanos, o que se colocava em oposição aos ideais de defesa da revolução cubana por parte do periódico, como mostra notícia de 29 de janeiro:

> **Os Nossos Telegramas, 29 de janeiro de 1898**
> O governo espanhol aos gritos de guerra que atroam a cidade de Madrid, responde logicamente como quem tem a responsabilidade da prosperidade e da felicidade do país ordenando a partida de navios de guerra em visita aos portos norte-americanos para demonstrar que está em boas relações com a República dos Estados Unidos.
> Basta refletir um momento sobre o desânimo que os partidários de Cuba terão nos Estados Unidos quando virem ali cordialmente acolhida a marinha espanhola.
> A causa de Cuba está positivamente perdida[13].

Em fins de dezembro de 1897, Dupuy de Lome, representante espanhol em Washington, havia escrito uma carta pessoal ao editor do periódico espanhol *El Heraldo.* Na correspondência, o ministro espanhol tecia duras críticas ao presidente McKinley e ao seu governo, ao qual considerava "fraco e posando para a administração da multidão, além de ser um político alcoviteiro que tenta deixar a porta aberta atrás de si, enquanto fica em bons termos com os chauvinistas de seu partido" [14]. Essa carta, no início de fevereiro de 1898, chegou às mãos da imprensa norte-americana e foi publicada nas páginas dos jornais, causando imensa revolta nos setores populares e estremecendo as relações entre os Estados Unidos e a Espanha. O jornal se mostrou

---

[12] THOMAS, Hugh. *Cuba:* la lucha por la libertad 1762-1970. Barcelona: Ediciones Grijalbo. 1973, p. 465.
[13] Os Nossos Telegramas. *O Estado de S. Paulo.* 29 de janeiro de 1898, p. 01.
[14] SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos:* poder e submissão. Bauru: EDUSC, 1998, p. 155.

pessimista em relação a tal acontecimento e a "possibilidade iminente de um confronto militar entre Espanha e Estados Unidos." [15]

Poucos dias após o incidente da carta de Dupuy de Lome, acontece, o que passou a ser considerada como a principal causa da Guerra Hispano-Americana, a explosão do couraçado *Maine* que o afundou instantaneamente, matando, aproximadamente, 258 marinheiros americanos[16]. Além de ser uma tragédia humana, a destruição do navio provou ser um desastre diplomático da maior magnitude. O governo espanhol passou a ser categoricamente responsabilizado pela explosão. A imprensa norte-americana manifestava-se violentamente contra os espanhóis, incitando a opinião pública a atacar os "agressores" e a pressionar o governo dos Estados Unidos por medidas concretas frente ao acontecimento[17]. O *Estado de S. Paulo* não se colocou favorável aos Estados Unidos e a inflamada opinião pública desse país. O diário se mostra cauteloso e reticente em acreditar que a Espanha tenha atacado o navio norte-americano, pois tal atitude se colocava em oposição às conveniências da Espanha de não aumentar as dificuldades pelas quais passava, além de considerar que as acusações norte-americanas não possuíam base comprobatória. Além dessas dúvidas o jornal considera que a questão principal que envolvia a Espanha e os Estados Unidos, a ilha de Cuba, foi esquecida e passou a um plano secundário, como mostra notícia de 06 de março:

> **Os Nossos Telegramas, 06 de março de 1898**
> O desastre do Maine não pode logicamente ser atribuído ao governo hespanhol. O absurdo de tal hipótese deriva das próprias conveniências da Hespanha, que não pode desejar aumentar as dificuldades atuais e que, nos casos espantosos de querer a guerra, era natural que a declarasse [...]
> De ambas as partes a questão inicial foi esquecida. Cuba, que foi o ponto de partida, passa a um plano secundário; o problema da sua independência não é estabelecido pelos norte-americanos, nem a obra da pacificação, começada com o decreto de autonomia, é objeto das atenções dos espanhóis.
> O conflito hispano-americano está apenas desenhado, ainda não é uma realidade. Mas nas condições atuais é licito duvidar de que, dado o conflito, Cuba se torne independente. A vitória

[15] Os Nossos Telegramas. *O Estado de S. Paulo.* 15 de fevereiro de 1898, p. 01.
[16] GOTT, Richard. *Cuba:* uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006, p. 118.
[17] SCHOULTZ, Op. Cit., p. 155.

> dos Estados Unidos representaria a sua anexação á grande República e a da Espanha, seria a paz efêmera, por que, mesmo nessa hipótese pouco provável, os norte-americanos prepararíam, em curto prazo, uma nova revolução[18].

Declarando que as condições em Cuba constituíam uma ameaça constante à paz, em 11 de abril McKinley enviou sua mensagem de guerra ao Congresso, insistindo em nome da humanidade, em nome da civilização, em prol dos interesses americanos ameaçados, o direito e o dever de agir. Ele pediu ao Congresso que lhe desse o poder de usar a força militar para assegurar uma completa finalização das hostilidades. Medida que foi rapidamente aprovada[19].

O *Estado de S. Paulo* posicionou-se contrariamente às resoluções de guerra que estavam sendo tomadas naquele país. Apoiou a posição espanhola de não aceitar a intimação norte-americana, pois considerava inadmissível que os Estados Unidos interviessem em Cuba por motivos que não visavam o reconhecimento da beligerância dos revolucionários ou a independência da Ilha, mas sim saciar interesses econômicos e uma opinião pública exaltada e impregnada de ideias expansionistas. Nesse momento alguns ideais americanistas e a figura exemplar dos Estados Unidos perdem forças ao se confrontarem com a ideologia defendida pelo jornal de defesa da soberania nacional e da liberdade. Essa indignação é demonstrada no dia 24 de abril de 1898:

> **Os Nossos Telegramas, 24 de abril de 1898**
> Está, portanto, evidente que a guerra tinha de se travar. Não era lícito à Espanha fugir a uma situação criada pela sua política tradicional. Para essa nação já empobrecida, mas cujo orgulho se não sente abatido. [...]
> O congresso americano, cedendo embora à agitação popular, foi mal inspirado. Pondo de parte, a aspiração do povo de Cuba contestou tão somente a soberania espanhola.
> Cuba não será espanhola; mas Cuba não será tampouco independente. Isto foi o que a Espanha viu; e isto é o que ela não pode nem deve aceitar. [...]
> A sorte da revolução cubana fica dependendo da guerra hispano-americana. [...]

---

[18] Os Nossos Telegramas. *O Estado de S. Paulo.* 06 de março de 1898, p. 01.
[19] GOTT, Op. Cit., p. 120-121.

> A situação da Espanha é gravíssima porque, na hipótese da derrota, não seria a perda de Cuba o seu maior prejuízo. Ela ficaria arruinada, reduzida, sob a indenização brutal de guerra, a falir e entregar-se ao vencedor. Luta, pois, não pela ilha de Cuba, mas pela própria vida[20].

A guerra contra a Espanha foi declarada em abril, e os oficiais norte-americanos receberam ordens para se preparar para uma invasão não apenas a Cuba, mas as demais ilhas espanholas no Caribe e no Pacífico. O que outrora fora percebido como uma guerra cubana de libertação nacional se transformou na Guerra Hispano-Americana e na destruição de quatro séculos de império espanhol. A rápida guerra encerrou-se em agosto de 1898, levando alguns norte-americanos a chamá-la de "esplêndida guerrinha" [21]. O armistício que foi assinado em Washington exigia que a Espanha abrisse mão de sua soberania sobre Cuba, cedesse Porto Rico e Guam aos Estados Unidos e permitissem aos americanos a ocupação de Manila até a negociação de um tratado de paz, que determinaria o controle das Filipinas.

Com a destruição da esquadra espanhola, que fazia o bloqueio de Cuba, o periódico se manifesta de maneira crítica à fraca defesa dos espanhóis, que entraram em uma guerra que não tinham a possibilidade de vencer e, principalmente, a postura de Mateo Sagasta – líder espanhol – que afirmava que o exército espanhol possuía capacidade de enfrentar militarmente os Estados Unidos. Já que a Espanha fora incapaz de defender seus territórios cabia a ela fazer o pedido de paz e aceitar todas as condições impostas pelos norte-americanos. O jornal considerava que os espanhóis deveriam desistir de suas colônias e se livrar do ônus e do risco de novas rebeliões que poderiam aprofundar ainda mais a crise espanhola. Fica claro para o diário que se a Espanha não tivesse entrado no conflito teria lucrado enormemente. Em primeiro lugar conservaria seus domínios coloniais, exceto Cuba, e a manutenção do comércio que mantinha com eles. Em segundo lugar, não teria que arcar com os encargos da dívida que a conferência de Paris lhe deu na partilha dos territórios. E por fim, se a Espanha tivesse cedido, como devia fazer uma nação sem condições de resistência eficaz, não teria aumentado a sua dívida interna de maneira brutal[22].

---

[20] Os Nossos Telegramas. *O Estado de S. Paulo.* 24 de abril de 1898, p. 01.
[21] KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI.* São Paulo: Contexto, 2008, p. 167.
[22] Os Nossos Telegramas. *O Estado de S. Paulo.* 16 de setembro de 1898, p. 01.

Em relação aos Estados Unidos, José Martí, principal líder intelectual dos revolucionários cubanos e morto no início da guerra de independência, já atentava, em 1889, em decorrência da Primeira Conferência Americana, em Washington, para os ideais intervencionistas norte-americanos e alertava os países independentes da América Latina. Segundo Martí,

> jamais houve na América, da independência para cá, assunto que requeira mais sensatez, que obrigue a maior vigilância, que peça exame mais claro e minucioso que o convite que os Estados Unidos, poderosos, repletos de produtos invendáveis e determinados a estender seus domínios pela América, fazem às nações americanas de menos poder, ligadas pelo comércio livre e útil com os povos europeus, para coordenar uma liga contra a Europa e fechar negócios com o resto do mundo. Da tirania da Espanha soube salvar-se a América espanhola; e agora, depois de ver com criterioso olhar os antecedentes, causas e fatores do convite, urge dizer, porque é a verdade, que chegou para a América espanhola a hora de declarar a sua segunda independência[23]. (MARTÍ, 1980: 170)

O Estado de S. Paulo também assumiu uma posição crítica em relação aos norte-americanos, principalmente, em relação à forma e aos motivos da intervenção armada efetuadas no território cubano. Essa mudança política dos norte-americanos foi o grande assunto das notícias publicadas pelo periódico. Inicialmente, a criação do Ministério das Colônias repercutiu de forma negativa no periódico, causando duras críticas às reais intenções dos norte-americanos em relação ao território cubano, corroborando os temores de José Martí, como noticiado no dia 26 de setembro:

> **Os Nossos Telegramas, 26 de setembro de 1898**
> Um telegramma ontem publicado diz que o presidente McKinley resolveu criar mais um ministério, o das colônias.
> A mudança de política que este ato representa, é a confirmação do juízo que em quase todos os países se formou da intervenção norte-americana na questão de Cuba. [...]
> A intervenção, tal qual se realizou indicava logicamente esta nova orientação. Os Estados Unidos intervieram em Cuba, porque nessa colônia espanhola, as portas daquela República, havia altos interesses americanos prejudicados pela guerra civil,

[23] MARTÍ, José. *Nossa América:* antologia. São Paulo: Editora Hucitec. 1980, p. 170.

> e porque a Espanha, sem poder dominar o movimento separatista, deixava a ilha de Cuba arruinar-se rapidamente.
> O governo de Washington não reconheceu nunca a qualidade de beligerantes aos cubanos. Intimando a Hespanha a abandonar a ilha, o fez a pretexto de humanidade, para livrar os cubanos das atrocidades atribuídas aos espanhóis, sem, todavia lhes oferecer a independência. Desde que o exército americano desembarcou naquela ilha, ficou patente que os Estados Unidos trabalhavam somente pelos seus próprios interesses. De há muito que surgira para os norte-americanos o problema da colocação da subprodução industrial. Sem novos mercados a prodigiosa e colossal indústria da América do Norte está sem remédio [...] Esses mercados abrem-se em Cuba, em Porto Rico e nas Filipinas e talvez, em breve, se abram em outros portos. [...]
> Hoje, com a criação do ministério das colônias, fica-se sabendo que em Washington desapareceram os escrúpulos constitucionais que têm impedido que aquela grande nação acompanhe as potências européias na expansão por meio de colônias.
> Abre-se, assim, na história norte-americana uma nova era[24].

Assim, a opinião pública, as conveniências do comércio internacional e a importância excepcional da produção e os interesses afins colocaram os Estados Unidos definitivamente no caminho das grandes potências. O exército e a esquadra foram expandidos e as fronteiras internacionais cresceram imensamente. Com isso, pode concluir-se que os norte-americanos buscavam manter-se como a grande potência industrial que eram e, além disso, tornar-se uma grande potência mundial com força suficiente para interferir na política internacional. Nesse momento encerra-se o ciclo do Império espanhol e inicia-se o imperialismo norte-americano. Ao mesmo tempo em que se inicia uma dura crítica, por parte do jornal *O Estado de S. Paulo,* à perda de identidade da política estadunidense.

[24] Os Nossos Telegramas. *O Estado de S. Paulo.* 26 de setembro de 1898, p.01.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. *História cultural da Imprensa:* Brasil – 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora UNESP. 1995.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino:* imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo.* São Paulo: Editora Alfa Ômega. 1980.

GOTT, Richard. *Cuba:* uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006.

KARNAL, Leandro. [et al]. *História dos Estados Unidos das origens ao século XXI.* São Paulo: Contexto, 2008

MARTÍ, José. *Nossa América:* antologia. São Paulo: Editora Hucitec. 1980.

PÉREZ PUERTO, Ángela. *Cuba 1898:* la guerra nacida del papel. Goiás: Anphlac. 2010

ROSANVALLON. Pierre. *Por uma história conceitual do político. Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.15, n. 30, 1995. p. 09-22.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos:* poder e submissão. Bauru: EDUSC, 1998.

THOMAS, Hugh. *Cuba:* la lucha por la libertad 1762-1970. Barcelona: Ediciones Grijalbo. 1973

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional:* uma análise comparativa. Tradução: René Loncan. Brasília: Editora da UNB, 2004, p. 30.

A ASSISTÊNCIA CARITATIVA A INFÂNCIA ABANDONADA E DESVALIDA NA CIDADE DE SÃO PAULO NO SÉCULO XIX.

Robson Roberto da Silva[*]

RESUMO: Nesse artigo acadêmico será analisada a situação social das crianças abandonadas na cidade de São Paulo durante o século XIX, principalmente a atuação das instituições eclesiásticas no amparo dos pequenos desafortunados, especialmente após a inauguração da **Roda dos Expostos** em 1825 na Santa Casa da capital paulista. Até o final do século XVIII, o índice de crianças expostas era baixo se comparado com centros urbanos porque as crianças desafortunadas eram acolhidas pelas famílias paulistas, ou pela iniciativa da Igreja Católica motivados pela caridade cristã. Todavia, no século seguinte, a cidade de São Paulo começou a ter um relativo crescimento urbano e populacional, o que acarretou em diversos problemas sociais. Com isso, houve um aumento significativo dos abandonos de crianças que a caridade não conseguiu absorver. A instalação da roda dos expostos veio para diminuir os índices de abandono e infanticídio. Mas apenas a "Roda" não resolveria a questão, toda uma estrutura assistencial foi montada pela Igreja, com a participação da sociedade, para o atendimento dos expostos. Esse sistema assistencial fundamentado na caridade religiosa vigorou durante todo o século XIX.
PALAVRA-CHAVE: Historia Social, Território do Político, Infância, Instituições, Caridade.

1. AS CRIANÇAS ENJEITADAS NO UNIVERSO DAS FAMÍLIAS PATRIARCAIS PAULISTAS

A sociedade paulistana do final do séc. XVIII e início *do séc.* XIX ainda mantinha seus laços patriarcais e de parentesco, os costumes provicianos imperavam no cotidiano da pequena vila. Assim, as crianças enjeitadas estavam inseridas dentro da malha de relações sociais das famíilias patriarcais, incorporando-se como afilhados ou agregados. *"É evidente que essa sociedade patriarcal (...) possibilitava a absorção dos inúmeros bastardos e expostos originados da exploração sexual da mulher índia e negra pelo senhor branco, ou pela instabilidade da vida familiar."*[1] Segundo Laima Mesgravis:

---

[*] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Historia Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) / Brasil. e-mail: rrs_1974@hotmail.com

[1] **MESGRAVIS**, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo* (1599 - 1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas). p.170

> Durante o bandeirismo, época, em que não revela a documentação a menor informação a respeito de expostos mas muitas de bastardos, o problema era com certeza solucionado dentro da família patriarcal, com assimilação desses elementos para integrarem o contingente das bandeiras, absorvedoras de homens, ou para trabalharem nas pequenas lavouras de subsistência dos grandes bandeirantes. (...). É nessas pequenas ou médias propriedades, exploradas com trabalho da "família do proprietário e seus agregados que encontramos pela primeira vez menção constante dos expostos.[2]

Até meados do séc. XIX, a questão do abandono infantil estava incorporada nos domínios das famílias e entidades religiosas. Marcilio define o sistema social da caridade:

> Do período colonial até meados do século XIX vigorou a fase (...) caritativa. O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, (...) privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações (...), esperam receber a salvação de suas almas, (...), aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos.[3]

A maioria da população paulista ainda era essencialmente rural e os enjeitados eram absorvidos pelas famílias patriarcais. Elas submetem-se aos laços de dependência. *"A absorção natural dos expostos no meio rural explica o fato de não serem mencionados como problema social nas vilas e na cidade de São Paulo, antes dos primeiros anos do século XIX."*[4] A presença de filhos de criação não estava limitada aos grupos patriarcais, todas as famílias tinham o costume de acolher enjeitados. *"O sistema informal ou privado de criação dos expostos em casas de famílias foi o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo, e presente em toda a História do Brasil."*[5] O hábito de acolher expostos deve-se a matriz cultural brasileira, fundada na solidariedade cristã. *"Há que considerar que a caridade cristã é uma*

---

[2] **MESGRAVIS**, Op. cit. p.171
[3] **MARCILIO**, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998, p.134
[4] **MESGRAVIS**, Op. cit. p.171
[5] **MARCILIO**, Op. cit. p.136

tradição. Nenhuma criança encontrada na porta de uma casa deveria ser deixada sem cuidados."[6] Além do acolhimento, havia a prática do compadrio, ou seja, adoção dos expostos com afilhado. *"Um enjeitado apadrinhado criava imediatamente vínculos de parentesco com uma rede imensa de indivíduos."*[7] Segundo Venâncio:

> A sociedade brasileira de outrora atribuía grande responsabilidade aos padrinhos. O parentesco espiritual era reconhecido socialmente, implicava respeito e obediência por parte do afilhado, assim como proteção e auxílio por parte de padrinhos e madrinhas. (...) os senhores nunca apadrinhavam os próprios escravos. Acreditava-se que o compadrio e a escravidão eram instituições incompatíveis. (...). O compadrio criava laços de respeito e proteção superiores às normas escravistas.[8]

No convívio das crianças residentes nas casas-grandes vigorava o princípio da igualdade e companheirismo nas bricadeiras e jogos. Para Gilberto Freyre:

> Tanto o excesso de mimo de mulher na criação dos meninos e até dos mulatinhos, (...) a liberdade para os meninos brancos cedo vadiarem com os moleques safados na bagaceira, deflorarem negrinhas, emprenharem escravas, abusarem de animais - constituíram vícios de educação, talvez inseparáveis do regime de economia escravocrata, dentro do qual se formou o Brasil.[9]

As funções de trabalho exercidas pelas crianças nas casas-grandes condiziam com a sua constituição física e psíquica, realizavam pequenas tarefas nos serviços domésticos:

> Faziam às vezes de pagem, de moleque-de-recados, ou criada; iam buscar o jornal ou o correio nas vilas e cidades da vizinhança; encilhavam os cavalos; arrumavam o quarto; ajudavam a vestir, desvestir e a banhar as pessoas da casa e os visitantes; engraxavam os sapatos; escovavam as roupas; serviam a mesa, espantavam mosquitos; balançavam a rede; abanavam o fogo; buscavam água no poço; limpavam a cozinha; faziam compras;

---

[6] Idem, p.137

[7] **VENÂNCIO**, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. 1ª edição. Campinas: Papirus, 1999, p.138

[8] **VENANCIO**, Op. cit. p.138

[9] **FREYRE**, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003, p.459

> levavam e traziam recados; carregavam pacotes, lenço, leque, vela, missal, guarda-chuva, guarda-sol, etc.[10]

Nas famílias pobres, o recurso de adoção dos expostos foi mais utilizado, pois além da benevolência, estariam garantindo o trabalho delas, mais fiel e menos problemático do que um escravo. O trabalho dos expostos enquadrava-se na economia familiar:

> Em uma sociedade escravista (...), os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita. Por isso, criar um exposto poderia trazer vantagens económicas; (...) teriam mão-de-obra suplementar, e gratuita, mais eficiente do que a do escravo, porque livre e ligada a laços de fidelidade, de afeição e de reconhecimento.[11]

Enfim, a entidade familiar, seja a grande família patriarcal proprietária ou as pobres famílias dependentes de uma economia rudimentar foram às grandes acolhedoras dos expostos, junto com a Igreja Católica até meados do séc. XIX.

2. As condições sociais das crianças expostas e a atuação da caridade pela Igreja

Foi no decorrer do século XIX que a questão da infância abandonada tornou-se um grave problema social na cidade de São Paulo. Se até o final do século XVIII, a pacata vila paulista oferecia números insignificantes de expostos, sendo elas tranquilamente absorvidas pela caridade religiosa das famílias e pelas instituições religiosas, isso mudou no século seguinte, devido ao crescimento populacional e urbano. As autoridades políticas sempre negligeciaram o assunto, deixando a solução para as iniciativas de particulares. As taxas de abandono eram elevadíssimas. *"(...), a taxa de exposição de crianças na cidade de São Paulo, no início do século XIX, era das mais elevadas do Brasil. (...) 15,9% de todos os nascimentos livres do período."*[12] Talvez, a hipótese mais forte e visível seja o elevado nível de prostituição:

---

[10] **MOTT**, Maria Lúcia de Barros**.** Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 85 – 96 jan. – jun. 1989, p.89
[11] **MARCILIO**, Op. cit. p.137
[12] **MARCILIO**, Op. cit. p.63

> E' incontestável que logo após o pôr do sol vêem-se nas ruas muito mais pessoas do que durante o dia; ficam as mesmas repletas de homens e de mulheres que andam à procura de aventuras. Os indivíduos dos dois sexos envolvem-se em capotes de lã, de grandes golas que lhe encobrem a metade do rosto; as mulheres usam um chapéu de feltro preso atrás da cabeça; o dos homens é puxado sobre os olhos. Em nenhuma parte do mundo por mim percorrida vi tamanho número de prostitutas; eram de todas as cores; as calçadas ficavam, (...), cobertas de mulheres dessa baixa espécie. [13]

Mas como pode ser explicado esse elevadíssimo índice de prostituição? Talvez a condição das mulheres esclareça a questão, submetidas num sistema escravocrata, as mulheres, principalmente as mais pobres, sofriam com a falta de trabalho, quando não realizavam pequenos serviços, encontravam na prostituição sua forma de sustento. *" (...), sabia-se que quase 40% dos moradores da cidade eram mulheres sós, chefes de família, muitas delas concubinas e mães solteiras."*[14] Segundo Mesgravis:

> Já nos referimos à exploração sexual da mulher de cor, índia negra, pelo branco proprietário, propiciada e admitida pela escravidão, e que foi responsável pela multidão de bastardos. Mesmo quando livre, a mulher mestiça ou de cor não escapava dessa degradante exploração, uma vez que os costumes só a aceitavam como concubina temporária, numa união cuja duração dependia tão-somente do capricho do homem.[15]

A maioria das mulheres paulistas sobreviviam sozinhas, abandonadas pelos maridos ou amantes, com filhos para criar. Tiravam seus parcos ganhos do trabalho artesanal, na venda de alimentos e de pequenos serviços. *"Brancas pobres, escravas e forras faziam o comércio mais pobre e menos considerado que era o dos géneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo, (...)."* [16] Então, a prostituição, miséria, a condição precária das mulheres, a falta de trabalho, o abandono dos homens, todos esses fatores reunidos favoreciam o aumento do número de enjeitados. Diante de tal calaminade social, onde os transeuntes encontravam corpos de crianças espalhados pelas

---

[13] **SAINT-HILAIRE**, Auguste de. *Viagem à província de S. Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Tradução, prefácio e notas de Rubens Borba de Morais. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins/Edusp, 1972, p.187

[14] **DIAS**, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.20

[15] **MESGRAVIS**, Op. cit. p.175

[16] **DIAS**, Op. cit. p.14

ruas ou devorados pelos animais, causavam consternação e revolta. *"A descoberta a cada manhã de frágeis corpinhos mutilados, que serviam de pasto a cães e outros bichos, tornou-se sinónimo de barbárie."*[17] Esses abandonos são descritos por Laima Mesgravis:

> Até 1824 eram as crianças indesejáveis expostas nas portas das casas particulares, nos lugares públicos como igrejas e ruas, ou atiradas em monturos de lixo! (...). O primeiro a revelar interesse por esses infelizes inocentes foi o quarto bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, (...) em frente à mesma casa deste prelado existia um cisqueiro e matos, onde era aí costume enjeitarem crianças... logo que houvia choro de qualquer delas no mesmo lugar, (...) se apressava em mandar o seu criado buscá-las e, da janela, batisava a mesma criança, receando que os porcos ou outros animais, (...), a devorassem antes da chegada do mesmo criado.[18]

O que mais escandalizava as autoridades políticas e a sociedade paulista no séc. XIX não era simplesmente o ato do abandono da criança, mas também expo-las ao perigo de vida, caracterizando crime de infanticídio, condenável tanto pelas regras religiosas, *"Abandonar a própria prole consistia em impiedade, em desrespeito aos mandamentos católicos."*[19] quanto pela justiça criminal. *"Considerava-se o infanticídio um crime, ao passo que, no abandono (...) não havia qualquer tipo de punição legal."*[20] Apesar das advertências, a prática do abandono-infanticídio não diminuiu. *"O infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, (...)."* [21] Diante de tal quadro dramático dos enjeitados, não houve alternativa que não fosse à implantação da Roda dos Expostos:

> Depois de muita luta, criou-se a Roda de Expostos. Após a aquisição da Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória, em 2 de setembro de 1825, ali se instalaram o Hospital de Caridade e a Roda dos Expostos. Apesar de possuir prédio próprio, suas instalações eram acanhadas e não muito satisfatórias. A Roda ficava em uma janela do andar térreo do casarão.[22]

---

[17] **VENANCIO**, Op. cit. p.24
[18] **MESGRAVIS**, op. cit. p.178-179
[19] **VENANCIO**, Op. cit. p.19
[20] Idem, p.19
[21] **ARIÈS**, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaskman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981, p.15
[22] **MARCILIO**, Op. cit. p.156

Além de salvar as pequenas almas do inevitável infanticídio, os religiosos também tinham a intenção de batizá-las. *"Para muitos, o verdadeiro escândalo consistia no fato de os bebés morrerem antes de receber o batismo, (...)."* [23] Motivados pela caridade, os religiosos incentivavam a entrega dos filhos indesejáveis do que deixá-los morrerem. Essa era a diferença entre a piedade humana e o ato do infanticídio:

> Na verdade, os termos "expor" ou "enjeitar" encobriam realidades distintas. Toda mulher que, no meio da noite, deixasse o filho recém-nascido em um terreno baldio estava expondo-o à morte, ao passo que os familiares, ao procurarem hospitais, conventos e domicílios dispostos a aceitar o pequerrucho, estavam tentando protegê-lo[24]

Ao dar entrada, as crianças eram batizadas e registradas, receberiam os primeiros cuidados e encaminhadas para as amas-de-leite mercenárias paraserem amamentados:

> Recebem o feto de cueiros e camisas e mais enxovais, que lhes dá a Casa, em fazenda, paga-se-lhe 4$000, por mês, por tempo de 18 meses e a despesa de leite; no fim de cada ano, paga-se-lhe mais 2$400, a saber, os varões até a idade de 7 anos e as fêmeas até a idade de 10 anos. (...) , os Administradores fazem as suas visitas pela casa das criadeiras, para indagarem do bom ou mau tratamento, e providenciarem o que for necessário. São ainda as criadeiras obrigadas a apresentar as crianças que criam, no ato do pagamento geral que se faz de quatro em quatro meses e aí são examinadas pelo cirurgião em presença das criadeiras. Quando sucede haver mau tratamento, volta logo a criança para a Casa da Roda[25]

As amas-de-leite foram às principais personagens desse período da caridade a infância desvalida no Brasil. As amas eram descuidadas com a higiene da amamentação:

---

[23] **VENANCIO**, Op. cit. p.24
[24] Idem, p.23
[25] **MARCILIO**, Op. cit. p.146

> A pobreza das amas era acompanhada, (...), da ignorância e da falta de conhecimentos e prática das regras de higiene. (...). Descuida da alimentação e do trato das crianças... A ânsia do lucro faz com que receba nos seus cómodos maior número de crianças do que eles podem comportar... [26]

O sistema de amamentação pelas amas-de-leite perdurou por todo século XIX, entrando em decadência com o desenvolvimento da pasteurização do leite e outros progressos científicos, como o desenvolvimento da puericultura no início do século XX.

3. A CRIAÇÃO DAS CRIANÇAS EXPOSTAS E A SUA EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO TRABALHO PRECOCE

Na época da instalação da Roda dos Expostos (1825) formam inaugurados dois seminários na cidade de São Paulo. Mas nem todas as crianças expostas seriam internadas, alguns ficavam com as próprias amas. *"As próprias amas-de-leite (...) solicitavam, (...), permissão para ficar definitivamente com as crianças que tinham amamentado."*[27] Uma grande parcela expostos eram adotados por famílias criadeiras, se constituam de mulheres sozinhas e sua prole que sobreviviam do trabalho artesanal, adotavam os expostos tanto pelo sentimento da caridade como pela praticidade do trabalho infantil. *"Havia procura de meninos nas casas pobres de mulheres mais velhas (...). A demanda era constante nas vizinhanças pobres e também na cidade em geral, (...)."*[28] Segundo Marcílio:

> (...), esses chefes de família pobres, sem meios para adquirir escravos, incorporavam um exposto em sua casa, encontrando assim uma fórmula pouco onerosa e bastante eficiente de obter trabalho gratuito complementar para os serviços domésticos e para as lides de suas roças.[29]

---

[26] **MARCILIO**, Op. cit. p.249
[27] Idem, p.136
[28] **DIAS**, Op. cit. p.144
[29] **MARCILIO**, Op. cit. p.138

Essas famílias criadeiras dependiam totalmente do trabalho dos seus dependentes para sobreviverem. *"(...), contavam com o trabalho de todos, crianças, adultos, dependentes, agregados."* [30] Vivendo desse pequeno comércio, os expostos eram alugados, inclusive com grande circulação, pelas mães criadeiras para diversos serviços. *"Além das crianças abandonadas, havia o costume de redistribuíção, no sentido de dar para terceiros criarem."*[31] Durante o séc. XIX, a utilização do trabalho infantil foi institucionalizando-se, os contratos de locação foram sendo utilizadas para dar uma ocupação às crianças expostas. Segundo Gislaine C. Azevedo:

> (...), com o caminhar do século XIX e em virtude da questão escrava, a tutela e também o contrato de soldada vão sofrendo deslocamentos de significado, articulando-se à regulamentação de "novas" relações de trabalho. Em função disso, a soldada acabou sendo intensificada. (...). Segundo a legislação, existiam dois tipos de locação de serviços: a judicial e a não judicial. A não judicial era a que regulamentava todos os tipos de contratos de locação. A judicial era quando o Juiz de Órfãos determinava "que menores indigentes sejão alugados para serviços domésticos.[32]

Comentando sobre os internatos femininos, Mesgravis descreve o Seminário da Gloria:

> O Seminário da Glória foi criado por proposta do presidente da província, (...), em 1824, para servir de internato às meninas órfãs, (...), com dotação anual de 600$000. Foi instalado na Chácara da Glória, (...). Em 1847 foi criada, anexa ao Seminário, uma Escola Normal, só instalada em 1852 e suprimida em 1956. O nível da educação só melhorou em 1870, quando a direção (...) foi confiada à congregação das irmãs de S. José.[33]

O sistema de assistência a infância feminina foi bem mais organizados do que a masculina. As instituições eclesiásticas tiveram uma preocupação especial com as meninas. *"Não só visa, (...), a proteção das meninas durante a infância, mas, (...), providencia seu casamento e (...) um dote de duzentos a quatrocentos mil-réis."* [34]

---

[30] **DIAS**, Op. cit. p.141
[31] Idem, p.141
[32] **AZEVEDO**, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis*: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871 - 1917), Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica – SP, 1995, p.48-49
[33] **MESGRAVIS**, Op. cit. p.184
[34] **KIDDER**, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p.77-78

Quanto a sua educação, baseava-se no ensino primário. *"(...) limitava-se ao ensino de rudimentos de leitura, escrita e aritmética, além da aprendizagem das chamadas prendas domésticas (...)."*[35] O magistério era uma alternativa de profissionalização. *"Apesar de suas deficiências, (...) representou um primeiro ensaio de profissionalização feminina (...)."*[36] Segundo Carmem S. Vidigal Moraes:

> Em 1845, não havendo na Província escola que preparasse professores, quer do sexo masculino, quer do feminino, ficara estabelecido que as alunas do Seminário poderiam ser nomeadas professoras, (...). Nessa época, (...), as áreas do ensino estavam limitadas à língua portuguesa – (...) – e à aritmética (...) o ensino de prendas domésticas e das seguintes matérias: leitura, escrita, gramática portuguesa e princípios da moral cristã e da doutrina do Estado[37]

Além do magistério, outro destino das internas era o casamento, recurso utilizado no Seminário para "dar estado" as meninas. *"O casamento era o melhor e o mais desejado destino que se poderia dar às meninas (...), manteve-se, (...), o sistema de dotes, oferecidos aos moços que se casavam com as expostas reclusas"*[38] Sobre os meninos expostos, a sociedade não dispensava as mesmas preocupações como acontecia com as meninas. Havia a crença de que eles seriam mais capazes de sobreviverem, não havendo a necessidade do auxílio da caridade. A utilização do trabalho dos expostos justificava-se por retirá-los da ociosidade. *"A ideologia filantrópico-burguesa, (...), visava (...), incutindo-lhe não apenas o amor e o hábito do trabalho, mas também comportamentos de submissão e de disciplina."*[39] No período de aprendizagem, os internos eram mandados para casas de mestres e artesãos como aprendizes. Na explicação de Maria Luiza Marcílio:

> Antes de ser criado o ensino profissionalizante nas instituições de abrigo ao menor abandonado, (...), enviado a aprender um ofício ou profissão em casas de mestres artesãos ou de negociantes. Em troca de casa, comida, vestuário e do treinamento no ofício do seu benfeitor, o pequeno exposto,

---

[35] **MORAES**, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 15, set/out/nov/dez p. 70 – 96, 2000, p.76
[36] **MESGRAVIS**, op. cit. p.185
[37] **MORAES**, op. cit. p.79
[38] **MARCILIO**, Op. cit. p.296
[39] Idem, p.294-295

> antes de completar doze anos, tornava-se um aprendiz. (...), nada ganhava. Depois dessa idade poderia-ser contratado à soldada (...), com a aprovação do juiz de órfãos ou do mordomo dos expostos. [40]

No Seminário de Sant'Anna, a educação se dava pela inserção ao mundo do trabalho:

> O Instituto de Educandos Artífices contava com as seguintes escolas e oficinas: primeiras letras; geometria e mecânica aplicada às artes; noções gerais de aritmética e álgebra; escultura e desenho aplicado às artes; música e instrumentos de corda; ginástica, natação e jogo de armas; alfaiate, sapateiro, marceneiro, serralheiro, correeiro, (...).[41]

Com a industrialização mais crianças eram mandadas para as manufaturas:

> Também passaram a ser solicitados expostos das Rodas para oficinas de artesãos e pequenas fábricas que foram surgindo. Esse sistema funcionava como uma troca de benefícios: para os patrões, que tinham mão-de-obra dócil e gratuita; e para as crianças e jovens, que tinham oportunidade de treinamento e aprendizagem em uma atividade profissional, além da experiência (...) de viver fora do estabelecimento total e enfrentar a realidade tanto familiar como do trabalho[42]

O Seminário de Sant'Anna teve que se reinventar aos novos tempos da sociedade industrial, tanto que em 1868 para reformas e implamtação do novo currículo educacional, voltado para a inserção dos internados na nascente indústria paulista.

4. ASCENSÃO DA FILANTROPIA CIENTÍFICA E A CRÍTICA A CARIDADE DA INFÂNCIA DESVALIDA

As discussões, debates e críticas que a sociedade paulista fez nas últimas décadas do séc. XIX às instituições eclesiásticas de amparo as crianças expostas e a ascensão do pensamento filantrópico – científico para solucionar com maior eficiência a questão da infância desvalida no Brasil. *"A filantropia surgia (...), para substituir o*

---

[40] Idem , ibdem, p.289
[41] **MORAES**, Op. cit. p.75
[42] **MARCILIO**, Op. cit. p.290

modelo da caridade. (...) atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas económicas e morais, (...).” [43] As teorias eugênicas começam a ganhar força na elite intelectual paulista, *“É importante lembrar que, durante a segunda metade do século XIX, são difundidas no Brasil as teorias científicas da superioridade da raça branca, que encontram adeptos entre médicos e intelectuais.”* [44] Os médicos higienistas criticavam os problemas crônicos nos hospitais. Marcílio explica a atuação dos médicos em relação a infância exposta:

> Os médicos higienistas procuraram atacar a questão da infância abandonada em várias frentes: combate à mortalidade infantil; cuidados com o corpo (...); estudos; importação de conhecimentos e campanhas de combate às doenças infantis; educação das mães; introdução da Pediatria e da Puericultura, como novas áreas de conhecimento; campanhas de higiene e de saúde pública; etc. [45]

Além dos médicos, os juristas também se engajaram na cruzada em favor do reformismo da assistência social. Até o séc. XVIII eles limitavam-se nas questões de heranças. Contudo, no século seguinte, suas funções e prerrogativas foram ampliadas para legislar sobre as crianças expostas, entretanto, as leis elaboradas para a infância colocaram esses impúberes em categorias sociais equivocadas, qualificados de degenerados, ganhava força nos textos jurídicos o termo **menor**, substituindo exposto. *"Menor tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada.”*[46] A justiça descaracterizava as crianças, eram colocadas na categoria de delinqüentes. *“O termo menor aponta para a despersonalização (...). A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.”*[47] Segundo Marcílio:

> Por sua vez, no final do século XIX, os juristas deixaram seu campo de atuação tradicional e entraram decididamente no setor da infância desvalida e delinquente. (...). As teorias da Escola de Milão, especialmente as de César Lombroso (...), fizeram sucesso

[43] **MARCILIO**, Op. cit. p.78
[44] **VENANCIO**, Op. cit. p.49
[45] **MARCILIO**, Op. cit. p.194
[46] Idem, p.195
[47] **MARCILIO**, Op. cit. p.195

> aqui, (...). Uma educação rígida (...) era necessária para refrear a "tendência natural ao crime"[48]

As opiniões e críticas dos especialistas não eram um discurso limitado em si mesmo, mas expressavam as aspirações da sociedade, pelo menos para as elites, que respiravam ares de transformações, acreditando no progresso da ciência e na evolução da humanidade. O Estado Republicano apoderou-se das questões sociais. *"(...) propunham a separação da infância problemática, (...) em grandes instituições totais, (...), antes de devolvê-la ao convívio da sociedade estabelecida."*[49] Houve a instrumentalização das estruturas de assistência a infância, as crianças expostas do período caritativo se convertem em menores delinqüentes. O Reformismo propunha a criação das instituições totais, organismos disciplinares fundados na filantropia científica que retirava as crianças da ociosidade, transformando-os em trabalhadores. Conclui Maria Luiza Marcílio:

> As Instituições totais criadas em fins do século XIX e inícios do século XX (asilos, reformatórios, colónias agrícolas, colónias penais, correcionais, etc.) mantiveram a filosofia de capacitação profissional dos jovens abandonados e/ou infratores, mas feita dentro dos estabelecimentos, através de oficinas de artesanato (marcenarias, sapatarias, corte e costura, alfaiataria, funilaria, etc.) que buscavam introduzir os adolescentes em uma atividade profissional [50]

Enfim, na passagem dos séculos XIX - XX enormes transformações ocorreram na sociedade brasileira, tendo a cidade de São Paulo como palco. A infância abandonada não ficaria alheia a essas mudanças, saindo da fase da caridade, onde sua situação era tratada nas relações sociais baseadas no paternalismo. Na dinâmica sociedade industrial e burguesa, na fase da filantropia, seu papel social mudou radicalmente, elas serão cooptadas pelo sistema produtivo que não considera suas singularidades, serão enquadradas social e juridicamente em conformidade com sua classe social e se tornaram um joguete dentro capitalismo moderno do século XX.

---

[48] Idem, p.194
[49] Idem, ibdem, p.194
[50] Idem, ibdem, p.294

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaskman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis*: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871 - 1917), Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica – SP, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48ª edição revisada. São Paulo: Global, 2003.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo* (1599 - 1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas).

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 15, set/out/nov/dez p. 70 – 96, 2000.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 85 – 96 jan. – jun. 1989.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de S. Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguai*. Tradução, prefácio e notas de Rubens Borba de Morais. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins/Edusp, 1972.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas*: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. 1ª edição. Campinas: Papirus, 1999.

A "ÁGUIA POUSA": A LONGA GUERRA DO GOLFO SOB A ÓTICA DAS DOUTRINAS POWELL E BUSH (1991-2003)

Sandro Heleno Morais Zarpelão[1]

Orientador: Sidnei José Munhoz[2]

RESUMO: A queda do Muro de Berlim, em 1989, seguida por revoluções no Leste Europeu, a unificação alemã e a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, marcaram o final da Guerra Fria. Nessa época, a euforia da economia de mercado, do neoliberalismo e da democracia representativa marcou as relações internacionais da década de 1990. Apesar do anunciado "fim da História", o mundo, ao mesmo tempo, em janeiro de 1991, presenciou os EUA colocaram em movimento a sua máquina militar através da Operação "Tempestade no Deserto" contra o Iraque. Era a Doutrina Powell sendo aplicada no campo militar e estratégico. Contudo, tal conflito não terminou em 1991. A "longa Guerra do Golfo" continuou com a invasão estadunidense sobre o Iraque, em março de 2003, quando foi colocada em prática a Doutrina Bush e que possivelmente foi influenciada pela Doutrina Powell. O objetivo do trabalho, então, é analisar, através de uma metodologia comparativa, os conflitos no Golfo sob a ótica das Doutrinas Powell e Bush, demonstrando que tanto a Primeira como a Segunda Guerra do Golfo possuem várias diferenças e semelhanças, formando um longo embate, envolvendo atores estatais e não-estatais, como os Estados Unidos, a Organização das Nações Unidas e o Iraque em verdadeiras guerras assimétricas. A metodologia empregada foi a análise de referências que se debruçam sobre a política externa dos Estados Unidos por meio de autores como Igor Fuser, Sidney Lenz, John Lukacs, Antonio de Aguiar Patriota, Andrew Bacevich, Frank Schubert, Douglas Little, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Flavio Alves Combat, Noam Chomsky, Argemiro Ferreira e Sidnei José Munhoz. Tem-se que alguns princípios de uma doutrina, influenciam a outra, como foi o caso da Doutrina Carter, cujo princípio de defesa dos interesses de Washington, com relação ao petróleo, também ajudou na construção da Doutrina Powell, na ocorrência da Guerra do Golfo, de 1991. Conclui-se que a política externa dos Estados Unidos desenvolveu-se para defender os interesses do país na seara internacional, seja através da diplomacia, seja através da guerra. O presente tema é resultado da dissertação de mestrado "Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991)", defendida em 2008, na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Golfo, Guerra do Iraque, Doutrinas Powell e Bush.

---

[1] Mestre em História Política e dos Movimentos Sociais do PPH/Universidade Estadual de Maringá (UEM).

[2] Prof. Dr. e Orientador do Departamento de História e do PPH/Universidade Estadual de Maringá (UEM).

INTRODUÇÃO

A Guerra do Golfo, de 1991, e a Guerra do Iraque, de 2003, foram dois exemplos de conflitos em que os Estados Unidos se envolveram diretamente no final do século XX e início do século XXI. Assim, para entender melhor o seu comportamento como ator internacional importante nos dois conflitos, torna-se imprescindível que se estude a sua política externa sob a ótica das Doutrinas Powell e Bush.

Vale ressaltar que a política externa dos Estados Unidos da América do Norte pode ser enquadrada no paradigma da longa duração, pois desde o século XIX, poucas mudanças e rupturas ocorreram ao longo da história. Ao longo da segunda metade do século XIX e até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram importantes embates na sua política externa, entre os chamados isolacionistas e os internacionalistas.

Nesse sentido, verificar-se-á a influência das doutrinas Powell e Bush na eclosão das Guerras do Golfo, em 1991, e do Iraque, em 2003, demonstrando que os citados conflitos possuem uma ligação estreita e fazem parte de uma longa guerra no Golfo, da mesma forma como ocorreu na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais de acordo com o historiador Eric Hobsbawm[3].

Para tanto, será necessário trabalhar rapidamente com a Doutrina Carter, erigida durante o governo do presidente Jimmy Carter (1977-1981), que defendia uma política de intervenção militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, em defesa dos interesses petrolíferos estadunidenses. Ressalta-se, que as Doutrinas Powell e Bush foram muito influenciadas pela Doutrina Carter.

A Doutrina Powell foi aplicada durante a Guerra do Golfo, de 1991, e já a Doutrina Bush foi aplicada durante a Guerra do Iraque, em 2003, quando Washington liderou uma invasão ao território iraquiano, apoiado por Londres. Assim, notar-se-á a influência dos princípios embasadores das citadas doutrinas estadunidenses naqueles conflitos.

---

[3] Ver a obra: HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.* SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Em outras palavras, era a Doutrina Powell sendo aplicada no campo militar e estratégico. Contudo, tal conflito não terminou em 1991. A "longa Guerra do Golfo" continuou com a invasão estadunidense sobre o Iraque, em março de 2003, quando foi colocada em prática a Doutrina Bush e que possivelmente foi influenciada pela Doutrina Powell.

O objetivo do trabalho, então, é discutir e refletir sobre os conflitos no Golfo sob a ótica das Doutrinas Powell e Bush, demonstrando que tanto a Primeira como a Segunda Guerra do Golfo podem ser consideradas como um longo embate, por meio de uma metodologia comparativa, demonstrando que tanto a Primeira como a Segunda Guerra do Golfo possuem várias diferenças e semelhanças, formando um longo embate, envolvendo atores estatais e não-estatais, como os EUA, a ONU e o Iraque em verdadeiras guerras assimétricas.

Trata-se de um artigo decorrente da minha dissertação de mestrado defendida em 2008, na Universidade Estadual de Maringá (UEM)[4], orientado pelo Professor Doutor Sidnei José Munhoz.

A LONGA GUERRA DO GOLFO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS GUERRAS DO GOLFO E DO IRAQUE SOB A ÓTICA DAS DOUTRINAS POWELL E BUSH (1991-2003)

Em 1980, o então presidente dos Estados Unidos da América, James Earl Carter (1977-1981), mais conhecido como Jimmy Carter, revelou ao país e ao mundo que o Oriente Médio, mais especificamente o Golfo Pérsico, era uma área importantíssima para os interesses estadunidenses, principalmente na questão de fornecimento de petróleo.

Sendo assim, o democrata Jimmy Carter ao proferir o discurso anual “O Estado da União”[5] (“The State of the Union”), em 23 de janeiro de 1980, demonstrou que a

---

[4] Ver a obra: Zarpelão, Sandro Heleno Morais. *Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.

[5] A cada ano que se inicia, todo presidente dos Estados Unidos deve,geralmente em janeiro, apresentar ao Congresso os princípios e regras que irão ditar os rumos de seu governo, seja no aspecto interno bem como no aspecto externo. É o chamado discurso “O Estado da União”.

região do Golfo Pérsico era vital para a geopolítica da Casa Branca. Carter salientou que se fosse necessário empregar até meios militares para que os objetivos dos Estados Unidos fossem protegidos, ele o faria[6].

Indubitavelmente, a Doutrina Carter representou uma considerável mudança na política exterior dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Entre os anos de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e 1979, com a Revolução Islâmica Iraniana, Washington procurou garantir o acesso ao petróleo através de uma aliança ambígua com o Reino Unido e, depois, em uma aproximação com a Arábia Saudita e o Irã. Isso pressupunha o não uso do poderio militar para conseguir alcançar as abundantes reservas petrolíferas encontradas principalmente na região próximo ao Golfo Pérsico, no Oriente Médio.

Contudo, a citada transformação aconteceu porque cinco fatos históricos ocorridos na década de 1970 forçaram o Departamento de Estado e o Pentágono, nos Estados Unidos, a se adequarem aos novos tempos. O primeiro fato foi a Primeira Crise Internacional do Petróleo[7], em 1973, causado pela Guerra do Yom Kippur[8] entre Israel contra Egito e Síria. O segundo fato histórico foi a Revolução Islâmica Iraniana, em fevereiro de 1979, que derrubou o Xá Reza Pahlevi que governava o Irã desde 1953. Em seu lugar assumiu o Aiatolá Khomeini. O terceiro fato foi a Segunda Crise Internacional do Petróleo, no biênio 1979/1980, em que os preços do barril de petróleo subiram ainda mais, agravando e colocando em risco o fornecimento do "ouro negro" para os mercados ocidentais. O quarto fato ocorreu em novembro de

---

[6] FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas", da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005, p. 168-169.

[7] Crise Internacional do Petróleo: devido ao embargo do petróleo feito pela OPEP contra os países ocidentais, ocorreu um aumento considerável no preço do barril de petróleo, passando de aproximadamente US$ 2,00 para US$ 12,00, provocado pela OPEP. Vale ressaltar que esta última utilizou o petróleo como "arma política" para tentar pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental a pressionarem Israel, para que este devolvesse os territórios ocupados na já mencionada Guerra dos Seis Dias.

[8] Guerra do Yom Kippur (1973): conflito ocorrido entre Israel contra Egito e Síria, sendo que estes dois últimos realizaram um ataque surpresa no dia do Yom Kippur, ou dia do "perdão", data sagrada para a religião do judaísmo. Conseqüência direta da Guerra dos Seis Dias (1967), vencida por Israel. O efeito direto foi a manutenção dos territórios ocupados e reivindicados por jordanianos, egípcios, palestinos e sírios, no caso a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas do Golan sob o domínio israelense. Outro efeito foi a 1ª Crise Internacional do Petróleo.

1979, quando um grupo de muçulmanos radicais atacou a grande mesquita localizada em Meca, colocando em risco a estabilidade política do governo saudita e o apoio dos Estados Unidos para Riad[9]. Por fim, o quinto e último fato histórico relevante foi a Invasão do Afeganistão pela União Soviética, em dezembro de 1979.

De acordo com Igor Fuser os Estados Unidos, com a Doutrina Carter, aumentaram sua presença diplomática e política no Oriente Médio, pois existia um duplo obstáculo: *"(...) 1) assegurar o controle das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, e 2) reagir à intervenção da URSS no Afeganistão, interpretada, ao menos publicamente, como uma ameaça"* (FUSER, 2005, p. 169).

A Doutrina Carter vinculava o petróleo com a segurança do Golfo Pérsico. Tratavam-se de temas interdependentes na visão daquela doutrina. Assim, o Oriente Médio passou a ser considerado uma região prioritária para os interesses dos Estados Unidos e, em conseqüência, deveria ficar sob o controle e a proteção direta da Casa Branca. Em outras palavras, o Oriente Médio deveria ser sua área de influência, livre das ingerências da União Soviética e dos países europeus ocidentais como o Reino Unido e a França. A Doutrina Carter pode ser considerada uma "Doutrina Monroe para o Oriente Médio", de acordo com o historiador Douglas Little[10].

Para se compreender melhor a Doutrina Carter, faz-se mister discorrer algumas palavras sobre o principal teórico, Zbigniew Brzezinski, e sua teoria geopolítica que influenciou e formulou a política externa estadunidense.

Brzezinski entendia que o Oriente Médio, a Europa Ocidental e a Ásia Central eram fundamentais em suas análises, pois se os Estados Unidos controlarem essas regiões, de acordo com ele, que aprimorou os pensamentos dos pensadores Mackinder e Spykman, poderá controlar a Eurásia e, por conseguinte, o mundo.

Para Brzezinski a luta pelo poder mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética, na Guerra Fria, tinha como grande palco as três regiões estratégicas da Rimland, defendidas pelo teórico Nicholas Spykman: o Leste da Ásia (Península

---

[9] SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo.* FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998, p. 52-53.

[10] Ver a obra: LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1994.

Coreana e Vietnã), a Europa Ocidental (principalmente as duas Alemanhas) e o Sudoeste da Ásia (Golfo Pérsico e Afeganistão)[11].

O Sudoeste da Ásia, mais conhecido como Oriente Médio, só apareceu como uma importante região na disputa pelo poder mundial, quando as outras duas regiões supracitadas estavam estabilizadas em termos políticos, ao mesmo tempo em que, o fornecimento de petróleo associado a uma forte instabilidade no Oriente Médio ameaçavam os interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos. O que estava em jogo era o petróleo.

Entretanto, além da ameaça soviética, havia uma outra preocupação que se revelou logo após a realização do discurso de Carter, pelo então secretário de Defesa, Harold Brown: a instabilidade no "Terceiro Mundo", principalmente nos países do Oriente Médio. Assim, os Estados Unidos trataram de proteger, como parte de seu "interesse vital" o fluxo de petróleo que saia do Oriente Médio para abastecer o Ocidente. Então, foi necessária a construção de bases militares em países do Oriente Médio, negociações do direito e de acordos para o tráfego aéreo militar e uso de aeroportos em países como Egito e Marrocos e a renovação do direito de instalação da base naval estadunidense no Bahrein[12].

A partir da Doutrina Carter, houve o aumento crescente da presença militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, durante os governos subseqüentes como de Ronald Reagan, George H. Bush, Bill Clinton e George Walker Bush.

Então, mesmo após a elaboração de novas doutrinas militares e de política externa como a Powell, Clinton, Bush e Rumsfeld, a essência da Doutrina Carter continuou presente, isto é, a forte presença militar, diplomática e política dos Estados Unidos no Oriente Médio, aliando a questão da segurança dos Estados Unidos com o petróleo.

A crise no Oriente Médio, em 1990, entre o Iraque e o Kuwait, acelerou a elaboração de uma nova doutrina estratégica para os Estados Unidos. Era imperativo construir uma doutrina capaz de conjugar o uso de armas tecnologicamente avançadas, conhecidas como "inteligentes", que arrasariam o inimigo, com a sua

---

[11] Ver as obras: MELLO, Leonel Itaussu Almeida (1998). *Quem Tem Medo da Geopolítica?*. São Paulo: Edusp e Hucitec; BRZEZINSKI, Zbigniew. The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. New York: Basic Books, 1997.

[12] BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism: How Americans AreSeduced by War*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005, p. 192.

destruição para depois ocorrer uma intervenção terrestre. A idéia era causar o menor número possível de baixas de soldados estadunidenses e também de civis do adversário.

A Guerra do Golfo ocorreu exatamente em uma época de transição nas relações internacionais, de agonia da Guerra Fria e do surgimento da Doutrina Powell.

Destaca-se que ela foi concebida a partir da experiência negativa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, com a questão dos conscritos. Assim, ao final do citado conflito, o Exército dos Estados Unidos sofrerá uma profissionalização a partir de 1973. A mudança ocorreu em grande parte devido à traumática experiência envolvendo os conscritos que lutaram nas Forças Armadas Estadunidenses durante a Guerra do Vietnã (1965-1975)[13].

Por conseqüência, foram criadas condições ideais para que se elaborasse uma nova doutrina militar pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e pelo Pentágono. Era a Doutrina Powell[14] que defendia a idéia de guerra limpa, com bombardeios cirúrgicos e estratégias que poupariam vidas dos aliados na guerra. Era a guerra de videogame. A idéia de *zero killed* (morte zero) era muito forte e importante como princípio inserido em tal doutrina.

Ressalta-se, que o presidente George H. Bush (1989-1993), dos Estados Unidos, precisava desenvolver tal doutrina, para que permitisse ao Pentágono possuir uma capacidade estratégica de agir concomitantemente em dois lugares diferentes, em termos militares, mesmo que fossem geograficamente distantes.

Assim, Estados considerados potências regionais ou aspirantes a esse posto, sem influência mundial, cujos interesses estratégicos fossem concorrentes aos dos Estados Unidos, como o Iraque, Irã e Síria, por exemplo, passaram a ser os novos inimigos dos Estados Unidos no início da década de 1990. Eram os Estados "fora-da-lei". Emergiu, ainda na década de 1990 e principalmente, com os atentados de 11 (onze) de setembro de 2001, em Washington e New York, o terrorismo que também passou a ser considerado inimigo do "Tio Sam".

---

[13] Ver a obra: SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 409-412.

[14] Ver a obra: Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 703-704.

Durante os governos dos presidentes Ronald Reagan (1981-1989) e George Bush (1989-1993) os Estados Unidos elegeram novos inimigos em sua política externa, substituindo o algoz soviético e seu socialismo. Foram eleitos, de acordo com Noam Chomsky[15], quatro novos inimigos: a instabilidade econômico-política dos Estados terceiro-mundistas, o narcotráfico hispano-americano, o terrorismo em escala internacional, principalmente no Oriente Médio e o fundamentalismo islâmico.

A Doutrina Powell estabeleceu que os Estados Unidos só poderiam intervir em duas situações: quando estivessem em risco áreas com reservas de combustíveis fósseis, como petróleo, abastecedoras do Ocidente, como o Kuwait e o Iraque, no Oriente Médio; e, em áreas estratégicas consideradas essenciais para a segurança de aliados e de locais economicamente fundamentais para os Estados Unidos. Para a doutrina, o país necessita de segurança e equilíbrio no cenário internacional para poder agir. Isso quer dizer que Washington não iria intervir em todo e qualquer conflito regional.

Do ponto de vista da ação militar, a Doutrina Powell ainda se faz presente e é mantida. Não se pode esquecer que ela foi substituída pelas Doutrinas Clinton e Bush, mas ainda assim, permanece atual nas intervenções militares dos Estados Unidos. O problema das baixas em combate é um tema delicado no território estadunidense desde a Guerra do Vietnã. As freqüentes comparações da Invasão dos Estados Unidos ao Iraque, a partir de 2003, com o conflito no Vietnã, é um claro sinal disso.

A atual intervenção militar de Washington, iniciada em 2003, no Iraque, inicialmente encontrou apoio da mídia e de parcela da população estadunidense. Contudo, a euforia inicial da guerra passou e aconteceu a emergência de novos fatos que desmentiram os argumentos apresentados pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, para justificar a guerra preventiva contra o Iraque, em 2003. Os argumentos eram basicamente dois: o primeiro se referia a possíveis ligações do governo de Saddam Hussein com a rede terrorista Al Qaeda, de Osama Bin Laden. Já o segundo, era a existência de programas de desenvolvimento e de estoques de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas).

Vale ressaltar que tal embate bélico ocorreu durante o governo do presidente republicano, George Walker Bush, em 2001.

---

[15] Conforme a obra: CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais.* COUTINHO, Paulo Roberto. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

O establishment conservador governamental conduziu os Estados Unidos, entre os meses de janeiro e setembro de 2001, portanto antes dos Atentados de 11 de setembro, para uma política externa conservadora, bastante focalizada nos interesses estadunidenses em detrimento do mundo.

Então, tal política externa unilateral, defensora árdua dos interesses estadunidenses, foi chamada pelo Departamento de Estado de "multilateralismo à la carte". Washington se reservou o direito de analisar e agir pontualmente cada questão internacional, de acordo com os seus interesses, mesmo que fosse necessário infringirem tratados ou o próprio direito internacional.

Em situações internacionais bastante delicadas, como o caso do Iraque, no Oriente Médio, Washington se recusava a agir em determinados momentos e em outros, seguia um caminho próprio, sem levar em consideração os tradicionais aliados, como os europeus e também organizações internacionais, como as Nações Unidas. Tratava-se de um unilateralismo perigoso para a estabilidade internacional.

Tais ações unilaterais estadunidenses se intensificaram no cenário internacional após os atentados de onze de setembro de 2001, em New York e Washington. No mesmo mês, o presidente George Walker Bush, perante os congressistas do Capitólio, reafirmou que os Estados Unidos lutariam com afinco e grande força, contra o terrorismo internacional, sem a interferência e mediação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, através do estabelecimento de uma política de combate estadunidense para eliminar tal problema.

A Doutrina Bush, cada vez mais institucionalizada e presente nas entranhas do aparato estatal dos Estados Unidos, foi colocada em prática no sentido de preparar as Forças Armadas Estadunidenses para a invasão ao território iraquiano.

Vale lembrar que a nova doutrina se tornou mais explícita a partir de 2002, quando Condoleeza Rice afirmou que, diferentemente da Guerra Fria, não bastava possuir grande quantidade de armas de destruição em massa para convencer o inimigo de não atacar, pois as forças inimigas se apresentariam dispersas e múltiplas, isto é, sem alvos a proteger. Então o território deveria ser redefinido para efeito de estratégia de guerra. As idéias de Condoleeza Rice foram amplamente aceitas por Bush, em seu discurso realizado no dia 30 de janeiro de 2002, ao afirmar na época que os Estados Unidos detinham o direito de realizar ataques preventivos contra países que

estivessem desenvolvendo armas que ameaçassem a sua segurança. Seria o caso do Iraque.

As ações dos Estados Unidos no cenário mundial sempre objetivaram intervir em países onde os conflitos ou crises coloquem em risco os interesses estadunidenses. Mesmo a Doutrina Powell ter sido substituída nas relações internacionais, vale mencionar que na área militar ela ainda permanece no interior da Doutrina Bush. A Invasão ilegal do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, e a preocupação constante da opinião pública estadunidense com a questão das baixas são fortes indícios da manutenção da essência da Doutrina Powell.

Também não se pode esquecer que a invasão estadunidense sobre o Iraque ocorreu devido ao grande interesse dos Estados Unidos em garantir o acesso as vastas reservas petrolíferas iraquianas, tão necessárias para a sua economia ávida por recursos energéticos. Nesse sentido, os Estados Unidos aliaram o petróleo com a questão de segurança de seus interesses no Oriente Médio. Assim, se fosse necessário uma intervenção militar nessa área, ele o faria, como de fato fez na Guerra do Golfo de 1991 e na Guerra do Iraque, de 2003. Pode-se inferir, portanto, que a Doutrina Carter, mesmo tendo sido substituída por outras doutrinas, continua presente na política externa dos Estados Unidos através da sua preocupação com as reservas petrolíferas do Oriente Médio.

CONCLUSÃO

Percebe-se, então, de acordo com o que foi discutido, quatro questões são fundamentais na política externa dos Estados Unidos e que estiveram presentes na Guerra do Golfo, de 1991, e na Guerra do Iraque, de 2003, por ocasião da aplicação das Doutrinas Powell e Bush.

A primeira foi assegurar o fornecimento de petróleo para os Estados Unidos, através das intervenções militares no Oriente Médio, mais especificamente no Iraque. Trata-se de uma preocupação da Doutrina Carter presente em amplos conflitos.

A segunda foi garantir uma ingerência militar com o menor número de mortes de soldados estadunidenses, através do uso de aviação e tecnologia, com o apoio da imprensa interna e externa, resultado da síndrome do Vietnã. Trata-se de uma preocupação da Doutrina Powell e da Doutrina Bush também.

A terceira se refere ao fato de que os governos dos presidentes George H. Bush (1989-1993) e de George Walker Bush (2001-2009), preocuparam-se bastante com o Oriente Médio, em especial o Iraque. Nesse sentido, apesar das diferenças temporais, causais e factuais das Doutrinas Powell e Bush, ambas foram colocadas em prática em guerras que envolveram o Iraque.

Assim, como quarta e última questão, deve-se lembrar que a Guerra do Golfo, de 1991, foi de certa forma, uma continuação com a Guerra do Iraque, em 2003. Então, os princípios embasadores de ambas as doutrinas estiveram presentes nos mencionados conflitos demonstrando que as duas guerras são parte de uma longa guerra no golfo, por estarem interligados.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo.* São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism: How Americans AreSeduced by War*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005, p. 192.

BRZEZINSKI, Zbigniew. The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives. New York: Basic Books, 1997.

CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais.* COUTINHO, Paulo Roberto. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

COMBAT, Flavio Alves. *Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as conseqüências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação

em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

FERREIRA, Argemiro. *O Império contra-ataca. As guerras de George W. Bush, antes e depois do 11 de Setembro.* São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "Santiago Dantas", da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991.* SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITUASSU, Arthur. Política Externa Norte-Americana até 1939. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 693-694.

JUNIOR, Arthur Schlesinger. *Os ciclos da história americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LENZ, Sidney. *A fabricação do império Americano. Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialism dos Estados Unidos.* OLIVEIRA, Maria Lucia (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 1994.

LUKACS, John. *Uma Nova República: História dos Estados Unidos no Século XX.* GALANTE, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 211-212.

MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). *O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX.* Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261-281.

_____. Apontamentos para uma reflexão sobre política imperial e conflitos internacionais relacionados aos Estados Unidos (do final do século XIX ao tempo presente). In: VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 2006, Rio de Janeiro. VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – apresentação dos Conferencistas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

_____. Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 417-419.

_____. Política externa dos EUA e a questão militar no governo George W. Bush. In: XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2007. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

_____. "GUERRA FRIA REVISITADA". Revista Leituras da História: Ciência & Vida. São Paulo: Editora Escala, Ano 1, n. 4, p. 48-59, dezembro de 2007.

_____. A Construção do Império Estadunidense. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei José (coords.). *Impérios na História.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 245-258.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva.* Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. *Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo.* FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 409-412.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 703-704.

_____. Clinton (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 170-171.

_____. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. *Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 102-105.

TRAUMANN, Andrew Patrick. “Os falcões pousaram: o papel da ONU no conflito EUA-Iraque (1990-2003)”. Revista Urutágua: revista acadêmica multidisciplinar. Maringá-PR: n. 15, p. 138-150, abril-julho de 2008.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. *A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991).* Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

_____. *Tempestade no Iraque: a Guerra do Golfo, a Política Externa dos Estados Unidos, a Historiografia Militar e a Imprensa Escrita Brasileira (1990-1991).* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2008.

A PÁTRIA EM CHUTEIRAS[1]: RELAÇÕES ENTRE O FUTEBOL E O NACIONALISMO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

Talita Vidigal Terciotti[2]

RESUMO: A relação do povo brasileiro com o futebol é tão importante, que podemos considerar esse esporte como um dos definidores de nossa nacionalidade. Neste trabalho temos o objetivo de discutir sobre essa relação existente entre o futebol e o nacionalismo a partir da historiografia que trabalham os temas. Procuraremos entender como isso aconteceu durante nossa história e como os governos brasileiros utilizaram desse esporte para se legitimarem. De acordo com Marco Antônio Salvador e Antônio Jorge Gonçalves, essa relação existiu desde o momento em que o futebol começou a se popularizar, principalmente a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas e o advento do rádio, aumentando com a década de 1950 e a realização da Copa do Mundo no Brasil e as transmissões televisivas em preto e branco. Mas o maior exemplo de exaltação nacional ocorreu durante a Copa de 1970, com as transmissões ao vivo e em cores. Essa Copa ocorreu durante a ditadura cívico-militar, que procurou exaltar os sentimentos patrióticos para promover as ideais de um Brasil grande. Para isso, abordaremos as teorias de Benedict Anderson que pensa a nação como uma comunidade imaginada como soberana e limitada, além de Barbosa Lima Sobrinho, que defende a caracterização do nacionalismo num país através de sua história e de suas lutas sociais e econômicas. O que mais caracterizaria então o nacionalismo seria a presença de um antagonismo, de uma diversificação de interesses entre grupos humanos, vinculados a territórios diferentes. Em relação ao futebol, afirmamos que ao acompanharmos o desenvolvimento desse esporte no Brasil, podemos também acompanhar a história de nosso próprio país. Isso porque de acordo com José Carlos Meihy e José Sebastião Witter, o futebol como veículo da permanência de valores sociais é a mais importante e contínua manifestação de massas no Brasil. Matérias de jornais e revistas como a *Folha de S. Paulo* e *Veja* nos permitem fazer a análise da importância desse esporte e de sua relação com os sentimentos nacionalistas nesse período.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol, nacionalismo, Copa do Mundo.

1. TEORIAS NACIONALISTAS

Neste trabalho temos o objetivo de discutir sobre o nacionalismo e como ele está ligado ao futebol como um fator como definidor da nacionalidade brasileira. Trabalharemos como isso aconteceu durante nossa história e como os governos brasileiros utilizaram desse

[1] Nome do livro de crônicas futebolísticas de Nelson Rodrigues, 1994.
[2] Aluna do programa de mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina.

esporte para se legitimarem. Buscaremos mostrar que o futebol está sempre aliado ao nacionalismo e o maior exemplo disso foi a Copa do Mundo de 1970.

Iniciaremos abordando as questões relacionadas ao termo nacionalismo. Anderson inicia afirmando que os estudos sobre esse tema se modificaram muito nos últimos anos, tornando obsoleta maior parte da historiografia tradicional sobre o assunto. Dessa forma, ele afirma que sua obra, por possuir métodos e preocupações próprias, se encontra à margem dos estudos recentes sobre os nacionalismos.

Para o autor, a nacionalismo e a nacionalidade são produtos culturais específicos. Para entendê-los, é necessário considerar as suas origens históricas, como seus significados se modificaram através do tempo e como eles possuem atualmente uma legitimidade emocional tão profunda.

Os termos Nação, nacionalidade, nacionalismo têm-se demonstrado difíceis de definir e também de analisar. Essa dificuldade dos teóricos que se dedicam ao estudo do nacionalismo seria devida ao fato deles pensarem a existência de um nacionalismo com N maiúsculo. O autor propõe que se trate esse conceito como se trata “parentesco” e “religião”, ao invés de “liberalismo” ou fascismo.

A definição para nação que o autor formula é a uma comunidade política imaginada – e imaginada implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque os membros das nações, não importam o seu tamanho, nunca se encontrarão ou ouvirão falar da maioria dos seus companheiros. Apesar disso, possuem em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

Todas as comunidades maiores do que as primitivas aldeias de contato face a face são imaginadas. A nação é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, possui fronteiras finitas, para além das quais se encontram outras nações. É também imaginada como soberana, porque o conceito nasceu em uma época em que a Revolução e o Iluminismo estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. As nações sonham em ser livres e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano.

Para Anderson, a nação é imaginada como comunidade porque a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Essa fraternidade, de acordo com o autor, “(...) é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos

milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas (...)" [3].

Já Para Barbosa Lima Sobrinho, o nacionalismo pode ter origens dessemelhantes e tender para objetivos nem sempre harmônicos. O que caracteriza o nacionalismo é a presença de um antagonismo, de uma diversificação de interesses entre grupos humanos, vinculados a territórios diferentes. Claro que, para que essa diversificação possa merecer o rótulo de nacionalismo, há que imaginar uma nação existente ou em formação. Desse modo, ele afirma que o nacionalismo pressupõe a presença de uma nação, já constituída ou em andamento.

A substância do nacionalismo para Sobrinho seria então um antagonismo de interesses ou de ideais. As manifestações claro que não são idênticas, de um lugar para outro, de um século para outro. Assim, o nacionalismo

> (...) não é um conceito estático, não é um letreiro de rodovia, marcando o número de quilômetros percorridos ou a percorrer. É, antes, um conceito dinâmico, a soma ou o conhecimento de todos os letreiros, uma doutrina, uma experiência e uma política (...) [4].

2. O FUTEBOL BRASILEIRO

Ao estudarmos a história do futebol brasileiro podemos perceber duas coisas: a primeira é que acompanhando o desenvolvimento desse esporte no Brasil, podemos também acompanhar a história de nosso próprio país. De acordo com Marcos Guterman, "*o futebol (...) não é um mundo à parte, não é uma espécie de 'Brasil paralelo'. É pura construção histórica, gerada como parte indissociável dos desdobramentos da vida política e econômica do Brasil".* De acordo com José Carlos Sebe Bom Meihy e José Sebastião Witter, *"(...) O futebol como veículo da permanência de valores sociais é a mais importante e contínua manifestação de massas no Brasil (...)"*[5].

No futebol, todos os jogadores seriam iguais dentro de campo, por isso, uma seleção nacional viria para acabar os as diferenças sociais, regionais e étnicas, por exemplo,

---

[3] ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.* Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.16

[4] SOBRINHO, Barbosa Lima. *Desde quando somos nacionalistas?* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 11.

[5] MEIHY, José Carlos Sebe e WITTER, José Sebastião. *Futebol e Cultura:* Coletânea de Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.

colocando pessoas que são completamente diferentes para jogarem em nível igualitário. O Brasil, que é tido como um país "pacífico" e "livre de preconceitos", mas possui diferenças sociais muito grandes, se identificou com esse tipo de esporte.

A nossa identidade nacional é como nossa identidade do futebol brasileiro, pois é uma narrativa que louva o encontro e a mistura e povos e "raças", segundo Marco Antônio Santoro e Antônio Jorge Gonçalves Soares. Nesse diálogo de identificações, o povo é representado e se representa como miscigenado, criativo, imprevisível e possuidor de uma genuína ginga de corpo, que está presente em manifestações populares como o samba, a capoeira e o futebol[6]. A miscigenação racial e cultural teria possibilitado uma rica diversidade de experiências que se refletem nas manifestações populares no Brasil, nas quais as habilidades corporais são fundamentais.

Heloisa Helena Baldy dos Reis e Thiago de Aragão Escher falam sobre o interesse dos brasileiros pelo futebol, afirmando que foi crescente desde a década de 1910 e foi muito incentivado com o advento do rádio a partir de 1930 e, principalmente, com as transmissões televisivas, mesmo em preto-e-branco, em 1950, tendo se popularizado com a televisão em cores a partir de 1970.

Apesar de ser o esporte dominante em muitos países, apenas o Brasil carrega a distinção de ser o 'País do Futebol' e conta com o rei Pelé, reconhecido internacionalmente. Salvador e Soares afirmam que temos de reconhecer que, na verdade, a definição 'quem não gosta de samba, brasileiro não é' teria maior abrangência e seria mais verdadeira se substituirmos 'samba' por 'futebol'. Isso porque músicos como Roberto Carlos e muitas duplas caipiras e/ou sertanejas vendem muito mais que os sambistas de renome, ou seja, o samba já não é a preferência nacional. Assim, as preferências musicais se tornaram diversificadas, enquanto a preferência esportiva é altamente unificada. Podemos afirmar "não sei se gosto mais de Elis ou Gal", mas

> (...) dizer 'eu não sei se torcer por Flamengo ou Vasco', certamente nos colocará fora do jogo da normalidade que ordena torcer desde criança por um time e, não esqueçamos, sempre o mesmo; e todos juntos pelo englobador time 'canarinho'(...) [7].

---

[6] SALVADOR, Marco Antonio Santoro e SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *A memória da copa de 1970:* esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

[7] SALVADOR, Marco Antonio Santoro e SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *A memória da copa de 1970:* esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. P. X.

Conforme a popularização do futebol foi crescendo, também foi aumentando a sua importância política, fenômeno que ocorreu no mundo todo. A sua capacidade de mobilização passou a ser muitas vezes usada para controlar, por exemplo, o humor do eleitorado. Dessa forma, dentro dos campos de futebol também existe esse jogo de poder ideológico e político.

Guterman também afirma que "Ter o 'melhor futebol do mundo' virou uma obsessão brasileira, perseguida como um projeto de afirmação nacional" [8]·. O que nos mostra que o futebol também passou a ser campo de disputas por hegemonia entre países diferentes, por isso a derrota na Copa de 1950 doeu tanto no imaginário popular.

Como foi afirmado anteriormente, Lima Sobrinho defende que uma pessoa nacionalista é sempre anti alguma coisa, tendo como manifestações a oposição de "nós" contra outra nacionalidade. Isso ocorre com o futebol e quando consideramos que a seleção de futebol como representante de uma nação específica, que está em "guerra" contra outra nação, estamos relacionando o futebol ao nacionalismo. Podemos perceber essa associação Monteiro Lobato em 1921 no jornal "O 22 da 'Marajó":

> (...) Não é mais esporte, é guerra. Não se batem duas equipes, mas dois povos, duas nações, duas raças inimigas. Durante todo o tempo da luta, da quarentena a cinqüenta mil pessoas deliram em transe, extáticas, na ponta dos pés, coração aos pulos e nervos tensos como cordas de viola (...)[9].

Assim o futebol anda sempre junto do nacionalismo, mas não o contrário, é claro. Quando isso ocorre, os sentimentos patrióticos são exaltados. Essa eletricidade relatada por Lobato traduz o momento em que o futebol começa a ser aceito e interiorizado pela população brasileira, o início do século XX.

Foi na década de 1930 que o futebol começou a ocupar as preocupações dos governantes brasileiros, no caso, de Getúlio Vargas. Seu governo não mediu esforços para transformar o esporte em um instrumento para a consolidação das idéias de um Brasil democrático, que era unido por todas as "raças", que deveria cumprir o papel de diminuir as tensões e os conflitos sociais e étnicos em nosso país.

---

[8] GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto. P. 10.

[9] GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto. P. 60.

Os brasileiros se perceberiam como grandes mestres da bola, vivenciando o jogo como elemento de coesão e congraçamento. Dessa forma, o futebol passaria a ser elemento de pertencimento e a traduzir a essência do ser brasileiro nas narrativas oficias [10].

As características da seleção brasileira que temos hoje como sendo a do improviso, dos dribles, do "futebol bonito", passou a se definir em contraste com o futebol técnico e mecânico, sendo exemplo de nacionalidade e orgulho patriótico brasileiro, o que influenciou as futuras gerações. O Brasil então passou a enxergar o futebol como uma característica diferenciadora em relação aos outros países, como algo que nos definia realmente.

Diante desse cenário, a Copa do Mundo, que havia sido criada em 1930, seria realizada no Brasil em 1950. A pressão nessa Copa do Mundo foi a maior vista até então. Diante da derrota, a identidade brasileira entrou em questionamento e marcou fortemente a história do futebol brasileiro, quase como um "fantasma" que de tempos em tempos voltava para assombrar os jogadores e a sociedade como um todo. Nelson Rodrigues nos mostra a grandeza dessa derrota ao dizer que "Cada povo tem a sua irremediável catástrofe nacional, algo assim como uma Hiroshima. A nossa catástrofe, a nossa Hiroshima, foi a derrota frente ao Uruguai em 1950" [11].

O primeiro título brasileiro veio no ano de 1958, quando o mundial foi realizado na Suécia. Pela primeira fez, um presidente brasileiro teve a chance de explorar o poder mobilizador e transformador que uma conquista como a do Brasil possuía. Juscelino Kubitscheck, no cargo na época, chegou a afirmar para João Havelange, presidente da Comissão Brasileira de Desportos (CBD): "Durante a Copa do Mundo na Suécia, substituí vários ministros e não houve uma única palavra a respeito nos jornais. Estou pensando em fazer novas mudanças num futuro próximo. Qual é a data da próxima Copa do Mundo?" [12].

Outro Presidente que teve a oportunidade de se aproveitar dos resultados da Copa do Mundo foi João Goulart no mundial de 1962, devido principalmente a sua necessidade de sobrevivência política. O *Correio Braziliense* registrou o clima de euforia: "Vocês cumpriram

---

[10] SALVADOR, Marco Antonio Santoro e SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *A memória da copa de 1970:* esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. P. 22.

[11] RODRIGUES, 1966. Apud: SALVADOR, Marco Antonio Santoro e SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *A memória da copa de 1970:* esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. P. X.

[12] YALLOP, David. 1998. P.47. Apud: AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer:* futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

a promessa de trazer a Copa", festejou Jango para Nilton Santos e Didi, que responderam: "Fizemos pelo senhor" [13].

Apesar disso, Jango foi obrigado a sair do governo após o golpe cívico-militar em 1° de Abril de 1964. Esse acontecimento passou por uma falta de participação popular muito grande, a sociedade brasileira assistiu apática seu presidente ser deposto enquanto militares tomavam seu lugar, isso quando não apoiavam o que estava acontecendo.

Em abril de 1969 começa a campanha da seleção para a Copa de 1970, quando João Saldanha assumiu como técnico. Saldanha era comentarista esportivo de grande prestígio, fora ativo militante comunista e guardava forte relação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que deixava toda a ditadura em alerta. Foi demitido pouco tempo depois, mesmo tendo classificado o Brasil para a Copa. Houve o que podemos detectar como uma intervenção no futebol, pois ele deu entrevistas afirmando que Médici teria lhe imposto a convocação do atacante Dário e ele teria respondido "O senhor escala o seu ministério e eu escalo o meu time". Com ou sem pressão de Médici para a convocação de Dario, a demissão de Saldanha foi tratada claramente como uma "intervenção branca do governo federal no escrete" [14].

Após as transformações realizadas na Comissão Técnica, Havelange estava livre para a militarização da delegação que conduziria o Brasil ao México. A comissão era chefiada pelo major-brigadeiro Jerônimo Bastos, tinha como responsável pela segurança o major Ipiranga dos Guaranys, além contar com vários outros militares. A seleção teria se transformado em um paradigma: pois contava com cabelos cortados ao estilo caserna, preparação física coordenada por militares, ao mesmo tempo em que possuía jogadores como Pelé, Rivelino e Jairzinho, símbolos do futebol-arte. O objetivo era se armar dos meios mais modernos existentes na época para aumentar o potencial dos jogadores, colocando-os em nível de igualdade técnica com os europeus.

Existia uma grande preocupação da população e da mídia com a vitória nessa Copa do Mundo. Havia também uma obsessão do povo em ter o melhor futebol do mundo. Em entrevista à revista *Veja* Roberto Alfredo Perfumo, jogador da seleção argentina, quando perguntado sobre os erros da seleção brasileira, diz:

---

[13] *Correio Braziliense*, 19 jun. 1962. Apud: GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto. P.145.

[14] *Placar,* 20/03/1970, número 1, p.8. Apud: GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto. P. 166.

> (...) Vocês brasileiros parece que tem a mania de perfeição, em matéria de futebol. Eu senti, depois da nossa vitória em Porto Alegre, uma preocupação descabida de vocês em relação à sua seleção. Uma coisa é certa: o Brasil tem excepcionais jogadores e ainda o melhor futebol do mundo. É apenas uma questão de acerto. Afinal o time começou a treinar há apenas três semanas (...) [15].

Essa entrevista foi publicada em março de 1970 e nos mostra que o time mal tinha começado a treinar e a população já estava preocupada com os possíveis problemas.

Até que a equipe começou a disputar a Copa em três de junho, em Guadalajara, contra a Tchecoslováquia. Os políticos e a imprensa estavam animados com o desempenho da seleção, mas os opositores da ditadura percebiam como o governo poderia utilizar a vitória em proveito próprio, poderiam não pensar assim. Podemos nos questionar então como estava a esquerda e respondendo a pergunta Hilário Franco Júnior afirma que por estar reprimida e fragmentada, não se chegava a um consenso se os opositores do regime deveriam dar vazão ao sentimento nacionalista ou torcer contra o time brasileiro. Ocorreram muitas discussões nos aparelhos guerrilheiros sobre qual seria a postura ideal de um verdadeiro revolucionário diante da situação.

A preocupação da esquerda tinha seus fundamentos e não foram somente eles que perceberam o quão benéfico seria para a ditadura se o Brasil ganhasse. A Folha de S. Paulo até chegou a comentar que:

> (...) Realmente, tudo leva a crer que, se a seleção brasileira levantar a Copa do Mundo, o acontecimento terá repercussões profundas para o país, dentro e fora dele. Na esfera interna, nem se fala. (...) As metas de uma administração dependem das metas nos campos esportivos (...) [16].

E então o Brasil chegou à semifinal contra o pesadelo uruguaio. O Brasil não enfrentava o Uruguai numa Copa do Mundo desde a final da Copa de 1950. Nossa seleção era provavelmente a favorita, mas o fantasma da derrota ainda cercava a população brasileira e principalmente os jogadores. Apesar disso, o Brasil venceu e se classificou para a final. Relatos da época contam que, nas comemorações pelas avenidas de São Paulo, quem não estivesse comemorando efusivamente era chamado de 'uruguaio' e intimidado a festejar[17].

---

[15] *Veja*. 11/03/1970. Ed. 79. P. 20.

[16] *Folha de S. Paulo*, 05/06/ 1970, p.3. Apud: GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto. P. 175.

[17] Ibidem, 2009.

Em relação ao resultado da decisão, o Presidente chegou a afirmar que seria por quatro a um para o Brasil, sendo quase que uma determinação de Médici que esse fosse o resultado final. O Estado de S. Paulo até chegou a noticiar "No Palácio do Planalto, não se admite a hipótese de derrota". E ninguém perdia tempo em Brasília na tarefa cívica de respeitar a ordem do presidente.

Médici estava certo, o Brasil venceu pelo placar precedido por ele. A taça Jules Rimet pertencia "definitivamente" ao Brasil. O significado dessa vitória ia além do campo esportivo.

De acordo com Guterman, a disciplina de perfil militar, já exaltada como importante para recolocar o país nos trilhos, foi considerada um pilar do tricampeonato. O próprio preparador físico da seleção de 70, Admildo Chirol, disse que "não foi só o preparo físico e técnico" o responsável pela conquista, "mas o comportamento disciplinar perfeito – horários e programas a cumprir com a máxima seriedade". [18] Apesar disso, o governo explorou também outra mensagem, a de que não haveria triunfo sem a dedicação harmoniosa e ordenada dos brasileiros.

A conquista teria tornado o Brasil ainda maior perante todas as nações,

> (...) A maravilhosa campanha não refletiu apenas a técnica e a fibra dos que lutaram dentro do campo. Representou, também, o sentido da organização de um povo e a sua vitalidade. Quando Carlos Alberto levantou no Estádio Asteca, a taça Jules Rimet, telespectadores em todo o mundo sabiam que ele o fazia em nome de 90 milhões de brasileiros (...) [19].

Dessa forma, a Copa de 1970 teria se tornado um marco na memória social do futebol, fincando as bases da identidade do futebol brasileiro. A mídia também teve um papel fundamental nesse processo, de fazer com que todos se sentissem unidos em prol de um mesmo objetivo: serem os melhores do mundo naquilo que estavam fazendo.

---

[18] *O Estado de São Paulo*, 24 jun. 1970, p.16. Apud: GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto.P. 182.

[19] Ibidem. P. 22.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou morrer:* futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional.* Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ESCHER, Thiago Aragão; REIS, Heloísa Helena Baldy. *Futebol e Sociedade.* – Brasília: Líber Livros, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A dança dos deuses:* Futebol, Sociedade, Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil.* Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo, SP: Ed. Contexto.

MEIHY, José Carlos Sebe e WITTER, José Sebastião. *Futebol e Cultura:* Coletânea de Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982.

RODRIGUES, Nelson. 1912 – 1980. *A pátria em chuteiras:* novas crônicas de futebol. Ruy Castro (org.). – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SALVADOR, Marco Antonio Santoro e SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. *A memória da copa de 1970:* esquecimentos e lembranças do futebol na construção da identidade nacional. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Desde quando somos nacionalistas?* – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.